



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Relatório de Autoavaliação Institucional

(Relatório Parcial II do Ciclo Avaliativo 2015-2017)

Cruz das Almas, março de 2017

Relatório de Autoavaliação Institucional

(Relatório Parcial II do Ciclo Avaliativo 2015-2017)

A correspondência relacionada a este documento pode ser dirigida a:

Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFRB
Prédio da Reitoria, Sala 25. Térreo. Cruz das Almas - BA
Contato: (075)3621-9520 / e-mail: cpa.ufrb@gmail.com / cpa@ufrb.edu.br /
www.ufrb.edu.br/cpa

Relatório de Autoavaliação Institucional: Relatório Parcial II do Ciclo Avaliativo 2015-2017 / Comissão Própria de Avaliação – CPA / Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Cruz das Almas – BA: UFRB.

1. Autoavaliação Institucional 2. CPA 3. UFRB

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidência da República: *Michel Miguel Elias Temer Lulia*

Ministério da Educação: *José Mendonça Bezerra Filho*

Secretaria de Educação Superior: *Paulo Barone*

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: *Maria Inês Fini*

Secretaria de Regulação e Supervisão dos Cursos Superiores: *Henrique Sartori de Almeida Prado*

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior: *Abilio Baeta Neves*

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Reitoria

Reitor: *Silvio Luiz de Oliveira Soglia*

Vice-Reitora: *Georgina Gonçalves*

Pró-reitorias

Pró-Reitora de Graduação: *Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus*

Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Ciência e Inovação: *Rosineide P. Mubarak Garcia*

Pró-Reitora de Extensão: *Tatiana Ribeiro Velloso*

Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis: *Maria Goretti da Fonseca*

Pró-Reitora de Administração: *Rosilda Santana dos Santos*

Pró-Reitor de Gestão de Pessoal: *Wagner Tavares da Silva*

Pró-Reitor de Planejamento: *José Pereira Mascarenhas Bisneto*

Centros de Ensino

Diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras: *Jorge L C. Cardoso Filho*

Diretor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas: *Elvis Lima Vieira*

Diretora do Centro de Ciências da Saúde: *Flávia Conceição dos Santos Henrique*

Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas: *José Valentim dos Santos Filho*

Diretor do Centro de Formação de Professores: *Clarivaldo Santos de Sousa*

Diretor do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas: *Danillo Barata*

Diretora do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade: *Susana Couto Pimentel*

Equipe Editorial

Concepção e formato do relatório

Equipe CPA

Revisão de Texto

Juliano Pereira Campos
Karina França Boaventura
Lucas Santos Cardoso
Marcela Mary José da Silva

Comissão Própria de Avaliação – CPA/UFRB

(Portaria Gabinete da Reitoria Nº 283 de 28/03/2017)

Coordenação Geral

Marcela Mary José da Silva (Coordenadora - CAHL)
Juliano Pereira Campos (Vice-Coordenador - CETENS)

Membros Docentes

Wendell Marcelo de Souza Perinotto (Titular - CCAAB)
Fabiane de Lima Silva (Suplente - CCAAB)
Pedro Rocha Barbosa (Titular - CETEC)
Fausto Assunção de Brito Lira (Suplente - CETEC)
Rosana Soares (Suplente - CAHL)
Júlio César dos Santos (Titular - CCS)
Regina Marques de Souza Oliveira (Suplente - CCS)
Carlos Adriano da Silva Oliveira (Titular - CFP)
Waleska Rodrigues de Matos Oliveira Martins (Titular - CECULT)
Rubens da Cunha (Suplente - CECULT)
Fernando Ferreira de Moraes (Suplente - CETENS)

Membros Técnicos Administrativos

Carolina Yamamoto Santos Martins (Titular - CCAAB)
Beatriz de Brito Bispo (Suplente - CCAAB)
Thiago Lustoza Aleixo (Titular - CETEC)
Rosana Carneiro Boaventura (Suplente - CETEC)
Ozana Rebouças Silva (Titular - CAHL)
Suzana Lima Ribeiro (Suplente - CAHL)
Luciana dos Santos Freitas (Titular - CCS)
Antônio Carlos Dias da Encarnação Júnior (Suplente - CCS)
Natalí dos Santos Andrade (Titular - CFP)
Carla Simone Barbosa de Jesus (Suplente - CFP)
Ana Lúcia Andrade Souza da Paixão (Titular - CECULT)
Marcos José de Oliveira Silva (Suplente - CECULT)
Lorena dos Santos Santana Coutinho (Titular - CETENS)
Marcos Machado da Rocha (Suplente - CETENS)

Membros Discentes

Flávio Soares dos Santos (Titular - CCAAB)
Diego Chaves Fagundes (Suplente - CCAAB)
Jailton de Souza Barreto Santos (Titular - CETEC)
Ana Caroline Araújo Miranda (Suplente - CETEC)
Augusto Daltro de Azevedo Santos (Titular - CAHL)
Jeferson dos Santos Batista (Suplente - CAHL)
Lanna Marília Lisboa Costa (Titular - CCS)
Jaqueline de Sousa Reis (Suplente - CCS)
Sirlex de Almeida Figueiredo (Titular - CFP)
Rosineide Nicássio da Silva Pinheiro (Suplente - CFP)
Nayack Saturnino Tranquilli (Titular - CECULT)
Simone Ferreira Souza (Suplente - CECULT)
Humberto de Sá Carvalho Filho (Titular - CETENS)
Murilo Moura Lima (Suplente - CETENS)

Equipe Técnica

Lucas Santos Cardoso (Servidor Técnico-administrativo)
Karina França Boaventura (Funcionária Terceirizada)

Sumário

Lista de Tabelas	07
Lista de Figuras	11
Lista de Siglas e Denominações	13
Capítulo I. Considerações Iniciais	18
I. Avaliação do Ensino Superior no Brasil	18
II. Dimensões de Autoavaliação Institucional	19
III. Dados da Instituição	22
IV. Princípios orientadores da Autoavaliação Institucional da UFRB	24
V. Modelo de Autoavaliação, delineamento metodológico e amostral	25
Capítulo II. A UFRB e o Recôncavo da Bahia	39
Capítulo III. Autoavaliação Institucional: análise dos eixos	49
Eixo I. Planejamento e Avaliação Institucional	49
Eixo II. Desenvolvimento Institucional	65
Eixo III. Políticas Acadêmicas	87
Eixo IV. Políticas de Gestão	191
Eixo V. Infraestrutura Física	243
Considerações Finais	281

Lista de Tabelas

Tabela 01. Eixos de Autoavaliação conforme diretrizes do SINAES	21
Tabela 02. Caracterização da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES)	22
Tabela 03. Dimensões e público-alvo na autoavaliação dos componentes curriculares	29
Tabela 04. Dimensões e público-alvo da autoavaliação geral da UFRB e das vivências acadêmico-universitárias	30
Tabela 05. Evolução da taxa de respostas dos discentes da graduação que indicaram os centros aos instrumentos de avaliação dos componentes curriculares	31
Tabela 06. Caracterização da amostra de estudantes por autoavaliação realizada	32
Tabela 07. Evolução da taxa de respostas dos docentes da graduação aos instrumentos de avaliação dos componentes curriculares	33
Tabela 08. Caracterização da amostra de docentes por autoavaliação realizada.	33
Tabela 09. Evolução da participação da comunidade acadêmica por categorias e Centros aos instrumentos de avaliação da UFRB e das vivências acadêmico-universitárias	34
Tabela 10. Indicadores Primários	54
Tabela 11. Indicadores de desempenho operacional	57
Tabela 12. Indicadores da Graduação	60
Tabela 13. Desempenho dos alunos concluintes no ENADE	62
Tabela 14. Conceitos CAPES para os cursos de Pós-Graduação	63
Tabela 15. Centros, Campi e Cursos ofertados pela UFRB	68
Tabela 16. Evolução da satisfação com aspectos gerais da UFRB e do nível de conhecimento de documentos e normas institucionais pela comunidade acadêmica.	74
Tabela 17. Itens disponibilizados e em processo de compra no ano de 2016, para o apoio de discentes portadores de necessidades especiais	78
Tabela 18. Ações de Extensão considerando os anos de 2013 até 2016 na UFRB	79
Tabela 19. Envolvidos com as Ações de Extensão 2013 até 2016	79
Tabela 20. Envolvimento nas ações de extensão por Centro de Ensino 2014 entre e 2016.	80
Tabela 21. Número de estudantes assistidos pelo PPQ	82
Tabela 22. Evolução do número de vagas ofertadas, vagas ociosas, alunos ingressantes, alunos matriculados e alunos formados na graduação	88
Tabela 23. Evolução do número de novas vagas ofertadas nos cursos de graduação da UFRB.	90
Tabela 24. Demonstrativo de vagas ociosas nos cursos de graduação da UFRB em 2015.1 e 2015.2	92
Tabela 25. Evolução do ingresso de alunos na graduação por tipo de acesso	95
Tabela 26. Ingressantes Transferências, Rematrícula e Portadores de Diploma (Categoria e Gênero)	97
Tabela 27. Ingressantes SISU / Cadastro Seletivo 2015.2 (Cota e Gênero)	99
Tabela 28. Ingressantes Indígenas Aldeados e Remanescentes de Comunidades Quilombolas 2015.2 (Cota 2 e Gênero)	100
Tabela 29. Concorrência Processo Especial Indígena Aldeado e Remanescente Quilombola 2015.2	100
Tabela 30. Número de Ingressantes aos Cursos do Segundo Ciclo 2015.1 e 2015.2	101
Tabela 31. Perfil do corpo discente por gênero	103

Tabela 32. Perfil do corpo discente por Região	103
Tabela 33. Cursos que responderam aos questionários de análise das práticas pedagógicas.	106
Tabela 34. Dados sobre ações realizadas no exercício de 2016 voltadas à formação continuada dos docentes da UFRB	112
Tabela 35. Modalidades de grupos PET, 2016.	113
Tabela 36. Número de petianos ativos e inativos no período de 2010 a 2016	113
Tabela 37. Número de docentes vinculados ao PET - por centro de ensino 2013-2016	114
Tabela 38. Número de petianos ingressos e egressos do Programa em 2016	114
Tabela 39. Número de discentes da graduação em mobilidade, 2016	115
Tabela 40. Dados do PIBID e do PIBID Diversidade – UFRB em 2016	119
Tabela 41. Evolução do número de estudantes formados na graduação por Centro de Ensino – PROGRAD	120
Tabela 42. Evolução do número de alunos regulares registrados na graduação nos cursos do PARFOR ofertados pela PROGRAD/UFRB	120
Tabela 43. Evolução da quantidade de estudantes com necessidades especiais/centro registrados no NUPI/PROGRAD	121
Tabela 44. Evolução da quantidade de estudantes com necessidades especiais/curso registrados no NUPI/PROGRAD	122
Tabela 45. Evolução do número de vagas ofertadas e preenchidas em estágios na UFRB	123
Tabela 46. Evolução da satisfação discente com os componentes curriculares cursados: medidas de tendência central e de dispersão	124
Tabela 47. Evolução da satisfação docente com os componentes curriculares ministrados: medidas de tendência central e de dispersão	126
Tabela 48. Evolução do número de oferta de vagas nos cursos de Pós-graduação da UFRB	130
Tabela 49. Evolução do número de Teses, Dissertações e Monografias defendidas nos programas de Pós-graduação	131
Tabela 50. Evolução das bolsas de Mestrado 2007-2016	133
Tabela 51. Evolução das bolsas de Doutorado 2007-2016	133
Tabela 52. Evolução dos Programas de Pós-Graduação	134
Tabela 53. Evolução da satisfação do discente de pós-graduação com os componentes curriculares cursados: medidas de tendência central e de dispersão	137
Tabela 54. Número de grupos de pesquisa cadastrados pelo CNPQ e certificados pela UFRB, por área de conhecimento	140
Tabela 55. Número de projetos de pesquisa cadastrados (2007-2016)	141
Tabela 56. Evolução do número de Bolsas de Iniciação Científica e Iniciação Científica Jr concedidas	143
Tabela 57. Produção Intelectual 2007-2016	145
Tabela 58. Modalidades de auxílio	146
Tabela 59. Quantitativo de cada modalidade do Programa de Permanência Qualificada	157
Tabela 60. Ações de Extensão 2012- 2016	163
Tabela 61. Envolvimento da comunidade acadêmica em ações de extensão em 2013 a 2016	165

Tabela 62. Dados comparativos do envolvimento da comunidade acadêmica entre os anos de 2014 a 2016	166
Tabela 63. Envolvidos com as Ações de Extensão – 2014, 2015 e 2016	167
Tabela 64. Demandas por Informação em 2016	177
Tabela 65. Monitoramento e campanhas nas redes sociais em 2016	177
Tabela 66. Relações com a imprensa entre os anos de 2015 e 2016	178
Tabela 67. Estatísticas do Portal UFRB (ufrb.edu.br/portal) em 2016	179
Tabela 68. Clipping em 2016	180
Tabela 69. Grau de satisfação dos entrevistados em relação a dois aspectos institucionais avaliados	185
Tabela 70. Dados sobre ações realizadas no exercício de 2016 voltadas à formação continuada dos docentes da UFRB	195
Tabela 71. Docentes, distribuídos por Centro e carga horária – 2016	199
Tabela 72. Evolução dos recursos orçamentários da UFRB relacionados a pessoal, investimento e outros custeios correntes	239
Tabela 73. Quadro de pessoal da UFRB	240
Tabela 74. Evolução dos gastos com capacitação de servidores	240
Tabela 75. Evolução dos gastos com diárias e passagens	241
Tabela 76. Obras concluídas por campus da UFRB em 2016	243
Tabela 77. Obras em andamento por campus da UFRB em 2016	243
Tabela 78. Obras paralisadas por campus da UFRB em 2016	244
Tabela 79. Área total e construída por campus da UFRB em 2013 e 2016	245
Tabela 80. Detalhamento de área construída da UFRB	246
Tabela 81. Autoavaliação dos indicadores de infraestrutura pelos respectivos Centros	250
Tabela 82. Biblioteca de Cruz das Almas: Tipos e quantitativos do acervo de 2016	260
Tabela 83. Aquisições feitas pela biblioteca de Cruz das Almas em 2016	261
Tabela 84. Quantitativo de livros emprestados no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	261
Tabela 85. Número de usuários da Biblioteca de Cruz das Almas do período de 2016	261
Tabela 86. Adquirido no Período de 01/01/2016 À 30/11/2016	262
Tabela 87. Acervo Geral Disponibilizado em 2016	262
Tabela 88. Livros emprestados no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	262
Tabela 89. Número de usuários no período de 01/01/2106 a 30/11/2016	263
Tabela 90. Acervo geral da Biblioteca de Santo Antônio de Jesus – 2016	263
Tabela 91. Evolução dos serviços prestados pela biblioteca de Santo Antônio de Jesus durante o ano de 2016	264
Tabela 92. Consultas e exibições no site da biblioteca de Santo Antônio de Jesus – 2016	264
Tabela 93. Aquisições feitas pela biblioteca de Santo Antônio de Jesus em 2016	264
Tabela 94. Adquiridos no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	265
Tabela 95. Quantitativo geral de títulos e exemplares do acervo do CFP em 30/11/2016	265
Tabela 96. Índice de livros emprestados pela Biblioteca do CFP no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	265
Tabela 97. Quantitativo de usuários inscritos, ativos e gerais no período de	266

01/01/2016 a 30/11/2016	
Tabela 98. Aquisições no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	266
Tabela 99. Quantitativo geral de títulos e exemplares em 30/11/2016	267
Tabela 100: Quantitativo de livros emprestados pela biblioteca do CECULT no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	267
Tabela 101: Quantidade de usuários inscritos e ativos no período de 01/01/2016 a 30/11/2016	267
Tabela 102: Tipo e Quantitativo do Acervo Adquirido no Período	268
Tabela 103: Quantitativo de títulos e exemplares do acervo da Biblioteca do CETENS	268
Tabela 104: Índice de livros emprestados pela Biblioteca do Cetens em 2016	268
Tabela 105: Número de usuários da Biblioteca do CETENS	269
Tabela 106. Resumo das Bibliotecas	269
Tabela 107. Distribuição de veículos por unidade da UFRB – 2016	270
Tabela 108. Quantitativo e status das solicitações de viagens feitas pelos Centros de Ensino Jan a Dez de 2016	274

Lista de Figuras

Figura 01. Linha do tempo: antecedentes históricos da criação da UFRB	44
Figura 02. Nível de conhecimento dos documentos e normas institucionais por categoria e Centro de vinculação do participante em 2016	75
Figura 03. Satisfação geral com a UFRB e com as vivências acadêmico/profissional por categoria e Centro de vinculação do participante em 2016	76
Figura 04. Envolvimento da comunidade interna nas ações de extensão por Centro de Ensino 2014, 2015 e 2016	81
Figura 05. Discentes em Mobilidade Acadêmica Nacional	115
Figura 06. Quantitativo de estudantes da UFRB em mobilidade internacional no período de 2011-2016.	116
Figura 07. Quantitativo de Bolsas do Programa de Monitoria Remunerada por Centro em 2015.1(A) e em 2015.2(B).	117
Figura 08. Satisfação dos discentes com os componentes curriculares ministrados em 2015.2 por centro de ensino	127
Figura 09. Satisfação dos docentes com os componentes curriculares ministrados em 2015.2 em função do centro de ensino	128
Figura 10. Satisfação dos discentes com os colegiados em função do centro de ensino em 2015.2	128
Figura 11. Satisfação dos docentes com os colegiados em função do centro de ensino em 2015.2	129
Figura 12. Avaliação do Ensino na Pós-graduação	138
Figura 13. Ações de Extensão/ Área temática	164
Figura 14. Evolução das visitas ao Portal da UFRB	179
Figura 15 - Satisfação da comunidade externa com relação à contribuição da universidade ao desenvolvimento do município	186
Figura 16 - Satisfação da comunidade externa com relação à relevância dos cursos para a comunidade / município	187
Figura 17. Docentes do Quadro Ativo	199
Figura 18. Titulação Docente	201
Figura 19 - Evolução do corpo Técnico-Administrativo	203
Figura 20 - Titulação do corpo Técnico-Administrativo da UFRB	204
Figura 21 - Organograma da UFRB	210
Figura 22. Organograma da Superintendência de Implantação do Espaço Físico	216
Figura 23 - Organograma da Pró-Reitoria de Graduação	219
Figura 24 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação.	221
Figura 25- Organograma da Pró-Reitoria de Extensão	222
Figura 26- Organograma da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis	224

Figura 27 - Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento	225
Figura 28- Organograma do Centro de Artes, Humanidades e Letras	228
Figura 29- Organograma do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.	229
Figura 30 - Organograma do Centro de Ciências da Saúde.	230
Figura 31 - Organograma do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	231
Figura 32 - Organograma do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	232
Figura 33 - Organograma do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade	233
Figura 34 - Organograma do Centro de Formação de Professores	235
Figura 35- Itinerário do Transporte Intercampi da UFRB	273
Figura 36 - Distribuição percentual de viagens autorizadas, negadas e canceladas	274
Figura 37 - Distribuição percentual de viagens entre os centros de ensino e demais setores	274
Figura 38- Distribuição percentual de viagens entre os centros de ensino	275
Figura 39. Evolução do nível de satisfação geral entre os anos de 2011 e 2016 em relação à Infraestrutura	277
Figura 40. Evolução do nível de satisfação geral entre os anos de 2011 e 2016 em relação à Biblioteca	278
Figura 41. Satisfação geral em 2016 com a Infraestrutura em função dos Centros de lotação: A) Discentes; B) Docentes; e C) Técnico	279
Figura 42. Satisfação geral em 2016 com as bibliotecas em função dos Centros de lotação: A) Discentes; B) Docentes; e C) Técnico	279
Figura 43. Satisfação geral dos Terceirizados em 2016 - Infraestrutura e Aspectos gerais relacionados à Universidade e ao trabalho que desenvolve	280

Lista de Siglas e Denominações

UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Conselhos Deliberativos

I - Superior

- CONSUNI – Conselho Universitário
- CONAC – Conselho Acadêmico
- CONCUR – Conselho Curador

II - Setorial

- Conselho Diretor de Centro

Órgãos Executivos Superiores / Assessorias

- Reitoria
- Vice-Reitoria

Pró-Reitorias

PROGRAD – Pró-reitoria de Graduação

Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica - CEIAC

- Núcleo de Gestão Acadêmica de Cursos e Currículos
- Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior
- Núcleo de Gestão de Estágios
- Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico

Coordenadoria de Políticas e Planejamento de Graduação - CPPG

- Núcleo de Gestão de Programas e Projetos
- Núcleo de Gestão do Programa de Educação Tutorial
- Núcleo de Gestão de Processo Seletivo
- Núcleo de Gestão de Acompanhamento Acadêmico
- Núcleo de Gestão de Políticas de Inclusão

PPGCI – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação

- Núcleo de Gestão Financeira
- Núcleo de Assessoramento

Coordenadoria de Ensino de Pós - graduação - CEPG

- Núcleo de Gestão de Programas Stricto Sensu e Lato Sensu
- Núcleo de Capacitação Docente
- Núcleo de Desenvolvimento de Programas Especiais

Coordenadoria de Pesquisa – CPESQ

- Núcleo de Iniciação Científica
- Núcleo de Assessoramento aos Programas, Projetos e Grupos de Pesquisa

Coordenadoria de Criação e Inovação - CINOVA

- Núcleo de Propriedade Intelectual
- Núcleo de Transferência de Tecnologia

PROEXT – Pró-reitoria de Extensão

- Núcleo de Comunicação

Coordenadoria de Cultura e Universidade

- Núcleo de Gestão do Memorial
- Núcleo de Educação e Ações Comunitárias
- Núcleo de Cultura e Territórios

Coordenadoria de Programas e Projetos de Extensão

- Núcleo de Gestão de Recursos
- Núcleo de Projetos e programas
- Núcleo de Gestão de Documentação

PROPAAE – Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

- Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Cruz das Almas
- Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Cachoeira
- Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Amargosa
- Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Santo Antônio de Jesus
- Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Feira de Santana
- Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Santo Amaro

Coordenadoria de Políticas Afirmativas – CPA/PROPAAE

- Núcleo de Estudos, Formação e Pesquisa em Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis
- Núcleo de Políticas de Ingresso, Permanência e Pós-Permanência e Ações Afirmativas
- Núcleo de Gênero, Diversidade Sexual e Educação
- Núcleo de Cultura, Esporte e Lazer

Coordenadoria de Assuntos Estudantis - CAE

- Núcleo de Acompanhamento Integral ao estudante
- Núcleo de Gestão de Atendimento e Documentação
- Núcleo de Acompanhamento dos Programas de Ingresso Permanência e Pós-permanência
- Núcleo de Gestão de Infraestrutura Física e Apoio aos Estudantes
- Núcleo de Apoio Restaurante Universitário
- Núcleo de Apoio Residências Universitárias

PROAD - Pró-reitoria de Administração

- Secretaria Especial de Apoio Administrativo da PROAD - SEECAD
- Assessoria de Assuntos Administrativos - ASSAADM

- Núcleo de Elaboração de Normas e Procedimentos Institucionais - NUENPI

Coordenadoria de Material e Patrimônio - CMP

- Núcleo de Gestão do Patrimônio
- Núcleo de Registro e Acompanhamento do Patrimônio Imobiliário
- Núcleo de Gestão do Almoxarifado
- Núcleo de Apoio administrativo

Coordenadoria de Licitação e Compras - CLC

- Núcleo de Gestão de Compras Núcleo de Gestão de Licitação / Pregoeiro
- Núcleo de Aquisição Direta
- Núcleo de Aquisição para Projetos / Pregoeiro
- Núcleo de Gestão de Processos
- Núcleo de Gestão de Processos
- Núcleo de Apoio à Licitação de Serviços
- Núcleo de Apoio à Licitação de Materiais Permanentes
- Núcleo de Apoio à Licitação de Materiais de Consumo/ Pregoeiro

Coordenadoria de Contratos - CCONT

- Núcleo de Gestão de Contratos
- Núcleo de Fiscalização de Contratos
- Núcleo de Apoio administrativo

Coordenadoria de Serviços Operacionais - CSO

- Núcleo de Apoio Administrativo - NAPAD
- Núcleo de Logística Sustentável - NUGLOGS
- Núcleo de Protocolo Central - NGPG
- Núcleo de Gestão de Frota - NUGF
- Núcleo de Manutenção da Frota - NUMAF
- Núcleo de Gestão de Serviços Operacionais - NGSE
- Núcleo de Gestão de Pavilhão de Aulas - NUGPAV
- Núcleo de Apoio de Pavilhão de Aulas - NAPA

PROPLAN - Pró-reitoria de Planejamento

Orçamento e Desenvolvimento Institucional – CODIN

- Núcleo de Planejamento e ações estratégicas
- Núcleo de Monitoramento das Ações Governamentais e Institucionais
- Núcleo de Gestão Orçamentária

Coordenadoria de Informação de Documentação – CIDOC

- Núcleo de Apoio à Gestão de Bibliotecas
- Núcleo de Arquivos
- Núcleo de Tecnologia da Informação

Coordenadoria Contábil e Financeira – COCFI

- Núcleo de Gestão Contábil

- Núcleo de Gestão Financeira
- Núcleo de Apoio Administrativo

Coordenadoria de Projetos e Convênios - COOPC

- Núcleo de Acompanhamento de Execução de Prestação de Contas
- Núcleo de Apoio a elaboração de Projetos e Convênio

Coordenadoria de Tecnologia da Informação - COTEC

- Núcleo de Desenvolvimento e Manutenção de Sistemas
- Núcleo de Gestão da Infraestrutura de Redes
- Núcleo de Gestão do Atendimento ao Usuário
- Núcleo de Gestão da Segurança da Informação

PROGEP - Pró-reitoria de Gestão de Pessoal

- Núcleo de Apoio Administrativo e Protocolo - NUAAPP
- Núcleo de Arquivo - NUARQ

Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal - CDP

- Núcleo de Gestão de Avaliação e Capacitação - NUGAC
- Núcleo de Gestão e Atenção à Saúde e Segurança do Trabalho – NUGASST
- Núcleo de Gestão de Ingresso e Movimentação - NUGIM
- Núcleo de Gestão de Seleções e Concursos - NUSECON

Coordenadoria de Administração de Pessoal - CAD

- Núcleo de Aposentadoria e Pensão - NUGAP
- Núcleo de Gestão de Controle e Acompanhamento de Ativos - NUGAT
 - ✓ Divisão de Controle e Pagamento do NUGAT – DIPAG
 - ✓ Divisão de Benefícios do NUGAT - DIBEN

Assessorias Especiais

- Assessoria de Comunicação - ASCOM
- Assessoria para Assuntos Internacionais - AAI
- Assessoria Especial para Projetos Estratégicos - ASSEPE
- Assessoria Especial Para a Área Acadêmica
- Assessoria Especial Para Desenvolvimento de Pessoal
- Assessoria Especial para Área de Saúde
- Assessoria Especial para Estabelecimento de Políticas de Ensino Superior em Parcerias
- Assessoria para o Desenvolvimento de Programas Culturais
- Assessoria da Vice-Reitoria
- Assessoria Especial Para Assuntos Administrativos e Financeiro-Contábeis
- Assessoria da PPGCI - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
- Assessoria do CCAAB - Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas
- Assessoria do CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
- Assessoria do CCS - Centro de Ciências da Saúde -
- Assessoria do CAHL - Centro de Artes Humanidades e Letras
- Assessoria do CFP - Centro de Formação de Professores

- Assessoria Técnica de Experimentação Vegetal - ATEV
- Assessoria Técnica de Experimentação Animal - ATEA
- Assessoria Técnica de Saúde Animal - ATSA
- Assessoria Técnica de Desenvolvimento Ambiental - ATDA
- Assessoria Especial de Programas Estratégicos - AEPE

Superintendências

Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos - SURRAC

- Núcleo de gestão de indicadores e expedição de documentos
- Núcleo de gestão de regulação das atividades acadêmicas
- Núcleo de gestão de registros e apoio acadêmico
- Núcleo de gestão de admissão, cadastro e arquivo acadêmico

Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico - SIPEF

- Núcleo de Arquitetura e Urbanismo
- Núcleo de Estudos e Projetos Arquitetônicos
- Núcleo de Fiscalização e acompanhamento de obras
- Núcleo de Gestão de Obras e Serviços
- Núcleo de Manutenção Predial
- Núcleo Técnico de Engenharia
- Núcleo de Gestão de Orçamentos
- Núcleo de Meio Ambiente e Jardinagem

Superintendência de Cultura e Desenvolvimento do Recôncavo da Bahia

- Assessoria para o Desenvolvimento de Programas Culturais
- Núcleo de Cultura
- Núcleo de Estudos sobre o Recôncavo

Procuradoria Federal

Auditoria Interna

OUTRAS SIGLAS

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ENADE - Avaliação de Desempenho dos Estudantes

MEC - Ministério da Educação

SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

CAPÍTULO I

Considerações Iniciais

I. Avaliação do Ensino Superior no Brasil

O Processo de autoavaliação institucional para a UFRB congrega duas dimensões a acadêmica e a social. Ao mesmo tempo, a combinação dessas dimensões, impulsiona o processo de planejamento e monitoramento das ações internas e externas à universidade, lavando ao autoavaliação a um potente instrumento de gestão que precisa ser assimilado por todos os sujeitos da comunidade universitária.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) atribui ao Governo Federal a responsabilidade de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, para avaliar os cursos das instituições de educação superior (Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, art. 9, VIII e IX). Com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes, o Governo Federal instituiu, no ano de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei 10.861 de 14 de abril de 2004).

O SINAES compreende um modelo de avaliação integrado, cujos instrumentos são aplicados em diferentes momentos sob a coordenação e supervisão do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Tais instrumentos podem ser resumidamente descritos em três modalidades principais: (1) Avaliação das Instituições de Educação Superior; (2) Avaliação dos Cursos de Graduação e (3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes.

(1) Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES)

Segundo o SINAES, o AVALIES, “é o centro de referência e articulação do **Sistema de Avaliação**”, na medida em que busca identificar, em cada instituição, o seu perfil e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas. Este eixo da Avaliação se subdivide em duas modalidades: (a) Autoavaliação e (b) Avaliação externa.

(a) Autoavaliação - Para operacionalizar os processos de avaliação interna nas Instituições de Ensino Superior (IES), o SINAES estabelece que cada Instituição, pública ou privada, deve constituir uma **Comissão Própria de Avaliação - CPA**, obedecendo às seguintes diretrizes:

- (i) constituição por ato do dirigente máximo da IES, assegurada a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, e vedada a composição que privilegie a maioria absoluta de um dos segmentos;
- (ii) atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES.

A CPA tem como competência institucional coordenar, planejar, implantar e desenvolver ações de Autoavaliação Institucional, orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da Autoavaliação Institucional da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES.

Por sua vez, a Autoavaliação Institucional coordenada pela CPA deve ser guiada pelos seguintes requisitos: (1) existência de uma equipe de coordenação; (2) compromisso explícito por parte dos dirigentes da IES; (3) informações válidas e confiáveis e (4) uso efetivo dos resultados dos processos de Autoavaliação.

(b) Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa, independente de sua abordagem, se orienta por uma visão multidimensional que busca integrar sua natureza formativa e de regulação, numa perspectiva de globalidade.

De acordo com o SINAES, em seu conjunto os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades.

(2) Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG)

O INEP conduz todo o sistema de avaliação de cursos superiores no país produzindo indicadores e um sistema de informações que subsidia o processo de regulamentação, exercido pelo MEC, buscando garantir transparência dos dados sobre a qualidade da educação superior a toda sociedade. Os instrumentos que subsidiam a produção de indicadores de qualidade e os processos de avaliação de cursos desenvolvidos pelo INEP são: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as Avaliações *in loco*, realizadas pelas comissões de especialistas.

Participam do ENADE estudantes ingressantes e concluintes dos cursos avaliados, que fazem uma prova de formação geral e formação específica. As avaliações feitas pelas comissões de avaliadores designadas pelo INEP caracterizam-se pela visita *in loco* aos cursos em instituições públicas e privadas e se destinam a verificar as condições de ensino, em especial aquelas relativas ao perfil do corpo docente, as instalações físicas e a organização didático-pedagógica.

No âmbito do SINAES e da regulação dos cursos de graduação no país, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento.

(3) Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, realizada pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), tem por finalidade aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

O ENADE, juntamente com um questionário socioeconômico, é aplicado por meio de procedimentos amostrais. Até o ano de 2011 o ENADE era aplicado ao final do primeiro e do último ano do curso, com uma periodicidade máxima trienal, sendo uma modalidade de avaliação considerada como um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação no país.

O presente documento representa o 2º Relatório Parcial do Segundo Ciclo Avaliativo (2015-2017) que a universidade apresenta ao INEP, à sua comunidade interna e à sociedade em geral, trazendo os resultados do processo de Autoavaliação Institucional coordenado por sua CPA.

II. Eixos de Autoavaliação Institucional

Tabela 01. Eixos de Autoavaliação conforme diretrizes do SINAES.

EIXOS	TEMÁTICAS
I - Planejamento e Avaliação Institucional	Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da Autoavaliação institucional;
II - Desenvolvimento Institucional	A missão e o plano de desenvolvimento institucional; A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
III - Políticas Acadêmicas	A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; A comunicação com a sociedade; Políticas de atendimento aos estudantes;
IV - Políticas de Gestão	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;
V - Infraestrutura Física	Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

(Lei N. 10.861, de 14 de abril de 2004, Artigo 3º; Nota técnica INEP/DAES/CONAES N°65/2014)

III. Dados da Instituição¹**Tabela 02.** Caracterização da Instituição Federal de Ensino Superior (IFES).

Nome da IFES:	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB
Código:	4503
Mantenedora / CNPJ:	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB / 07.777.800/0001-62
Natureza Jurídica:	Pessoa Jurídica de Direito Público - Federal
Organização Acadêmica:	Universidade
Categoria Administrativa:	Pública Federal
Dirigente (Reitor):	Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Endereço da Sede:	UFRB - Reitoria - Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas/BA - 44.380-000
Telefone:	(75) 3621 2350
Fax:	Fax: (75) 3621 90 95
e-mail:	gabinete@ufrb.edu.br / prograd@ufrb.edu.br
Sítio eletrônico	www.ufrb.edu.br
Campi fora da sede: (Centros de Ensino/ Cidade/Sítio)	<i>Centro de Formação de Docentes – CFP/ Amargosa – BA / www.ufrb.edu.br/cfp</i> <i>Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL/ Cachoeira – BA /www.ufrb.edu.br/cahl</i> <i>Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB/ Cruz das Almas - BA / www.ufrb.edu.br/caaab</i> <i>Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC/ Cruz das Almas – BA / www.ufrb.edu.br/cetec</i> <i>Centro de Ciências da Saúde – CCS/ Santo Antônio de Jesus – BA / www.ufrb.edu.br/ccs</i>
Dados de Criação da IFES	
Ato Regulatório:	Credenciamento

Prazo de Validade: Vinculado ao Ciclo Avaliativo

Tipo de Documento: Lei Federal

Nº. do documento: 11.151

Data do documento: 29/07/2005

Data de publicação: 01/08/2005

Credenciada para
ministrar educação
à distância?

Credenciada para oferta de cursos a distância após visita da comissão do MEC/INEP para credenciamento em fevereiro de 2012, com obtenção de nota 04 (quatro). A Portaria do MEC nº 865/2013 consta este credenciamento.

¹ Fontes consultadas:

- Sítio Eletrônico da UFRB. URL:www.ufrb.edu.br

- Sítio Eletrônico do Sistema de Regulação do Ensino Superior – e-MEC.

URL:[http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-](http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/)

[cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/](http://emec.mec.gov.br/emec/consulta-cadastro/detalhamento/d96957f455f6405d14c6542552b0f6eb/) NDUwMw==



IV. Princípios orientadores da Autoavaliação Institucional da UFRB

Em conformidade com o SINAES a UFRB criou a Comissão Própria de Autoavaliação Institucional por meio da Portaria do Gabinete do Reitor N.º 005/2009 para conduzir o processo de autoavaliação.

A autoavaliação da UFRB tem por objetivo analisar a Instituição para responder: o que ela é; e o que ela deseja ser; o que de fato realiza; como se organiza, administra e age; qual o envolvimento da comunidade interna e externa nesse processo, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro, tendo como ponto de partida para planejamento, gestão e avaliação, o PDI. São requisitos básicos da autoavaliação: a existência de uma equipe de coordenação; a participação dos integrantes da instituição na sua composição; o compromisso explícito por parte dos dirigentes da IFES; informações válidas e confiáveis e o uso efetivo dos resultados de autoavaliação pela gestão institucional visando o aprimoramento das práticas e serviços prestados à comunidade.

Para tanto, a CPA, na condução dos processos de autoavaliação, tem como objetivos:

- coordenar, planejar, implantar e desenvolver ações de autoavaliação institucional, conforme parâmetros estabelecidos em dez dimensões pelo SINAES;
- proceder ao acompanhamento e avaliação sistemáticos e regulares envolvendo o corpo discente, docente, técnico-administrativo, gestores e a comunidade externa;
- promover a autoavaliação institucional, considerando seu aspecto diagnóstico e formativo;
- fomentar a cultura de autoavaliação na UFRB, por meio de ações de mobilização e *feedback* à comunidade;
- oferecer subsídios para a tomada de decisão no sentido de aumentar, permanentemente, a eficácia institucional, a efetividade acadêmica e social da UFRB;
- promover uma cultura institucional que favoreça os processos de autoavaliação na UFRB;
- sensibilizar a comunidade universitária em colaborar com a avaliação institucional, participando inclusive da CPA;
- fortalecer o diálogo entre os Centros de Ensino e a Administração Central;
- potencializar a utilização do(s) Relatório(s) da CPA como ferramenta de gestão estratégica para tomada de decisão.

A autoavaliação institucional busca contemplar a análise global das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da UFRB e de seus cursos. A CPA tem o compromisso de realizar, em caráter público, todos os procedimentos, a ordenação dos dados e resultados dos processos autoavaliativos, levando em conta o respeito à identidade e à diversidade da Instituição e de seus cursos. Para tanto, torna-se necessário que a CPA tenha em sua composição, a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo da UFRB e da sociedade civil do Recôncavo da Bahia.

V. Modelo de Autoavaliação, delineamento metodológico e amostral

Tendo com norte seu escopo e sua responsabilidade institucional, a CPA tem realizado uma série de ações consoantes com as diretrizes de avaliação das IES, com o roteiro de autoavaliação institucional elaborado pela CONAES e o PDI da UFRB. Tais ações podem ser apresentadas em três etapas distintas, porém indissociáveis.

1ª Etapa: Preparação

Constituição da CPA

A CPA/UFRB foi instituída por meio da Portaria Gabinete da Reitoria N.º 005/2009 de 02 de janeiro de 2009 e cadastrada junto ao INEP em 15/04/2009. Desde sua criação, a CPA tem passado por alterações em sua composição, mas sempre mantendo representantes discentes, docentes, técnicos-administrativos e da sociedade civil organizada. Na composição da CPA foram levados em consideração os seguintes aspectos:

- representação de cada categoria (discente, docente, técnico-administrativo) de cada Centro de Ensino, compondo a equipe da CPA setoriais;
- garantia de participação de todos os membros da comunidade acadêmica, de forma a não haver maioria absoluta de uma ou outra categoria em sua composição;
- participação voluntária dos membros na composição da comissão.

Os membros da comissão atual foram designados por ato do dirigente máximo da instituição por meio da publicação da Portaria do Gabinete do Reitor n° 584 de 08 de julho de 2016, alterada pela Portaria Gab. n° 283 de 28/03/2017. A CPA se reúne mensalmente, em

sessão ordinária, no salão nobre (prédio da reitoria), em Cruz das Almas, ou em caráter extraordinário quando convocada pelo Coordenador, seu Suplente, ou pela maioria dos seus membros.

Planejamento

A partir de reuniões periódicas entre os membros da comissão, bem como reuniões com a comunidade acadêmica, foram definidos os objetivos, as estratégias, a metodologia, os recursos necessários, o calendário das ações avaliativas e as ações pós-avaliação. Tais ações são detalhadamente descritas no tópico Desenvolvimento.

Estratégias de ação

Foram desenvolvidas estratégias de ações com foco na comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional. Tais ações referem-se a:

- (1) Elaboração de material de divulgação para apresentar a CPA e o modelo de autoavaliação institucional - foram elaborados *folders* e cartazes, os quais foram distribuídos em todos os campi da UFRB;
- (2) Envio de e-mails a todos os membros da comunidade acadêmica e, em 2016 oferecemos também à comunidade externa com informações sobre a CPA e sobre o Período de Autoavaliação Institucional e convidando à participação de todos. Nos referidos *emails* foi disponibilizado o endereço da página da CPA, no sítio eletrônico da UFRB.
- (3) Criação da Semana de Autoavaliação Institucional na UFRB como estratégia de solidificação de uma cultura de autoavaliação. A CPA apresentou ao CONAC a solicitação de se criar uma Semana de Autoavaliação Institucional, a ocorrer sempre no final de cada semestre letivo. O CONAC acatou a sugestão da CPA, incluindo a Semana no Calendário Acadêmico desde 2011. Em 2012 esta semana foi transformada no “Período de Autoavaliação Institucional”. Em 2016, por estarmos no calendário acadêmico de 2015.2, o Período de Autoavaliação institucional aconteceu entre os dias 31/10/2016 e 30/11/2016.
- (4) A *Home Page* da CPA, hospedada no sítio eletrônico da UFRB, a partir da qual são disponibilizados documentos e informações importantes sobre a avaliação do Ensino Superior no Brasil e sobre a Autoavaliação Institucional da UFRB, todos disponíveis para download. A *Home Page* da CPA se configura como um importante canal de comunicação sobre os atos da comissão, viabilizando a transparência e publicização dos resultados de seus estudos.

(5) Como forma de capilarizar as ações da CPA, cada subcomissão, são 7, uma em cada Centro da UFRB, também desenvolvem ações junto aos Colegiados dos Cursos e aos Conselhos dos seus respectivos Centros de atuação.

(6) Também foram realizadas as reuniões ordinárias da CPA de forma itinerante nos Centros;

(7) A coordenação Geral e a Vice-Coordenação geral também realizou visitas aos Centros realizando ações junto às subcomissões e a direção dos Centros;

2ª Etapa: Desenvolvimento

A partir de reuniões internas da comissão com a administração da universidade e com a comunidade acadêmica, durante as fases de planejamento, buscou-se assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias, com a articulação cooperativa entre os participantes e o cumprimento dos prazos para as ações avaliativas. Foram discutidas as potencialidades da autoavaliação para o crescimento institucional, sempre tendo como norte as diretrizes definidas pelo SINAES / CONAES.

Vale ressaltar que desde a criação da CPA o atendimento das solicitações da comissão por parte da instituição vem ocorrendo de forma gradual. No primeiro ano de criação da CPA não existiam servidores técnico-administrativos alocados no setor, mas atualmente a comissão conta com um servidor técnico-administrativo e uma funcionária terceirizada. Ressalta-se a necessidade da alocação de um servidor com formação em estatística para o aprimoramento dos trabalhos da CPA.

Além dos recursos humanos supracitados, tem-se 03 computadores, 03 mesas, 01 impressora a laser, 02 aparelhos com linha telefônica, 02 arquivos em aço e 01 em madeira, configurando infraestrutura mínima para o desenvolvimento dos trabalhos. Com espaço físico para a realização do seu trabalho.

Pesquisa de Campo

Avaliação junto à comunidade acadêmica.

Foram elaborados instrumentos de coleta de dados a partir do levantamento de atributos (itens) que descrevem situações e práticas relacionadas ao desenvolvimento dos componentes curriculares e aspectos estruturais, administrativos e vivenciais relacionados à rotina acadêmica de discentes, docentes e servidores técnicos da UFRB. Os instrumentos

elaborados tiveram por objetivo captar as percepções e níveis de satisfação da comunidade acadêmica diante dos atributos avaliados. Os itens dos instrumentos de satisfação são respondidos a partir de uma escala tipo *Likert* de cinco pontos, de sorte que, quanto mais próximo do número 1 o respondente assinalar, significa que está totalmente insatisfeito (a) com o atributo avaliado, sugerindo que, nesse aspecto, é preciso melhorar, ao passo que, quanto mais próximo do número 5 o respondente assinalar, significa que está totalmente satisfeito (a) com o atributo avaliado, indicando que, nesse aspecto, o item avaliado atende às necessidades e/ou expectativas do respondente.

Durante a autoavaliação realizada no ano de 2016 (semestre 2015.2) o instrumento utilizado para coleta de dados da Comunidade Externa foi aplicado presencialmente por membros da CPA, em formulário impresso e no formato *online*. Já a comunidade interna discentes, docentes e técnicos - administrativos utilizaram o sistema disponível no site da UFRB. Já se percebe a necessidade de se aprimorar esses instrumentos de coleta de dados, atividade que será iniciada no mês de abril.

Os dados sobre a satisfação dos membros da comunidade acadêmica são coletados durante o **Período de Autoavaliação Institucional** que ocorre ao final de cada semestre letivo. O modelo de avaliação da CPA prevê que a avaliação dos componentes curriculares pelos discentes e docentes tenha periodicidade semestral, ao passo que a avaliação geral da UFRB e das vivências acadêmicas tenha periodicidade anual. Os dados são coletados via sistema informatizado, em formulário eletrônico disponibilizado *online*. O formulário *online* é disponibilizado à comunidade acadêmica a partir de um link que permite acesso ao Sistema de Autoavaliação Institucional da CPA/UFRB. O link é apresentado em formato de *pop-up* na Home Page inicial da UFRB, bem como a partir do envio de e-mails aos membros da comunidade acadêmica, além de estar disponibilizado nos sistemas de Matrícula *online* e Sistema de Lançamento de Notas. A participação da comunidade nos processos de autoavaliação, até o momento, tem sido feita de forma voluntária e anônima.

Após a coleta de dados os itens dos instrumentos são submetidos a procedimentos analítico-estatísticos para a verificação da validade e precisão dos mesmos e, a partir de análises fatoriais, são agregados em dimensões, conforme será descrito posteriormente.

Os questionários elaborados para a avaliação dos componentes curriculares são aplicados semestralmente e captam os níveis de satisfação dos docentes e discentes em relação às dimensões descritas na Tabela 03 a seguir.

Tabela 03. Dimensões e público-alvo na autoavaliação dos componentes curriculares.

Dimensões	Descrição	Quem avalia?
Desempenho do Professor e Org. do Componente Curricular	Descreve a satisfação do aluno com o <i>desempenho do professor</i> (ex.: domínio do conteúdo, adequação das atividades para o alcance da aprendizagem, uso de estratégias para motivar os alunos, ritmo e profundidade com que os conteúdos são abordados, qualidade de exemplos para relacionar teoria e prática, integração com outros componentes curriculares, etc.) e com a <i>organização geral do componente curricular</i> (ex.: seqüência do conteúdo, clareza dos objetivos, detalhamento dos critérios de avaliação, fidelidade à ementa, adequação da carga horária e bibliografia, relevância do conteúdo à formação, etc.)	Alunos de Graduação e Pós-Graduação
Avaliação dos alunos	Descreve a satisfação do docente com: participação efetiva dos alunos nas atividades, pontualidade e assiduidade, busca de aprofundamento e atendimento extraclasse,, disposição para trocar idéias com os colegas e com o professor, aprendizagem, capacidade de transmitir e aplicar os conhecimentos em outras situações e contextos.	Docentes
Autoavaliação	Descreve a satisfação do com seu próprio desempenho em relação aos componentes curriculares cursados - aprendizagem, capacidade de transmitir e aplicar os conhecimentos, rendimento e participação nas atividades propostas.	Alunos de Graduação e Pós-Graduação
Autoavaliação e plano de curso	Descreve a satisfação do docente com seu próprio desempenho na organização e condução do componente (s) curricular (es): domínio do conteúdo, adequação das atividades para o alcance da aprendizagem, uso de estratégias para motivar os alunos, ritmo e profundidade com que os conteúdos são abordados, qualidade de exemplos para relacionar teoria e prática, integração com outros componentes curriculares, seqüência do conteúdo, clareza dos objetivos, detalhamento dos critérios de avaliação, fidelidade à ementa, adequação da carga horária e bibliografia, relevância do conteúdo à formação, etc.	Docentes
Suporte para a execução do componente curricular	Descreve a satisfação com a qualidade das salas de aula/laboratórios (acústica, limpeza, etc.), com o acesso aos textos e com o acervo da Biblioteca, com o atendimento da Unidade Acadêmica e com a infraestrutura da UFRB para a execução dos componentes curriculares.	Alunos de Graduação, Pós-Graduação e Docentes
Ambiente Virtual de Aprendizagem	Descreve a satisfação do aluno com o acesso ao AVA, com os espaços físicos utilizados no desenvolvimento do curso em relação ao ambiente virtual, com a coerência entre o Projeto Pedagógico do Curso e o ambiente virtual utilizado, com a efetividade na utilização dos mecanismos gerais de interação entre professores, discentes e tecnologias e com a adequação, formação e experiência dos docentes em relação ao ambiente virtual utilizado.	
Orientação e Desenvolvimento do projeto de pesquisa	Descreve a satisfação com a periodicidade de reuniões com o orientador, a qualidade da orientação recebida, a relação com o orientador, o estágio em docência e o suporte recebido do orientador, a integração entre a pós-graduação e a graduação, a participação da pesquisa e o suporte para o desenvolvimento da pesquisa.	Alunos de Pós-Graduação

Fonte: CPA

As dimensões de avaliação geral da UFRB e das vivências acadêmico-universitárias, cuja periodicidade de avaliação é anual, são descritas na Tabela 04.

Tabela 04. Dimensões e público-alvo da autoavaliação geral da UFRB e das vivências acadêmico-universitárias.

Dimensões	Descrição	Quem avalia?
Infraestrutura.	Descreve a satisfação com as salas de aula e laboratórios para ensino e pesquisa, ambientes de convivência, restaurante, bebedouros, banheiros, serviço de xérox, acesso aos campi, multicampia e transporte entre os campi, computadores e acesso à internet, sistema de informação, site da UFRB, acesso à informação, adequação do espaço físico para desempenho de atividades do setor etc.	Toda comunidade acadêmica a
Biblioteca	Descreve a satisfação com a bibliografia básica e complementar, periódicos, rotina de funcionamento (dias e horários), rotinas e regras para empréstimos de títulos, espaço para leitura e silêncio na biblioteca.	Toda comunidade acadêmica a
Aspectos gerais relacionados à Universidade e à vivência acadêmica	Transparência e clareza dos atos e procedimentos administrativos, sistema acadêmico, presteza e eficiência da administração da UFRB, atendimento aos discentes, organização discente e participação em processos decisórios, oferta de vagas e participação em projetos de monitoria, de pesquisa e de extensão, programas de assistência estudantil, participação em eventos científico-culturais, relação com demais membros da comunidade acadêmica, integração com o ambiente externo, etc	Toda comunidade acadêmica a
Práticas do colegiado do curso / coordenação do colegiado	Descreve a satisfação com as seguintes práticas: apresentação e discussão do PPC, planejamento, acompanhamento e avaliação da implementação do PPC, divulgação e incentivo à participação em reuniões, estágios, projetos de ensino, pesquisa, extensão, atendimento e informações prestadas aos discentes, proposição de medidas para melhorar a qualidade do curso, planejamento e implementação de ações pedagógicas junto a discentes com dificuldades de aprendizagem, etc. Na versão dos docentes, descreve ainda a satisfação com a coordenação e supervisão de atividades pedagógicas do curso, elaboração e provação do Plano de Trabalho Anual do colegiado, discussão e aprovação dos planos de ensino elaborados pelos docentes, estímulo à interdisciplinaridade, inovações pedagógicas e à formação docente.	Estudantes de Graduação e Docentes e
Currículo do curso de graduação de maior vinculação	Descreve a satisfação dos docentes em relação à adequação do currículo do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais e ao Projeto Institucional da UFRB, bem como adequação do currículo às exigências de inovação na área.	Docentes
Nível de conhecimento dos documentos e normas da Universidade.	Descreve o nível de conhecimento dos seguintes documentos: Estatuto e Regimento Geral da UFRB, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Pedagógico Institucional (PPI), Regulamento do Ensino da Graduação e Projeto Político Pedagógico do Curso (para estudantes de Graduação) e Regulamento do Programa de Pós-Graduação (para estudantes da PG). Políticas de capacitação e Plano de Progressão funcional (apenas na versão para os docentes). Na versão dos servidores técnicos, avalia-se ainda o nível de conhecimento dos documentos: Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Técnico-Administrativos em Educação (PROCAP), Plano Anual de Capacitação dos Servidores Técnico-Administrativos (PACAP), Plano de Progressão Funcional do Servidor Técnico-administrativo e Procedimentos administrativos.	Toda comunidade acadêmica a

Para a dimensão *Nível de conhecimento dos documentos e normas da universidade* foi utilizada uma escala tipo *Likert* de cinco pontos - quando mais próximo do número 1 o respondente marcar, significa que desconhece totalmente o teor do documento em questão, ao passo que, quanto mais próximo do número 5 marcar, estará indicando que conhece profundamente o documento em questão.

Além dos questionários de avaliação da satisfação com os componentes curriculares e com aspectos gerais da UFRB, a CPA envia anualmente um questionário a todos os coordenadores dos cursos de graduação para que os mesmos caracterizem e avaliem os seguintes aspectos: composição e práticas do Colegiado e do Núcleo Docente Estruturante (NDE); Projeto Pedagógico e do Currículo do Curso; organização didático-pedagógica do curso; educação à distância; Laboratórios e/ou outros contextos pedagógicos; mecanismos de avaliação e revisão curricular.

Evolução da taxa de respostas nas autoavaliações realizadas e características gerais das amostras

Avaliação dos Componentes Curriculares

Considerando os oito momentos de autoavaliação já realizados (2009.2; 2010.2; 2011.1, 2011.2 e 2012.1, 2013.2, 2014.1, 2014.2, 2015.2), foram preenchidos 8.524 questionários. O presente relatório considera apenas o semestre 2015.2, visto que o semestre de 2016.1 foi atrasado por motivo da greve de docentes e técnicos-administrativos, desembocando na não realização do processo de autoavaliação no referido período. Devido a esse arranjo no calendário acadêmico, no período da coleta o semestre de 2016.1 não havia sido finalizado. A Tabela 05 descreve a evolução da taxa de respostas dos estudantes de graduação, considerando cada Centro da UFRB.

Tabela 05. Evolução da taxa de respostas dos discentes da graduação que indicaram os centros aos instrumentos de avaliação dos componentes curriculares

Centro	Autoavaliações realizadas													
	2011.1		2011.2		2012.1		2013.2		2014.1		2014.2		2015.2*	
	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val
CAHL	72	7,8	82	10,3	86	11,8	47	26,11	111	20,11	9	7,38	59	14,9
CCAAB	249	26,8	137	17,1	242	33,3	40	22,22	156	28,26	39	31,97	66	16,67
CCS	91	9,8	54	6,8	57	7,8	35	19,44	73	13,22	15	12,30	47	11,87
CECULT	-	-	-	-	-	-	-	-	21	3,80	5	4,10	12	3,03
CETEC	86	9,3	59	7,4	61	8,4	24	13,33	93	16,85	19	15,57	59	14,09
CETENS	-	-	-	-	-	-	-	-	15	2,72	2	1,64	67	16,92
CFP	430	46,3	465	58,2	281	38,7	34	18,89	83	15,04	33	27,05	61	15,4
TOTAL	928		799		727		180		552		122		371	

Fonte: Banco de Dados CPA 2016

*O semestre 2015.2 foi ofertado no ano de 2016

Observando a Tabela 05, vê-se uma irregularidade na participação dos discentes no processo de auto-avaliação. É certo que é necessário desenvolver mais ações e principalmente, junto a esse público construir uma nova compreensão sobre o que é a autoavaliação institucional. Também observamos que é necessário um envolvimento maior dos diretores, gestores, coordenadores de curso e professores no período da coleta de dados e no uso desses dados como instrumento de gestão.

De acordo com a Tabela 06, observa-se que o período de 2015.2 houve uma maior participação dos discentes no que se refere à avaliação dos componentes curriculares. Lembrando que foi um semestre conturbado devido ao período de greve dos servidores-técnico e pelas ocupações estudantis. A Tabela 06 apresenta, de forma geral, as características mais prevalentes entre os respondentes.

Tabela 06. Caracterização da amostra de estudantes por autoavaliação realizada.

Características dos discentes	Características prevalentes por avaliação						
	2011.1	2011.2	2012.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.2*
Cursos de Graduação	30	33	30	29	41	33	39
Turno	Noturno (52,7%)	Noturno (60,2%)	Diurno (54,8%)	Diurno (62,70%)	Diurno (62,56%)	Diurno (69,67%)	Diurno (72,98%)
Sexo	Feminino (62,2%)	Feminino (63,4%)	Feminino (59,1%)	Feminino (50,27%)	Feminino (58,38%)	Feminino (62,30%)	Feminino (58,84%)
Idade	(M= 23,84 anos; DP= 5,97; Mo= 22)	(M= 25,03 anos; DP= 6,39; Mo= 22)	17 a 63 anos (M= 24,63; DP= 6,53; Mo= 21)	18 a 58 anos (M= 26,45; DP= 8,30; Mo= 21)	17 a 64 anos (M=27,46; DP=8,74; Mo=22)	19 a 54 anos (M=27,07 anos; DP= 6,53; Mo=24)	18 a 63 anos (M=28,16 anos; DP=8,73; Mo=24)
Prevalência de semestre	1 ao 4 (80,6%)	2 ao 4 (72%)	1 ao 5 (76,3%)	1 ao 6 (75,0%)	1 ao 7 (82,60%)	6 a 10 (73%)	4 a 6 (48,52%)
Prevalência de número de componentes cursados no semestre	6	6	6	5	5	5	5

Fonte: Banco de Dados CPA 2016

*O semestre 2015.2 foi ofertado no ano de 2016

A Tabela 06 apresenta, de forma geral, as características mais prevalentes entre os respondentes. Conforme indicado, em 2015.2 nota-se um aumento na idade dos estudantes: em 2010 a média era de 23 anos, aumentando até 2016 para 28 anos. A ênfase na tabela no sexo feminino nos permite observar que houve uma variação de participação das estudantes

em 54% em 2010, atingiu o máximo de 58,84% em 2015.2. A evolução da taxa de respostas dos docentes nas autoavaliações realizadas sobre os componentes curriculares é apresentada na Tabela 07.

Tabela 07. Evolução da taxa de respostas dos docentes da graduação aos instrumentos de avaliação dos componentes curriculares.

Centro	Autoavaliações realizadas													
	2011.1		2011.2		2012.1		2013.2		2014.1		2014.2		2015.2*	
	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val	Fr	% val
CAHL	23	11,1	24	17,1	32	17,7	24	20,87	54	25,24	27	27,55	42	10,5
CCAAB	62	30	35	25	73	40,3	33	28,70	58	27,75	15	15,31	99	24,75
CCS	28	13,5	20	14,3	18	9,9	11	9,57	35	16,75	10	10,20	63	15,75
CECULT**	-	-	-	-	-	-	1	0,87	14	6,70	12	12,24	40	10
CETEC	35	16,9	24	17,1	21	11,6	16	13,91	29	13,88	13	13,27	68	17
CETENS**	-	-	-	-	-	-	3	2,61	3	1,44	2	2,04	24	6
CFP	59	28,5	37	26,4	34	18,8	27	23,48	16	7,66	19	19,39	53	13,25
Total	207		140		181		115		209		98		389	

Fonte: Banco de Dados CPA 2016

*O semestre 2015.2 foi ofertado no ano de 2016

**Centros inaugurados em 2013

Conforme ilustra a Tabela 07, a maior taxa de respostas dos docentes foi observada na coleta de 2015.2, com destaque para a participação do CCAAB e do CCS. A UFRB tinha em 2016 um quadro de 844 professores (efetivos e temporários), distribuídos da seguinte maneira: CAHL (15,28%), CCAAB (21,80%), CCS (16,82%), CETEC (16,00%), CFP (16,35%), CECULT (8,29%) e CETENS (5,45%). Assim, destaca-se a participação significativa dos docentes do CAHL, com uma taxa de resposta de 25,44%. No entanto, conclui-se que a participação docente na autoavaliação precisa ser ampliada. A Tabela 08 apresenta, de forma geral, as características mais prevalentes entre os respondentes. Conforme os dados, entre os docentes que participaram desta coleta prevaleciam aqueles do gênero feminino (50,75%). Também se observa que existem respostas de docentes para a quase totalidade dos cursos regulares de graduação da UFRB.

Tabela 08. Caracterização da amostra de docentes por autoavaliação realizada.

Características dos docentes	Características prevalentes por avaliação						
	2011.1	2011.2	2012.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.2*
Cursos de Graduação	30	31	32	33	34	32	42
Sexo	Masculino (59,4%)	Masculino (52,8%)	Masculino (54,7%)	Masculino (56,03%)	Masculino (51,67%)	Masculino (51,02%)	Feminino (50,75%)
N. de Componentes	De 0 a 5 (M= 2,4;	De 1 a 6 (M= 2,34 ;	De 1 a 5 (M= 2,37;	De 1 a 7 (M= 2,57;	De 1 a 5 (M=2,21;	De 1 a 5 (M=2;	De 1 a 4 (M=2;

ministrados	DP= 1,08; Mo= 2)	DP= 0,98; Mo= 2)	DP= 0,94; Mo= 3)	DP= 1,10; Mo= 3)	DP= 0,97; Mo=3)	DP=1; Mo=3)	DP=0,86; Mo=2)
Titulação	Mestrado (51,7%)	Mestrado (65%)	≥ Doutorado (56,18%)	≥ Doutorado (62,60%)	≥ Doutorado (50,70%)	≥Doutorado (71 %)	≥Doutorado (73,75 %)

Fonte: Banco de Dados CPA 2016

*O semestre 2015.2 foi ofertado no ano de 2016

Avaliação Geral da UFRB e das vivências acadêmico-universitárias

Em 2016 foram preenchidos 755 questionários, o que representa um acréscimo de 90,1% no número total de questionários respondidos em relação ao ano anterior. A Tabela 09 descreve a evolução da participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, considerando a categoria e o Centro de vinculação dos respondentes.

Tabela 09. Evolução da participação da comunidade acadêmica por categorias e Centros aos instrumentos de avaliação da UFRB e das vivências acadêmico-universitárias.

Categoria da comunidade acadêmica	CAHL		CCAAB		CCS		CECULT		CETEC		CETENS		CFP		Adm. Central	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Discente de graduação	22	71	54	126	19	67	10	16	32	96	2	51	20	61	-	-
Discente de Pós-graduação	-	7	6	29	-	-	-	-	-	2	-	-	1	7	-	-
Docente	8	-	13	-	9	-	14	-	8	-	5	-	11	-	-	-
Docente de Pós-graduação	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
Técnico-Administrativo	5	13	19	32	22	23	8	10	10	18	4	10	12	19	68	84
Total por setor	92	91	50	189	50	90	32	26	50	127	11	61	44	87	68	84

Fonte: Banco de Dados CPA 2016

Avaliação junto à comunidade externa

De acordo com o Sistema de Autoavaliação da CPA/UFRB, a avaliação junto à comunidade externa deve ser feita pelo menos uma vez a cada ciclo avaliativo, preferencialmente na metade do ciclo avaliativo. A metodologia de avaliação inclui a aplicação presencial de um roteiro estruturado de entrevista contendo dados de caracterização sociodemográfica e econômica, além de questões que buscam captar as percepções da comunidade sobre a universidade e dos impactos que a mesma tem trazido à região de inserção.

No semestre em análise foram realizadas entrevistas junto a 570 participantes, comparado à avaliação anterior, houve um acréscimo de 432,71%. Os participantes foram de ambos os sexos, com diferentes níveis de escolaridade e tipos de ocupação, em diferentes

contextos: comércio, feira, praças e residências nas cidades de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Cachoeira/São Félix, Feira de Santana e Santo Amaro – cidades em que a UFRB possui *campi*.

Análise documental

Nesta modalidade de análise a CPA realiza a consulta e análise de documentos oficiais da instituição, tais como: o PDI e o PPI, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, os Relatórios de Gestão e demais documentos normativos (Lei 10.861/2004, art. 11, I e II; Portaria MEC nº 2.051/2004, Art. 7º; PDI/UFRB 2015-2018). Além da consulta aos referidos documentos, busca-se obter informações junto aos diversos setores da universidade, a partir da análise dos Relatórios Setoriais de Gestão. Para além dos referidos documentos dos setores, a CPA, seguindo orientações do Roteiro de Autoavaliação produzido pela CONAES, elaborou uma lista de indicadores e informações imprescindíveis à realização do autoestudo. Tal lista de indicadores é encaminhada anualmente, via comunicação eletrônica, solicitando o envio das informações aos seguintes setores da universidade:

- Reitoria e assessorias vinculadas;
- Pró-reitorias e coordenadorias vinculadas;
- Pesquisador (a) Institucional e Censo;
- Centros de Ensino e assessorias vinculadas;
- Colegiados de Curso de Graduação e Pós-graduação;
- Levantamento e análise de informações a partir dos Relatórios Setoriais de Gestão, encaminhados pelos diversos setores à PROPLAN.

Procedimentos de análise de dados

Foram analisados os dados da pesquisa de campo, para validar os instrumentos de coleta. Os dados são submetidos a análises fatoriais exploratórias e análises de consistência interna/fidedignidade para todos os instrumentos. Foram obtidos bons índices de validade de construto para todos os instrumentos (estes, de fato, avaliam o construto satisfação, tal qual se propõem a avaliar) e de precisão (os instrumentos avaliam com quantidade de erro reduzida). Após análise das características psicométricas dos instrumentos, são criados escores (médias) de satisfação para cada dimensão avaliada, a partir dos quais se trabalha com recursos de estatística descritiva (representação algébrica e gráfica) e análise de variância (ANOVA) para

verificar a existência de diferenças significativas de satisfação entre os participantes de diferentes Centros da UFRB. Os resultados das referidas análises são descritos no presente documento de forma agregada, quando representam as dimensões avaliadas, bem como de forma particularizada, ilustrando a média de satisfação naqueles atributos (itens) relevantes para a análise das dimensões.

Quanto aos dados provenientes da Análise Documental, os documentos são analisados tendo como norte as diretrizes do CONAES, filtrando as informações relevantes para a análise das dimensões. Além disso, para aqueles dados quantitativos encaminhados pelos gestores, trabalha-se com a representação algébrica e/ou gráfica na tentativa de ilustrar o desempenho da Instituição numa série histórica de tempo.

Diretrizes para a interpretação dos dados de autoavaliação provenientes da pesquisa de campo

A interpretação dos resultados da pesquisa de campo deve considerar a escala de medida utilizada, na qual os valores médios devem ser interpretados numa escala que varia de 1 a 5, na qual quanto mais próximo do número 1, maior a insatisfação dos respondentes, ao passo que quanto mais próximo do número 5, maior a satisfação dos respondentes frente à dimensão avaliada.

Além da referida observação, cabe ressaltar que, para aqueles dados provenientes de comparações de média entre grupos de respondentes (comparações entre Centros) para os quais existem diferenças significativas do ponto de vista estatístico ($p < 0,05$), o nome da dimensão em questão é apresentado no texto.

3ª Etapa: Consolidação

Apresentação do relatório parcial do ciclo avaliativo 2015 - 2017 de avaliação interna.

São apresentados nesse Relatório Parcial de Autoavaliação Institucional os dados provenientes do questionário para toda a UFRB e sempre que possível, os dados particularizados por cada Centro de Ensino e/ou cursos. Os participantes na construção do relatório foram designados pela Portaria nº 283/2017, o que constitui o interesse no sentido de integrar as informações colhidas com resultados de outros processos avaliativos, como por exemplo, os resultados de avaliação já realizados pelas comissões externas do MEC para fins

de reconhecimento dos Cursos de Graduação da IFES, bem como os resultados de desempenho dos estudantes no ENADE para aqueles cursos já avaliados até o momento.

A análise das dimensões de autoavaliação é apresentada no capítulo 3 do presente relatório, com as subseções em diferentes núcleos de informações:

- Núcleo Básico e Comum: contempla informações que são solicitadas a todas as IES no país;
- Núcleo de Temas Optativos: contempla tópicos relevantes à realidade institucional da UFRB;
- Núcleo de Documentação, Dados e Indicadores: contempla dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações;
- Análise das metas e objetivos alcançados: contempla análise dos avanços, retrocessos, aspectos positivos e fragilidades da UFRB em cada dimensão, bem como das estratégias adotadas pela CPA na compilação e análise dos dados.
- Considerações: contempla as considerações e sugestões que a CPA tem a fazer sobre cada dimensão avaliada para que sejam implementadas.

Divulgação do Relatório

O Relatório de autoavaliação tem como público-alvo os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos do INEP e a sociedade em geral. Tendo em vista a variedade de destinatários, a CPA buscou elaborar um documento com linguagem clara e acessível, bem como estabeleceu uma série de estratégias de divulgação do mesmo, quais sejam:

- ✓ Elaboração de documentos informativos (impressos e eletrônicos);
- ✓ Elaboração de Relatórios Setoriais de Síntese que são enviados aos Colegiados dos Cursos de Graduação, bem como, para os Diretores dos Centros de Ensino;
- ✓ Envio dos Relatórios Parciais de Autoavaliação ao INEP;
- ✓ Disponibilização dos Relatórios Parciais de Autoavaliação na *Home Page* da CPA para *download*;
- ✓ Solicitação de apoio da ASCOM com o objetivo de divulgar junto à comunidade acadêmica pela agência de notícias do site da UFRB;

- ✓ Impressão e encadernação dos relatórios para ser incorporado ao acervo das Bibliotecas Central e Setoriais em todos os *campi* (ainda não realizado).

Balanço crítico

A cada fase de implementação do modelo de autoavaliação os membros da CPA realiza internamente e junto com a comunidade acadêmica uma avaliação crítica sobre as estratégias utilizadas, as dificuldades encontradas e os avanços alcançados pela comissão e pela universidade.

Por entender que tal apreciação é fundamental para o planejamento e realinhamento de ações futuras, a CPA já realizou encontros e debates com alguns setores da administração da universidade: rodada de encontros com os Diretores de Centro, Gestores de Ensino e Coordenadores dos Cursos de Graduação dos Centros de Ensino da UFRB e reuniões com Pró-reitores de Graduação e Planejamento. A partir das referidas reuniões e debates internos da CPA, apontamos os avanços e desafios: aperfeiçoar a metodologia e os instrumentos de coleta; criar estratégias para incrementar a taxa de resposta aos instrumentos de autoavaliação; aprimorar os mecanismos de devolutiva dos dados de autoavaliação para a comunidade acadêmica, como por exemplo, os Relatórios Síntese Setoriais enviados aos Colegiados, aos Diretores de Centro e comunidade em geral.

Os elementos dessas problematizações, bem como as estratégias implementadas e as sugestões para estudos futuros, são apresentados quando da discussão das considerações finais.

CAPÍTULO II

A UFRB e o Recôncavo da Bahia*

Principais fatos no contexto da UFRB em 2015

A palavra *Recôncavo* significa terra em redor de qualquer baía. No Brasil ela terminou se vinculando mais fortemente à região que circunda a Baía de Todos os Santos. O processo de ocupação da região seguiu determinados vetores que por muito tempo definiram os caminhos e percursos que ligavam a capital da Bahia às localidades mais distantes do litoral. Quando o governo português decidiu ocupar em definitivo o território que mais tarde se chamaria Brasil, o Recôncavo foi a primeira região da América Portuguesa a ser sistematicamente colonizada. Em 1549, quando se fundou a cidade do Salvador, a idéia era erguer uma cidade-fortaleza que pudesse servir de apoio à ocupação do território seguindo o curso dos grandes rios, o Paraguaçu, o Jaguaripe e o Subaé. Nos baixios formados nas margens desses rios, especialmente nos limites onde era possível a navegação, estabeleceram-se os primeiros núcleos populacionais. Surgiram então as povoações que mais tarde dariam origem às cidades de Cachoeira, São Félix, São Francisco do Conde, Maragojipe, Santo Amaro, Jaguaripe e Nazaré das Farinhas. Trecho do livro “*UFRB 5 anos: caminhos, histórias e memórias*”.

Na região do Recôncavo os índios, os brancos e os negros criaram novas alianças e estabeleceram novas trocas culturais que moldaram as formas de viver e sentir das populações locais. Foi nessa região de encontro de diferentes povos africanos, indígenas e portugueses que surgiu uma sociedade culturalmente complexa e diversificada. A diversidade desse encontro nem sempre amistoso ainda hoje está presente nas formas de viver e crer das populações locais. Foi dessa diversidade que surgiram ritmos musicais que terminaram se incorporando ao patrimônio cultural do Brasil. O samba de roda certamente é a expressão maior dessa rica musicalidade. A palavra “samba” vem de *semba*, que na região de Angola denomina a reunião em círculo de músicos e dançarinos que se alternam executando passos cadenciados com braços, pernas e quadris. O ritmo se espalhou por várias regiões do país, sobretudo o Rio de Janeiro onde ganhou nova roupagem rítmica, espaço nas rádios e nas avenidas através das escolas de samba.

Esse encontro cultural ocorreu num contexto de conflitos e desigualdades sociais. A riqueza aqui consumida e exportada foi fruto da escravização de indígenas e africanos. A

sociedade era desigual e intolerante com as tradições culturais indígenas e africanas. Até a década de 1970, os terreiros de candomblé da região eram obrigados a pedir permissão à polícia para realizarem suas celebrações. A capoeira só foi reconhecida como cultura na década de 1930. E o samba de roda, muitas vezes chamado pelas elites brasileiras de “batuque”, só ganhou as ruas e o reconhecimento de bem cultural depois de muitos anos de luta contra o preconceito.

Esse legado de luta contra a intolerância é também um traço cultural dos povos que formaram a sociedade do Recôncavo. Aliás, esse legado cultural marcou a própria fundação do Brasil como país. Isso mesmo, aqui na Bahia a independência do Brasil do colonialismo português ocorreu em meio a muita luta e o Recôncavo foi o palco de episódios decisivos. Quando em 1821, tropas portuguesas ocuparam a cidade do Salvador, a resistência se organizou nas cidades de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe e Itaparica.

Comandavam as tropas do chamado Exército Libertador, membros das elites locais, senhores de engenho e escravos, mas quem esteve nas frentes de batalha foi a gente livre pobre e liberta. Entre esses combatentes participaram mulheres como Maria Quitéria e Maria Felipa. Em 2 de julho de 1823, as tropas que marcharam do Recôncavo retomaram a cidade do Salvador. Esse episódio até hoje é lembrado e celebrado nos desfiles cívicos que acontecem em Salvador e em várias cidades da Bahia. O ponto alto da festa é a “levada” das imagens do caboclo e da cabocla, os símbolos da participação do povo pobre, negro e mestiço, nas lutas de independência. Informações preciosas de um povo rico, desconhecidas da maioria da população brasileira.

No Recôncavo se formou a mais antiga rede urbana do Brasil. Antigos caminhos partiam de Cachoeira para o norte, via Jacobina, descendo em seguida na direção de Maracás, Caetité e norte da Província de Minas Gerais. Essa rede de comunicações fez a riqueza de Cachoeira, São Félix, Nazaré das Farinhas e Santo Amaro. Para ali chegavam embarcações carregadas de novidades vindas de Salvador e dali reenviadas para o interior em tropas de mares. Podemos imaginar o cotidiano desses centros, o apito dos vapores, a marcha apressada dos estivadores, o sobe e desce de caixeiros viajantes, carroceiros, canoeiros, saveiristas e tropeiros. A ferrovia na década de 1880 só reforçou a posição daqueles centros como os grandes entrepostos comerciais do interior.

Na década de 1940, transformações aceleradas ocorreram no Recôncavo. Naquela época as estradas de rodagens criaram outros percursos ligando a capital com o interior. O caminhão foi substituindo os saveiros e os vapores que singravam os grandes rios da região. As estradas de rodagens deram projeção a Feira de Santana, Cruz das Almas e Alagoinhas em

detrimento de antigos portos fluviais como Cachoeira, São Félix e Santo Amaro. Não por acaso, versos de conhecido samba de roda da região cantava: “O Vapor da Cachoeira não navega mais no mar”.

Sem a navegação a vela, nem os velhos navios de cabotagem, e com as novas estradas de rodagens, Salvador viu desaparecer grande parte de seu vínculo com o Recôncavo, com suas águas, com o mar. A cidade perdeu seu interior imediato.

A exploração e o refino de petróleo na década de 1950 causaram grande impacto cultural e econômico no Recôncavo. Como por ironia, poços de petróleo foram descobertos em áreas onde outrora funcionavam engenhos e usinas de açúcar. Em 1950, foi fundada a Refinaria Landulpho Alves, em São Francisco do Conde. Mais tarde, em 1957, foi construído o terminal marítimo em Madre de Deus. As atividades petrolíferas transformaram a vida econômica e social da região. Mas os ganhos advindos do petróleo se concentraram nas cidades diretamente envolvidas naquelas atividades como Salvador, Candeias e São Francisco do Conde. Na década de 1960, o governo criou o CIA, Centro Industrial de Aratu, área infra-estruturada para receber investimentos, algo que terminou aumentando o distanciamento entre Salvador e Recôncavo. Esses arrancos desenvolvimentistas terminaram modificando os vetores de desenvolvimento da região e aprofundando desigualdades intra-regionais. As áreas de ocupação antiga da região ficaram de fora desse processo.

Assim, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia nasce numa região que carrega uma rica história de encontros, contradições e trocas culturais. A UFRB faz parte e se reconhece como parte dessa história, pois é fruto das aspirações e da mobilização das comunidades locais. Daí que ela também é herdeira das tradições culturais de luta do povo do Recôncavo. Mas como lugar de encontro e de diversidade, o Recôncavo sempre foi terreno fértil para a invenção e reinvenção. Não por acaso um dos compromissos fundadores da UFRB é com a invenção de outra perspectiva de desenvolvimento que promova a melhoria da vida das pessoas e o exercício pleno de suas capacidades humanas.

* Texto de autoria do Prof. Walter Fraga, Doutor em História e Superintendente de Cultura da UFRB. Extraído literalmente de: Fraga, W. (2010). A UFRB e o Recôncavo da Bahia. Em: *UFRB 5 anos: caminhos, histórias e memórias*. 1ª Ed. (p.06-17). Cruz das Almas: UFRB.

Antecedentes históricos da criação da UFRB**

Foi uma sessão festejada e concorrida. Não poderia ser diferente, uma vez que o próprio Imperador estava presente. E também o Presidente da Província e a elite açucareira do

Recôncavo, com seus barões, viscondes, coronéis e comendadores. A Ata de criação está recheada de assinaturas importantes. Era 1859 e Dom Pedro II criava naquele momento o Imperial Instituto Baiano de Agricultura. O Brasil enfrentava uma grave crise agrícola, provocada por atraso tecnológico, problemas de mão-de-obra, e diminuição do preço do açúcar no mercado internacional.

Para responder às pressões do setor, representado pelos ricos fazendeiros donos dos engenhos, o governo do império criou os Imperiais Institutos de Agricultura em diversas regiões do país. Entre as ações do Instituto para a recuperação da economia açucareira foi criada a Escola de Agricultura da Bahia, que entrou em funcionamento em 1877. Nascia a primeira escola superior de agricultura da América Latina, em São Bento das Lages, entre os municípios de Santo Amaro e São Francisco do Conde.

Hoje só restam as ruínas do que outrora foi um prédio imponente: As instalações do campus ofereciam moradia para discentes e docentes, salas de aula, biblioteca, museu, capela, curral, estrebaria e áreas de campo experimentais. Eram dois graus de ensino: o elementar, que formava lavradores e regentes florestais e o supletivo, para formação de engenheiros agrônomos e veterinários. A primeira turma de engenheiros foi diplomada em 1880.

No início do século XX a Escola passa por um período de instabilidade. Cortes de verbas por parte do governo federal terminam por transferir a instituição ao controle do Estado, em 1904. Em 1911, com o nome de Escola Média Teórico-Prática de Agricultura, retorna ao controle governo federal. Em 1919, passa novamente ao comando do estado, agora com o nome de Escola Agrícola da Bahia.

A Escola foi transferida para Salvador em 1931. A nova sede era a Hospedaria dos Imigrantes, próxima ao forte Monte Serrat. O local aparentemente privilegiado, de frente para o mar, em meio à paisagem da baía de Todos os Santos, era pouco adequado para o ensino agrícola, sem áreas de plantio, criação e locais de pesquisa.

A Escola Imperial Agrícola da Bahia foi a primeira do gênero na América Latina, já associando o ensino e a pesquisa. A Segunda instituição de pesquisa em ciências agrárias criada no Brasil foi a Estação Agronômica de Campinas (SP), em 1887, a qual deu origem ao Instituto Agronômico de Campinas. O segundo curso só surgiria em 1891, na Escola Superior de Agricultura Eliseu Maciel, de Pelotas (RS).

No seu período de funcionamento como Instituto Imperial, a escola formou 273 engenheiros agrônomos, e muitos deles se dedicariam à docência e à pesquisa em novas instituições científicas na Bahia e em outros estados. As teses produzidas constituíram um valioso acervo para a ciência agrônoma, gerando e difundindo conhecimentos que iam

muito além da produção instalada no Recôncavo, possibilitando a diversificação das atividades e da própria economia regional. Assim, a instituição teve um papel fundamental na criação de um ambiente científico e cultural na Bahia oitocentista. A pesquisa realizada pelo Instituto foi decisiva também na organização de instituições de pesquisa por produto, em apoio à economia agroexportadora. As mais conhecidas foram o Instituto de Cacau da Bahia, ICB e o Instituto Baiano de Fumo, o IBF.

O século XIX foi um período efervescente em pesquisas no campo da agropecuária, principalmente na Europa. Muitas das descobertas dos centros de pesquisas na Alemanha, França e Inglaterra, bem como técnicas de plantio e variedades de cana-de-açúcar utilizadas com sucesso nas ilhas Maurício e nos Estados Unidos, eram difundidas na Bahia através do IIBA. Isso contribuiu significativamente para o desenvolvimento das lavouras e para a recuperação da economia do estado nesse período.

Em 1938, o presidente Getúlio Vargas nomeou Landulfo Alves interventor federal na Bahia. Filho de pequeno fazendeiro, Landulfo Alves, estudou agronomia na Escola de São Bento das Lages, e dedicou-se à construção de uma nova escola. Contou com o apoio de Lauro de Almeida Passos, ex-prefeito de Cruz das Almas e então presidente da Caixa Econômica Federal, que garantiu os recursos para a aquisição das terras onde seriam construídas as novas instalações da instituição. Em 1942, a Escola de Agricultura e Medicina Veterinária da Bahia mudou-se para sua nova sede, e em 1946, ganha novo regulamento e denominação, passando a chamar-se Escola Agrônômica da Bahia.

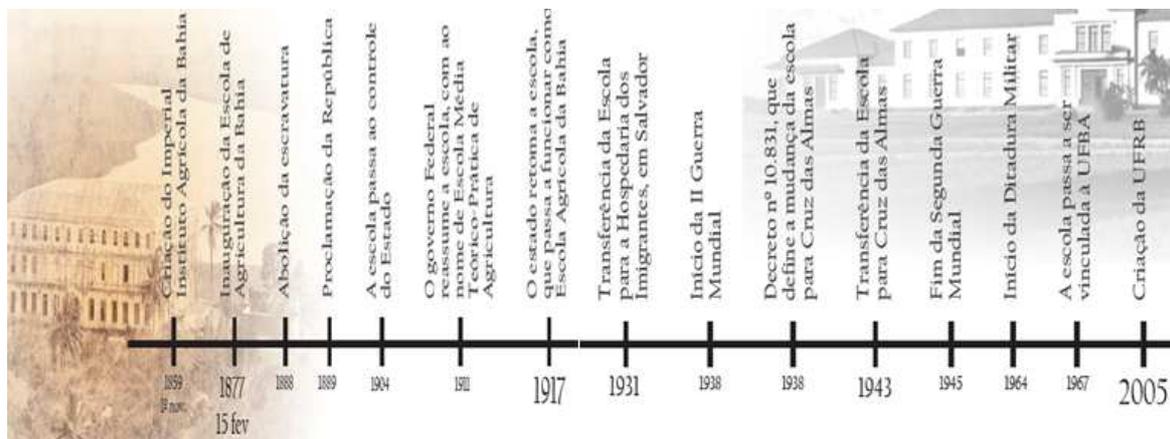
Uma área de 1879 hectares, com fontes e riachos, amplos pavilhões, auditório, residências para docentes, alojamentos para estudantes, campos para plantio e criação, laboratórios. Enfim, uma completa estrutura que resgatava o passado da escola e a tornava pronta para o futuro.

Em 1967 a Escola voltou a ser instituição federal, quando passou a integrar a UFBA - Universidade Federal da Bahia. A mudança renovou a escola, que adotou novo regimento e estrutura de cursos a partir de 1970, fortalecendo seu papel fundamental na formação profissional e no desenvolvimento científico para a agropecuária no estado. O docente Joelito Rezende, docente e autor de um minucioso trabalho sobre a trajetória da escola desde o Instituto Imperial Agrícola, descreve esse percurso como “uma história de peregrinação, de sofrimento, de luta e de pertinaz resistência aos que tentaram destruir; de honrosas conquistas e glórias, pois já diplomou milhares de profissionais da agricultura, que passaram a servir melhor à sua pátria como docentes, pesquisadores, extensionistas, empresários, produtores rurais, vereadores, deputados, secretários de estado, governadores”.

Finalmente, em 2005, a Escola de Agronomia foi desmembrada da UFBA. Nasceu a UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como resultado de uma ampla mobilização da comunidade regional. A primeira universidade federal no interior do estado era uma reivindicação antiga de diversos setores da sociedade. A nova instituição representa um marco para o ensino superior na Bahia.

A Figura 01 ilustra, numa linha do tempo, os antecedentes históricos da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Figura 01. Linha do tempo: antecedentes históricos da criação da UFRB. (adaptada de: UFRB, 2010, p. 50-51)



Fonte: UFRB (2010). Eu vim de lá, eu vim de lá... Em: *UFRB 5 anos: caminhos, histórias e memórias*. 1ª Ed. (p.38-64). Cruz das Almas: UFRB.

A criação da UFRB

A criação da UFRB é uma aspiração da comunidade do recôncavo desde as lutas pela independência. Concretizada em uma ação acadêmica e política visionária, mobilizou a sociedade regional e marca decisivamente a história da educação superior na Bahia.

O Brasil sequer era independente quando, pela primeira vez, se pensou em uma universidade na região do Recôncavo Baiano. A reunião na câmara da cidade de Santo Amaro, em 14 de Junho de 1822, destinava-se justamente a manifestar o desejo pela independência do país. A ata de vereação é um documento ousado, que propunha um regime federalista com autonomia para as províncias, abertura ao comércio internacional e liberdade

religiosa, além da criação de uma universidade. Assim, no pensamento da sociedade que almejava a soberania, a educação superior já era base para a emancipação e a liberdade.

O interior da Bahia, no entanto, precisou esperar muito para ter uma universidade federal, porque o ensino superior federal sempre esteve longe de corresponder à importância que o estado tinha no cenário nacional – berço da chegada dos portugueses, primeira capital da colônia, palco de lutas pela independência, um dos maiores estados da federação, em território e população, de forte presença histórica, cultural, social e econômica. A educação superior, contudo, sempre foi uma grave lacuna no tratamento dispensado à Bahia.

O descompasso entre a importância da Bahia, inclusive com longa tradição de lideranças políticas, e a situação retratada por seus indicadores socioeconômicos foi chamado de “enigma baiano” por Octávio Mangabeira, governador do estado entre 1947 e 1951. Essa situação persistiu na história dos investimentos federais no ensino superior. A partir da década de quarenta do século XX, a criação de universidades ganhou grande impulso no Brasil, mas a Bahia manteve-se apenas com uma única universidade federal, criada em 1946. Como resultado, o estado chegou ao século XXI com o menor número de matrículas no ensino federal superior no nordeste e o segundo pior do Brasil. A relação de 1,49 matrículas para cada mil habitantes, apresentada pela Bahia, corresponde à metade da apresentada por Pernambuco. Os investimentos federais em ensino superior no estado são muito inferiores aos destinados a outros estados com população similar, e próximos apenas daqueles que possuem populações muito inferiores como Santa Catarina, Ceará e do Rio Grande do Norte. Apesar das dimensões territoriais, econômicas, populacionais e da nossa multipolarização dos espaços geográficos, que justificariam a existência de outras universidades, tal situação se manteve, evidenciando um grave desvio do pacto federativo em relação ao estado, e, talvez o mais grave, com um incômodo silêncio de gerações de baianos e suas lideranças.

Era evidente que a oferta do ensino superior estava muito aquém das necessidades dessa região. No entanto, o contexto político das décadas de 1980 e 1990, sob forte ideário neoliberal, resultava na diminuição dos investimentos no ensino público superior e fortalecimento da atividade privada no setor. Parecia cada vez mais distante a criação de novas universidades. Essa situação muda a partir de 2003, já no governo Lula, quando o Ministério da Educação anuncia o Plano de Expansão e Interiorização do Ensino Público Superior.

O novo momento não passou despercebido na Escola de Agronomia em Cruz das Almas. Era a oportunidade de mudança, que permitiria à instituição ter um novo papel para a comunidade do Recôncavo. O plano da nova universidade começa surgir, delineado em uma

ação política e acadêmica visionária, encampada por um grupo de pessoas liderado pelo Reitor da UFBA, docente Naomar Monteiro, e pelo então diretor da AGRUFBA, docente Paulo Gabriel Nacif. Era chegada a hora de planejar uma universidade plena, que contemplasse as mais diversas áreas do conhecimento, e que atendesse a todo o recôncavo, principalmente a sua juventude, oferecendo oportunidades verdadeiras para a inserção no universo do conhecimento e nas possibilidades de formação profissional.

Assim, em 14 de maio 2003, quando da posse do Diretor da Escola de Agronomia, Paulo Nacif, em reunião do Conselho Universitário realizada em Cruz das Almas, foi proposta a criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a partir do desmembramento da Escola de Agronomia. A escola de Cruz das Almas já era um ponto forte da idéia, pois reduziria substancialmente os investimentos iniciais na construção de instalações para a nova instituição. A partir desse momento, iniciou-se a tarefa de elaborar o projeto de criação da nova universidade, bem como de mobilizar a comunidade regional em torno desse objetivo. Mesmo que o governo federal apresentasse a intenção de criar novas instituições, estava clara a necessidade de construir uma força política em torno da concretização da UFRB.

A idéia começou então a ganhar vida para além da comunidade acadêmica. “A opção foi fazer uma base popular. Nós fizemos mais de 50 reuniões e audiências em todos os confins desse Recôncavo”, relata o docente Geraldo Costa, um dos integrantes da comissão formada para elaborar o processo de implantação. “Apresentava-se o projeto, e se abria para a discussão sobre as necessidades e características. Uma dessas audiências contou com a presença demais de 40 prefeitos da região, que assinaram um documento de compromisso com a criação da universidade”. A mobilização envolveu também o movimento estudantil, a imprensa regional, entidades de classe como Clubes de Dirigentes Lojistas, lideranças religiosas, sindicatos e toda comunidade civil. Todo o movimento em torno de um ideal foi fundamental, já que a proposta da UFRB concorria com diversos projetos de novas universidades pelo Brasil.

Um momento decisivo foi a reunião da Comissão de Educação da Câmara Federal, realizada aqui, na então Escola de Agronomia, em 17 de Outubro de 2003. “Foi um marco nesse processo. Vieram parlamentares da Bahia, de outros estados, de vários partidos. Para essa reunião foi convidado o então ministro do Trabalho Jaques Wagner, para quem foi entregue o projeto”, conta o docente Silvio Soglia, na época integrante da Comissão de Implantação e hoje Vice-Reitor. Em 2005, o projeto foi aprovado no Congresso Nacional e

em 29 de Julho do mesmo ano o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona a Lei nº 11.151, que cria a UFRB.

Sob o sol do Recôncavo, diante do prédio principal da antiga escola de Agronomia, mais de 10 mil pessoas, vindas de toda a região, viviam um dia histórico. Foi em 21 de março de 2006, ato solene de criação da UFRB. Era a concretização de um anseio popular, e a coroação de um árduo trabalho realizado. O Presidente da República, ministros, prefeitos, representantes da UFBA e da UFRB, lideranças e autoridades saudaram a multidão, e reafirmaram a importância daquele momento.

O primeiro concurso para docente, realizado em Cruz das Almas, teve mais de 500 inscritos, para o preenchimento de mais de 50 novas vagas docentes.

A UFRB iniciou suas atividades em 2005, sob a tutoria da UFBA, durante seu primeiro ano, assegurando a transição administrativa e acadêmica necessária para uma universidade que foi criada em pleno funcionamento. Em 2006, a UFBA foi parceira na coordenação do primeiro concurso de docentes para a UFRB e também no primeiro vestibular para a nova universidade. Aos quatro cursos existentes na antiga Escola de Agronomia, somaram-se mais nove cursos nos campi de Santo Antônio de Jesus, Amargosa e Cachoeira. Era necessário assegurar as condições de funcionamento para os novos cursos, incluindo instalações, espaço físico, docentes, materiais e estrutura administrativa. Exigiu-se, para isso, um trabalho intenso em todos os sentidos, dado o tamanho da tarefa e um prazo muito curto.

Encontrar locais para início das aulas dos novos cursos foi outra grande tarefa, que só foi possível graças às importantes parcerias com o estado e prefeituras. Em Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Amargosa, os cursos começaram em salas de escolas municipais e estaduais, enquanto ainda se iniciava a construção e reforma de prédios para instalações definitivas. O esforço valeu a pena para a consolidação do projeto UFRB, ao passo que demonstrou, mais uma vez, o compromisso da região com a nova universidade. No dia 3 de Julho de 2006, o docente Paulo Gabriel assume a reitoria *pro tempore* da universidade, sendo o docente Silvio Soglia, vice-reitor.

Desde a sua implantação a UFRB viveu um período de intenso crescimento. Com cursos herdados da antiga Escola de Agronomia, a universidade, em 2012, já contava com 36 cursos. Em 2016 a universidade possui 45 cursos de graduação divididos em 7 Centros.

Através da adesão ao REUNI - Plano de Reestruturação das Universidades Federais – em 2007, trouxe novas possibilidades para o crescimento e consolidação da UFRB. O programa garantiu os recursos necessários para investimentos em estrutura física, contratação de docentes e servidores e criação de novos cursos. Significou ainda a ampliação de políticas

de acesso e permanência, fortalecendo o projeto de uma UFRB inclusiva, solidária, um espaço de geração de conhecimento e participante do desenvolvimento da sociedade em que está inserida. Mesmo trazendo a tradição de mais de um século desde a Imperial Escola Agrícola, a UFRB é uma universidade nova, e, pode-se dizer, em processo de crescimento.

Após a implementação do REUNI a UFRB continua com alguns desafios como: como consolidar uma estrutura adequada nos campus e unidades implantadas; possibilitar a expansão interna dos Cursos através das ações de pesquisa, extensão e pós-graduação nos Centros; e a expansão externa da universidade conforme plano de desenvolvimento institucional, visibilizando o fato de que a UFRB e o Recôncavo estão se tornando sinônimos um do outro.

Em 2009 a Comissão Própria de Autoavaliação foi criada e desde lá vem dando contribuições para que todos os níveis de gestão possam se auto-perceber e se vendo através dos relatórios possam realizar a auto-crítica tão necessárias para a retomada de percursos e ajustes tanto na forma, quanto no conteúdo e na velocidade das ações necessárias para se viabilizar o PDI.

Os anos de 2015 e 2016 foram carregados de significativas transformações na macropolítica do país, que reverberaram em impactos no orçamento e conseqüentemente nas estratégias de desenvolvimento das universidades públicas, e com a UFRB não foi diferente.

O presente relatório visa dar publicidade a esses esforços, que podem parecer difusos num primeiro olhar, observando os avanços e os obstáculos para se atingir às metas estabelecidas e os sujeitos e grupos participantes desse processo.

Capítulo III

Autoavaliação Institucional: análise dos eixos

Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é resultado de longos anos de articulação de diferentes segmentos da sociedade da região que lhe dá identidade, no interior de um grande estado da federação cujo perfil educacional precário manteve-se praticamente inalterado ao longo de décadas. Assim, sua história exige compromissos com os segmentos que ficaram à margem não apenas da educação e uma definição clara de objetivos que contribuam para enfrentar as desigualdades e a discriminação. (PDI 2015-2019)

O Planejamento e a Avaliação Institucional é a primeira parte dos 05 eixos do Relatório de Autoavaliação Institucional – CPA. Cabe a cada eixo constituir as partes do todo avaliativo do relatório cumprindo assim o desafio maior: desenvolver a consciência quanto a importância do processo de autoavaliação como elemento alimentador do processo de planejamento. Além de produzir conhecimento, o relatório autoavaliativo auxilia as demais instâncias de gestão universitária a pensar e avaliar (quando considerada pelos gestores) as ações planejadas, identificando as dificuldades inerentes a todo grande grupo que se propõe a trabalhar junto. Para a realidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e sua estrutura de Multicampia, a autoavaliação traz um ganho significativo pelo trabalho das subcomissões. A descentralização das ações da CPA via subcomissões vem, nos últimos anos tentando capilarizar de forma continuada a CULTURA DE AVALIAÇÃO como um instrumento para a gestão e, sobretudo para o desenvolvimento do projeto de Universidade social que a UFRB representa.

Para além do cumprimento de normativa legal e por ser construído em conjunto tendo a participação efetiva de diversos atores que compõe a dinâmica universitária, a autoavaliação institucional é uma ação fundamental para o diálogo entre todos os membros da comunidade acadêmica, incluindo-se aí, a comunidade externa. Para todos esses atores, viabiliza-se a participação através dos questionários a cada grupo destinado. A soma das interfaces do processo avaliativo é possibilitada pela diversidade dos sujeitos ouvidos, e a articulação das informações é que expressa a necessidade de articulação entre a Autoavaliação Institucional e o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI.

No eixo I são apresentados os resultados das análises realizadas pela CPA a partir dos indicadores de desempenho da UFRB recebidos da PROPLAN. Este relatório versa também acerca das competências e organização Pró-reitoria de Planejamento (PROPLAN).

Como registrado no relatório anterior, esperava-se ainda a aprovação pelo Conselho Superior Universitário e posterior publicação do PDI 2015-2019. Ainda segundo tal relatório:

O PDI 2015-2019 da UFRB buscou adequar-se aos objetivos traçados no Programa Temático 2032 e às diretrizes do Plano Nacional de Educação PNE 2011-2020, que lançou desafios de expandir a ofertas de vagas na educação superior, garantir qualidade, promover inclusão social e desenvolvimento econômico. O PDI 2015-2019 da UFRB apresenta para a sociedade o compromisso dessa gestão e o percurso que pretendemos seguir nesses próximos cinco anos para avançar na direção da justiça social e da garantia de direitos pela promoção de uma educação inovadora e que privilegie tanto a competência técnico-científica como a formação integral da pessoa. (PDI 2015-2019)

Essa afirmação no PDI coloca a universidade no desafio de valorizar sistematicamente as informações e realidades produzidas por sua intervenção na sociedade que a recebeu. Nesse sentido, reiteremos o papel do PDI como principal fonte de planejamento das ações da universidade exigindo de todos os membros da comunidade ações, posturas e resultados que construam a missão da UFRB:

A UFRB tem como missão exercer, de forma integrada e com qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de cidadãos dotados de competência técnica, científica e humanística e que valorizem as culturas locais e os aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico. (PDI 2015-2019)

Destacamos que o trabalho desenvolvido por todo corpo da CPA na universidade é fundamental para que o PDI, em todas as suas dimensões, possa ser materializado. A cultura da autoavaliação deve ser paulatinamente incorporada a todos os níveis de gestão, acompanhamento e monitoramento. Só assim, chegando aos objetivos propostos e podendo oferecer as correções necessárias aos percursos. Salientamos que na avaliação do PDI de 2010-2014 os dados dos relatórios da CPA do período não foram evidenciados. Ainda assim, nesse novo PDI, a CPA aparece respondendo às demandas não só dos marcadores formais como também das necessidades institucionais.

Núcleo básico e comum

Mecanismos de implantação e acompanhamento do planejamento, orçamento e gestão.

Nesse quesito a explicação sobre a estrutura da Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) é necessária visto que essa Pro-Reitoria e suas instancias são co-responsáveis do processo de planejamento-avaliação da UFRB. A proplan é constituída por:

- Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional (CODIN), que acompanha o planejamento e a
- Coordenadoria Orçamentária Contábil e Financeira (COCFI), que metodiza a execução orçamentária; responde pelas atividades de implantação e acompanhamento do planejamento e do orçamento.

Por sua vez, a CODIN a partir do Módulo metas (sistema adquirido junto à UFRN, em processo de implantação) acompanha o planejamento estratégico da Universidade, considerando o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), buscando identificar ações concretas a partir dos Planos de Ação Anual. Todas as informações inseridas pelos gestores setoriais quando consolidadas são acompanhadas pelo núcleo de acompanhamento da CODIN.

No que se refere ao acompanhamento orçamentário, o órgão responsável é a Coordenadoria Orçamentária Contábil e Financeira (COCFI). Cabe a este órgão fazer a análise dos relatórios gerados e também disponibilizar os referidos documentos quando assim solicitados. O COCFI utiliza o Sistema Integrado de Monitoramento de Integração e Controle (SIMEC), o Sistema Integrado de Administração Financeira Gerencial (SIAFI Gerencial) e o módulo orçamentário e financeiro do SIPAC/UFRN (em fase de implantação) como fonte dos relatórios.

No decorrer desse ano, houve pouco avanço na otimização do sistema de informação, que possibilitaria uma interface dos dados gerados pela gestão na universidade para toda comunidade universitária.

Caracterização dos instrumentos de avaliação da gestão

No que se refere a avaliação da gestão da universidade não cabe a PROPLAN essa ação direta, mas está dentro de suas competências, segundo relatório anterior “elaborar instrumentos que possam ser utilizados no processo de avaliação”. Tal realidade sinaliza a

necessidade de se incorporar o comportamento de avaliação como um instrumento de gestão, no sentido de orientar, validar e reorientar, se necessário for, o planejamento.

Segundo o último relatório a Pró-Reitoria de Planejamento apontou a existência de três instrumentos voltados para subsidiar a avaliação da gestão, bem como para orientar a tomada de decisão por parte dos gestores da instituição:

- Indicadores de Gestão:
 - Metodologia definida pela Decisão Nº 408/2002 e Acordos Nº 1043/2006 e Nº 2167/2006 do Tribunal de Conta da União (TCU), que orientam o cálculo dos indicadores de gestão. Portanto, tratam-se de indicadores utilizados pelo TCU com a finalidade de avaliar a gestão da instituição.
- Acompanhamento Anual do Cumprimento das Metas do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019 (PDI 2015-2019)
 - Realizado anualmente, com a finalidade de prestar informações acerca da execução das metas do PDI. Essas informações sustentam decisões da gestão no que diz respeito à adoção de estratégias e políticas, visando o cumprimento pleno das metas pactuadas no PDI 2015-2019.

Caracterização do Relatório de Gestão

Elaborado com o objetivo de prestar de contas da universidade, o Relatório de Gestão da UFRB cumpre também os normativos editados pelo Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pelo controle externo, conforme previsto nos artigos 70, 74 e 161 da CF. O processo operacional inclui atividades desenvolvidas anualmente. Segundo o relatório anterior, a principal atividade a ser desenvolvida é a definição do modelo do Relatório de Gestão Setorial (RGS). O modelo de RGS é encaminhado no mês de dezembro, conforme estabelecido em cronograma construído pela PROPLAN, pactuado com os demais órgãos e ratificado pela Reitoria.

Com estes relatórios, o Grupo de Trabalho para o Relatório de Gestão avalia os resultados apresentados com base nas diretrizes estabelecidas pelos Programas e ações governamentais e programas e ações institucionais contidas no PDI, constrói o Relatório de

Gestão da Universidade e direciona a base de dados para auditoria interna e Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional.

Plano de execução das metas para cada ano no PDI

Para esse tópico, é importante considerarmos que o PDI 2015-2019, foi aprovado *ad referendum* na data de 2/08/2016. Embora ainda não tenha sido discutido no Conselho Superior Universitário o PDI encontra-se em desenvolvimento. Tal fato, por si só, já aponta uma dificuldade institucional no que se refere à conclusão do trabalho da equipe que construiu o PDI. Isso tornou-se um dificultador para o trabalho da CPA no que se refere ao monitoramento dos dados. Destacamos que o novo PDI encontra-se disponibiliza no site da SOC e seu processo de construção foi desenvolvido com a participação dos segmentos da comunidade interna.

Em 2016, primeiro ano de Gestão da nova equipe da Reitoria, observou-se o compromisso de desenvolver a UFRB mesmo com os desafios impostos pela multicampia. Concluir e socializar o PDI 2015-2019 como instrumento de gestão de todas as instancias da UFRB anda continua um desafio tanto para a comunidade interna quanto a comunidade externa

Mecanismos de consolidação de dados e apoio às atividades da CPA

No que se refere a CPA, a gestão atual começou em 7 de julho de 2016, oficializada pela Portaria 584/2016, sendo empossada dia 2 de agosto do mesmo ano. Todos os níveis da gestão da universidade estão assimilando o lugar da avaliação como norteador dos planejamentos nos setores da universidade. Ainda é preciso avançar na qualidade de registro dos dados e na interface destes. Sendo a UFRB o que é para a região é importante que seus bancos de dados representem de forma mais eficiente e acessível a diversidade das ações e dos sujeitos incluídos. É necessário mais celeridade nos processo de ordenamento dos dados e de acesso às informações, degrau básico entre o planejamento, execução e avaliação.

Indicadores da UFRB

Como resposta aos questionamentos da CPA, a PROPLAN apresentou informações sobre a evolução dos indicadores de desempenho da UFRB do exercício 2016, dados esses que serviram de base para o presente relatório. Observa-se que essas informações deveriam estar divulgadas no Relatório de Gestão 2016, porém o referido ainda não está publicizado no site da Pró-reitoria.

Verifica-se que os indicadores de desempenho da UFRB apresentados, bem como os métodos de aferição utilizados nas últimas avaliações, estão em conformidade com a Decisão nº 408/2002– TCU –Plenário, Acórdãos nº 1043/2006 e nº 2167/2006 – TCU – Plenário e seguem as *Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão*, versão janeiro de 2011, publicada pelo TCU, SESU/MEC e SFC/CGU. O objetivo da apresentação dos indicadores é verificar o desempenho operacional desta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), com base em um conjunto de indicadores operacionais, que são divididos em dois grupos:

A informação está estruturada em dois demonstrativos distintos e complementares, contemplando o primeiro uma série temporal dos cinco últimos exercícios, com um conjunto de itens de informação sobre custo corrente, alunos, professores e funcionários, enquanto o segundo demonstrativo contempla uma série temporal dos cinco últimos exercícios com os 12 (doze) indicadores definidos na Decisão nº TCU 408/2002 e modificação posteriores.

Na Tabela 10 abaixo estão listados os oito indicadores primários utilizados para o cálculo dos indicadores de gestão no período de 2012 a 2016 para a UFRB. Considerando que a UFRB não possui Hospitais Universitários (HU), **não há valores para quatro indicadores** que incluem esta condição.

Tabela 10. Indicadores Primários

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	228.863.034,91	194.921.865,78	163.447.015,10	153.456.379,95	106.913.118,79
Número de Professores Equivalentes	756	722	547	460	529,5
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1218,71	1380,01	1222,4	1681,29	1090,24
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	7650,50	7.422,5	8631,5	7821	6291,5
Total de Alunos na Pós-graduação	331	354	486,5	351	273

<i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)					
Alunos de Residência Médica (AR)	-	-	-	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	10.220,51	8.574,52	9870,2	8156,26	7026,7
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5.706,53	4.724,45	5794,92	4535,43	3936,58
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	662	708	973	702	546
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	-	-	-	-	-

Fonte: PROPLAN, 2016.

A Pró-reitoria de Planejamento apresenta no Relatório de Gestão algumas explicações para a evolução dos indicadores primários no período recente. É importante que se destaque que o Relatório de Autoavaliação Institucional é de 2016. A pesquisa interna foi feita referente a 2015.2. Nessas circunstâncias temos dados já fechados, analisados e publicizados pelas respectivas instâncias e, ao mesmo tempo dados ainda que não foram publicizados.

Após analisar os dados, à luz dos parâmetros dos Relatórios de Gestão anteriores e dos relatórios da CPA, apresentamos algumas explicações para a evolução dos indicadores primários no período recente.

- **Custo Corrente:**

Observa-se que em 2016 ocorreu um aumento do custo corrente de 14,83% comparado aos valores apontados no exercício anterior, e 53,28 % em relação ao ano de 2012. De 2015 para 2016 aumentaram as Despesas Correntes da Universidade, combinado com o aumento nos itens aposentadorias e reformas, pensões e uma redução das despesas com pessoal docente afastado para capacitação.

Número de Professores Equivalentes:

Houve um aumento de 34 professores, índice bem menos significativo se comparado ao contexto do período 2014-2015 onde se contratou mais 175 docentes por conta da expansão da UFRB e abertura de mais dois Centros, CECULT E CETENS, o que

possibilitou a ocorrência de concursos. Ao mesmo tempo em que houve a contratação de professores na condição de substituto em alguns casos. Sinalizamos que o Plano de Capacitação Docente não gera a vaga para professor substituto.

- **Número de Funcionários Equivalentes:**

Em 2016 houve uma considerável redução no número de Funcionários Equivalentes de cerca de 11,69% comparado a 2015. Analisando a tabela, observa-se que é o índice mais baixo desde o exercício de 2012. Verifica-se que esse quadro é resultado da redução do número de vagas disponibilizadas para concursos, contexto diferente dos primeiros anos da universidade onde houve grande quantidade de servidores que ingressaram na instituição através de vagas disponibilizadas pelo REUNI. Soma-se a isso o fato de que muitos desses servidores não residem nos municípios em que trabalham, o que os levam a optar por solicitar redistribuição ou tentarem outros concursos em busca de melhores vantagens salariais. Vale salientar que a diminuição do corpo de funcionários implica diretamente no desenvolvimento das ações mais básicas da vida universitária e sobrecarrega os servidores técnicos administrativos. Atualmente um total de 481 trabalhadores que prestam serviços à UFRB em todos os Campi e na Reitoria na condição de terceirizados, no ano de 2015 eram um total de 651. Esse corte de 26,11% deveu-se à necessidade de ajustes para adequação financeira da UFRB.

- **Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG):**

No período 2012 a 2014, a universidade observou um avanço significativo no que se refere a esse indicador. Já no exercício de 2015, o indicador de alunos matriculados na Graduação caiu cerca de 16,29% e teve uma pequena recuperação em 2016 apresentando um aumento de cerca de 3,0% em relação ao ano anterior.

- **Total de Alunos na Pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG):**

Verifica-se que houve uma redução de 6,5% em relação ao exercício anterior, porém com uma porcentagem bem menor de queda que no exercício de 2015, que foi de 37,43%. É possível que essa queda deva-se pela pouca diversidade de cursos de pós-graduação da UFRB. Com o Plano de Capacitação Docente e ampliando o número de professores Doutores, o número de Cursos de Mestrado e Doutorado da UFRB deve aumentar significativamente nos próximos anos, ampliando o público de discentes e assistindo a uma demanda de interiorização também das Pós-Graduações no estado. A diminuição no Total de Alunos na Pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de

mestrado e de doutorado (APG), se reflete também na diminuição do Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI).

- **Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)**

O AGE teve um aumento de 19,19 % em relação a 2015. Esse indicador demonstra que a relação entre as variáveis que compõem esse indicador não estão proporcionais. Isso se confirma no indicador abaixo.

- **Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)**

Em 2016 teve um aumento de 20,78%, é possível que isto deva-se a questão do aumento dos números de diplomados e de ingressantes em determinados cursos da UFRB. Tanto O AGE quanto o AGTI tem suas variações marcadas pelo Fator de Retenção.

- **Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)**

Este índice sofreu decréscimo desde o ano de 2015 de 31,96%. Em comparação com o ano de 2015, o ano de 2016, teve um decréscimo de 6,49%. É possível que esse decréscimo tem como uma de suas variáveis a concentração de cursos de pós-graduação apenas num dos centros da UFRB. Os demais centros, que ainda não tem programas de pós-graduação, organizam-se em torno de outras áreas de conhecimento fazendo com que a maioria os egressos da UFRB e também de outras instituições, não tenham nesses centros a oportunidade de continuidade de sua formação acadêmica.

Na Tabela 11 estão relacionadas às atividades de ensino superior realizadas entre os exercícios de 2012 e 2016. A apresentação da série temporal é necessária para uma avaliação do esforço e da eficiência da instituição em realizar sua missão institucional.

Tabela 11. Indicadores de desempenho operacional

Indicadores Decisão TCU 408/2002 – P	EXERCÍCIOS				
	2016	2015	2014	2013	2012
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	21.030,35	20998,81	15.073,69	17.323,54	14.118,24
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	8,42	7,52	12,37	11,39	8,47
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,23	3,93	5,54	3,12	4,11
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	5,23	3,93	5,74	3,12	4,11
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,61	1,91	2,23	3,65	2,06
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,75	0,64	0,67	0,58	0,59
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG)	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,00	3,38	3,43	3,44	3,29
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,76	3,94	4,05	3,89	3,83
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,32	0,28	0,9*	0,36	0,61

Fonte: PROPLAN, 2016

Para estes indicadores, no Relatório de Gestão 2016, também são apresentadas algumas explicações sobre a evolução, baseados nos Relatórios de Gestão anteriores e nos relatórios da CPA, como a seguir:

- **Custo corrente/Aluno Equivalente:** Este indicador demonstra o custo por aluno de graduação e de pós- graduação da Instituição. Observa-se que houve um pequeno aumento do indicador no último ano, resultado do aumento do custo corrente, (referente a despesas com pessoal, aquisição de bens de consumo, serviços de terceiros, manutenção de equipamentos, despesas com água, energia, telefone etc), acompanhado de um aumento do número de alunos equivalentes.
- **Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente:** houve um aumento do número de docentes, bem como do número dos discentes, tendo assim um pequeno aumento da proporção do índice em relação ao exercício anterior, o que acarreta maior impacto no que se refere às questões pedagógicas e administrativas se comparado com o período anterior;
- **Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente:** Esse indicador visa avaliar a disponibilidade da força de trabalho técnico-administrativo da Universidade para atender as demandas acadêmicas e administrativas voltadas ao cumprimento da missão institucional e tem como base o cálculo do número médio de alunos por funcionário. Atesta-se um aumento dos indicadores, consequência do aumento dos discentes e do baixo índice de provimento de servidores efetivos bem como da contratação de terceirizados. Observa-se que a contratação de técnico administrativo não acompanhou o mesmo ritmo da implantação de novos cursos graduação e dos novos campi.
- **Funcionário Equivalente / Professor Equivalente:** Representa, proporcionalmente, quantos servidores técnicos-administrativos há para cada professor. Observa-se que houve uma redução do indicador, verifica-se um aumento no número de contratação de professores, porém houve uma redução no número de servidores técnicos concursados (11,69%), o que impacta negativamente nesse indicador. Apesar do aumento na quantidade dos Centros para mais dois municípios, o número de servidores não acompanhou o mesmo crescimento. O avanço da universidade é necessário e é transformador para a região, e precisa que as dimensões pedagógicas e

administrativas funcionem com quantidade e qualidade equivalentes para gerar os impactos esperados;

- **Grau de Participação estudantil (GPE):** É a relação entre o número de alunos em tempo integral de graduação e o total de alunos efetivamente matriculados na graduação. Observa-se que houve um considerável aumento em relação ao ano anterior, devido ao aumento do número de Aluno Tempo Integral em 2016 acompanhado de um aumento de alunos efetivamente matriculados em 2016, sendo um índice positivo para universidade;
- **Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (CEPG):** Indica a participação dos alunos de programas de pós-graduação em relação ao total de alunos da instituição (graduação e pós). Teve uma pequena baixa, mas manteve a média de valor dos anos 2012 a 2015, mostrando uma tendência de consolidação;
- **Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação:** Obtido da relação entre a soma dos conceitos de todos os programas de pós-graduação e o número de programas de pós-graduação ofertados pela unidade. Verificou-se que apresentou o menor índice da amostragem do período 2012-2016. Segundo o site da CAPES, os cursos de pós-graduação são avaliados com conceitos que variam de 3 a 7 e que leva em consideração a produção científica do corpo docente e discente, a estrutura curricular do curso, a infraestrutura de pesquisa da instituição, dentre outros fatores. Nos parâmetros da CAPES, a nota 5 é atribuída a cursos de excelência em nível nacional e as notas 6 e 7 correspondem a cursos de qualidade internacional. A nota mínima 3 pode ser atribuída a cursos com uma avaliação regular ou para cursos novos no momento de sua implantação. Não houve abertura de novos cursos de pós-graduação.
- **Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD):** Esse índice é dado pela média entre as titulações do corpo docente (Doutorado (peso 5) + Mestrado (peso 3) + Especialização (peso 2) + Graduação (peso 1)/ D + M + E + G). O IQCD do exercício 2016 obteve o menor indicador do período analisado (2012/2016), aferindo o índice de 3,76. Observa-se que a tendência de queda vem desde 2014. O Relatório de gestão 2015 (p.117) considerou que o fator que contribuiu para este declínio superficial foi “a contratação de docentes apenas com titulação de graduação”. Segundo relatório de Avaliação da CPA em 2015 houve entrada (concurso) de novos docentes e alguns deles com o nível de titulação menor que Doutorado, o que faz com que a média caia um pouco. O Plano de Capacitação Docente é a estratégia utilizada que tem 2 impactos sobre essa realidade: Primeiro dá conta de forma sistemática de alterar esse

índice de forma continuada. Em segundo lugar possibilita que o profissional que entrou na condição de mestre possa desenvolver-se e o fixa na instituição e no território. Isso se reverbera no aumento de professores doutores na região, e faz com que a UFRB também realize sua função inclusiva não só com discentes mas também com seu corpo docente. Respondendo a uma demanda da região.

- **Taxa de Sucesso na Graduação (TSG):** Obtida dividindo-se o número de alunos diplomados pela Instituição no exercício e o número total de ingressantes nos cursos de graduação. Apresentou em 2016 um aumento de 14,28% comparado a 2015. Salienta-se que este indicador permite aferir o percentual de alunos que concluem seus cursos de graduação e serve para balizar o grau de eficiência das instituições na formação superior, já que é influenciado negativamente pela retenção e pela evasão dos alunos que ingressam na universidade.

*Observa-se que a tabela contém um erro no dado de 2014 (0,9, dado esse criado por uma assessoria externa, já que a CODIN - Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional - ficou mais de vinte meses sem funcionamento). E outros documentos oficiais da UFRB têm esse valor.

Indicadores de Graduação

O índice geral de cursos (IGC) da UFRB, indicador de qualidade das instituições de educação superior, manteve a nota quatro (4), em uma escala de até cinco (5) pontos. A Tabela 12 abaixo apresenta a situação geral das avaliações por curso da UFRB referente às avaliações realizadas pelo SINAES até 2016.

Tabela 12. Indicadores da Graduação

Curso	Dimensão 01 Organização didático- pedagógica	Dimensão 02 Corpo Docente	Dimensão 03 Instalações Físicas	NOTA FINAL (CC)	Ato Oficial de Reconhecimento
Comunicação Social	4	5	3	4	Portaria nº. 454 de 21/11/2011, DOU nº. 223 de 22/11/2011, Registro e - MEC 200901734.
Zootecnia	3	5	4	4	Portaria nº. 406 de 11/10/2011, DOU nº. 198 de 14/10/2011, Registro e - MEC 200807975.
Bacharelado em Psicologia	4	3	3	4	Portaria nº. 490 de 20/12/2011, DOU nº. 246 de 23/12/2011, Registro e - MEC 200913414.
Bacharelado em	3	5	3	4	Portaria nº. 431 de 21/10/2011, DOU nº. 204

Bacharelado em Medicina Veterinária	3.9	4.2	4.1	4	Portaria nº 516 de 15/10/13, publicada na nota técnica nº 932/2012, registro e-MEC 201114503
Bacharelado em Ciências Exatas	3	4	4	4	Portaria nº 365 de 02/07/14, publicada na nota técnica nº 932/2012, registro e-MEC 201008386
Gestão Pública	3	4.6	3.4	4	Portaria nº 651 de 10/12/13, publicada na nota técnica nº 932/2012, registro e-MEC 201206478
Matemática PARFOR	4.3	4.4	2.9	4	Portaria nº 652 de 10/12/13, publicada na nota técnica nº 932/2012, registro e-MEC 201205304
Ciências da Natureza	3.9	4.3	3.4	4	Portaria nº 741, de 25 de novembro de 2016.
Educação Física	3.7	4,1	3,2	4	Portaria nº 576 de 02/10/2014
Engenharia Civil	3,3	3,9	2,9	3	Portaria nº 933, de 1 de dezembro de 2015.
Engenharia da Computação	4,0	4,3	4,0	4	Portaria nº 71, de 29 de janeiro de 2015
Pedagogia PARFOR	3,8	4,3	3,1	4	Portaria nº 136, de 09 de maio de 2016
Cinema e Audiovisual	4,9	4,8	3,9	5	Portaria nº 47, de 23/01/2015, registro e-MEC 201116186
Engenharia Mecânica	3,1	4,2	3,2	3	Portaria nº 71, de 29 de janeiro de 2015
Letras com Libras e Língua Estrangeira	3.0	4.4	3.2	3	Não homologado
Bacharelado em Matemática	4.2	4.5	4.3	4	Portaria nº 301, de 08 de julho de 2016.
Artes Visuais	4,8	4,6	3,8	4	Não homologado
Eng. Sanitária e Ambiental	3,5	4,0	3,9	4	Não homologado
Licenciatura em Biologia	3	5	3	4	Portaria Nº. 133, DE 27 de julho de 2012, publicada no DOU Nº 146, de 30/07/12, Registro e-MEC 201007897
Bacharelado em Museologia	4	4	3	4	Portaria Nº. 134, de 27 de julho 2012, publicada DOU Nº. 146, de 30/07/12, Registro e-MEC 200902034
Licenciatura em Pedagogia	5	5	5	5	Portaria Nº. 11, de 02 de março de 2012, publicada no DOU nº. 45 de 06/03/12, Registro e-MEC 200902029.
Tec. em Gestão de Cooperativas	4	5	4	4	Portaria Nº. 134, de 27 de julho 2012, publicada DOU Nº. 146, de 30/07/12, Registro e-MEC 201007924
Engenharia Florestal	4	5	4	4	Portaria Nº. 134, de 27 de julho 2012, publicada DOU Nº. 146, de 30/07/12, Registro e-MEC 200807973
Tec. em Agroecologia campus Cruz das Almas	3.1	4.5	3.5	4	Portaria nº 518 de 15/10/13, publicada na nota técnica nº 932/2012, registro e-MEC 201114357
Licenciatura em Filosofia	4.3	4.4	4.1	4	Portaria nº 121 de 15/03/13, publicada na nota técnica nº 932/2012, registro e-MEC 201203060
Licenciatura em Química	3.3	3.9	3.6	4	Portaria nº 68 de 15/02/13, publicada no DOU nº 33 de 19/02/13, registro e-MEC 201115779
Bacharelado em Ciências Sociais	3.4	4.5	2.3	3	Portaria nº 327 de 24/07/13, publicada no DOU nº 142 de 25/07/13, registro e-MEC 201110589

Fonte: SURRAC, 2016

Em relação a última divulgação dos índices pela instituição por meio da SURRAC foram incluídas as notas dos cursos de Artes Visuais e Engenharia Sanitária e ambiental. Pelo que pode ser visualizado a maioria dos cursos da UFRB tem sido bem avaliados, o destaque positivo com nota 5 (cinco), são os cursos de Pedagogia e Cinema. Foram avaliados 37 cursos e desses apenas 8 estão com notas abaixo da média da UFRB (nota IGC 4).

A Tabela 13 mostra o desempenho dos estudantes por meio do ENADE, exame que mede o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação. Até o momento foram avaliados 29 cursos, no entanto, Jornalismo, Gestão Pública e Psicologia ainda aguardam a liberação do resultado dessa avaliação. Alguns cursos obtiveram notas baixas, em alguns casos, isso faz parte da estratégia dos estudantes em não responder a avaliação como forma de protesto frente ao modelo de avaliação proposto e reivindicação por melhorias.

Tabela 13. Desempenho dos alunos concluintes no ENADE

Ano da Avaliação	Curso	Conceito
2011	Bacharelado em Biologia	4
2011	Engenharia Florestal	4
2011	Licenciatura em Filosofia	3
2011	Licenciatura em História	4
2011	Licenciatura em Matemática	2
2011	Licenciatura em Pedagogia	3
2012	Psicologia	4
2012	Comunicação Social – Jornalismo	3
2013	Agronomia	3
2013	Medicina Veterinária	4
2013	Zootecnia	3
2014	Bacharelado em Biologia	3
2014	Bacharelado em Ciências Sociais	3
2014	Engenharia Civil	3
2014	Engenharia da Computação	4
2014	Engenharia Florestal	3

2014	Engenharia Mecânica	3
2014	Licenciatura em Biologia	3
2014	Licenciatura em Educação Física	5
2014	Licenciatura em Filosofia	2
2014	Licenciatura em Física	5
2014	Licenciatura em Matemática	4
2014	Licenciatura em Pedagogia	3
2014	Licenciatura em Pedagogia - Parfor	2
2014	Licenciatura em Química	3
2014	Licenciatura em História	2
2015	Jornalismo	Aguardando publicação
2015	Psicologia	Aguardando publicação
2015	Gestão Pública - Tecnólogo	Aguardando publicação

Fonte: Site INEP – Enad, 2016.

Indicadores da Pós-graduação

Na avaliação da CAPES, a UFRB obteve nota máxima (conceito 5) em dois cursos: Programa de Ciências Agrárias – mestrado e doutorado; e Matemática PROFMAT. Nota-se que a UFRB possui poucos cursos de doutorado e a maioria dos cursos de mestrado obteve notas abaixo do ideal (conceito 3), vale ressaltar que alguns cursos são novos e, portanto, ainda estão em processo de avaliação e de desenvolvimento. No entanto, é necessário ampliar e melhorar a pós-graduação na Instituição em todos os Centros de Ensino.

Tabela 14. Conceitos CAPES para os cursos de Pós-Graduação

Denominação	Conceito			
	Mestrado	Doutorado	Programa	
Ciências Agrárias	5	5	5	CCAAB
Ciência Animal	3	-	3	CCAAB
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	3	-	3	CAHL
Defesa Agropecuária	3	-	3	CCAAB
Engenharia Agrícola	4	4	4	CCAAB

Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	3	-	3	CCAAB
Matemática PROFMAT	5	-	5	CETEC
Microbiologia Agrícola	3	-	3	CCAAB
Recursos Genéticos Vegetais	3	-	3	CCAAB
Solos e Qualidade de Ecossistemas	3	-	3	CCAAB

Fonte: PPGCI, 2016

Como é possível localizar na tabela acima, existe uma concentração dos cursos de Pós-Graduação no CCAAB. Isso deve-se, em primeira leitura ao fato de deste ser o Campus herdado da Escola de Agronomia da UFBA, mas também existe as questões que envolvem o processo de implantação dos demais Centros e seus respectivos cursos. É fato que se exige da UFRB e do planejamento da PPGCI estratégias para implantação de cursos de mestrado e doutorado nos demais Centros compõem a UFRB. Isso, certamente colocará a universidade como um pólo atrator também na pós-graduação.

Eixo II. Desenvolvimento Institucional

Considerando que a autoavaliação deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) passamos a analisar as atividades relativas ao Eixo II, Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e, em acordo com a nota técnica INEP/DAES/CONAES Nº 065 de 09 de outubro de 2014, dentre as dimensões dispostas no art. 3º da Lei Nº 10.861, que institui o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), a seção do relatório desdobra-se mediada por contribuições da dimensão I, referente à “Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)” e dimensão III, que destaca a “Responsabilidade Social da Instituição”.

Nesta seção do relatório é apresentado o Núcleo Básico e Comum do Desenvolvimento Institucional (missão, princípios, metas e objetivos), fundamentados especialmente pelo Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019. Ressaltamos às políticas e metas institucionais, uma síntese do Projeto Pedagógico Institucional (PPI), bem como os resultados alcançados mediante estudo de campo com levantamento do nível de conhecimento dos documentos e normas institucionais pela comunidade acadêmica.

Núcleo Básico e Comum

Caracterização da Instituição enquanto sua missão, seus princípios, finalidades, objetivos, metas e compromissos.

Missão e Princípios

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia apresenta como missão exercer, de forma integrada e com qualidade, as atividades de ensino, pesquisa e extensão com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de cidadãos dotados de competência técnica, científica e humanística e que valorizem as culturas locais e os aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.

Conforme o PDI 2015-2019 a missão institucional desdobra-se regida especialmente por princípios como:

a) Excelência Acadêmica – o compromisso com a excelência acadêmica se traduz por ações socialmente relevantes e que tenham como horizonte privilegiado a Região do Recôncavo da Bahia e suas populações. Ela se expressa no compromisso assumido com a formação humana, em suas dimensões ética, cultural, científica, artística, técnica e profissional e na atuação competente, comprometida e responsável de seus docentes, e corpo técnico administrativo.

Atuação esta que resulte em uma educação pessoal, social, intelectual e profissional dos que nela ingressam e desperte neles o desejo pela formação ao longo da vida. Além disso, a excelência acadêmica diz respeito à competência institucional para produzir, inovar e difundir conhecimentos e à capacidade de participar de transformações que conduzam ao aperfeiçoamento da sociedade por meio de ações extensionistas acionadas por uma gestão universitária competente.

b) Inclusão Social – manter o compromisso com a inclusão de pessoas e grupos ainda à margem do ensino superior, como consequência de desigualdade, discriminação ou ambas. Deste modo, a instituição organiza-se para garantir-lhes acesso, permanência, integração à vida universitária e sucesso acadêmico.

c) Desenvolvimento Regional – a universidade atua para desenvolver uma relação que integre as diferentes instâncias representativas das comunidades ao seu entorno e que justifiquem sua existência. Seu trabalho deve contribuir para a valorização da diversidade e do patrimônio cultural e natural da região, agir em sua defesa dispondo-se à construção conjunta de soluções para os principais problemas regionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da justiça social.

d) Internacionalização – a instituição quer promover o intercâmbio cultural, científico, e técnico com instituições brasileiras e estrangeiras, por meio da mobilidade de professores, servidores e estudantes. É do seu interesse o desenvolvimento de programas educacionais para construir um ambiente acadêmico multilinguístico, a investigação científica com base em parcerias e redes de pesquisa e atuar no estímulo à cooperação internacional, com destaque para países da América Latina e de língua oficial portuguesa.

Metas e Objetivos

No que tange a cumprir suas metas e objetivos, ressaltamos uma avaliação no PDI da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para o período compreendido entre 2015 e 2019. Um fator destacado no PDI (2015-2019) tratou da ausência de parâmetros para servir de base ao estabelecimento dos objetivos e metas contidas no PDI produzido anteriormente (2010-2014), formuladas de maneira nem sempre quantificável o que dificultou o acompanhamento e avaliação final. Também considerou-se no documento que certas metas foram subestimadas e outras superestimadas.

Em virtude das limitações avaliadas, as metas do PDI (2015-2019) organizaram-se por intermédio do detalhamento de tabelas descritas a partir de áreas como ensino, extensão e gestão. Essas áreas tiveram objetivos materializados em acordo com a seguinte descrição: 1) ampliar ofertas de vagas dos cursos da UFRB, 2) consolidar e expandir a pesquisa e a pós-graduação, 3) ampliar as ações de permanência para discentes da UFRB, 4) fortalecer a relação inter-institucional e o vínculo com a comunidade do Recôncavo, 5) dotar a instituição de um quadro de pessoal com a quantidade, capacitação e qualificação adequada, para aperfeiçoar o desenvolvimento da Instituição, 6) fomentar as relações inter-institucionais para fortalecer o ensino, pesquisa e extensão, 7) fortalecer a imagem da UFRB, como instituição inclusiva excelência acadêmica e administrativa, 8) ampliar e melhorar a infraestrutura física e administrativa da instituição (PDI 2015-2019, p. 98-121).

Áreas de atuação acadêmica

Para cumprir o seu objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, a UFRB atua nas seguintes áreas de conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra
- Ciências Biológicas;
- Engenharias;
- Ciências da Saúde;
- Ciências Agrárias;
- Ciências Sociais Aplicadas;
- Ciências Humanas; e
- Linguística, Letras e Artes.

As áreas de atuação acadêmica supracitadas estão distribuídas em sete Centros, em seis *Campi*, conforme detalha a Tabela 15.

Tabela 15. Centros, Campi e Cursos ofertados pela UFRB.

Centro	Campus	Cursos de Graduação	Cursos de Pós-Graduação
Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB)	Cruz das Almas	Agronomia; Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura); Engenharia Florestal; Engenharia de Pesca; Medicina Veterinária; Tecnologia em Agroecologia; Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Zootecnia.	<i>Stricto Sensu:</i> Mestrado e Doutorado em Ciências Agrárias; Mestrado e Doutorado em Engenharia Agrícola; Mestrado em Ciência Animal; Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas; Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais; Mestrado em Microbiologia Agrícola; Defesa agropecuária; Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)		Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas; Engenharia Civil; Engenharia Mecânica; Engenharia de Computação; Engenharia Elétrica, Matemática (Bacharelado); Matemática (Licenciatura EAD); Engenharia Sanitária e Ambiental.	<i>Lato Sensu:</i> Matemática em Rede Nacional – PROFMAT.
Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)	Cachoeira	Artes Visuais; Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura); Cinema e Áudio Visual; Tecnologia em Gestão Pública; Comunicação Social/Jornalismo; Licenciatura em História (Diurno e Noturno); Museologia e Serviço	<i>Stricto Sensu:</i> Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. <i>Lato Sensu:</i> História da África, da cultura Negra e do Negro no Brasil.

			Social (Diurno e Noturno).	
Centro de Ciências da Saúde (CCS)	Santo Antônio de Jesus		Enfermagem; Nutrição, Medicina e Interdisciplinar em Saúde.	Psicologia; Bacharelado
<i>Latu Sensu:</i> Residência em Nutrição Clínica com ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva;				
Centro de Formação de Professores (CFP)	Amargosa		Licenciaturas em: Educação Física; Física; Matemática, Pedagogia (Diurno e Noturno), Letras-Libras e Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias. Edital Pronera: Tecnologia em Agroecologia	
<i>Latu Sensu:</i> Pós-graduação em Educação do Campo.				
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS)	Feira de Santana	de	BI: Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade, Licenciatura em Educação do Campo com Habilitações em Matemática e Ciências Naturais. PARFOR: Licenciatura em Pedagogia com ênfase em Educação do Campo.	
<i>Lato Sensu:</i> Pós-graduação em Trabalho, Educação e Desenvolvimento pra a Gestão da Educação Profissional.				
Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT)	Santo Amaro		BI: Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.	
PROGRAD/PARFOR			PARFOR: Licenciatura em Pedagogia	

Fonte: SAGRES

Conforme ilustra a Tabela 15, em 2015.2 a UFRB ofertou em seus seis campi, 45 diferentes cursos de graduação (sendo 02 na modalidade PARFOR e 01 Edital Pronera), além de 17 cursos de pós-graduação, dos quais 12 cursos são ofertados na modalidade *Stricto Sensu* (02 doutorados, 10 mestrados) e 05 cursos na modalidade *Lato Sensu*.

O Projeto Pedagógico Institucional – PPI e os princípios filosóficos e metodológicos das práticas acadêmicas frente aos objetivos centrais da IFES

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia está amparado na compreensão da educação como produção social e política que se realiza nos espaços de relações humanas contextualizadas (PDI 2015-2019, p. 18). A seguinte seção sintetiza princípios filosóficos e metodológicos do PPI enfatizando contribuições para o

contexto, perfil de egressos, composição curricular, organização didático-pedagógica, experiências educativas e avaliação.

Princípios filosóficos e metodológicos das práticas acadêmicas

Em linhas gerais afirma-se no PPI a importância de articular princípios para constituição de uma Universidade socialmente referenciada, essa configuração exige que a instituição universitária ressignifique sua relação com a sociedade, especialmente no que se refere ao acesso, à natureza e à qualidade da formação que oferece.

Nesse sentido, são vívidas as contribuições da UFRB nos últimos 10 anos, sobretudo com o processo de vinculação da instituição com a realidade regional com inserção dos seus egressos nos diversos espaços do mundo do trabalho na região do Recôncavo, como também pelo engajamento de docentes, discentes e técnicos administrativos no desenvolvimento ou apoio a implementação de projetos de ensino, pesquisa e extensão, deste modo, a universidade tem contribuído para aprimorar o pensamento científico e a capacidade de gerar novos conhecimentos, contudo estas contribuições precisam ser ampliadas.

Deste modo, em acordo com o PDI 2015-2019, a UFRB quer desenvolver uma formação universitária que contribua para o seguinte perfil do egresso:

✓ Formar pessoas com competência técnica, política, humanística, ética, comprometidas com a qualidade de vida da população da qual fazem parte;

✓ Garantir o domínio de conhecimentos e de níveis diversificados de capacidades e competências relativos a perfis profissionais específicos, aliado à compreensão de temas que transcendam as questões individuais por serem relevantes para a coletividade;

✓ Formar pessoas comprometidas com a resolução de problemas sociais e com o desenvolvimento socioeconômico do Recôncavo Baiano, do Estado da Bahia e do Brasil no âmbito da sua competência profissional e cidadã;

✓ Formar profissionais que exerçam suas futuras atividades laborais respeitando o desenvolvimento sustentável, a saúde coletiva, o patrimônio cultural e artístico e a ética na produção da ciência e da inovação;

✓ Formar sujeitos capazes de tomar decisões orientadas por um espectro ampliado de saberes técnicos e científicos, mas, que respeitem e dialoguem com outras formas de saber disponíveis em seu ambiente, sendo capaz de acolher as diferenças étnico-culturais, religiosa e de gênero, de modo a valorizar a vida na lógica da inclusão social;

✓ Formar pessoas com curiosidade científica e interesse permanente pela aprendizagem, com iniciativa para buscar e integrar novos conhecimentos e práticas ao longo de toda a vida, mas conscientes do caráter inacabado de qualquer formação.

Dessa maneira, os princípios formativos explícitos devem ser construídos na compreensão de que o currículo é um caminho que comporta intercorrências, mudanças, interrogações e que não se materializa exclusivamente no formato de atividades pedagógicas e em sala de aula. Vale salientar a necessidade da intencionalidade da adoção do enfoque interdisciplinar na organização curricular como uma alternativa para melhor compreensão e enfrentamento dos problemas no campo da formação e da práxis social em todas as áreas do conhecimento.

Deste modo, de acordo com o PDI 2015-2019, a estrutura da organização curricular se concretiza na oferta de três modalidades de componentes:

✓ Formação geral – capacitar o estudante a reconhecer e analisar aspectos constitutivos da realidade, como também identificar, compreender, analisar diferentes saberes, processos de comunicação e especificidades culturais;

✓ Formação Básica – habilitar o estudante a se apropriar dos conhecimentos nucleares de uma grande área de conhecimento, na qual o seu curso está inserido e utilizá-los como subsídios para exercício profissional;

✓ Formação Específica - capacitar o estudante a se apropriar do conhecimento teórico, prático, tecnológico relativo a um determinado campo de atuação profissional e empregá-lo de modo ético, responsável e inovador.

Merece destaque, neste cenário de composição curricular, a busca pelo entendimento de que a interiorização subentende o reconhecimento da chegada de pessoas de categorias historicamente alijadas da educação universitária, exigindo a construção de lógicas de reconhecimento de saberes outros que não os exclusivamente acadêmicos. Tudo isto pode trazer consequências insuperáveis e irreparáveis na perspectiva de sucesso acadêmico do estudante, caso não haja um processo de acolhimento do estudante à vida, aos costumes e à cultura universitária.

Isso remete a necessidade de aprimorar ações que promovam o aprender na universidade, o que significa desenvolver intervenções pedagógicas que permitam a familiarização dos estudantes com o campo semântico de um determinado domínio e uma linguagem científica, disciplinar; trabalhar a partir de textos e dados para conhecer conceitos e

teorias, autores e trabalhos de pesquisa; focalizar um tema específico e tirar informações; identificar, selecionar, sintetizar, estabelecer relações e problematizar; dominar os métodos e as formas de comunicação científica; desenvolver trabalhos acadêmicos com rigor, metodologia, elaboração de conceitos, análise e crítica; reconhecer que o espaço da universidade é um lugar de confrontação de ideias e de debates contraditórios; assimilar o pensamento crítico e praticá-lo.

A organização didático-pedagógica deverá ser estruturada em três momentos fundamentais de aprendizagem: “mobilização para o conhecimento”, “construção do conhecimento” e “elaboração da síntese do conhecimento”. Considera-se que a “mobilização para o conhecimento” caracteriza-se pela articulação entre a realidade empírica do grupo de educandos com suas redes de relações, visão de mundo, percepções, linguagem e as discussões acerca do ambiente e sua problemática. No segundo momento, parte-se para a “construção do conhecimento”, que visa submeter a percepção inicial a um processo crítico de questionamento, mediado pela literatura científica de referência para o conjunto de saberes em questão. Superada a visão sincrética inicial, a “síntese do conhecimento” configura-se como um processo de construção e reconstrução do conhecimento pelo educando, visando à elaboração de novas sínteses a serem continuamente retomadas e superadas (PDI 2015-2019, p. 23).

O PPI elucida a relevância do enriquecimento das trajetórias educativas dos discentes no sentido de construção de experiências diversas e com a flexibilização curricular sem perder de vista o princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, valorizando a articulação das vivências com conhecimentos técnicos, onde os processos de ensino-aprendizagem estruturarem-se em cenários significativos e problematizadores (PDI 2015-2019, p. 23-25).

Nessa perspectiva de ensino-aprendizagem, a Universidade concebe a avaliação como um processo contínuo, que ocorre no desenvolvimento de atividades avaliativas, individuais e em grupo, específicas de cada componente curricular, assim como de avaliações integradoras. Em cada curso, busca-se pautar a avaliação tanto no processo de aprendizagem (avaliação formativa), como no seu produto (avaliação somatória). Na avaliação formativa, tem-se um compromisso com a aprendizagem dos estudantes e definição prévia de objetivos, buscando-se identificar as potencialidades, as lacunas na aprendizagem, bem como novas estratégias para superar as dificuldades identificadas (PDI 2015-2019).

Núcleo de Temas Optativos

Estudo de campo: levantamento do nível de conhecimento dos documentos e normas institucionais pela comunidade acadêmica

Com o intuito de avaliar o nível de *satisfação geral da comunidade acadêmica com a UFRB e com as vivências acadêmico-universitárias*, bem como avaliar o *nível de conhecimento dos documentos e normas institucionais*, tais como o PDI, o PPI, o Regulamento de Graduação, o Projeto de Curso, os documentos que tratam da Política de Qualificação e Progressão (docente e técnico-administrativo), os questionários de autoavaliação destinam um conjunto de itens que juntos compõem dimensões de análise. Os resultados da autoavaliação do semestre letivo 2015.2 destas dimensões são apresentados, por categoria e por Centro de vinculação logo a seguir.

Ressalta-se que, para analisar a evolução dos aspectos gerais da UFRB e o nível de conhecimento de documentos e normas institucionais pela comunidade acadêmica (Estudantes, Docentes e Técnicos) considerou-se as médias por categoria em uma escala de 1 a 5. Assim, a Tabela 16 evidencia os valores médios atribuídos pela comunidade acadêmica às dimensões de análise citadas anteriormente.

Tabela 16. Evolução da satisfação com aspectos gerais da UFRB e do nível de conhecimento de documentos e normas institucionais pela comunidade acadêmica.

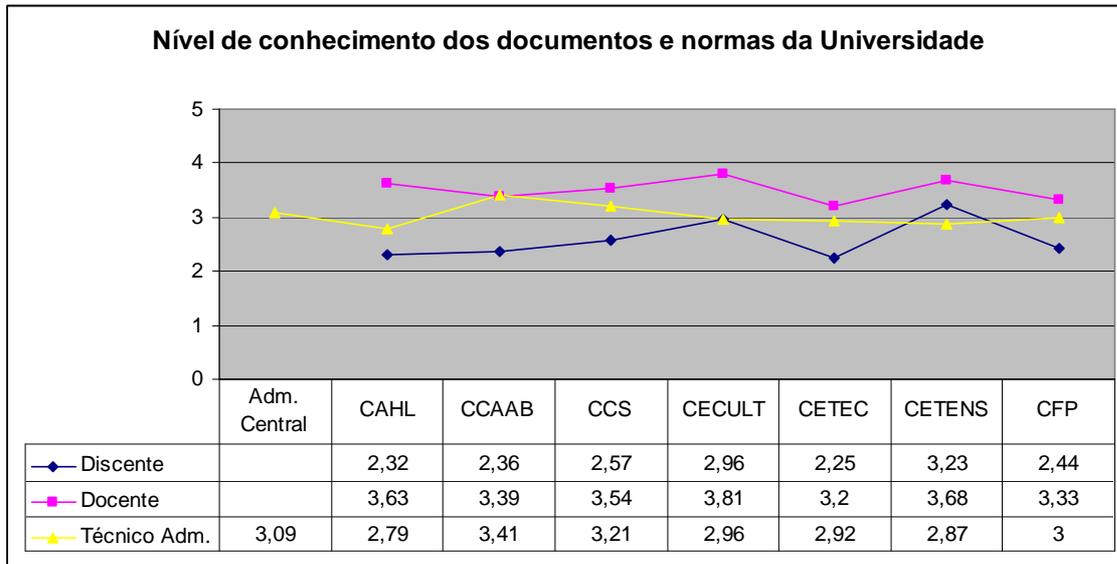
Dimensões de análise	Ano da Autoavaliação	Médias por Categoria (escala 1 a 5)		
		Estudantes Grad.	Docentes	Técnicos
Aspectos gerais UFRB e vivência acadêmico-universitária	2010	2,77	2,97	2,80
	2011	2,73	3,11	2,89
	2012	2,68	2,95	2,84
	2013	2,63	2,93	2,83
	2014	2,73	3,05	2,90
	2015	2,56	3,24	3,05
	2016	2,66	3,29	2,97
Nível de conhecimento dos documentos e normas da Universidade	2010	2,54	3,20	3,02
	2011	2,58	3,51	3,15
	2012	2,59	3,30	3,19
	2013	2,43	3,45	3,20
	2014	2,53	3,28	3,16
	2015	2,59	3,71	3,20
	2016	2,49	3,46	3,09

Conforme a tabela acima pode-se constatar que em relação ao nível de satisfação com a UFRB, descrita a partir de aspectos gerais e vivências acadêmicas universitárias, os Estudantes e os Docentes estão apresentando ao longo dos anos um considerável regularidade, sendo que no ano de 2016 foram alcançados os maiores níveis no que se refere a categoria Docentes, com a dimensão avaliada em 3,29. Ressalta-se que em relação aos Técnicos, esse nível manteve-se baixo entre os anos de 2010 à 2014, mas no ano de 2015 apresentou um aumento para 3,05. No entanto, no ano de 2016 esse nível teve uma leve queda para 2,97.

Em relação ao nível de conhecimento dos documentos e normas da Universidade, observa-se que em 2016, tanto os Estudantes, quanto os Docentes e Técnicos demonstraram menor nível de conhecimento em relação ao ano de 2015, sendo que os docentes destacam-se por ser a categoria que alega ter maior conhecimento das regras e normas da UFRB, apresentando uma média de 3,46. Evidencia-se que os estudantes prevalecem como a categoria que apresenta a menor média de conhecimento em relação aos documentos e normas da instituição supracitada, sendo esta 2,49.

Ratificando as informações anteriores, a Figura 02 indica o nível de conhecimento e normas da UFRB considerando a Administração Central e os 07 centros de Ensino da universidade.

Figura 02. Nível de conhecimento dos documentos e normas institucionais por categoria e Centro de vinculação do participante em 2016.



Fonte: Banco de Dados CPA,2016

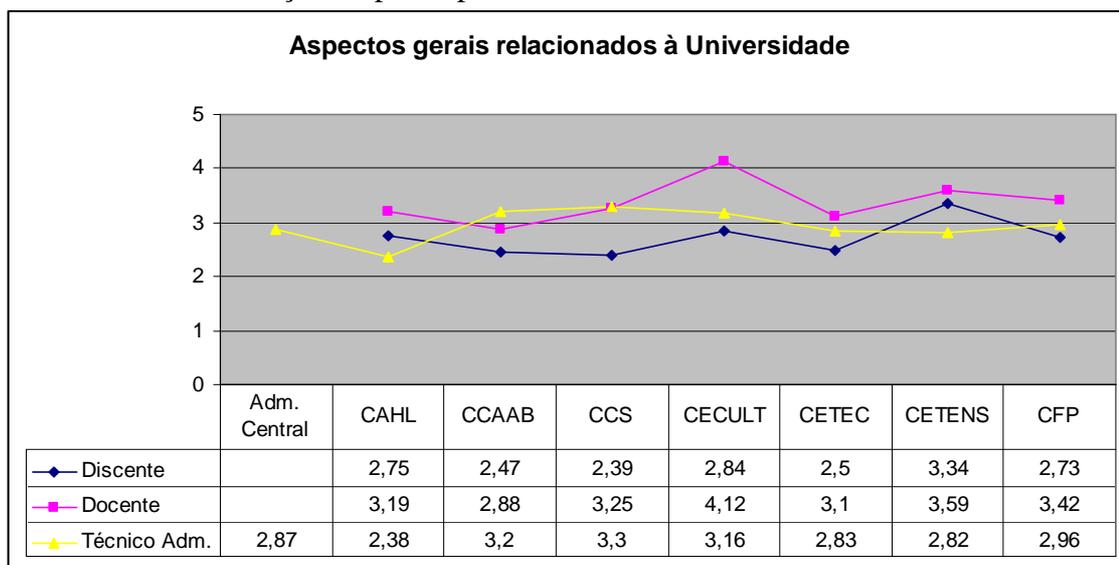
Considerando a Figura 02, nota-se que os discentes do CETENS e CETEC apresentam maior e menor média no conhecimento dos documentos e normas da universidade, 3,23 e 2,25, respectivamente. Já entre os Técnicos, destacam-se os que trabalham no CCAAB entre os que apresentaram maior média nesse quesito, sendo 3,41.

Em acordo com o supracitado, a categoria dos Docentes foi a que indicou a maior média no conhecimento dos documentos da UFRB, sendo que de acordo com a figura acima, os docentes do CECULT destacaram-se com a maior média, 3,81.

De maneira geral, percebe-se que muitos membros da comunidade acadêmica desconhecem os estatutos e regimentos da UFRB, sendo este um ponto negativo e que precisa ser melhorado. Assim, a universidade deve atentar para uma perspectiva de ampliar canais de divulgação e aproximação da comunidade acadêmica sobre os documentos centrais da mesma e sobre o seu funcionamento institucional. Esta situação pode ser melhorada com o oferecimento de cursos de capacitação/aperfeiçoamento para os membros da comunidade acadêmica.

Outro aspecto relevante que foi considerado na Autoavaliação Institucional foi a satisfação geral da comunidade acadêmica com a UFRB e com as vivências acadêmico profissional por categoria, conforme pode ser visto na Figura 03.

Figura 03. Satisfação geral com a UFRB e com as vivências acadêmico/profissional por categoria e Centro de vinculação do participante em 2016.



Fonte: Banco de Dados CPA,2016

Enfatizamos na figura 03 a dimensão onde os Docentes apresentam maior nível de satisfação com a UFRB e com as vivências acadêmico/profissionais, seguido dos Técnicos Administrativos, sendo que os alunos apresentam uma média de satisfação inferior as outras categorias. Também constata-se que:

- Os docentes do CECULT são os mais satisfeitos, com uma média de 4,12. Enquanto que os docentes e técnicos mais insatisfeitos são os do CCAAB, centro este que é o mais antigo da UFRB.
- O CCS destaca-se por ser o centro em que a categoria dos Técnicos Administrativos apresenta maior grau de satisfação (média de 3,3) e ao mesmo tempo onde a categoria dos Discentes destaca a maior intensidade de insatisfação da UFRB (média de 2,39).
- Em relação aos discentes, os mais satisfeitos são os do CETENS, centro este que foi aberto recentemente.

De maneira geral, percebe-se que os alunos mais insatisfeitos com a UFRB e com as vivências acadêmico profissional são os que estudam no CCS e no CCAAB, sendo que o nível de insatisfação dos mesmos está abaixo da média, assim como os servidores Técnicos-administrativos do CAHL. Evidencia-se que tanto a insatisfação discente quanto a dos técnicos se torna um fato preocupante e que precisa ser investigado pela Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD/UFRB) e pela Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP/UFRB),

evitando a evasão por parte dos discentes e a prestação de um serviço com falta de qualidade por parte dos Técnicos.

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Mecanismos de transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impacto das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.

1. Dados da Extensão Universitária da UFRB 2016.

Embora já se tenha dado visibilidade às ações extensionistas da UFRB no último item do capítulo anterior, nessa seção também analisaremos alguns dados e trataremos das questões que envolvem acessibilidade e a Permanência Qualificada.

Crerios adotados pela instituição para ampliar o acesso, inclusive os portadores de necessidades especiais.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2015-2019, as ações para inclusão de portadores de necessidades especiais tem sido direcionadas para duas frentes o de apoio acadêmico e o de obra e infraestrutura. O Núcleo de Políticas de Inclusão da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) no ano de 2016, tem buscado garantir o acesso e a permanência dos discentes portadores de deficiência nos cursos de graduação da UFRB. As ações de apoio acadêmico atende as necessidades dos docentes e discentes através da disponibilização de recursos de acessibilidade tais como: cadeiras de rodas, notebooks, mini-gravadores de áudios; lupas eletrônicas portáteis; lupas eletrônicas de mesa; impressora Braille; mesas adaptadas; televisores LCD para laboratórios a serem utilizados por estudantes com baixa visão; softwares de acessibilidade; transmissor e receptor FM para estudante com deficiência auditiva. Além desses recursos, tem sido disponibilizado bolsistas para auxiliar no desenvolvimento das atividades acadêmicas dos estudantes com deficiências e ainda a

promoção de eventos e de cursos com os quais levam a construção de atitudes inclusivas. A tabela 17 lista alguns itens disponibilizados e em processo de compra durante o ano de 2016.

Tabela 17. Itens disponibilizados e em processo de compra no ano de 2016, para o apoio de discentes portadores de necessidades especiais

ITEM	QUANTIDADE	SITUAÇÃO
Scanners de voz	12	Disponível na instituição
Tablet para auxílio de tradutores e interpretes de libras	4	Disponível na instituição
Lupas eletrônicas	07	Solicitado
Cadeiras de rodas	15	Processo de compra
Cadeira de roda <i>stand-up</i>	1	Processo de compra

Fonte: PROGRAD, 2016

No que se refere a obra e infraestrutura, a UFRB, vem buscando atender progressivamente os requisitos mínimos de acessibilidade física/ arquitetônica. Além do previsto na legislação, tem-se buscado atender aos critérios de acessibilidade previstos nas normas da ABNT (em especial a 9050) (PDI, 2015-2019). Entretanto algumas áreas dos campi da UFRB não estão plenamente urbanizadas e ainda existem algumas áreas que não têm condições de acessibilidade, além do mais algumas etapas do planejamento inicial ainda não foram executadas, a exemplo dos acessos a algumas edificações e áreas de estacionamento (SIPEF, 2016). As infraestruturas antigas, os dois *campi* mais recentes assim como os espaços alugados, ainda não dispõem de uma acessibilidade adequada, tornando apenas parcial o atendimento a este quesito. Os estacionamentos planejados para os *campi* da UFRB, possuem a previsão de vagas para pessoas com deficiência e idosos, entretanto algumas delas não estão adequadamente sinalizadas (SIPEF,2016).

UPT - Durante o ano de 2016 o programa Universidade para Todos não foi ofertado devido a não renovação do convênio (PROGRAD, 2016).

Esporte - Incentivo à prática de esportes com a disponibilização de bolsas para monitores que ofertassem aulas de esportes e apoio à participação e organização de eventos esportivos. Foi realizado um torneio beneficente com 08 equipes e 80 estudantes aproximadamente, com um público total de 150 pessoas, em um campo atrás do Ginásio de Esporte da UFRB. As aulas de voleibol contam com aproximadamente 20 estudantes; as de

handebol com 22 estudantes; as de judô com 16 estudantes; as de capoeira com 40 participantes, sendo estudantes e comunidade externa; as de forró com 15 estudantes.

Sobre as atividades extensionistas, nas tabelas seguintes serão apresentados dados sobre ações de extensão da universidade em 2016.

Tabela 18. Ações de Extensão considerando os anos de 2013 até 2016 na UFRB.

Ações	Ano			
	2013	2014	2015	2016
Programas	04	12	15	18
Programas financiados	04	00	00	00
Projetos	67	91	64	109
Projetos financiados	41	00	00	00
Cursos	43	37	43	98
Eventos	201	156	156	284
Publicações	02	02	03	06
Prestação de serviços	04	02	03	03
Total	366	300	284	518

Fonte: PROEXT, 2016.

É motivo de destaque que no ano de 2016 houve um crescimento de 82,4 % ações extensionistas em relação ao ano anterior. Isso é reflexo do aumento considerável de número de projetos, cursos e eventos registrados durante esse período, e mostra a convergência entre o trato dado à extensão na UFRB com a Política de Expansão Universitária Nacional.

Tabela 19. Envolvidos com as Ações de Extensão 2013 até 2016

Público Envolvido	Ano			
	2013	2014	2015	2016
Docentes	497	356	224	413
Discentes	4389	2228	1707	1279
Técnicos	184	93	126	112
Público	105022	64144	72457	130900

Fonte: PROEXT, 2016.

Considerando os dados da tabela 19, foi verificado um crescimento no envolvimento de docentes nas ações de extensão no ano 2016 comparando com 2015. Podemos constatar pela tabela acima que houve um aumento de 84% na participação de docentes nas ações de extensão, em relação ao ano anterior. No que diz respeito à participação de discentes houve uma considerável redução sendo que atingiu apenas 75% do número de participantes do ano anterior. A participação de técnicos também diminuiu em 2016, perfazendo um total de 89% do número do ano anterior, em contrapartida houve o aumento de 81% na participação do público.

Tabela 20. Envolvimento nas ações de extensão por Centro de Ensino 2014 entre e 2016.

	CCAAB	CETEC	CAHL	CCS	CFP	CECULT	CETENS	OUTROS	TOTAL
2014									
DOCENTES	102	38	75	60	55	17	09	-	356
DISCENTES	388	28	972	153	634	48	05	-	2.228
TÉCNICOS	24	0	36	12	18	02	01	-	93
PÚBLICO	15.373	7.170	21.942	4.577	7.017	7.415	650	-	64.144
2015									
DOCENTES	64	22	46	37	34	10	06	05	224
DISCENTES	406	52	816	105	223	17	77	11	1.707
TÉCNICOS	62	02	15	23	01	03	11	09	126
PÚBLICO	27.281	5.084	12.073	4.309	4.580	1.177	9.369	8.584	72.457
2016									
DOCENTES	97	62	64	62	40	42	28	18	413
DISCENTES	323	72	335	302	137	62	35	13	1279
TÉCNICOS	31	02	12	23	07	07	06	24	112
PÚBLICO	15806	7218	22562	10734	6792	9193	6260	52335	130900

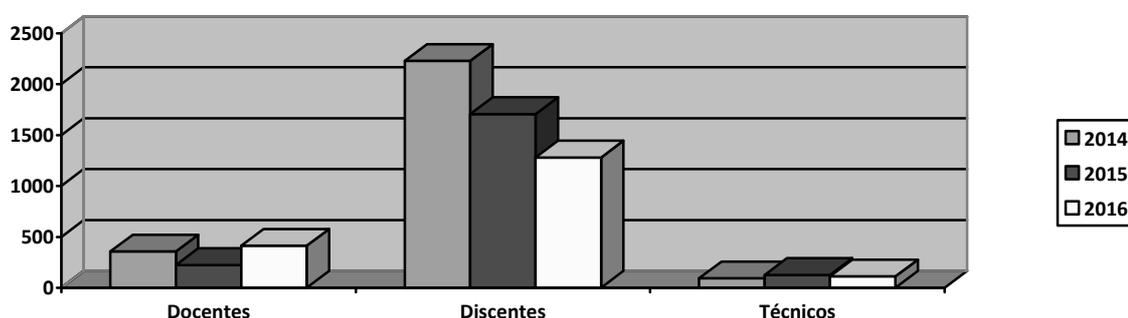
Fonte: PROEXT, 2016.

De modo geral, percebe-se um declínio nos dados encontrados entre os anos de 2014 e 2015, seguido de uma ascensão entre 2015 e 2016. O CECULT é o Centro mais representativo deste processo. Destaca-se a participação crescente dos discentes no CETEC:

28 em 2014, 52 em 2015 e 72 em 2016, e a participação do público no CCS: 4.577 em 2014, 4.309 em 2015 e 10.734 em 2016.

Os resultados apontam para um crescimento acentuado de 104% na participação do público nas atividades de extensão promovidas pela universidade entre 2014 e 2016. Quanto à participação da comunidade interna, chama atenção o declínio da participação discente no mesmo período, como demonstra a figura 04.

Figura 04. Envolvimento da comunidade interna nas ações de extensão por Centro de Ensino 2014, 2015 e 2016.



Fonte: PROEXT, 2016

O Programa de Permanência Qualificada – PPQ é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que visam a implementação do sistema de acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes da UFRB, com recursos oriundos do Ministério da Educação/PNAES. Através do PPQ, a PROPAAE disponibiliza auxílios financeiros, alimentação e moradia a estudantes em situação de vulnerabilidade social, em relação à sua condição socioeconômica. A pró-reitoria busca assegurar a permanência qualificada dos estudantes na graduação: que continuem os estudos com qualidade mesmo com graus diferentes de vulnerabilidade social. Como não há vagas para atender a 100% da demanda de estudantes que se inscreve solicitando o auxílio, a cada início de semestre é realizado um processo seletivo para a inserção de novos bolsistas para o PPQ.

A PROPAAE tem como macroprocessos finalísticos os propósitos de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, pondo em prática uma ação de corresponsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica.

Neste sentido, a PROPAAE busca garantir a execução de Políticas Afirmativas e Estudantis na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária, nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional.

Na Tabela 21 é possível observar dois movimentos relevantes:

1. Uma queda progressiva entre 2013 e 2015 seguida de crescimento no ano de 2016, sempre comparando-se ao ano anterior, nos seguintes auxílios: Aux. Moradia/Residência, Aux. Alimentação, Aux. Pec. À Moradia, Aux. Pec. à Alimentação, Aux. Vinculado a Projetos Institucionais, Aux. Creche.
2. Um movimento crescente constante entre 2013 e 2016 dos seguintes auxílios: Aux. Deslocamento, PBP-MEC.

Tabela 21. Número de estudantes assistidos pelo PPQ.

AUXÍLIO	TOTAL DE ESTUDANTES ASSISTIDOS/ANO			
	2013	2014	2015	2016
Aux. Moradia/Residência	237	216	210	237
Aux. Alimentação	200	125	125	138
Aux. Pec. À Moradia	104	84	70	135
Aux. Pec. à Alimentação	164	121	-	-
Aux. Vinculado a Projetos Institucionais	1053	1014	938	822
Aux. Deslocamento	291	301	417	450
Aux. Creche	40	23	18	32
PBP-MEC	164	368	629	715
TOTAL	2089	2131	2407	2529

Fonte: PROPAAE, 2016.

Comparando-se os percentuais entre 2015 e 2016, temos:

Discreto aumento do Aux. Moradia/Residência (12,85%); discreto aumento Aux. Alimentação (10%); houve uma redução da oferta no Aux. Vinculado a Projetos Institucionais (14,1%); houve um aumento da oferta no Aux. Creche (77,7%) promovendo uma atenção maior às discentes que são mães. Isso influencia na permanência dessas discentes na graduação; houve um aumento no que se refere ao Aux. Pec. À Moradia (92,8%). Esse auxílio também se torna um fator determinante para a manutenção dos discentes no processo de

formação; houve um discreto aumento no que se refere ao Aux. Deslocamento (7,9%) e houve um discreto aumento no que se refere ao PBP-MEC (13,6%).

Segundo a PROPAAE, os principais produtos e serviços ofertados são:

- Oferta de bolsas vinculadas a Projetos Institucionais: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se bolsa no valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais) em forma de apoio pedagógico, cujo critério de acesso é o perfil socioeconômico de um salário mínimo e meio per capita e cuja contrapartida do discente se concentra no desempenho acadêmico e desenvolvimento de um projeto de pesquisa, ensino ou extensão;
- Auxílio transporte: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se auxílio pecuniário no valor de 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para colaborar no transporte de discentes de cidades vizinhas, cujo critério de acesso é o perfil socioeconômico de um salário mínimo e meio per capita e a contrapartida é o desempenho acadêmico satisfatório;
- Auxílio Alimentação: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se Auxílio Alimentação através de disponibilização de refeições no Restaurante Universitário do Campus de Cruz das Almas, cujo critério de acesso é o perfil socioeconômico de um salário mínimo e meio per capita e a contrapartida é o desempenho acadêmico satisfatório;
- Auxílio Moradia: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se Auxílio Moradia através de disponibilização de leitos nas Residências Universitárias em todos os campi da UFRB, cujo critério de acesso é o perfil socioeconômico de um salário mínimo e meio per capita e a contrapartida é o desempenho acadêmico satisfatório;
- Auxílio Pecuniário a Alimentação: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se Auxílio Pecuniário a Alimentação através de disponibilização de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais) aos discentes que ocupam vagas nas residências universitárias em todos os campi da UFRB que não possuem RU, e cujo critério de acesso é o perfil socioeconômico de um salário mínimo e meio per capita e a contrapartida é o desempenho acadêmico satisfatório;

- Auxílio Pecuniário à Moradia: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se Auxílio Pecuniário à Moradia através do repasse do valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) aos discentes, após processo seletivo que comprova a condição socioeconômica de um salário mínimo e meio per capita, sendo a contrapartida o desempenho acadêmico satisfatório. Contudo, a capacidade de leito da residência universitária foi esgotada e muitos discentes não possuem condições de continuar seus estudos.
- Auxílio Creche: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010) e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), oferta-se auxílio creche no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) para custeio e manutenção da criança em instituição educacional, possibilitando ao discente a frequência no calendário acadêmico consoante com a sua graduação;
- Auxílio Saúde: em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se auxílio pecuniário à saúde até o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), para aquisição de aparelho corretivo e medicamento de uso não contínuo, mediante apresentação de prescrição médica;
- Auxílio à Participação em Eventos Científicos e Culturais: oferta de auxílio à participação e organização de eventos científicos, culturais, tecnológicos, internos e externos.
- Auxílio Emergencial: consiste na liberação de parcela única, através de repasse pecuniário no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no equivalente ao período de vigência do edital de seleção para ingresso no Programa de Permanência Qualificada – PPQ.

A PROPAAE indica os quantitativos de discentes que se candidataram aos benefícios ofertados, bem como o número de vagas oferecidas. Essa relação nos dá o real perfil dos ingressos e egressos da UFRB. Porque tão importante quanto os dados dos que acessam os benefícios, é saber quantos e como os discentes que não acessaram desenvolvem sua vida universitária ou abandonam-na.

Entre os anos de 2013/2016, foram ofertadas 428 vagas para 2.883 inscritos no quesito Auxílio a Projetos, gerando uma concorrência de 6,73%; 643 vagas para 1.546 inscritos no quesito Auxílio Transporte, totalizando uma concorrência de 2,40%. No que diz respeito ao Auxílio Moradia, o número de inscritos foi 638 para um total de 324 vagas,

com uma concorrência de 1,97%. Por fim, em relação ao Auxílio Alimentação, houve maior oferta que procura: 212 inscritos para 221 vagas, com uma concorrência de 0,96%. Os dados listados acima são referentes a todos os centros.

Considerações

As propostas, objetivos, metas e resultados apresentados no Eixo que problematiza o Desenvolvimento Institucional permitem inferir acerca do comprometimento da UFRB com ações voltadas para concretizar sua missão institucional, suas práticas pedagógicas e administrativas sem perder de vista a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, a formação do profissional e o desenvolvimento da região e do País.

Em diálogo com o descrito, no que tange a missão e princípios da UFRB, afirmamos avanços na ampliação do patrimônio, quantidade de cursos e do quadro de servidores, bem como ações e parcerias institucionais nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. Também destaca-se a dimensão de uma Universidade socialmente referenciada com 84,3% dos estudantes autodeclarados negros, dados da Pró-reitoria de Políticas Afirmativas e Assistência Estudantil, primeira do gênero no Brasil (PDI 2015-2019, p. 26-31). Esses elementos corroboram com a intenção de cumprir com a missão e princípios de excelência acadêmica, inclusão social e desenvolvimento regional supracitados.

As políticas de internacionalização demandam desafios como as dificuldades de uma instituição em expansão, sobretudo no que se refere à recepção e hospedagem de estudantes e professores, a necessidade de ampliação de bolsas e auxílios, bem como desafios perante a questão da mobilidade internacional e domínio de línguas estrangeiras (PDI 2015-2019, p. 33).

Compreende-se a relevância do estabelecimento de metas quantificáveis no PDI 2015-2019 como um fator preponderante para futuras avaliações. Essa ação possibilita a criação de estratégias para efetivação das metas, proporcionando um melhor acompanhamento, avaliação e fiscalização por parte da comunidade acadêmica, assim como um autoavaliação dos avanços e desafios e, um futuro replanejamento.

Tendo em vista os dados sobre os aspectos gerais da UFRB e a vivência acadêmico-universitária, assim como, o nível de conhecimento dos documentos e normas da Universidade numa perspectiva da comunidade acadêmica, é positivo a melhora dos índices de satisfação com a Universidade, por outro lado, ainda deixa a desejar a apropriação dos

documentos legais que regem a IES. Logo, continua sendo imprescindível a divulgação e problematização dos resultados desta Autoavaliação Institucional para subsidiar estratégias visando um melhor conhecimento da instituição em seus aspectos físicos, humanos, acadêmicos, políticos e sociais.

LIMITAÇÕES E FRAGILIDADES:

- Rever o sistema de coleta dos dados, de modo que seja possível triangular as informações e não repetir as solicitações e conseqüentemente os resultados;
- Introduzir, no que se refere à PROPAAE, o número de editais e o número de discentes que se inscreveram por edital;
- É importante incluir nos relatórios a quantidade de funcionários que desenvolvem as ações por segmento abordado.

Eixo III - A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

ENSINO NA GRADUAÇÃO

Para cumprir o seu objetivo de ministrar ensino superior de qualidade, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, a UFRB atua nas seguintes áreas de conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Biológicas; da Saúde; Agrárias; Sociais Aplicadas; Humanas e Linguística, Engenharias; Letras e Artes; Tecnologia em Energia e Sustentabilidade; e Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.

Em 2016 a UFRB teve três semestres (2015.1, 2015.2 e 2016.1, este último ainda está em progresso) e ofertou 45 (quarenta e cinco) cursos regulares de graduação, sendo 32 (trinta e dois) no período diurno, 12 (doze) no período noturno e 01 (um) curso na modalidade EaD. Dentre os 45 (quarenta e cinco) cursos, 35 são reconhecidos pelo MEC. Os cursos estão distribuídos em seis *campi* que compõe sua estrutura multicampi, são eles:

- Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB em Cruz das Almas;
- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC em Cruz das Almas;
- Centro de Ciências da Saúde – CCS em Santo Antonio de Jesus;
- Centro de Formação de Professores – CFP em Amargosa;
- Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL em Cachoeira;
- Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT em Santo Amaro;
- Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS em Feira de Santana.

Além da oferta de vagas em cursos regulares de graduação, a UFRB oferece vagas para o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR - para os seguintes cursos de Licenciatura: Ciências da Natureza, Matemática e Pedagogia. O PARFOR é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB, oferecendo cursos superiores públicos, gratuitos e de qualidade.

No semestre 2015.1 foram matriculados 28 alunos no Curso de Licenciatura em Pedagogia, não havendo registros de matrículas para os demais cursos no período.

Política para o Ensino de Graduação na UFRB

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI, as políticas de ensino de graduação da UFRB guiam-se pelas seguintes diretrizes:

- ampliar as formas de acesso aos cursos;
- ampliar a oferta de vagas e cursos presenciais, principalmente no turno noturno;
- valorizar o ensino de graduação;
- integrar o ensino de graduação com a pós-graduação, a pesquisa e a extensão.

Dentre esses aspectos apenas o último ponto ainda tem demonstrando dificuldades no desenvolvimento de programas de pós-graduação em todos os Centros.

Caracterização e descrição do Ensino de Graduação na UFRB

O número de novas vagas ofertadas, vagas ociosas, ingresso de alunos, número de matriculados e formados, estão sumarizadas na Tabela 22. Observa-se que durante o período de 2011 a 2014 o número de vagas ofertadas teve um aumento progressivo, entretanto ao comparar os anos de 2015 e 2016. Em relação a 2015, houve um decréscimo de 5,96% de vagas ofertadas em contrapartida ao aumento no período de 2011 a 2014 e entre 2015 e 2016 o decréscimo foi de 8,97%.

Tabela 22. Evolução do número de vagas ofertadas, vagas ociosas, alunos ingressantes, alunos matriculados e alunos formados na graduação.

Ano	Novas Vagas Ofertadas	Vagas Ociosas	Alunos Ingressos	Alunos Matriculados	Alunos Formados
2009	1.890	1.416	1.715	3.508	90
2010	2.440	944	2.421	5.116	341
2011	2.180	1.222	2.819	6.046	458
2012	2.184	953	2.291	6.448	227
2013	2.190	2.114	2.160	7.220	255
2014	3.318	1.841	2.817	7.661	828
2015	3.120	1.719	3.838	8.270	675
2016	2.840	3.762*	2.265**	8.263***	687*

Fonte: Banco de dados da CPA, compilado a partir das informações fornecidas pela SURRAC/PROGRAD/SAGRES (Setembro - 2016).

* Referente ao semestre 2015.2

** Referente aos semestres 2015.2 e 2016.1

***Referente ao semestre 2016.1

O detalhamento da evolução da oferta de vagas por curso, nos últimos 05 anos, é apresentado na Tabela 23. Observa-se um aumento expressivo na oferta de vagas para o ano de 2014, que pode ser justificado pela ampliação na quantidade de cursos oferecidos pela UFRB, com a inclusão da Licenciatura em Matemática na modalidade EAD (Educação à Distância), do curso de Medicina, e dos Bacharelados Interdisciplinares em Energia e Sustentabilidade, em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas e em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias, Matemática e Ciências Naturais.

Entretanto, para os semestres 2015.1 e 2015.2 ambos efetivados no ano de 2016, verificou-se uma queda de 30,53% na oferta de vagas, e dentre os fatores que podem ter contribuído para esse decréscimo podemos citar: o número elevado de vagas ociosas na instituição (Tabela 22 e 24), que tem se tornado um problema cada vez mais recorrente e que necessita da implantação de uma política que vise à elucidação dos fatores que tem levado à desistência dos cursos, com concomitante estabelecimento de medidas de atendimento aos discentes que promovam mudança nesse quadro; à especificidade da forma de ingresso em cursos da área de saúde, como Medicina, que ocasionou uma redução na oferta do número de vagas para o Bacharelado Interdisciplinar em Saúde; à carência em termos de infraestrutura do Campus em que está implantado o curso de Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade (CETENS), que tem limitado a ampliação do número de vagas disponibilizadas, assim como a falta de registro de vagas para o curso de Licenciatura em Matemática EAD, que foi responsável pelo incremento do quantitativo de 300 vagas disponibilizadas na instituição para o ano de 2014.

Tabela 23. Evolução do número de novas vagas ofertadas nos cursos de graduação da UFRB.

Curso		Turno	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2
1	Agronomia	Diurno	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
2	Artes Visuais	Noturno	50	0	50	0	40	0	40	0	40	0	40	0
3	Bacharelado Biologia	Diurno	60	0	60	0	60	0	60	0	60	0	60	0
4	Bac. Ciências Exat. e Tecnológicas	Diurno	100	100	100	150	150	150	150	150	150	150	150	150
5	Bac. Ciências Sociais	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
6	Bac. Interdisciplinar em Saúde	Diurno	50	50	50	50	50	50	50	50	100	100	100	20
7	Bac. Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	90	120	45	45
8	Bac. Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	30	0
9	Bac. Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Noturno	0	0	0	0	0	0	0	0	40	0	30	0
10	Cinema e Áudio Visual	Diurno	50	0	50	0	40	0	40	0	40	0	40	0
11	Comunicação	Diurno	50	0	50	0	40	0	40	0	40	0	40	0
12	Educação Física	Noturno	0	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
13	Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias	Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	120	0	0	0
14	Educação do Campo com Habilitação em Matemática	Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	60	0	0	0
15	Educação do Campo com Habilitação em Ciências Naturais	Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	60	0	0	0
16	Enfermagem	Diurno	50	0	0	30	0	30	0	30	25*	0	0	20
17	Engenharia Civil	Diurno	0	0	0	0	6	15	0	0	55*	0	0	0
18	Engenharia da Computação	Diurno	0	0	0	0	0	15	0	0	40*	0	0	0
19	Engenharia Mecânica	Diurno	0	0	0	0	6	15	0	0	35*	0	0	0
20	Engenharia de Pesca	Diurno	60	0	60	0	60	0	60	0	60	0	60	0
21	Engenharia Florestal	Diurno	70	0	70	0	70	0	70	0	70	0	70	0
22	Eng. Sanitária e Ambiental	Diurno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
23	Filosofia	Noturno	0	60	60	0	0	60	0	60	0	60	0	60
24	Física	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
25	História Licenciatura	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	0	0	0	50

Curso		Turno	2010.1	2010.2	2011.1	2011.2	2012.1	2012.2	2013.1	2013.2	2014.1	2014.2	2015.1	2015.2
26	História Licenciatura	Noturno	0	50	0	50	0	50	0	50	50	50	50	0
27	Lic. em Letras / LIBRAS	Noturno	0	50	0	50	0	50	0	50	40	50	0	50
28	Licenciatura em Biologia	Noturno	60	0	60	0	60	0	60	0	40	40	40	40
29	Licenciatura em Ciências Sociais	Diurno	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-
30	Licenciatura em Matemática - EaD	EaD	0	0	0	0	0	0	0	0	300	0	0	0
30	Matemática	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
32	Medicina	Diurno	0	0	0	0	0	0	0	0	58	0	0	30
33	Medicina Veterinária	Diurno	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40	40
34	Museologia	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
35	Nutrição	Diurno	50	0	0	30	0	30	0	30	30	0	0	30
36	Pedagogia	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
37	Pedagogia	Noturno	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50
38	Psicologia	Diurno	50	0	30	0	0	30	30	30	60	0	0	30
39	Química	Diurno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
40	Serviço Social	Diurno	0	50	0	50	0	50	0	50	0	0	0	50
41	Serviço Social	Noturno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	50	50	0
42	Tec. Gestão Cooperativa	Noturno	0	70	0	70	0	70	0	70	0	70	0	70
43	Tecnologia Gestão Pública	Noturno	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0	50	0
44	Tecnologia em Agroecologia	Diurno	0	60	0	60	0	60	0	60	0	60	0	60
45	Zootecnia	Diurno	70	0	70	0	70	0	70	0	70	0	70	0
TOTAL			1370	670	1360	720	1282	855	1300	810	2388	930	1420	885
			2040		2080		2137		2110		3318		2305	

*Vagas ofertadas no 2º Ciclo, Fonte: PROGRAD, 2016

A UFRB tem se empenhado no que se refere à promoção de um estudo acerca da elevada evasão que tem caracterizado a instituição nos últimos anos, a partir da criação do Núcleo de Acompanhamento Acadêmico/NUGAA, em outubro de 2015. Inicialmente foi identificado que a maioria dos alunos evade tanto do curso quanto da UFRB caracterizando uma dupla perda; a maior parte dos discentes é proveniente dos cursos da área de ciências exatas, que geralmente migram para outros cursos por meio de transferência interna ou participando de novos processos seletivos; além disso, as questões socioeconômicas dos discentes que ingressam na instituição têm demonstrado ser um fator de interferência relevante, refletindo a necessidade de investimento na ampliação em termos quantitativos e qualitativos das políticas de permanência estudantil, o que representa um desafio frente ao corte de verbas que a UFRB tem enfrentado nos últimos anos. A tabela 24 mostra as vagas ociosas em 2015.1 e 2015.2, onde os cursos Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas e Engenharia de Pesca na maior quantidade de vagas não ocupadas.

Tabela 24. Demonstrativo de vagas ociosas nos cursos de graduação da UFRB em 2015.1 e 2015.2.

Curso	Vagas ociosas 2015.1	Vagas ociosas 2015.2
Agroecologia	0	46
Agronomia	54	96
Artes Visuais (noturno)	04	37
Bacharelado em Biologia	16	77
Bacharelado em Ciências Exatas	137	206
Bacharelado em Matemática	48	112
Bacharelado em Saúde	38	77
Bacharelado em Ciências Sociais	66	71
Cinema e Audiovisual	12	40
Comunicação	06	27
Educação Física (noturno)	13	46
Enfermagem	45	91
Engenharia Civil	45	91
Engenharia da Computação	59	115
Engenharia Elétrica	24	34
Engenharia Florestal	14	115
Engenharia Mecânica	52	117
Engenharia de Pesca	75	176
Engenharia Sanitária e Ambiental	60	182
Lic. em Ciências Sociais	02	02
Lic. em Ed. no Campo – Ciên. Agrárias	31	175
Lic. em Ed. no Campo – Ciên. Naturais	09	01
Lic. em Ed. no Campo – Matemática	03	26

Lic. em Filosofia	51	151
Lic em Física (Diurno)	50	126
Lic. em História (diurno)	33	63
Lic. em História (noturno)	06	46
Bac. Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologia Aplicadas (diurno)	04	11
Bac. Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologia Aplicadas (Noturno)	09	29
Bac. Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	109	118
Licenciatura em Biologia (noturno)	24	65
Licenciatura em Letras/Libras/ Língua Estrangeira (diurno)	05	09
Licenciatura em Letras/Libras/ Língua Estrangeira (noturno)	48	49
Licenciatura em Matemática	30	108
Licenciatura em Matemática EAD	70	75
Medicina	04	06
Medicina Veterinária	68	96
Museologia	16	88
Nutrição	69	149
Psicologia	72	152
Pedagogia (diurno)	04	41
Pedagogia (noturno)	34	-3
Publicidade e Propaganda	3	11
Química	31	95
Serviço Social (diurno)	19	25
Serviço Social (noturno)	04	51
Tec. em Agroecologia	37	-39
Tec. Gestão de Cooperat. (noturno)	38	45
Tec. Gestão Pública (noturno)	17	42
Zootecnia	51	193

Fonte: SAGRES

Observa-se o aumento significativo de vagas ociosas em todos os cursos em 2015.2. Isso indica uma zona de risco para aos cursos, sinalizando a necessidade de investigação de motivos dessa situação por curso, por centro e por pró - reitoria. A necessidade de investigação de causalidade desse fenômeno, também indica a necessidade dos entes da UFRB se debruçarem sobre o Relatório de Autoavaliação Institucional;

O SISU representa a principal forma de ingresso de estudantes na UFRB, desde quando foi implantado em 2010. As outras formas de entrada na universidade incluem as terminalidades de 2º ciclo, transferências internas e externas, portador de diploma e rematrícula (Tabela 25).

Os cursos que apresentaram o maior número de ingressantes no semestre 2015.2 foram os bacharelados interdisciplinares em Ciências Exatas e Tecnológicas, e em Saúde, sendo essas passíveis de serem justificadas considerando que atuam como uma ponte facilitadora na admissão, por intermédio das terminalidades, em cursos tradicionalmente renomados no campo profissional, como as engenharias e a medicina.

É importante ressaltar que a oferta de cursos noturnos na instituição, amplia o acesso de indivíduos que necessitam trabalhar para garantir a manutenção de sua sobrevivência, sendo uma forma efetiva de auxiliar essas pessoas na promoção da melhoria da perspectiva de vida no campo profissional.

Tabela 25. Evolução do ingresso de alunos na graduação por tipo de acesso.

Centro	Curso	2013.1		2013.2		2014.1		2014.2		2015.1		2015.2	
		Sisu	Outros Proc.										
CCAAB	Agronomia	50	15	50	2	48	14	48	4	50	10	48	4
CAHL	Artes Visuais	40	8	0	1	40	3	0	-	38	4	-	-
CCAAB	Bacharelado Biologia	60	1	0	0	58	0	0	-	55	6	-	-
CETEC	Bac. Ciências E. e Tecnológicas	150	5	150	0	179	0	161	5	172	1	134	3
CCS	Bac. Interdisciplinar em Saúde	50	0	50	2	96	2	90	8	98	9	113	3
CAHL	Ciências Sociais	50	2	0	0	50	5	0	-	31	8	-	-
CAHL	Ciências Sociais Licenciatura	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	-	-
CAHL	Cinema e Áudio Visual	40	6	0	2	40	6	0	-	36	2	-	-
CAHL	Comunicação	40	1	30	0	40	0	0	-	39	-	-	-
CCS	Enfermagem	0	1	30	0	0	1	0	1	0	4	-	-
CETEC	Engenharia Civil	0	0	0	2	0	1	0	15	0	15	0	20
CETEC	Engenharia de Computação	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	2
CETEC	Engenharia Mecânica	0	0	50	0	0	0	0	6	0	3	0	4
CCAAB	Engenharia de Pesca	60	1	0	0	59	1	0	-	56	1	-	-
CCAAB	Engenharia Florestal	70	2	0	1	66	1	0	-	67	3	0	1
CETEC	Eng. Sanitária e Ambiental	40	3	40	0	40	0	30	2	35	2	38	2
CFP	Filosofia	0	0	60	0	0	0	28	-	0	-	31	0
CFP	Física	50	0	0	0	37	0	0	-	37	2	-	-
CFP	Lic. em Educação Física	47	4	-	-	58	-	0	-	48	4	-	-
CAHL	História Licenciatura	0	0	50	0	50	0	32	1	56	-	48	2
CAHL	História Licenciatura Noturno	50	3	0	0	0	0	0	-	34	-	-	-
CECULT	Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologia Aplicadas (Noturno)	0	0	0	0	39	0	0	-	30	-	-	-

CECULT	Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologia Aplicadas	0	0	0	0	35	0	0	-	56	-	-	-
CETENS	Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	0	0	0	0	85	0	34	-	41	3	42	1
CFP	Lic. Em Letras / Libras	0	0	50	1	37	0	48	2	45	1	49	1
CCAAB	Licenciatura em Biologia	40	5	40	2	39	4	39	0	39	3	39	10
CFP	Matemática	50	0	0	0	42	1	0	0	34	1	-	-
CETEC	Matemática	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1
CCS	Medicina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	6
CCAAB	Medicina Veterinária	40	0	40	0	40	2	41	1	38	3	38	6
CAHL	Museologia	50	1	0	1	44	0	0	-	47	-	-	-
CCS	Nutrição	30	0	0	1	0	0	0	2	0	22	-	-
CFP	Pedagogia	50	2	50	0	47	0	0	1	51	-	-	-
CFP	Pedagogia Noturno	0	0	0	1	0	0	39	-	38	-	46	3
CCS	Psicologia	30	0	30	7	0	0	0	4	0	25	0	1
CFP	Química	50	0	0	0	46	0	0	-	33	-	-	-
CAHL	Serviço Social	0	5	50	4	48	0	46	-	-	-	47	1
CAHL	Serviço Social Noturno	50	0	0	0	0	0	-	-	50	2	-	-
CCAAB	Tec. Gestão Cooperativa	0	0	0	4	0	0	70	1	0	-	67	2
CAHL	Tec. Gestão Pública	50	0	70	1	47	0	0	0	50	-	-	-
CFP	Superior de Tecnologia em Agroecologia PRONERA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	42
CCAAB	Tec. Em Agroecologia	0	0	60	3	0	1	51	2	0	-	54	4
CCAAB	Zootecnia	70	3	0	0	72	2	0	-	64	1	-	-
SUBTOTAL		1310	68	850	35	1517	44	757	57	1427	83	794	119
TOTAL		1378		885		1561		814		1510		913	

Fonte: SAGRES

Conforme indicador divulgado pela PROGRAD na Tabela 26, no Processo Seletivo de Transferência Interna e Externa, Matrícula de Portador de Diploma e Rematrícula nos Cursos de Graduação, para os semestres 2015.1 e 2015.2, a UFRB ofertou por meio destas modalidades 367, das quais 89 foram preenchidas.

Tabela 26. Ingressantes Transferências, Rematrícula e Portadores de Diploma (Categoria e Gênero).

Centro de Ensino	Curso	Portador de Diploma			Rematrícula			Transferência Externa		Transferência Interna			Total geral
		F	M	Total	F	M	Total	M	Total	F	M	Total	
CCAAB	AGROECOLOGIA				1		1				1	1	2
CCAAB	AGRONOMIA				1		1				2	2	3
CETEC	BACHARELADO EM CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS		1	1		1	1						2
CCAAB	LICENCIATURA EM BIOLOGIA	2	1	3						4	1	5	8
CFP	LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA/LIBRAS/LÍNGUA INGLESA									1		1	1
CCAAB	MEDICINA VETERINÁRIA	1	1	2				2	2		1	1	5
CFP	PEDAGOGIA NOTURNO	2		2						1		1	3
Total Geral		5	3	8	2	1	3	2	2	5	11	24	

Fonte: SAGRES / Relatório Dados Pessoais, acesso em 30/03/2016

Em 2016 foram realizados os seguintes Processos Seletivos:

1. SiSU / Cadastro Seletivo;
2. Lista de Espera – Cadastro Seletivo
3. Vestibular Especial para candidatos Indígenas Aldeados e Remanescentes de Comunidades Quilombolas;
4. Transferências (Interna e Externa), Portador de Diploma e Rematrícula;
5. Acesso ao Segundo Ciclo dos Bacharelados;

6. Segunda Diplomação / Habilitação (Curso de Biologia, Letras e Ciências Sociais).

As tabelas abaixo apresentam o quantitativo de ingressantes no semestre em cada processo. Os dados estão organizados por Centro de Ensino, gênero (F – Feminino e M – Masculino) e discriminação de cotas, quando houver (Tabela 27).

Tabela 27. Ingressantes SISU / Cadastro Seletivo 2015.2 (Cota e Gênero).

Centro de Ensino	CURSO	AC			L1			L2			L3			L4			Total Geral
		F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	F	M	Total	
CCAAB	Agroecologia	17	11	28	2	1	3	8	4	12		1	1	6	4	10	54
CCAAB	Agronomia	12	12	24	2	1	3	5	5	10	1		1	4	6	10	48
CETEC	BACHARELADO EM CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS	18	49	67	1	1	2	10	21	31	1	6	7	5	22	27	134
CETENS	BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM ENERGIA E SUSTENTABILIDADE	8	13	21	2		2	4	6	10		1	1	3	5	8	42
CCS	BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE	42	16	58	2	2	4	18	6	24	1	2	3	18	7	25	114
CETEC	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	7	13	20	1		1	3	5	8	1		1	4	4	8	38
CFP	FILOSOFIA	6	6	12	1		1	4	3	7				6	5	11	31
CAHL	HISTORIA- LICENCIATURA	14	6	20	1	1	2	11	3	14	1		1	9	2	11	48
CCAAB	LICENCIATURA EM BIOLOGIA	10	9	19	1	1	2	6	3	9	2		2	6	1	7	39
CFP	LICENCIATURA EM LETRAS: LÍNGUA PORTUGUESA/LIBRAS/LÍNGUA INGLESA	17	8	25	2	1	3	8	2	10	1	1	2	8	1	9	49
CCAAB	MEDICINA VETERINÁRIA	17	2	19	1	1	2	5	2	7	2		2	4	4	8	38
CFP	PEDAGOGIA NOTURNO	17	6	23	2		2	5	5	10	1	1	2	8	1	9	46
CAHL	SERVIÇO SOCIAL	20	4	24	1		1	11	1	12	1		1	9		9	47
CCAAB	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS	20	13	33	2	2	4	7	6	13	2	1	3	7	7	14	67
Total Geral		225	168	393	21	11	32	105	72	177	14	13	27	97	69	166	795

Fonte: SAGRES / Relatório Dados Pessoais, acesso em 30/03/2016.

AC - Ampla Concorrência

L1 - Candidatos com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L2 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L3 - Candidatos que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

L4 - Candidatos autodeclarados pretos, pardos ou indígenas que, independentemente da renda (art. 14, II, Portaria Normativa nº 18/2012), tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas (Lei nº 12.711/2012).

Apesar do PDI sinalizar a necessidade de assegurar o acesso de indígenas e remanescentes de comunidades quilombolas à universidade, o número de ingressantes nessa categoria ainda é bastante reduzido, 20 ingressos (Tabela 28) para oferta de 30 vagas com 188 candidatos inscritos (Tabela 29). Essa ocorrência pode ser justificada pelos princípios rígidos que norteiam o processo de identificação de quilombolas, seguindo as regras preconizadas pelos padrões brasileiros da Fundação Palmares.

As políticas afirmativas da UFRB precisam refletir sobre novas formas de garantia do acesso e permanência de estudantes quilombolas e indígenas na universidade, que tem muito valor a ser agregado com a riqueza cultural desses povos. Nesse sentido, a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) deve atuar de maneira a aprofundar seus estudos acerca da problemática nas metodologias de reconhecimento de comunidades quilombolas, de forma a impedir que pessoas que não integrem essa categoria ingressem na vaga, ou que indivíduos representantes de quilombos, mas que ainda não tenham sido

identificados pelas normas oficiais atuais, sejam excluídos do processo pela negação errônea de suas origens.

Tabela 28. Ingressantes Indígenas Aldeados e Remanescentes de Comunidades Quilombolas 2015.2 (Cota 2 e Gênero).

Centro de Ensino	Curso	CQ			IA			Total Geral
		F	M		F	M		
CCAAB	Agroecologia	2		2				2
CCAAB	AGRONOMIA	1	1	2				2
CETEC	BCET		2	2				2
CETENS	BENS	1	1	2				2
CCS	BIS-MEDICINA				1		1	1
CCS	BIS-NUTRIÇÃO	1		1				1
CETEC	ENGENHARIA SANITARIA E AMBIENTAL	1	1	2				2
CAHL	HISTORIA- LICENCIATURA	1	1	2				2
CCAAB	LICENCIATURA EM BIOLOGIA	2		2				2
CCAAB	MEDICINA VETERINÁRIA					1	1	1
CAHL	SERVIÇO SOCIAL		2	2				2
CCAAB	TECNOLOGIA EM GESTÃO DE COOPERATIVAS	1		1				1
Total Geral		10	8	18	1	1	2	20

Fonte: SAGRES / Relatório Dados Pessoais, acesso em 12/04/2016.

(2)IA – Indígenas Aldeados

RQ – Remanescentes de Comunidades Quilombolas

A desproporção entre indígena e quilombolas faz jus à herança histórica de dizimação da população indígena no Brasil e em nossa região não foi diferente.

Tabela 29. Concorrência Processo Especial Indígena Aldeado e Remanescente Quilombola 2015.2.

Centro de Ensino	Nome do Curso	Formação	Turno	Inscritos 1ª opção	Vagas Ofertas	Concorrência
CAHL	História - INT	Licenciatura	Diurno	10	2	5
CAHL	Serviço Social - INT	Bacharelado	Diurno	13	2	7
CCAAB	Agroecologia	Tecnológico	Integral	6	2	3
CCAAB	Agronomia	Bacharelado	Integral	18	2	9
CCAAB	Biologia - LIC	Licenciatura	Noturno	3	2	2
CCAAB	Gestão de Cooperativas	Tecnológico	Noturno	6	2	3
CCAAB	Medicina Veterinária	Bacharelado	Integral	12	1	12
CCS	Enfermagem	Bacharelado	Integral	16	1	16
CCS	Interdisciplinar em Saúde	Bacharelado	Integral	4	1	4
CCS	Medicina	Bacharelado	Integral	44	1	44
CCS	Nutrição	Bacharelado	Integral	16	1	16

CCS	Psicologia	Bacharelado	Integral	11	1	11
CETEC	Ciências Exatas e Tecnológicas	Bacharelado	Integral	4	2	2
CETEC	Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Integral	12	2	6
CETENS	Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	Bacharelado	Vespertino	12	2	6
CFP	Filosofia	Licenciatura	Noturno		2	0
CFP	Letras /LIBRAS e Língua Estrangeira	Licenciatura	Noturno		2	0
CFP	Pedagogia - NOT	Licenciatura	Noturno	1	2	1
Total geral				188	30	6

Fonte: Relatório do Sistema de Inscrição de Candidatos – NUPSEL/COTEC.

Para o ano de 2015 foram lançados dois editais de seleção de ingresso nos cursos de segundo ciclo, que abrange as terminalidades dos Bacharelados Interdisciplinares em Ciências Exatas Tecnológicas (Editais 17/2015 e 007/2016) e de Saúde (Editais 16/2015 e 006/2016). Para o semestre 2015.1 houve 70 ingressos para 235 vagas ofertadas. No ano de 2016, no semestre 2015.2 para as 220 vagas ofertadas apenas 34 foram preenchidas. Esses dados refletem as dificuldades dos estudantes desses bacharelados interdisciplinares em concluir os cursos, apresentando altas taxas de reprovação em disciplinas e elevados índices de evasão acadêmica.

Quanto à seleção na categoria segunda diplomação, segundo a PROGRAD não houve inscritos de discentes nessa modalidade para o semestre 2015.2.

Tabela 30. Número de Ingressantes aos Cursos do Segundo Ciclo 2015.1 e 2015.2.

Centro de Ensino	Curso	Gênero		Total geral	Gênero		Total geral
		Feminino	Masculino		Feminino	Masculino	
CCS	ENFERMAGEM	2	1	3			
CCS	MEDICINA	25	7	32	5	1	6
CCS	NUTRIÇÃO	9		9			
CCS	PSICOLOGIA	2	3	5	1		1
CETEC	BACHARELADO EM MATEMÁTICA		1	1		1	1
CETEC	ENGENHARIA CIVIL	7	8	15	13	7	20
CETEC	ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO		1	1		2	2
CETEC	ENGENHARIA ELETRICA		1	1			
CETEC	ENGENHARIA MECÂNICA		3	3	1	3	4
Total geral		45	25	70	20	14	34

Fonte: SAGRES / Relatório Dados Pessoais, acesso em 30/03/2016.

Como estratégia para preenchimento das vagas nos processos seletivos de acesso, a UFRB tem utilizado, desde o segundo semestre de 2010, o Cadastro Seletivo para preencher as vagas não ocupadas durante as chamadas do SISU, bem como as vagas ociosas dos processos seletivos anteriores. O Cadastro Seletivo consiste na manifestação presencial de interesse do candidato através do preenchimento de formulário próprio. Após o período de atendimento que acontece em qualquer *Campus* da instituição, os dados dos interessados são lançados no sistema denominado SISU-PROGRAD, o qual contém a Lista de Espera do SISU daquele período. Desta forma, são identificados os candidatos que compareceram na Instituição e que têm seu nome na Lista de Espera do SISU. Ao término do lançamento, o sistema faz uma nova classificação dos candidatos, fornecendo uma relação daqueles que atenderam os requisitos estabelecidos nos Editais e que poderão ser convocados para matrícula, de acordo com o número de vagas existentes.

Conforme a Resolução do CONSUNI 005/2009, 43% das vagas da UFRB seriam reservadas para as seguintes categorias:

- Candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o ensino médio em estabelecimentos da rede pública de ensino;
- Candidatos que tenham cursado o ensino médio integralmente em estabelecimentos da rede pública de ensino;
- Candidatos autodeclarados indígenas ou descendentes de indígenas que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições públicas de ensino;

Em alteração à resolução acima mencionada, a Resolução CONSUNI 02/2010 destina 5% do quadro de vaga aos candidatos que sejam professores em atividade na rede pública de educação básica, sem formação adequada à LDB-9394/96.

A procura pelo ensino de graduação da UFRB tem sido elevada e crescente para a maioria dos cursos, evidenciando que a implantação da instituição na região atende a uma necessidade sentida, quanto à formação de novos profissionais, com uma procura mais acentuada naqueles cursos mais diretamente vinculados com o mercado de trabalho. Também expressa a necessidade do sistema educativo como um todo se debruçar para melhorar as práticas de ensino nas ciências exatas, pois isto pode se constituir num gargalo, numa área muito importante para o desenvolvimento da região e do país.

Quanto ao perfil do corpo discente da UFRB, o sexo feminino é a maioria (58,84%) hoje dentro da UFRB, exceto nos cursos ofertados pelo CETEC voltados à área de ciências exatas, conforme a Tabela 31. Esses dados refletem a conquista de espaço pelo público

feminino no cenário mundial e acadêmico da UFRB, mas também indicam a persistência do perfil masculino para a área das ciências exatas.

Tabela 31. Perfil do corpo discente por gênero.

Centro de Ensino	F	M	Total geral
CFP	1209	650	1859
CCS	764	301	1065
CCAAB	1630	1129	2759
CETEC	653	1011	1664
CAHL	1247	772	2019
CECULT	87	54	141
CETENS	250	198	448
PARFOR	64	14	78
Total geral	5904	4129	10033

Fonte: SAGRES / Relatório-Dados pessoas. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

O quantitativo de 97,15% de estudantes da UFRB oriundos do estado da Bahia representa a importância do processo de interiorização das universidades públicas federais, que possibilitou o ingresso de um número elevado da parcela da população que anteriormente encontrava-se excluída do acesso à educação de nível superior pública, gratuita e de qualidade (Tabela 32).

Tabela 32. Perfil do corpo discente por Região.

Região	Quantidade	Porcentagem
BAHIA	9747	97,15%
SÃO PAULO	80	0,80%
MINAS GERAIS	57	0,57%
RIO DE JANEIRO	22	0,22%
DEMAIS ESTADOS	93	0,93%
NÃO ESPECIFICADO	34	0,34%
Total	10033	

Fonte: SAGRES / Relatório-Dados pessoas. Acesso em 20 de fevereiro de 2017.

Núcleo Básico e Comum

Concepção de currículo e organização didático-pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área.

O PPI em vigência sinaliza a necessidade de ressignificação da relação entre a UFRB e a sociedade, nos aspectos que se referem aos programas de ingresso e à pluralidade e qualidade da formação ofertada pela instituição. Considerando o caráter mutável das relações humanas e sociais como um todo, faz-se necessário a revisão dos paradigmas que norteiam os sistemas formativos, considerando que a universidade precisa evoluir no sentido de manter um diálogo contínuo e dinâmico com seu público-alvo, de modo a suprir as necessidades da comunidade ao ponto em que as pessoas se percebam como parte integrante da construção de novos conhecimentos e da busca por alternativas viáveis à promoção de mudanças no meio social e econômico.

Nesse sentido, o currículo se insere como um instrumento formativo que dispõe o discente como sujeito e construtor do seu conhecimento, carecendo de ser fundamentado não apenas nas especificidades profissionais, mas essencialmente nos elementos culturais e resultantes das relações interpessoais estabelecidas no decorrer da existência humana. O enfoque interdisciplinar proposto pela organização curricular da UFRB impulsiona as relações entre os sujeitos nas diversas áreas do conhecimento e com os saberes populares, representando um grande desafio no desenvolvimento de uma consciência crítica acerca da implantação de práticas interdisciplinares que englobem representantes de categorias historicamente excluídas do ambiente acadêmico e que foram beneficiadas pelo processo de interiorização das universidades. A instituição acadêmica como um todo, representado por seus profissionais docentes e técnicos administrativos, necessita acolher esses estudantes egressos nesse novo ambiente em que está inserido, atender suas necessidades, seus anseios, respeitar suas culturas, buscar entender seus conflitos, e assim, articular estratégias para solução dos mesmos, buscando a garantia da permanência e do sucesso acadêmico dos discentes.

No que concerne ao processo de avaliação do ensino-aprendizagem o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) aponta que esta ocorre de forma contínua e integradora, pautada na avaliação a nível formativo e somatório, objetivando o desenvolvimento de

competências e habilidades múltiplas cada vez mais requeridas na formação acadêmica estudantil. Nessa perspectiva, o educador deve atuar em toda sua prática de ensino como um mediador da construção do conhecimento, conduzindo os discentes à problematização e ressignificação permanente, capacitando-os ao pensamento crítico e analítico, na busca por alternativas para elucidação dos problemas demandados pela sociedade.

Estudo de campo: levantamento sobre as práticas institucionais e pedagógicas no âmbito da graduação

A avaliação das práticas institucionais no âmbito da graduação foi realizada a partir de informações coletadas junto a PROGRAD, aos coordenadores dos cursos de graduação, bem como a partir das avaliações de docentes e discentes.

Nos questionários enviados aos coordenadores dos cursos de graduação foram feitas perguntas que integram o núcleo básico e comum, bem como o núcleo de temas optativos delineados nas diretrizes da CONAES. O questionário contemplou uma série de perguntas com o objetivo de contextualizar o curso, caracterizar o colegiado de curso e o Núcleo Docente Estruturante (NDE), caracterizar e avaliar percepção do coordenador acerca do Projeto Pedagógico de Curso, do currículo e da organização didático-pedagógica, os mecanismos de avaliação e revisão curricular, as práticas do colegiado, bem como sobre os laboratórios e demais contextos pedagógicos existentes. Para além da descrição e caracterização, foi solicitado aos coordenadores que fizessem uma avaliação acerca da adequação dos aspectos Supracitados em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) ao PPI e às demandas da comunidade interna e externa à UFRB.

Os questionários foram encaminhados a todos os coordenadores dos cursos de graduação da UFRB em 2016. Dos 45 cursos distintos ofertados na universidade, 40 coordenadores encaminharam as informações solicitadas em pelo menos um momento da autoavaliação, ou seja, 88,89% dos coordenadores de cursos da UFRB. Salienta-se a relevância da participação dos coordenadores de curso nesse processo de avaliação, assim como da utilização das informações apresentadas neste relatório, de modo a nortear as práticas pedagógicas de cada curso, buscando sempre melhorias para o processo formativo dos discentes (Tabela 33).

Tabela 33. Cursos que responderam aos questionários de análise das práticas pedagógicas.

Curso	2013	2014	2015	2016
Agroecologia	X	X	X	X
Agronomia	-	X	X	X
Artes visuais	X	-	X	X
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	X	X	X	X
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	-	X	X	X
Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	-	X	X	X
Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Diurno e Noturno)	-	X	X	X
Biologia (Bacharelado)	-	-	X	X
Biologia (Licenciatura)	-	X	X	-
Ciências Sociais (Diurno e Noturno)	X	X	-	X
Cinema e Audiovisual	-	-	-	X
Comunicação – Jornalismo		-	X	X
Educação do campo com Habilitação em Ciências Agrárias (Licenciatura)	X	-	X	X
Educação do Campo com Habilitações em Matemática e Ciências Naturais (Licenciatura)	-	-	X	-
Educação Física	X	X	X	X
Enfermagem	X	-	X	X
Engenharia Civil	X	-	-	X
Engenharia da Computação	X	-	-	X
Engenharia Elétrica	-	-	X	X
Engenharia de Pesca	X	X	X	X
Engenharia Florestal	X	X	X	X
Engenharia Mecânica	-	-	-	X
Engenharia Sanitária e Ambiental	-	-	X	X
Filosofia	X	X	X	X
Física	-	X	X	X
Gestão de Cooperativas	X	X	X	X
Gestão Pública	-	X	X	X
História (Diurno e Noturno)	-	-	-	X
Letras	-	-	-	X
Matemática Parfor	X	X	-	-
Matemática Licenciatura	-	-	X	X
Matemática Bacharelado	-	-	X	-
Medicina	-	-	X	X
Medicina Veterinária	-	X	X	X
Museologia	X	X	X	X
Nutrição	-	X	X	X
Pedagogia	X	X	X	X
Pedagogia	-	-	-	X
Psicologia	-	X	-	X
Química	-	X	X	X

Serviço Social	-	-	x	x
Zootecnia	x	x	x	x
Total	17	20	32	40

Fonte: Banco de dados CPA.

Destacamos que só (21,43%) responderam em todos os momentos avaliativos, (28,57%) responderam em três momentos e (23,81%) responderam em apenas dois momentos. Isso será alvo de pesquisa da CPA para entendermos que a baixa aderência dos cursos a essa modalidade de coleta de dados interfere nos processos seguintes dos cursos como reconhecimento, por exemplo.

De maneira geral, considerando a escala de avaliação utilizada em que 1 = *Totalmente inadequado*, a prática nunca acontece no curso a 5 = *Totalmente adequado*, a prática avaliada sempre acontece no curso, os coordenadores indicaram que os PPCs, os currículos, bem como a organização didático-pedagógica dos mesmos estão parcialmente adequados/alinhados às DCNs, ao PPI e às demandas da comunidade interna e externa à UFRB. A análise detalhada das respostas dos coordenadores é apresentada a seguir.

Caracterização geral da experiência docente e do envolvimento de discentes e docentes em atividades acadêmicas.

Inexistem na universidade informações consolidadas que permitam caracterizar: a experiência do corpo docente no magistério superior, a experiência do corpo docente em atividades profissionais fora do magistério superior; a dedicação dos servidores (docentes e técnico-administrativos) às atividades acadêmicas na graduação; o envolvimento discente em atividades de pesquisa e extensão. A CPA continua a recomendar a realização de um esforço coletivo no sentido da criação de tais indicadores, uma vez que podem contribuir com a autoavaliação institucional e, certamente, para a gestão estratégica e sustentada da universidade.

Caracterização dos colegiados, coordenadores e NDE dos cursos de graduação.

A dedicação média ao exercício de coordenador de curso é de 20 horas semanais. No geral, os cursos de graduação apresentam conformidade com os regulamentos institucionais quando se trata da composição de seus colegiados, apresentando pelo menos 20% de docentes que ministram aulas no curso, representação das áreas de conhecimento e representação

discente. Os colegiados se reúnem em caráter ordinário mensalmente, podendo se reunir mais de uma vez ao mês, quando necessário, em caráter extraordinário.

Dos cursos que responderam o questionário da CPA (N = 40) todos possuem o Núcleo Docente Estruturante (NDE). De acordo com o preconizado pela Resolução CONAES n° 1 de 17 de junho de 2010, o NDE deve ser composto por pelo menos cinco professores do corpo docente de cada curso de graduação, cujas atribuições incluem: consolidação do perfil profissional pretendido pelo egresso do curso; garantir a integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino; sugerir formas de incentivo ao desenvolvimento de pesquisa e extensão compatíveis com as necessidades do curso e do mercado de trabalho; assim como, zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação.

Caracterização geral da experiência docente e do envolvimento de discentes e docentes em atividades acadêmicas.

De forma unânime, os coordenadores avaliam que os PPCs, bem como, o currículo e a organização didático-pedagógica estão adequados (Média= 3,90) à formação vislumbrada para o futuro profissional, contemplando as exigências de inovação para a área de acordo com às DCN. Avaliam ainda, que a carga horária dos componentes curriculares é adequada (Média= 4,24), havendo coerência dos procedimentos de ensino-aprendizagem com a concepção do curso (Média= 4,08), assim como a existência de mecanismos de articulação entre teoria e prática (Média= 3,95). Em relação a adequação dos componentes curriculares relacionados ao ensino de línguas estrangeiras, observou-se um grau satisfatório nas respostas (Média=3,68). Com relação a oferta de componente de LIBRAS nota-se que os coordenadores avaliam positivamente (Média=4,24), já a utilização de recursos didáticos com o uso de plataformas computacionais se mostrou satisfatória (Média= 3,95).

Relativo ao indicador *Existência de componentes curriculares de ensino, pesquisa e/ou extensão, ligados às temáticas do meio ambiente e diversidade sócio histórica e étnica das culturas do Recôncavo*, 92,5% dos cursos, ou seja, 37 cursos, confirmaram a existência dos referidos componentes, podendo ser na forma obrigatória e/ou transversal, ou ainda por meio de projetos de pesquisa e/ou extensão.

Na parte que concerne ao indicador *Descrição dos métodos, metodologias, estratégias e/ou técnicas de ensino adotadas nos cursos* foi observado uma grande variedade de descrições.

Porém, foram mais recorrentes os pontos: realização de aulas expositivas, aulas práticas em laboratórios, visitas técnicas, avaliações escritas e orais, seminários e estudos dirigidos.

Sobre a *Definição dos planos de ensino*, cada docente propõe seu plano de acordo com as orientações do PPC. Semestralmente, as propostas são apresentadas e debatidas em reuniões de NDE e/ou Colegiado. Em seguida apresenta-se em Reunião de Conselho de Centro para a Deliberação.

Observou-se nas respostas dos coordenadores dos colegiados ao indicador *Avaliação de aprendizagem* que, de um modo geral, as avaliações são baseadas no Regimento de Ensino de Graduação e PPC por meio de provas escritas e orais, seminários, relatórios e trabalhos de campo.

Com relação ao item *Existência de inovação tecnológica*, observou-se que 75% das respostas foram positivas. Dentre as iniciativas relatadas destacam-se: atividades de pesquisa e extensão, oficinas pedagógicas temáticas, estímulo a participação de discentes em eventos acadêmicos, utilização dos laboratórios, estímulo a capacitação docente, discussão de práticas didático-pedagógicas e utilização de plataformas virtuais.

Na categoria *Práticas institucionais que mais estimulam o ensino da graduação*, os coordenadores de colegiado citaram: ações referentes ao tripé ensino, pesquisa e extensão, Programa de Educação Tutorial-PET, políticas de permanência, discussões/debates entre docentes em prol da melhoria do ensino, melhorias na infraestrutura, capacitação docente, programa de monitoria, bolsas de iniciação científica e iniciação à docência e realização de oficinas que tratam das práticas institucionais.

Relativo ao item *Estímulo a interdisciplinaridade nos cursos*, em geral foram citadas as ações de pesquisa e extensão, as ofertas de componentes curriculares de caráter interdisciplinar, discussões entre os docentes sobre os conteúdos ensinados, seminários temáticos e a elaboração de plano de curso que estimule a interdisciplinaridade.

Em relação ao indicador *Flexibilização curricular*, na perspectiva de 37 coordenações de colegiado, destacam-se as seguintes ações: revisão/reformulação do PCC do curso, oferta de componentes curriculares optativas, atividades de pesquisa e extensão e o programa PET. Dos restantes, 2 responderam não existir flexibilização curricular e apenas 1 não respondeu.

Com relação ao parâmetro *Mecanismos de avaliação do desenvolvimento das competências e habilidades dos alunos, considerando o perfil do egresso*, 50% dos respondentes disseram haver tais mecanismos de avaliação enquanto 32,5% responderam não haver e, por fim, 17,5% dos coordenadores não responderam o parâmetro. Foram relatados diversos mecanismos de avaliação, porém o resultado do ENADE foi o mais citado.

Referente ao parâmetro *Existência de uma comissão permanente de avaliação e revisão dos eixos estruturantes do curso*, 85% dos coordenadores de colegiado afirmaram existir uma comissão enquanto 15% afirmaram não existir. Em geral os coordenadores afirmaram que os membros do NDE constituem tal comissão.

Se tratando do item *Quantidade de revisões curriculares desde a implementação do curso*, 65% dos coordenadores mencionaram que já houve revisão de currículo. Por outro lado, 32,5% dos coordenadores disseram que não houve, enquanto 2,5%, o que equivale a um respondente, não respondeu.

Relativo ao item *Tipo de revisão realizada*, observou-se que dentre os tipos citados, houve maior ocorrência dos seguintes tipos: criação de disciplinas, mudança na matriz curricular e mudança na ementa e carga horária.

Em relação ao item *Quantidade de currículos vigentes*, das respostas obtidas 82,5% dos cursos dispõem de apenas 1 currículo enquanto 12,5% dispõem de 2 currículos. Dois coordenadores, isto é 5%, não responderam.

Referente ao indicador *Adequação dos mecanismos de revisão curricular*, 80% dos coordenadores de colegiado afirmam que sim, 10% afirmam que não, 2,5% relataram que não se aplica enquanto 7,5% não responderam.

Em geral, sobre os *Critérios orientadores da atualização curricular*, os orientadores citaram: adequação às demandas discentes e às demandas de conjuntura social, política e econômica, concordância com as Diretrizes Básicas Nacionais-MEC, flexibilização curricular e análise do perfil do ingresso e egresso.

Referente ao parâmetro *Procedimentos de avaliação do desempenho dos alunos com base no PPC*, 12 coordenadores informaram os procedimentos: reuniões de colegiado com participação discente, reuniões do NDE e utilização de um formulário interno de avaliação realizado pelo discente. Dos 28 coordenadores restantes, 16 relatam não existir, 6 responderam não se aplica e 6 não responderam.

Finalmente, de acordo com o questionamento *Políticas de gestão implementadas a partir das indicações feitas nos relatórios de autoavaliação da CPA*, apenas 7 cursos realizaram implementações, sendo as mais recorrentes: conscientização da avaliação online da CPA e a utilização do relatório da CPA por parte do NDE como instrumento de avaliação dos componentes curriculares.

Este último questionamento reflete a necessidade de se criar estratégias de maior comunicação entre a CPA e as coordenações de curso, pois o relatório de autoavaliação é um

documento norteador para o desenvolvimento institucional. Incluímos a necessidade disso ser delineado talvez numa Política Interna de Consolidação da Autoavaliação Institucional

Persistimos em afirmar que há que se repensar as estratégias para aumentar o retorno da autoavaliação das coordenações de colegiado para que, uma vez, que tenhamos um retrato completo e fidedigno dos cursos, seja possível avançar nas questões que são apontadas como limitantes pelos colegiados, como, por exemplo, a sobrecarga de atividades administrativas, excesso de demandas dos alunos que poderiam ser resolvidas mais rapidamente pelo Núcleo Acadêmico e falta de apoio administrativo.

Caracterização de práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Caracterização dos programas de capacitação didático-pedagógicas

Visando atender as orientações institucionais efetivadas pelos documentos supracitados e pelas análises dos resultados das avaliações internas (CPA) e externas (INEP/MEC, ENADE, etc), o Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES) foi implementado através da Portaria de nº 517/2011. Sua principal missão é assegurar a formação contínua de professores do ensino superior da Universidade do Recôncavo da Bahia (UFRB), para que estes orientem seus ofícios no sentido da valorização e desenvolvimento pleno dos educandos buscando a melhoria da qualidade do ensino na graduação.

Além dos documentos norteadores citados acima, as direções dos Centros e Colegiados de cursos de graduação têm reivindicado a formação continuada para seus docentes, visando a excelência do ensino na graduação.

A estratégia de atuação do NUFORDES é a seguinte: a) diagnosticar e identificar a demanda de formação continuada para docentes do ensino superior; b) elaborar programa de formação coletivamente, com base nas demandas apontadas pelos centros; c) efetivar o programa de formação continuada por meio da execução da proposta elaborada/personalizada; d) avaliação do programa de formação e seus impactos, mediante critérios previamente estabelecidos; e) replanejamento das ações formativas, desde que a avaliação aponte-o como

sendo uma necessidade. Em síntese, o propósito do Núcleo é a criação, execução e avaliação do Programa de Formação Pedagógica dos Docentes do Ensino Superior da UFRB.

O Núcleo de Formação para Docência do Ensino Superior (NUFORDES), juntamente com o Núcleo de Gestão da Educação a Distância (NUGEAD), em 2016 deu continuidade às ações realizadas, conforme dados descritos abaixo na Tabela 34.

Tabela 34. Dados sobre ações realizadas no exercício de 2016 voltadas à formação continuada dos docentes da UFRB

Ação	Carga horária	Participantes
CECULT - Palestra Interdisciplinaridade e outras abordagens sobre educação e currículo.	12h	18
CCS - Palestra Afiliação do estudante ingressante.	12h para os professores dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Medicina. 16h para os professores do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.	Média de 30 por dia/turno no período, durante 03 dias de curso.
CETENS - Palestra Práticas Interdisciplinares e Ensino/Aprendizagem.	15h	48
Total de oficinas: 3		

Fonte: PROGRAD/CEIAC/NUFORDES, 2016.

Além destas ações, a universidade desenvolve diversos programas visando a excelência do ensino da graduação. Dentre eles, destacam-se os seguintes:

1-Programa de Educação Tutorial

O Núcleo de Gestão do Programa de Educação Tutorial (NUGPET) administra as atividades dos Grupos de Programa de Educação Tutorial – PET, como representante institucional junto ao SESu/MEC quanto ao Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação –

CLAA. No ano de 2016 foram realizados 07 processos seletivos para ingresso nos Grupos PET, com o ingresso de 34 novos estudantes no programa.

A UFRB conta com 9 grupos PET envolvendo 9 tutores ativos e 97 bolsistas ativos.

Tabela 35. Modalidades de grupos PET, 2016.

PET CURSOS	PET INTERDISCIPLINAR
Agronomia (CCAAB)	Mata Atlântica: Conservação e Desenvolvimento (CCAAB)
Cinema (CAHL)	Educação e Sustentabilidade (CFP)
Zootecnia (CCAAB)	AfirmAção: acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no Ensino Superior (CFP) Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB (CAHL, CECULT) UFRB e Recôncavo em Conexão (CAHL, CECULT) SocioAmbientais (CCAAB)

Fonte: PROGRAD/NUGPET – Núcleo de Gestão do Programa de Educação Tutorial

Em 2016 a modalidade PET Conexões de Saberes deixou de existir para o SESu/MEC. Em 2015 a UFRB possuía 04 grupos PET na modalidade Conexões de Saberes, a saber: AfirmAção: acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no Ensino Superior (CFP), Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB (CAHL, CECULT), UFRB e Recôncavo em Conexão (CAHL, CECULT) e SocioAmbientais (CCAAB). Devido ao caráter interdisciplinar de tais programas, os mesmos migraram em 2016 para a categoria PET Interdisciplinar.

Tabela 36. Número de petianos ativos e inativos no período de 2010 a 2016

GRUPO PET	Inativo	Ativo	Total Geral
Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB	19	20	39
Agronomia	30	22	52
Cinema	18	18	36
Socioambientais	11	15	26
Educação e Sustentabilidade	26	17	43
Mata Atlântica:	18	18	36

Conservação e Desenvolvimento			
Afirmação: acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no Ensino Superior	21	21	42
UFRB e Recôncavo em Conexão	23	20	43
Zootecnia	13	21	34
Total Geral	155	138	293

Fonte: Sistema SiGPET, 2016

Embora os números de petianos ativos e inativos em alguns grupos apresentem uma diferença com relação ao ano de 2015, o total geral de petianos inativos e ativos em 2016 se mantém o mesmo em relação a 2015. Na Tabela 37 observa-se que o número de docentes vinculados ao PET se mantém constante durante os anos de 2015 e 2016.

Tabela 37. Número de docentes vinculados ao PET - por centro de ensino 2013-2016

CENTROS DE ENSINO	2013	2014	2015	2016
CETENS	-	-	-	-
CECULT	-	02	02	02
CAHL	03	01	01	01
CETEC	-	-	-	-
CCAAB	05	05	04	04
CCS	-	-	-	-
CFP	01	01	02	02

Fonte: Sistema SiGPET, 2016.

Tabela 38. Número de petianos ingressos e egressos do Programa em 2016

GRUPO PET	ENTRADA	SAÍDA
Acesso, Permanência e Pós-Permanência na UFRB	8	3
Agronomia	6	8
Cinema	0	2
Socioambientais	0	0
Educação e Sustentabilidade	6	4
Mata Atlântica: Conservação e Desenvolvimento	0	3
Afirmação: acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no Ensino Superior	4	1
UFRB e Recôncavo em Conexão	8	0
Zootecnia	2	3
Total geral	34	24

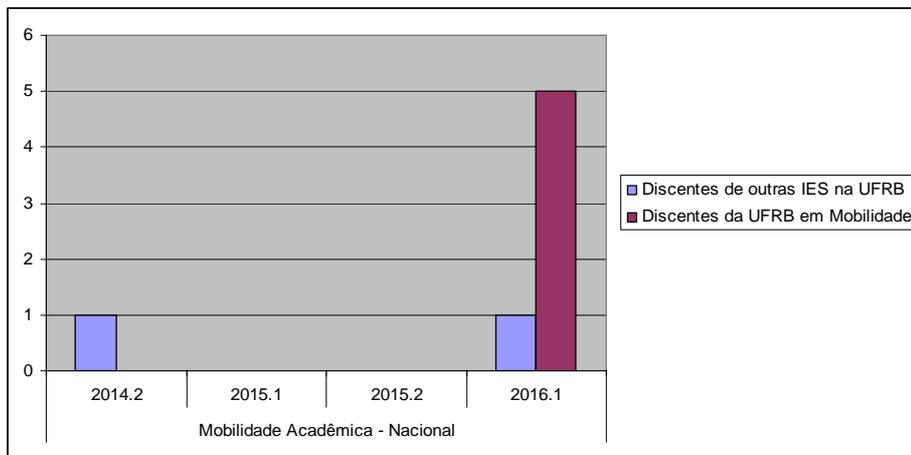
Fonte: Sistema SiGPET, 2016.

2-Programa de Mobilidade Acadêmica

O Programa de Mobilidade Acadêmica foi desenvolvido a partir do convênio entre a UFRB, a ANDIFES e o Banco Santander, bem como através da articulação com a Superintendência de Assuntos Internacionais da UFRB, possibilitando aos discentes a realização de seus estudos em outras Instituições de Ensino Superior (IEs) nacionais e internacionais conveniadas, sendo, portanto, de grande importância, por favorecer novas experiências acadêmicas aos mesmos.

Em 2014.1 e em 2014.2 devido a problemas administrativos, como greve de servidores por exemplo, não houve contemplados no Programa ANDIFES de Mobilidade Acadêmica. Em 2015.2 foi aberto um edital contemplando 5 bolsistas em Mobilidade Acadêmica Nacional. Já em 2016.1, 01 discente da UFRB está em Mobilidade Nacional, enquanto 05 discentes de outras IES estão na UFRB, como mostra a figura abaixo.

Figura 05. Discentes em Mobilidade Acadêmica Nacional



Fonte: PROGRAD/PPG/Núcleo de Gestão de Programas e Projetos/Fev2017

No ano de 2016 foram registrados 8 (oito) discentes em Mobilidade Internacional distribuídos conforme a Tabela 39.

Tabela 39. Número de discentes da graduação em mobilidade, 2016

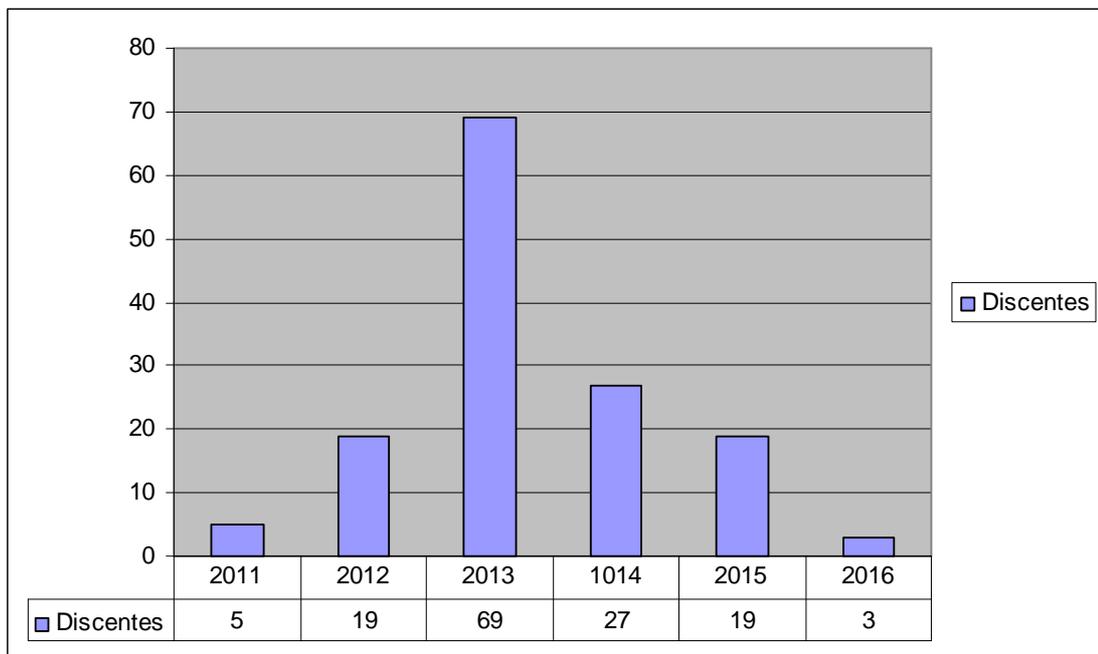
Tipo de Mobilidade	Nº de alunos
Mobilidade Internacional de Alunos da UFRB	03

Mobilidade Internacional de Alunos de outras instituições na UFRB	05
TOTAL	08

Fonte: SUPAI, 2016.

Quanto à Mobilidade Acadêmica Internacional que está a cargo da Superintendência de Assuntos Internacionais, houve um decréscimo contínuo de 2013 para 2016 de Alunos da UFRB (Figura 06).

Figura 06. Quantitativo de estudantes da UFRB em mobilidade internacional no período de 2011-2016.



Fonte: SUPAI - Superintendência de Assuntos Internacionais.

O acréscimo específico em 2013 se deve às alterações no Programa Ciências Sem Fronteiras, em decorrência do processo de mudança de gestão na reitoria. Em 2013 foi aberto um edital que também contemplava a mobilidade para Portugal, e obviamente a maioria dos estudantes UFRB pleiteou a vaga para esse país. O governo, no meio do processo, entendeu que deveria tirar Portugal e possibilitar que esses alunos tivessem condições de aprender idiomas em outros países. Assim constituíram possibilidades desses alunos serem relocados, em países de sua escolha durante seis meses de imersão do idioma. Por conta desse remanejamento houve um acréscimo para os alunos participarem desse programa em países como Alemanha, Estados Unidos e Austrália.

Em 2014, o programa passa a exigir que o aluno realize o TOEFL, com 533 pontos o que demanda um nível intermediário do estudante, com isso observa-se uma redução do número de estudantes em mobilidade.

O encerramento do Programa Ciências sem Fronteiras justamente para os cursos de graduação contribuiu para a diminuição do número de estudantes da UFRB em mobilidade internacional em 2016.

No âmbito da graduação, a UFRB conta atualmente com dois programas de mobilidade internacional após o encerramento do Programa Ciências sem Fronteiras. São eles o Programa Edital/Convênio e o BRAFAGRI.

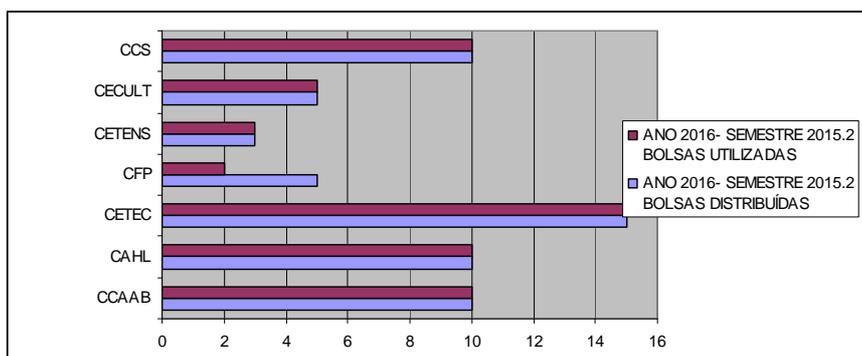
3-Programa de Monitoria

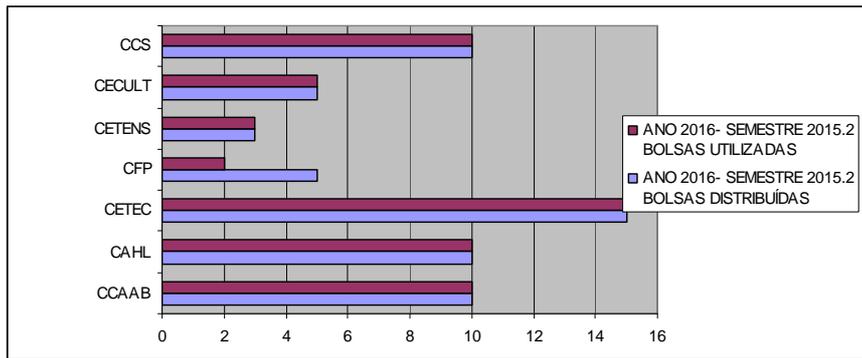
O Programa de Monitoria da UFRB visa contribuir para a melhoria do ensino e aprendizagem, vinculada às necessidades da elaboração e execução de projetos que envolvam os monitores. Além da monitoria remunerada, o programa também dispõe da modalidade de Monitoria Voluntária. Deste modo, após aprovado em processo seletivo, o discente atua voluntariamente no desenvolvimento de atividades acadêmicas previstas na Resolução 036/2010, auxiliando o/a docente em componentes curriculares. Ao final do semestre o/a discente e o/a docente são certificados.

Observa-se na Figura 07 que o número de bolsas utilizadas e distribuídas por centro se manteve constante nos semestres 2015 em 2016 relativos aos semestres 2015.1 e 2015.2, respectivamente.

Figura 07. Quantitativo de Bolsas do Programa de Monitoria Remunerada por Centro em 2015.1(A) e em 2015.2(B).

(A) 2015.1



(B) 2015.2

Fonte: PROGRAD/CPPG/Núcleo de Gestão de Programas e Projetos Fev/2017.

Observa-se em 2015.2 que não houve um aumento das bolsas oferecidas e todos os Centros mantiveram-se no mesmo padrão de oferta e utilização.

4-Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) juntamente com o Programa de Iniciação à Docência para a Diversidade (PIBID-Diversidade) são programas instituídos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que visam o aperfeiçoamento da formação de professores para o exercício de docência nas escolas.

O PIBID concede bolsas a estudantes matriculados em cursos de licenciatura participantes de projetos de iniciação à docência desenvolvidos por Instituições de Educação Superior (IES) em parceria com escolas de educação básica da rede pública de ensino, enquanto o PIBID-Diversidade concede bolsas a estudantes de licenciatura nas áreas Intercultural Indígena e Educação do Campo, para que desenvolvam atividades didático-pedagógicas em escolas de educação básica indígenas e do campo (incluídas as escolas quilombolas, extrativistas e ribeirinhas).

O desenvolvimento destes programas na UFRB está atrelado à oferta de cursos de licenciatura, nos Centros de Formação dos Professores (CFP), Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB), Artes, Humanidades e Letras (CAHL) e Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS). A tabela 40 contém os dados referentes ao número de escolas parceiras e números de bolsistas em 2016.

Tabela 40. Dados do PIBID e do PIBID Diversidade – UFRB em 2016

Programas	Licenciaturas envolvidas	Nível de ensino	Nº de escolas parceiras	Nº de bolsistas			
				Coord.	Sup.	ID	TOTAL
PIBID	- Biologia - Ed. Física - Filosofia - Física - História - Interdisciplinar* - Letras - Matemática - Pedagogia - Química	- Ensino Médio, incluindo EJA e Educação Profissional; - Ensino Fundamental; - Educação Infantil.	29	29	51	313	393
PIBID/ DIVERSIDADE	- Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias - Licenciatura em Educação do Campo – Ciências da Natureza e Matemática	- Ensino Fundamental II; - Ensino Médio, incluindo EJA e Educação Profissional.	26	07	14	76	97

Fonte: PIBID, 2016.

No ano de 2016 foram abertos 02 editais do PIBID diversidade. Os resultados foram homologados, porém a Capes cortou as bolsas de Iniciação à Docência e as bolsas de supervisão o que dificultou a execução do programa PIBID-Diversidade. No total a CAPES cortou 40 (quarenta) bolsas de Iniciação à Docência (bolsas para estudantes) e 03 (três) bolsas de supervisão.

5- PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

O Plano Nacional de formação de Professores da Educação Básica-PARFOR é destinado aos professores em exercício das escolas públicas estaduais e municipais sem formação adequada à LDB. Na UFRB são ofertados 3 cursos de Licenciatura que atendem aos municípios do território do Recôncavo: Licenciatura em Ciências da Natureza, Licenciatura em Matemática e Licenciatura em Pedagogia. Neste programa podem atuar enquanto professores docentes da UFRB, docentes de outras instituições de programas de pós-

graduação *stricto-senso* e docentes que atualmente não estejam vinculados a IES públicas ou privadas, no âmbito de graduação ou não.

Como se observa na Tabela 41, não foram abertas turmas nos cursos de Licenciatura em Ciências Naturais e Licenciatura em Matemática nos últimos semestres. O motivo é que não há um quantitativo suficiente de alunos para a abertura de turmas novas em tais cursos seguindo as orientações da plataforma Paulo Freire.

Tabela 41. Evolução do número de alunos regulares registrados na graduação nos cursos do PARFOR ofertados pela PROGRAD/UFRB

Curso	2009		2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2	
Licenciatura em Ciências Naturais – PARFOR			96	82	65	55	46	45	24								
Licenciatura em Matemática – PARFOR		34	60	76	67	67	63	55	56								
Licenciatura em Pedagogia - PARFOR (NOTURNO)					95	77	116	98	109	123	40	67	28	24	22		
Total	0	34	156	158	227	199	225	198	189	123	40	67	28	24	22		

Fonte: Sagres Acadêmico, Gráfico – Aluno Status de Matrícula, acesso em 30/12/2015; PARFOR, 2016.

Tabela 42. Evolução do número de estudantes formados na graduação por Centro de Ensino – PROGRAD

Curso/Centro de Ensino	2011		2012		2013		2014		2015		2016		Total		Total Geral
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Licenciatura em Ciências Naturais -- PARFOR		1	0	0	6	3 4	0	0	0	0	0	0	6	35	41
Licenciatura em Matemática -- PARFOR					11	4 5	0	2	0	0	0	0	11	47	58
Licenciatura em Pedagogia - PARFOR (NOTURNO)							17	0	2	0	0	0	19	19	
Total		1	0	0	17	7 9	0	19	0	2	0	0	17	10 1	118

Fonte: Sagres Acadêmico, acesso em dezembro/2015; PARFOR, 2016.

A não abertura de turmas, obviamente, também reflete no número de formandos dos cursos PARFOR. Em 2016 não houve formandos PARFOR na UFRB, como pode ser observado na tabela 42 acima.

Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI)

O Núcleo de Políticas de Inclusão (NUPI) tem como atribuições fomentar e apoiar iniciativas relacionadas à educação inclusiva na UFRB; promover ações, pesquisas e debates

que propiciem o acesso, permanência e sucesso de pessoas com necessidades especiais no contexto acadêmico da UFRB; elaborar projetos com vistas à captação de recursos com vistas a implementar políticas de inclusão na UFRB.

O NUPI tem adquirido e disponibilizado equipamentos e recursos de Tecnologia Assistiva, tais como cadeiras de rodas, notebooks, mini-gravadores de áudios; lupas eletrônicas portáteis; lupas eletrônicas de mesa; impressora Braille; mesas adaptadas; televisores LCD para laboratórios a serem utilizados por estudantes com baixa visão; softwares de acessibilidade; transmissor e receptor FM para estudante com deficiência auditiva. Tem sido selecionado também bolsistas para dar maior suporte aos estudantes portadores de necessidades especiais. Além disso, o NUPI tem realizado por meio de seus servidores a realização de tradução e interpretação de notícias veiculadas no site da UFRB relacionadas a processos seletivos de graduação, além de interpretação em eventos presenciais organizados pela instituição.

Pode-se observar na tabela abaixo que em 2016 houve um aumento de estudantes com necessidades especiais registrados no NUPI, quando comparado ao ano anterior. Destaca-se o CFP, que não só continua sendo o centro com maior número de alunos registrados, mas também teve o maior aumento de alunos. Dentre os cursos, o de Letras Libras manteve-se como aquele com maior número de alunos.

Tabela 43. Evolução da quantidade de estudantes com necessidades especiais/centro registrados no NUPI/PROGRAD

Centro	2015	2016
CCAAB	2	3
CETEC	1	3
CFP	5	8
CCS	2	3
CAHL	2	1
CETENS	1	1
CECULT	0	0
TOTAL	13	19

Fonte: PROGRAD/PPG/NUPI, 2016

Tabela 44. Evolução da quantidade de estudantes com necessidades especiais/curso registrados no NUPI/PROGRAD

Curso	2015	2016
Pedagogia Noturno	1	1
Pedagogia	1	1
Filosofia	1	1
Letras Libras	1	4
Medicina	1	1
Nutrição	1	2
Ciências Sociais	1	
Museologia	1	1
Medicina Veterinária	2	3
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas		2
Engenharia Sanitária e Ambiental	1	1
Física	1	1
Educação do Campo com Habilitação em Matemática (Lic.)	1	1

Fonte: PROGRAD/PPG/NUPI, 2016

Apesar da evolução do número de estudantes registrados em 2016, o quantitativo ainda é pouco expressivo considerando a quantidade de *campi*, de cursos e de estudantes na universidade. É importante ressaltar a necessidade de se aprimorar e ampliar as ações já desenvolvidas.

Serviços relacionados aos estágios-curriculares

O Núcleo de Gestão de Estágios (NUGEST) é responsável pela implementação e operacionalização da política de estágios da UFRB. Respeitando as particularidades de cada Projeto Pedagógico, o NUGEST supervisiona a gestão descentralizada nos Centros de Ensino, articulando as ações propostas pelas coordenações de curso acerca dos Estágios, de modo a assegurar a qualidade da formação profissional dos estudantes.

No estágio os estudantes vivenciam o exercício da futura profissão e adquirem novos conhecimentos por meio de experiências ligadas ao ambiente de trabalho. Além disso, ampliam suas relações interpessoais, pelo contato direto com a comunidade, constituindo novos valores, posturas e atitudes profissionais.

Em 2016, houve um aumento considerável da oferta de vagas para estágio, em relação ao ano de 2015. Foram 385 vagas de estágios obrigatórios, sem bolsa, distribuídas em três editais, das quais apenas 74 foram preenchidas. Além disso, foram ofertadas vagas de estágios não-obrigatórios, com bolsa, que contemplaram 13 alunos.

É importante ressaltar a evolução da oferta de vagas de estágios, tendo em vista o aumento da oferta de cursos.

Tabela 45. Evolução do número de vagas ofertadas e preenchidas em estágios na UFRB

Tipo de Estágio	Nº do Edital	Nº de Vagas	Nº de Inscritos	Valor da Bolsa (R\$)	Quantidade de alunos contemplados
Obrigatório	08/2012	43	10	Sem bolsa	10
Não Obrigatório	18/2012	25	170	652,00	25
Não Obrigatório	19/2012	11	38	335,00	6
Não Obrigatório	21/2012	5	8	335,00	5
Não Obrigatório	22/2012	5	19	364,00	5
Não Obrigatório	23/2012	5	24	364,00	5
Obrigatório	03/2013	58	11	Sem bolsa	11
Obrigatório	15/2013	56	7	Sem bolsa	7
Obrigatório	28/2013	40	10	Sem bolsa	10
Obrigatório	12/2014	58	34	Sem bolsa	30
Não Obrigatório	15/2014	10	100	800,00	10
Obrigatório	22/2015.1	135	128	Sem bolsa	19
Obrigatório	13/2016	148	40	Sem bolsa	40
Obrigatório	33/2016	125	27	Sem bolsa	27
Obrigatório	37/2016	112	7	Sem bolsa	7
Não Obrigatório	01/2016	5	16	520,00	9
Não Obrigatório	02/2016	3	16	364,00	4

Obrigatório					
TOTAL	844	665			230

Fonte: PROGRAD, 201

Núcleo de Temas Optativos

Caracterização dos mecanismos de revisão curricular tendo em vista as Diretrizes Curriculares nacionais (DCN) e as especificidades e demandas da Região do Recôncavo.

Compete à Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica/PROGRAD apoiar a elaboração e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos, incentivando a inovação curricular e pedagógica.

De modo geral, as revisões curriculares são realizadas pelos Núcleos docentes Estruturantes (NDE) de cada curso, que normalmente se reúnem mensalmente para discutir questões tais como atualização bibliográfica dos componentes curriculares, inclusão e/ou exclusão de componentes curriculares, alteração de carga horária, atualização de conteúdo programático, dentre outras.

Estudo de campo: levantamento da satisfação discente e docente com os componentes curriculares e com as vivências acadêmico-universitárias na UFRB

A pesquisa de satisfação foi realizada com discentes e docentes de todos os *campi* da UFRB. As coletas de dados referentes aos anos de 2010 a 2016 foram feitas por meio do Sistema Eletrônico de Auto-avaliação da CPA. A participação dos atores institucionais foi voluntária e anônima. A escala de satisfação utilizada foi a seguinte: 1 = Totalmente Insatisfeito a 5 = Totalmente Satisfeito, ou seja, quanto maior o número atribuído, maior a satisfação com o atributo avaliado.

A seguir são apresentados os principais resultados das avaliações realizadas por estudantes e docentes acerca de indicadores relacionados aos componentes curriculares da graduação.

Avaliação dos componentes curriculares

A evolução dos indicadores relacionados com a avaliação dos componentes curriculares está detalhada na Tabela 46.

Tabela 46. Evolução da satisfação discente com os componentes curriculares cursados: medidas de tendência central e de dispersão.

Dimensões avaliadas	Auto avaliação	Casos Válidos	Casos Omissos	Mediana	Média	Desvio Padrão
Desempenho do Professor e Organização do Componente Curricular*	2010.2	493	02	3,76	3,49	1,31
	2011.1	926	02	4,23	3,87	1,08
	2011.2	798	01	4,20	3,91	1,07
	2012.1	733	01	4,28	3,77	1,41
	2013.2	185	07	4,22	3,67	1,49
	2014.1	565	20	4,17	3,69	1,48
	2014.2	125	03	4,04	3,62	1,43
	2015.2**	378	18	4,22	3,70	1,44
Autoavaliação	2010.2	491	04	3,87	3,63	1,08
	2011.1	926	02	4,00	3,83	0,92
	2011.2	799	00	4,00	3,93	0,84
	2012.1	737	01	4,30	4,06	1,02
	2013.2	188	04	4,20	4,01	1,07
	2014.1	570	15	4,10	4,03	1,03
	2014.2	125	-	4,20	4,06	0,95
	2015.2**	378	18	4,20	3,98	1,09
Suporte para a execução do componente curricular	2010.2	491	04	3,50	3,37	0,92
	2011.1	926	02	3,50	3,39	0,91
	2011.2	796	03	3,67	3,56	0,81
	2012.1	738	01	3,93	3,56	1,26
	2013.2	188	04	3,71	3,37	1,29
	2014.1	572	13	3,64	3,50	1,30
	2014.2	125	-	3,60	3,46	1,14
	2015.2**	378	18	3,71	3,46	1,22

Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

*Valores médios para a autoavaliação no período de 2010 a 2016

** O semestre de 2015.2 foi ofertado no ano de 2016.

No quesito desempenho do Professor e Organização do Componente Curricular, a média (3,70) e a mediana (4,22) dos valores atribuídos pelos discentes, no semestre 2015.2, sofreram discretos aumentos quando comparados ao semestre anterior. O valor médio indica elevada satisfação dos discentes que participaram da avaliação.

Observa-se também elevada satisfação dos discentes nos quesitos autoavaliação e suporte para a execução do componente curricular. No quesito autoavaliação, a média dos valores atribuídos pelos discentes teve uma discreta diminuição, enquanto que a mediana não se alterou, quando comparados aos valores do semestre anterior. No quesito suporte para a

execução do componente curricular, a média não se alterou, enquanto que a mediana sofreu discreto aumento, quando comparada ao semestre anterior.

Nos três quesitos avaliados, os valores das medianas indicam que pelo menos 50% dos discentes participantes da avaliação estão satisfeitos. Observa-se ainda que a maior média registrada foi no quesito onde os alunos se auto-avaliaram.

Os dados da avaliação dos docentes sobre os componentes curriculares são apresentados na Tabela 47.

Tabela 47. Evolução da satisfação docente com os componentes curriculares ministrados: medidas de tendência central e de dispersão.

Dimensões avaliadas	Auto avaliação	Casos Válidos	Casos Omissos	Mediana	Média	Desvio Padrão
D1. Auto-avaliação e plano de curso	2011.1	207	-	4,57	4,43	0,61
	2011.2	140	-	4,57	4,46	0,40
	2012.1	178	-	4,56	4,43	0,72
	2013.2	116	02	4,52	4,43	0,69
	2014.1	211	02	4,48	4,34	0,81
	2014.2	99	01	4,52	4,35	0,81
	2015.2*	391	09	4,52	4,41	0,71
D2. Avaliação dos alunos	2011.1	207	-	3,50	3,47	0,76
	2011.2	140	-	3,54	3,53	0,72
	2012.1	178	-	3,75	3,45	0,86
	2013.2	116	02	3,63	3,41	0,96
	2014.1	211	02	3,75	3,50	0,93
	2014.2	99	01	3,67	3,43	0,85
	2015.2*	391	09	3,83	3,61	0,87
D3. Suporte para condução do componente Curricular	2011.1	207	-	3,67	3,57	0,75
	2011.2	140	-	3,68	3,55	0,75
	2012.1	180	-	3,79	3,58	1,08
	2013.2	115	03	3,82	3,60	1,04
	2014.1	211	02	3,86	3,55	1,12
	2014.2	100	-	3,71	3,54	1,08
	2015.2*	391	09	3,71	3,56	1,06

Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

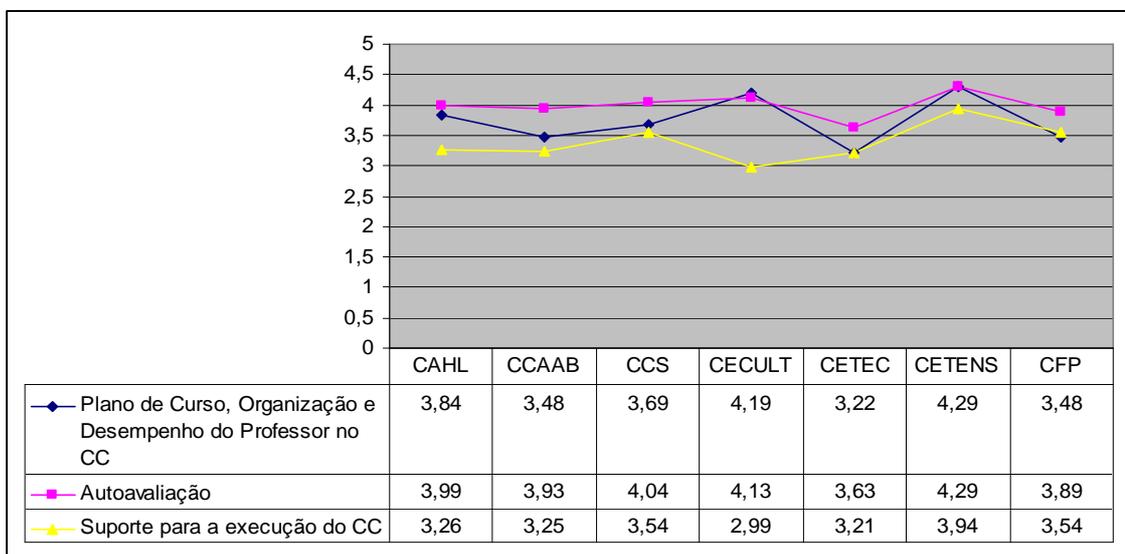
* O semestre de 2015.2 foi ofertado no ano de 2016.

Os dados compilados na tabela 47 referentes a avaliação realizada pelos docentes com relação aos componentes curriculares ministrados indicam elevada satisfação dos respondentes. Não foram observadas variações consideráveis nas médias dos três quesitos avaliados com relação ao semestre anterior. Os valores das medianas indicam que pelo menos 50% dos docentes participantes da avaliação estão satisfeitos com o próprio

desempenho, com o desempenho dos alunos e com o suporte disponível para condução do componente curricular.

A análise comparativa dos componentes curriculares ministrados no semestre 2015.2 mostra que os discentes do CETENS registraram os maiores índices de satisfação nos três quesitos avaliados. Nota-se que na avaliação do CECULT encontrou-se o maior desvio entre o “Suporte para a execução do Componente curricular” com os demais índices, como observado na figura abaixo.

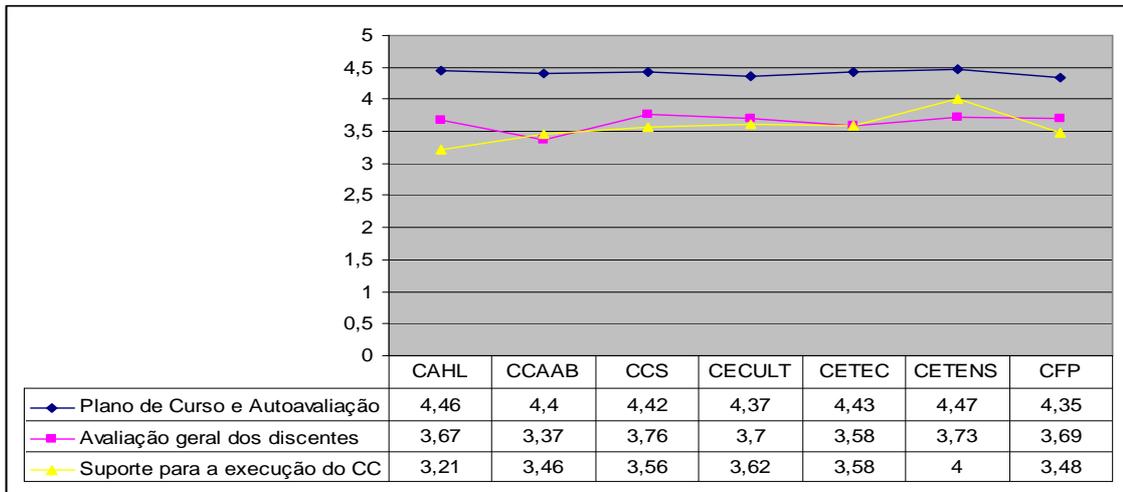
Figura 08. Satisfação dos discentes com os componentes curriculares ministrados em 2015.2 por centro de ensino.



Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

A análise comparativa dos componentes curriculares ministrados no semestre 2015.2 mostra que os docentes do CETENS também registraram os maiores índices de satisfação nos três quesitos avaliados. (Figura 09).

Figura 09. Satisfação dos docentes com os componentes curriculares ministrados em 2015.2 em função do centro de ensino.

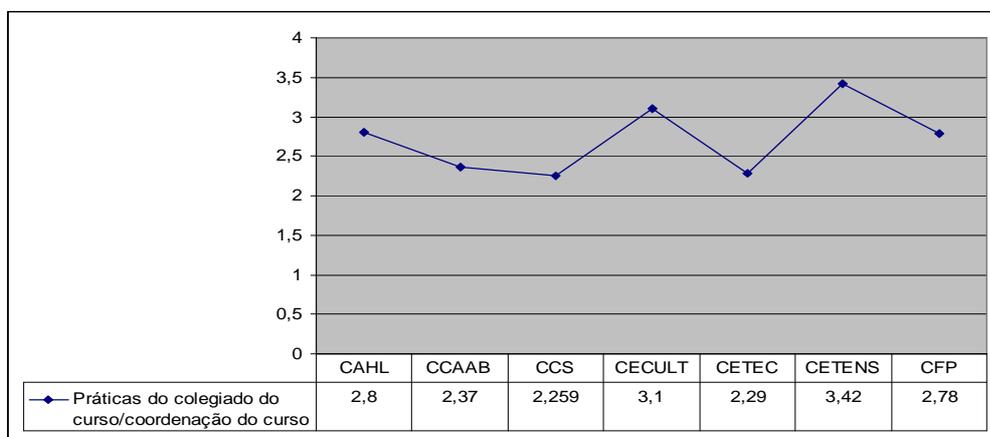


Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

Avaliação das práticas dos colegiados, dos coordenadores e dos currículos dos cursos de graduação.

Na avaliação comparativa das práticas do colegiado, dos coordenadores e dos currículos dos cursos de graduação, no semestre 2015.2, os discentes do CETENS mostraram-se mais satisfeitos e os discentes do CCS os mais insatisfeitos entre os discentes dos demais centros (Figura 10).

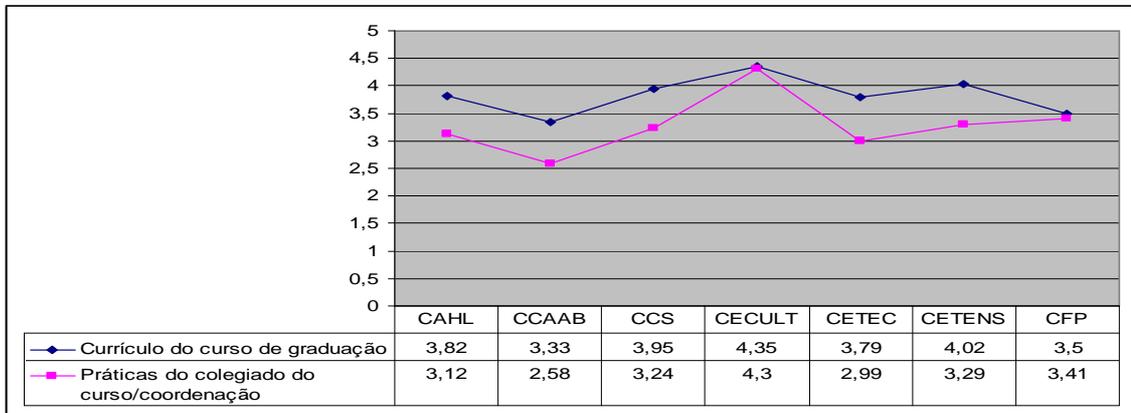
Figura 10. Satisfação dos discentes com os colegiados em função do centro de ensino em 2015.2.



Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

Na avaliação dos colegiados dos cursos de graduação, os docentes do CECULT demonstraram maior satisfação do que os docentes dos demais centros (Figura 11).

Figura 11. Satisfação dos docentes com os colegiados em função do centro de ensino em 2015.2.



Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

ENSINO NA PÓS-GRADUAÇÃO

A **Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação - PPGCI** é o órgão auxiliar da Administração Superior responsável pelas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da pesquisa e do ensino de pós-graduação.

Núcleo básico e comum

De acordo com o PDI, a Política de Ensino de Pós-Graduação na UFRB apresenta as seguintes diretrizes:

- formar profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos tendo em vista a expansão da indústria brasileira e as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores;
- transformar a universidade em centro criador;
- formar professores qualificados para a expansão quantitativa do ensino superior;
- promover o ensino de pós-graduação para a produção da inovação tecnológica.

Em 2016 foram oferecidas 193 vagas em 22 cursos de pós-graduação: 13 cursos de mestrado, 02 cursos de doutorado e 08 cursos de pós-graduação *lato sensu*. No referente às

vagas, em 2015 foram disponibilizadas 279 vagas na pós-graduação *stricto sensu*, 216 vagas para mestrado e 23 para doutorado.

A PPGCI por intermédio do Núcleo de Desenvolvimento dos Programas de Pós-graduação Lato e Stricto Sensu vem apoiando as iniciativas docentes no sentido de ampliar vagas notadamente nos Programas de Pós-graduação Stricto Sensu. No ano de 2015 a PPGCI auxiliou os docentes na elaboração de cinco propostas de Cursos de Pós-Graduação Stricto sensu, sendo duas propostas para modalidade de Mestrado Acadêmico e três propostas para modalidade de Mestrado Profissional. As cinco propostas foram encaminhadas à CAPES sendo que destas uma recebeu recomendação de implantação e uma encontra-se em análise pela CAPES, as demais não lograram recomendação de implantação pela CAPES. No exercício 2015 a PPGCI promoveu a Criação do Fórum dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu com realização de duas reuniões no segundo semestre de 2015. No que diz respeito ao Lato Sensu, em 2015 a PPGCI promoveu a avaliação de novas propostas para cursos de Pós-graduação nesta modalidade. Foram avaliadas 4 propostas de cursos de especialização sendo que um já encontra-se em funcionamento e os outros três em processo de implementação.

Tabela 48. Evolução do número de oferta de vagas nos cursos de Pós-graduação da UFRB

Centro	Curso	Vagas Ofertadas							TOTAL
		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
CCAAB	Especialização	0	30	0	0	0	40	0	70
CCAAB	Mestrado	18	41	87	149	119	156	134	792
CCAAB	Doutorado	11	19	18	21	19	23	14	146
CETEC	Especialização	0	0	0	0	0	0	0	0
CETEC	Mestrado	0	0	0	0	30	15	0	45
CETEC	Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
CAHL	Especialização	140	0	0	0	60	0	0	200
CAHL	Mestrado	0	17	0	18	33	33	33	134
CAHL	Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
CCS	Especialização	0	0	9	0	0	0	0	9
CCS	Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0
CCS	Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
CFP	Especialização	140	50	0	0	0	0	0	190
CFP	Mestrado	0	0	0	0	24	12	12	48
CFP	Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
CETENS	Especialização	0	0	0	0	35	0	0	35
CETENS	Mestrado	0	0	0	0	0	0	0	0
CETENS	Doutorado	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL		309	157	114	188	320	279	193	1669

Fonte: PPGCI, 2016.

No referente aos cursos de especialização *latu sensu*, observa-se variabilidade na oferta de vagas, considerando que os mesmos correspondem a projetos específicos, que nem sempre tem garantia de continuidade, inclusive nas suas Fontes de financiamento.

Isto não quer dizer que ocorram descontinuidades na pesquisa e produção de conhecimento, pois em alguns casos, como no curso de Especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro, a experiência favoreceu a aprovação do Mestrado Profissional em Educação do Campo, que iniciou suas atividades em 2013. De acordo com as informações da PPGCI, apresentadas na Tabela 49, o número de trabalhos defendidos na pós-graduação chega a 877 em 2014 (467 dissertações, 39 teses e 245 monografias), houve uma diminuição de aproximadamente de 45% em relação a 2013 devido a não oferta de vagas para os cursos de especialização *latu sensu*.

Tabela 49. Evolução do número de Teses, Dissertações e Monografias defendidas nos programas de Pós-graduação

Tipo	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Teses	0	0	3	5	5	9	12	6	10	12	62
Dissertações	24	21	24	34	20	56	109	115	94	51	548
Produto, Processo ou Técnica	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Patentes	0	0	1	0	0	3	2	2	3	5	16
Monografias	0	0	0	167	51	0	0	0	0	0	218
Total	24	21	27	206	76	65	121	121	105	64	846

FONTE: PPGCI, 2016.

Estamos no âmbito da construção de informações da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação – PPGCI. As inovações tecnológicas constituem o nome da própria pró-reitoria, portanto a mesma acrescentou a linha de produto, processo e técnica apresentando um avanço de informações dos anos anteriores. A CPA acrescentou a coluna patentes (Tabela 49), como produto da inovação tecnológica da UFRB que temos suposições que existem no âmbito dos programas de pós-graduação sob a gestão da própria PPGCI, dos centros mais antigos à UFRB, como também, os centros de maior impacto na produção de patentes e inovação tecnológica, o Centro de Ciências da Saúde.

Na tabela de produtividade científica aparece uma produção de patentes de 2012 a 2015 variando de 3 a 2 patentes por ano, saltando para 05 em 2016, sem que se saiba se foram geradas dentro dos programas de pós-graduação. Aguardamos até o final desse relatório por informações a respeito das patentes com registro pela UFRB.

Núcleo de temas optativos

Ainda existe uma grande concentração da oferta nos cursos de pós graduação na área de ciências agrárias, derivada do acúmulo de pesquisa nessa área herdada da Escola de Agronomia e da presença da Embrapa, que estabelece parceria com a Universidade na pós-graduação. Nos próximos anos, seria desejável ter uma maior diversificação de áreas nos cursos de pós-graduação.

Esta situação representa também o interesse pela descentralização da instituição para manter parcerias internacionais em outras áreas, como a submissão ao Edital Santander, como também o atendimento da demanda da Indústria Farmacêutica Natulab. A Indústria, com sede na cidade universitária do Centro de Ciências da Saúde, triplicou seu parque industrial e tecnológico. O número de empregos na região aumentou com os fornecedores e apoio do Governo do Estado. Sugere-se foco na indissociabilidade acadêmica para o desenvolvimento socioeconômico na concepção da produção de ciência local com responsividade.

A indissociabilidade dos docentes na instalação da UFRB, na obrigatoriedade de 16 horas em sala de aula, enquanto que as preparações das aulas também eram de dezesseis horas, 32 horas do total das 40 horas de dedicação exclusiva do regime de trabalho. O tempo restante de 8 horas eram de atividades administrativas, de extensão e de pesquisa. A maioria dos docentes formalizaram reivindicação através dos sindicatos de classe a respeito dos limites físicos ao produtivo trabalho científico, como também a necessidade de produção científica com impactos na produtividade futura, já que um artigo leva em média de 2 a 4 anos de produção para ficar pronto, desde a construção do projeto até a publicação do artigo. Tem impactos também nas notas CAPES dos triênios posteriores da pós-graduação, tanto quanto a geração de conhecimento científico que impulsiona os cursos de graduação com foco no desenvolvimento socioeconômico e humano.

Verbas e auxílios oferecidos na realização dos cursos.

Conforme demonstram as Tabelas 50 e 51, gradualmente o número de bolsas de pós-graduação tem aumentado na universidade. No mestrado observa-se que houve um aumento de bolsas disponibilizadas de 112 em 2010 para 208 em 2016 uma evolução de 85,71% no número de bolsas em relação à 2010, e quando comparado o ano de 2015 um acréscimo de 2,97%. Em relação às agências de fomento em 2016 a CAPES contribuiu com 71,15%,

FAPESB com 27,40%, CNPQ com 1,44% e SESU com 0%. No total 1111 bolsas foram disponibilizadas durante o período de 2010 a 2016. No doutorado observa-se que houve um aumento de bolsas disponibilizadas de 20 em 2010 para 64 em 2015, e quando comparado ao ano de 2015 uma diminuição de 3,13%. No total 295 bolsas foram disponibilizadas durante o período de 2010 a 2016.

Tabela 50. Evolução das bolsas de Mestrado 2007-2016

Ano	CAPES				SESU	CNPq		FAPESB		TOTAL
	Cota	Cota Pró-Reitoria	Projeto INCT	Cota da Instituição de Origem	REUNI	Cota do Programa	Projeto	Cota do Programa	Projeto	
2007	19	0	0	0	0	0	0	0	0	19
2008	31	0	0	0	0	0	0	0	0	31
2009	41	5	1	0	1	5	0	22	0	75
2010	67	5	1	0	1	11	3	24	0	112
2011	94	5	1	0	1	11	2	16	0	130
2012	101	6	1	0	10	9	1	19	0	147
2013	101	14	6	0	7	1		25	0	154
2014	110	14	5	0	0	1	1	27	0	158
2015	104	14	21	2	1	3	0	51	6	202
2016	102	15	31	0	0	3	0	51	6	208

Fonte: PPGCI, 2016

Tabela 51. Evolução das bolsas de Doutorado 2007-2016

Ano	CAPES				SESU	CNPq		FAPESB		TOTAL
	Cota	Cota Pró-Reitoria	Projeto INCT	Cota da Instituição de Origem	REUNI	Cota do Programa	Projeto	Cota do Programa	Projeto	
2007	0	0	15	0	0	0	0	0	0	15
2008	4	0	12	0	1	0	0	0	0	17
2009	5	0	12	0	1	3	0	7	0	28
2010	9	0	0	0	1	0	3	7	0	20
2011	17	2	0	0	1	0	1	3	0	24
2012	19	2	0	0	4	2	0	4	0	31
2013	31	6	0	0	3	0	2	5	0	47
2014	31	6	0	0	3	0	0	7	0	47
2015	36	6	3	0	0	0	0	19	0	64
2016	37	6	0	0	0	0	0	19	0	62

Fonte: PPGCI, 2016

Os resultados das notas mínimas no conceito Capes na tabela de avaliação da CAPES triênio 2013-2015 pode-se constituir do conflito dos pesquisadores com demanda do ensino sem integração com os programas de pós-graduação; com os pesquisadores docentes em estágios probatórios. Sugere-se repensar a política pública entre ensino - pesquisa conforme

as diversas reuniões dos líderes de pesquisa, chefias de laboratórios com os órgãos de fomento e a universidade a respeito dessa situação, como também da necessidade de se readequar institucionalmente os integrantes, componentes, linhas de pesquisa a demanda por novos cursos de pós-graduação, construção de agenda de produção científica, informações de editais de submissão no email dos pesquisadores. Essas leituras estão no cruzamento de dados das tabelas do conceito da CAPES, evasão de discentes dos programas de pós-graduação, e produtividade científica. Um total de 13 estudantes em 2015 deixaram / evadiram os estudos nos Programas de Pós-graduação na UFRB (PPGCI, 2016). No que tange à avaliação dos cursos de pós-graduação da UFRB segundo critérios da CAPES, observa-se o seguinte cenário:

Tabela 52. Evolução dos Programas de Pós-Graduação

Curso de Pós-Graduação	Ano de Implantação	Ano de Encer.	Número de Bolsas	Conceito CAPES
Ciências Agrárias (M)	1979	-	28	5
Ciências Agrárias (D)	2006	-	28	5
Ciência Animal (M)	2008	-	26	3
Microbiologia Agrícola (M)	2008	-	29	3
Recursos Genéticos Vegetais (M)	2008	-	26	3
Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento (M)	2010	-	26	3
Solos e Qualidade de Ecossistemas (M)	2010	-	22	3
Defesa Agropecuária (M Prof)	2010	-	7	3
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social (M Prof)	2011	-	2	3
MatemáticaPROFMAT (M Prof)	2012	-	0	3
Engenharia Agrícola (M)	2012	-	8	4
Engenharia Agrícola (D)	2012	-	21	4
Educação do Campo (M Prof)	2013	-	04	3
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas (M Prof)	2014	-	07	3
História da África, da Cultura Afro-Brasileira e Africana - CAHL - ESP	2014	-	07	-
Mestrado Profissional em Matemática - ProfMat	2014	-	21	-
Residência em Nutrição Clínica com ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva – CCS-ESP	2012	-	07	-

Fonte: PPGCI, 2016

No referente aos cursos de especialização *latu sensu*, observa-se grande variabilidade na oferta de vagas, devido a que os mesmos correspondem a estratégias específicas, sem

garantia de continuidade, inclusive nas suas Fontes de financiamento. Assim, boas partes dos novos cursos de mestrado como também de doutorado iniciaram como cursos de especialização como forma de vencer o desafio da produtividade mínima, nível de integração entre pesquisadores, entre temas de pesquisa, com reconhecimento dos órgãos de fomento para manutenção da pesquisa. Observa-se que o CCS é o único centro que ainda não possui um Mestrado e Doutorado. Os pesquisadores submetem anualmente ao formulário eletrônico APCN desde 2006/2007. Nas diversas avaliações da CAPES, o grupo não alcançou a produtividade como também a proposta não foi integrativa o bastante para consolidar a produção científica coletiva. Sugere-se maior apoio institucional a submissão de Mestrado e Doutorado em temas de saúde no recôncavo.

Essas estratégias que se constituem em continuidades e descontinuidades na pesquisa e produção de conhecimento, favorecem alguns casos, como a construção do Mestrado em Educação do Campo, a partir da Especialização da Educação do Campo. A experiência favoreceu a aprovação do Mestrado Profissional em Educação do Campo, que iniciou suas atividades em 2013. De acordo com as informações da PPGCI, apresentadas na Tabela anterior, o número de trabalhos defendidos na pós-graduação chega a 877 em 2014 (467 dissertações, 39 teses e 245 monografias), houve uma diminuição de aproximadamente de 45% em relação a 2013 devido a não oferta de vagas para os cursos de especialização *lato sensu*.

A maioria dos cursos de pós-graduação da UFRB (73%) tem conceito 03, por se tratarem de cursos novos, como também instituições sem muita tradição em programas de pós-graduação. O curso de Ciência Animal e Microbiologia Agrícola com data de início em 2008 tem a mesma nota de ingresso do que o Curso de Educação do Campo de 2013, ao contrário do curso de Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social que iniciou em 2011. Mesmo com a nota 3 os referidos programas possui o mesmo número de bolsas do que os programas de excelência nacional. Já o curso de Ciências Agrárias, que é o mais antigo, em 2015 foi atribuído conceito 05 pela CAPES. Nos parâmetros da CAPES, a nota 5 é atribuída a cursos de excelência em nível nacional e as notas 6 e 7 correspondem a cursos de qualidade internacional. Vide link: <http://www.capes.gov.br/36-noticias/6689-resultados-da-avaliacao-da-capes-revelam-que-pos-graduacao-teve-crescimento-de-23-no-trienio>

As notas na CAPES sugere a necessidade de conhecer os trajetos do egresso do curso. Do ponto de vista da avaliação do impacto dos egressos no mercado de trabalho, a instituição ainda não desenvolveu indicadores de atuação profissional dos egressos com a integração com a pesquisa universitária.

Perfil do corpo docente vinculado aos programas de pós-graduação

Atualmente 158 docentes da UFRB estão envolvidos na docência de pós-graduação *strictu sensu*. A distribuição dos docentes por Centro indica que a maioria, 87 docentes, pertence ao CCAAB, por serem majoritariamente cursos na área das ciências agrárias, também participam no ensino de pós-graduação 18 docentes do CETEC, 36 do CAHL, 02 CCS e 15 do CFP.

Além dos professores da instituição, os cursos de pós-graduação contam com colaboradores de outras instituições, com destaque para a Embrapa, com 31 pesquisadores. Há ainda 8 professores visitantes atuando nos cursos de pós-graduação sendo que 06 são da categoria Professor Visitante Nacional Senior/CAPES.

Mecanismos de integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino, pesquisa.

Os mecanismos de integração entre a graduação e pós-graduação, ensino e pesquisa são: estágios curriculares e extracurriculares; PIBIC; PIBIT; eventos técnico-científicos diversos - Seminário Estudantil de Pesquisa; Seminário de Pesquisa da Pós-Graduação; participação em eventos com apresentação de trabalhos, etc. No contexto da pós-graduação existem componentes curriculares em que os discentes realizam a atividade obrigatória Estágio em docência, que consiste em preparar o discente para a atividade docente, havendo, portanto, uma integração entre os alunos de graduação e Pós-Graduação.

Estudo de campo: levantamento da satisfação do discente com o ensino na pós-graduação na UFRB

A pesquisa de satisfação foi realizada com discentes regularmente matriculados nos programas de pós-graduação da UFRB. No semestre de 2015.2 os dados foram coletados por meio do Sistema Eletrônico de Autoavaliação da CPA, conforme detalhado no Capítulo I deste relatório. A participação dos alunos foi voluntária e anônima. A escala de satisfação utilizada foi a seguinte: 1 = Totalmente Insatisfeito a 5 = Totalmente Satisfeito, ou seja, quanto maior o número atribuído, maior a satisfação com o atributo avaliado. A Tabela 53 sumariza os resultados dos autoestudos realizados com os estudantes da Pós-graduação.

Tabela 53. Evolução da satisfação do discente de pós-graduação com os componentes curriculares cursados: medidas de tendência central e de dispersão

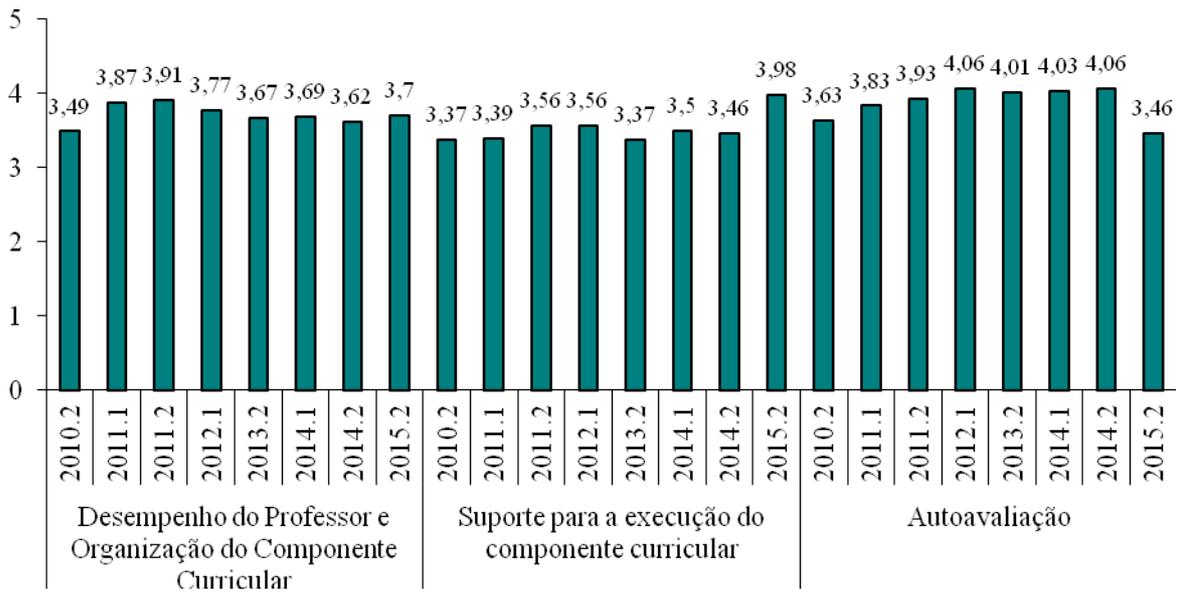
Dimensões avaliadas	Auto avaliação	Casos Válidos	Casos Omissos	Mediana	Média	Desvio Padrão
Desempenho do Professor e Organização do Componente Curricular*	2010.2	493	02	3,76	3,49	1,31
	2011.1	926	02	4,23	3,87	1,08
	2011.2	798	01	4,20	3,91	1,07
	2012.1	733	01	4,28	3,77	1,41
	2013.2	185	07	4,22	3,67	1,49
	2014.1	565	20	4,17	3,69	1,48
	2014.2	125	03	4,04	3,62	1,43
	2015.2**	378	18	4,22	3,70	1,44
Autoavaliação	2010.2	491	04	3,87	3,63	1,08
	2011.1	926	02	4,00	3,83	0,92
	2011.2	799	00	4,00	3,93	0,84
	2012.1	737	01	4,30	4,06	1,02
	2013.2	188	04	4,20	4,01	1,07
	2014.1	570	15	4,10	4,03	1,03
	2014.2	125	-	4,20	4,06	0,95
	2015.2**	378	18	4,20	3,98	1,09
Suporte para a execução do componente curricular	2010.2	491	04	3,50	3,37	0,92
	2011.1	926	02	3,50	3,39	0,91
	2011.2	796	03	3,67	3,56	0,81
	2012.1	738	01	3,93	3,56	1,26
	2013.2	188	04	3,71	3,37	1,29
	2014.1	572	13	3,64	3,50	1,30
	2014.2	125	-	3,60	3,46	1,14
	2015.2**	378	18	3,71	3,46	1,22

* Não houve coleta junto aos estudantes de pós-graduação no ano de 2013.

**O semestre de 2015.2 foi ofertado no ano de 2016.

Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

Conforme demonstra a Tabela 53 ainda é baixa a participação dos estudantes da pós-graduação nos estudos de autoavaliação, em 2015.2 o número de respondentes foi de 378 alunos. Espera-se que este dado se repita em outras instituições. O inovador é quando a pós-graduação apresenta um conjunto de divergências, discussões que possibilita observarmos nossos retrocessos e avanços no desenvolvimento humano e institucional. Este fato pode apresentar dificuldades de diálogos institucionais, de possibilidades de embates, de divergências acadêmicas, em um contexto de maior proximidade com o orientador. Pode-se se direcionar a existência de poucas salas de estudo do coletivo de estudantes, poucas interligações com outros pesquisadores externo à instituição. De maneira geral, observa-se certa tendência à satisfação em todas as dimensões avaliadas, conforme pode ser visualizado graficamente na Figura 12.

Figura 12. Avaliação do Ensino na Pós-graduação.

Fonte: Banco de dados CPA, 2016.

PESQUISA CIENTÍFICA E PRODUÇÃO INTELECTUAL

A UFRB considera a pesquisa indispensável para a concretização de seu projeto acadêmico, que pressupõe a articulação sistemática do ensino, pesquisa e extensão na formação dos futuros profissionais, entendendo que a construção do saber científico é fundamental na formação de profissionais capazes de se posicionar e atender às demandas da sociedade.

A UFRB considera muito importante que os grupos de pesquisa se diferenciem por áreas de conhecimento. Também é desejável que ocorra o fortalecimento das áreas específicas, potencializando a missão institucional e a inserção da Universidade no contexto nacional e internacional, desenvolvendo linhas de pesquisas Grupos certificados, de forma integrada aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e às atividades de extensão da Universidade.

Neste contexto, visa qualificar a produção científica da Universidade por meio da interação dos Grupos de Pesquisa com as agências de fomento, objetivando a captação de recursos, a UFRB através da PPGCI, acompanha a produção científica e tecnológica dos Grupos de Pesquisa certificados, à luz dos critérios da política nacional de pesquisa e de pós-graduação.

Considera, ainda, a Iniciação Científica e Tecnológica como uma prática acadêmica de inserção de alunos de graduação na pesquisa científica e tecnológica, financiando parte das bolsas concedidas, juntamente com as agências de fomento, no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRB. Como forma de consolidar uma atmosfera científica sólida na comunidade acadêmica, a UFRB apoia eventos científicos e tecnológicos, dentro e fora de seus limites.

A UFRB compromete-se com a produção do conhecimento, tendo em vista a participação na melhoria da qualidade de vida da sociedade que a financia. Para tal, entende-se que o fortalecimento da pesquisa, ao lado da inovação tecnológica, agrega valor aos processos, produtos e serviços produzidos no Recôncavo, fomentando intensamente o processo de inclusão social. Nesta direção, a pesquisa na UFRB orienta-se pelos seguintes objetivos:

- desenvolver um conjunto de instrumentos para a utilização do conhecimento gerado pela pesquisa aqui desenvolvida, de modo a produzir um crescimento econômico-sustentável;
- consolidar a pesquisa científico-tecnológica e, a partir do conhecimento gerado, agregar valor a produtos, processos e serviços;
- criar interesse na inovação tecnológica entre os pesquisadores e despertar a consciência com relação ao importante papel da inovação para o aumento da competitividade da nossa economia;
- estabelecer uma diretriz para a pesquisa científico-tecnológica voltada para o desenvolvimento regional;
- construir caminhos de acesso aos recursos oriundos dos Fundos Setoriais, de modo que os pesquisadores disponham de recursos para o desenvolvimento de seus projetos e mapear toda a potencialidade de desenvolvimento científico e tecnológico.

As políticas para a pesquisa na UFRB devem se orientar pelas seguintes diretrizes:

- identificar eixos de pesquisa básica e avançada para o desenvolvimento de redes;
- pesquisar para o desenvolvimento sustentável regional;
- pesquisar dentro do contexto social;
- fixar pesquisadores na Região do Recôncavo da Bahia.

Núcleo básico e comum / Núcleo de temas optativos

O gradual crescimento da presença da pesquisa científica chega em 2016 com 172 grupos certificados pela UFRB com cadastro junto ao CNPq. Tais grupos de pesquisa atuam em diversas áreas de conhecimento, (tabela 54). Estes grupos de pesquisa intensificariam os estudos científicos em 2016 ao se articularem com pesquisadores no sistema multicampia, mediados pela PPGCI, como ocorre com os pesquisadores do tema da Agricultura Familiar. Essa particularidade se consolidaria se houvesse uma política de comunicação entre pesquisadores com diálogos institucionais. Na maioria das vezes, um grupo de pesquisa em um campi pouco se comunica com os seus pares em outros campi. Os encontros entre pesquisadores da UFRB ocorre geralmente em eventos fora da universidade, como também nos eventos locais das cidades universitárias.

Tabela 54. Número de grupos de pesquisa cadastrados pelo CNPQ e certificados pela UFRB, por área de conhecimento.

Áreas de Conhecimento	Centro	Nº Grupos 2012	Nº Grupos 2013	Nº Grupos 2014	Nº Grupos 2015	Nº Grupos 2016
Ciências Agrárias	CCAAB	29	30	32	30	32
Ciências Biológicas	CCAAB/CCS	1	5	5	4	7
Ciências da Saúde	CCS/CFP	10	9	10	16	27
Ciências Exatas e da Terra	CETEC/CFP/CCAAB/CETENS	9	10	11	12	19
Ciências Humanas	CFP/CAHL/CCS/CETENS/CECULT	26	37	47	47	42
Ciências Sociais Aplicadas	CAHL/CCAAB/CECULT	14	14	18	21	27
Engenharias	CETEC/CCAAB/CETENS	11	11	15	10	06
Linguística, Letras e Artes	CAHL/CFP/CECULT	-	-	-	13	12
TOTAL		100	116	138	153	172*

Fonte: PPGCI, 2016.

Nos três últimos anos houve um crescimento considerável dos grupos de pesquisa em todas as áreas do conhecimento, ocorrendo a maior concentração na área das ciências agrárias e ciências humanas. Os docentes da UFRB em 2016 estão vinculados em 172 grupos de pesquisa credenciados pela instituição. O número de projetos de pesquisa cadastrados desde o ano de 2007 está demonstrado na Tabela 55. Esta construção de informação se integralizaria com uma coluna a respeito dos projetos ativos, como também, a sua repercussão no Produto Interno Bruto da cidade e seus entornos em que esse projeto está em andamento. Pode-se pensar no impacto do conhecimento produzido que diminua as mazelas sociais no entorno da comunidade científica.

Tabela 55. Número de projetos de pesquisa cadastrados (2007-2016)

Participação em Projetos de Pesquisa	em	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Participação em projetos financiados	em	79	85	105	149	123	320	193	175	185	384
Participação em projetos não financiados	em não	31	45	102	91	84	364	585	597	605	350
Total		110	130	207	240	207	684	778	772	790	734

Fonte: PPGCI, 2016.

Através da Tabela 55 pode-se observar que houve uma oscilação no número de projetos financiados, tendo uma tendência crescente entre os anos de 2007 a 2012, seguido de uma queda acentuada dos mesmos projetos até 2015, e voltando a subir em 2016. Os projetos sem financiamento seguem a mesma trajetória com uma direção diferenciada, pois aumenta mais que proporcional de 2012 a 2015 e com redução em 2016. É necessário conhecer a quantidade de projetos submetidos sem a devida aprovação por agências de fomento por tema, grupo de pesquisa, área de atuação, centro. Além de conhecer a respeito dos projetos que estão ativos em cada *campus*, interligações do projeto de pesquisa com outros campi, interligação com os eixos nacionais de pesquisa.

Mecanismos de registro da produção e o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores na UFRB

A busca de dados de produtividade acadêmica ocorre no formato manual de coleta via *Curriculum vitae* Lattes. Isso dificulta o levantamento de dados estatísticos em tempo real a

respeito da produtividade científica da Universidade pelo limitado número de funcionários da pró-reitoria correspondente. Sugere-se que cada centro realize sua contagem com o apoio da assessoria de pesquisa, como também dos líderes dos grupos de pesquisa.

O registro e o acompanhamento da pesquisa seguem normas que visam a orientar os proponentes e órgãos competentes da Universidade quanto ao que deve ser observado no processo de institucionalização de projetos de pesquisas. O projeto deve ser encaminhado ao Centro para aprovação e registro. Após esse processo, o mesmo deve ser cadastrado *on line* no sistema desenvolvido pela PPGCI. A produção e o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores na UFRB são monitorados por meio do envio de um relatório anual, que deve ser encaminhado à Coordenadoria de Pesquisa da PPGCI, mediante solicitação do órgão Supracitado.

Políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores

Na UFRB o programa que visa à formação de estudantes de graduação em pesquisa científica é financiado pelo CNPq, pela FAPESB e pela própria UFRB. O CNPq e a FAPESB delegam à UFRB a seleção e o acompanhamento dos projetos de pesquisa e dos bolsistas, além da avaliação de seus desempenhos. Aos estudantes são destinadas bolsas com duração de 12 meses e valor mensal de acordo com as tabelas das agências financiadoras.

A seleção é realizada através da abertura de editais públicos, amplamente divulgados, e subsequentes avaliações dos projetos inscritos por pesquisadores candidatos a orientadores e de planos de trabalho individuais para os respectivos alunos candidatos a bolsistas. Cada projeto é avaliado por consultores de reconhecida competência nas áreas dos projetos, cabendo ao Comitê Externo à emissão do parecer final.

A Tabela 56 demonstra que houve um aumento consistente do número de bolsas ao longo dos anos, exceto as bolsas PIBIC Ensino Médio/CNPq e PIBIC/UFRB. Todavia, nos editais 2016/2017 ocorreu uma diminuição acentuada no número de bolsas ofertadas aos alunos, principalmente nas modalidades PIBIC/FAPESB, PIBIC/UFRB e PIBIC/CNPq. Apenas o PIBIT e o PIBIC-EM têm contribuído para a permanência de alunos na universidade e com a aproximação da comunidade escolar do ensino médio da UFRB. A consistência dessas informações se constituiria como uma coluna a respeito do número de vagas de bolsas preenchidas, como também o número de evasão do programa PIBIC.

Tabela 56. Evolução do número de Bolsas de Iniciação Científica e Iniciação Científica Jr concedidas

Tipo de Bolsa / Editais	Editais por ano				
	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017
PIBIC /CNPq	69	71	77	77	67
PIBIT – CNPq	19	19	20	20	17
PIBIC – Ações Afirmativas/CNPq	13	13	13	13	10
PIBIC – Ensino Médio/CNPq	70	60	60	58	50
Prog. Ciências Sem Fronteiras / CNPq	0	0	150	0	-
PIBIC/ FAPESB	100	120	150	150	90
Monitoria Científica/FAPESB	0	0	0	0	-
PIBIC JR /FAPESB	0	0	0	0	-
Monitoria Científica/UFRB	0	0	0	0	-
PIBIC/UFRB	77	50	50	49	30
Subtotal	308	333	370	367	264

Fonte: PPGCI, 2016.

Atividades e fóruns que permitam a divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnico-administrativos.

A UFRB por meio da PPGCI tem se preocupado com uma política que proporcione o aumento da participação discente e dos técnicos no desenvolvimento da pesquisa na UFRB, e nesse sentido, citamos como exemplo, a realização de ações que auxiliem no cumprimento do regulamento que cria cotas para o ingresso dos técnicos-administrativos do quadro permanente da UFRB, nos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* da UFRB. Citamos ainda, a adoção de ações que permitem a participação dos técnicos-administrativos da UFRB em projetos de Mestrados e Doutorados interinstitucionais. Estão também em crescente discussão, futuras alterações de algumas normas internas, que proporcionará uma maior participação dos técnicos de nível superior em grupos de pesquisa da UFRB. Em relação à participação discente no desenvolvimento da pesquisa na UFRB, a PPGCI, além de gerenciar as bolsas de iniciação científica e tecnológica e bolsas de pós-graduação, também apoia diversas atividades e eventos científicos dentro da UFRB e em outras Instituições, visando abertura de espaço para divulgação e reconhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo corpo discente.

A UFRB realiza eventos científicos e culturais, possibilitando maior interlocução da Universidade com outras IES e, sobretudo, com diversos atores do cenário social do Recôncavo, possibilitando uma troca permanente de saberes e práticas que democratizam o acesso ao conhecimento na região e no país.

Em outubro de 2015 ocorreu o III **RECONCITEC**, a Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia, cujo objetivo era congrega estudantes, professores e pesquisadores das instituições de ensino superior, ensino médio e fundamental, institutos de pesquisa e o público em geral, promovendo a difusão e estimulando o debate a respeito das atividades científicas e tecnológicas desenvolvidas em âmbito nacional e especificamente no Recôncavo Baiano. Dando continuidade a esta modalidade de evento, em 2016 foram abertas as inscrições para o IV RECONCITEC, o qual ocorreria também no mês de outubro, entretanto, devido aos movimentos estudantis de paralisação e também pela greve dos técnicos administrativos, o evento foi adiado e será realizado entre os dias 31 de maio a 02 de junho de 2017.

Já em novembro 2016 houve **Fórum 20 de novembro**, evento organizado pela PROPAAE e também pela PROEXT. Com palestrantes internacionais além de artistas nacionais de renome, o importante Fórum movimentou as cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro e Santo Antonio de Jesus.

O dia 20 de novembro, dia Nacional da Consciência Negra, constitui-se como data de grande significado para o Brasil, a Bahia, o Recôncavo. A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, através da criação do Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo (Portaria 181/2006), buscou ressaltar a importância histórica, política e pedagógica dessa data, ao tempo em que institui atividades acadêmicas e sociais para a promoção de ações, programas e políticas pró-igualdade racial e inclusão social no Recôncavo. A Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE através do Fórum, em parceria com os Centros, colocou em prática uma ação de corresponsabilidade e mutualidade no que tange à implantação e promoção de políticas afirmativas e de inclusão social na UFRB.

Aberto à participação da comunidade, o evento contou com mini-cursos, oficinas, palestras, grupos de trabalho e pesquisa que apresentaram problemas contextuais por meio de comunicações incentivando a participação de alunos, docentes e membros de comunidades externas. Como estratégia da PPGCI para divulgação da produção intelectual criou-se mecanismos que possibilitassem a tradução de trabalhos de pesquisa desenvolvidos na UFRB, colaborando com publicações em revistas internacionais e/ou com conceito Qualis. Também

foi planejada a organização de seminários, onde os membros dos grupos de pesquisas da UFRB terão espaço para apresentarem seus trabalhos e atividades para a comunidade acadêmica, tendo já sido realizada, o primeiro desses seminários.

Produção intelectual

Comparando-se com o ano de 2015, em 2016 houve diminuição nas produções bibliográfica, técnica e artística de 53,3%, 64,0% e 91,3% respectivamente (Tabela 57).

Tabela 57. Produção Intelectual 2007-2016

Tipo de Produção / Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Produção Bibliográfica										
Orientações de Teses	6	2	9	7	9	20	27	12	17	17
Orientações de Dissertações	30	53	44	54	23	51	64	132	138	132
Apresentações de Trabalhos	113	189	274	247	105	419	488	462	494	76
Artigos publicados em periódicos	122	157	234	225	131	332	362	385	422	316
Artigos publicados em revistas e/ou jornais	22	27	71	85	80	109	123	136	142	25
Capítulos de livro	26	39	72	58	32	44	51	54	57	77
Livros	10	16	33	14	6	19	23	26	32	22
Organização de livros	1	1	0	5	0	4	0	0	5	22
Participação em congressos (Se possível, diferencias se: nacional, regional, local)	203	217	365	335	136	354	386	311	322	171

Prêmios	41	33	35	32	11	8	11	6	7	11
Resumos publicados em anais de congressos	204	321	451	222	104	392	414	386	423	87
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	77	179	251	272	100	213	233	201	225	37
Trabalhos completos em anais de congressos	64	103	129	130	9	169	198	152	165	13
Traduções	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0
Subtotal	919	1337	1970	1686	805	2135	2380	2263	2449	1162
Produção Técnica										
Revisões técnicas de livros e/ou capítulos	0	3	4	2	4	2	3	11	13	0
Curadorias	5	1	1	4	0	3	6	3	2	14
Cursos ministrados	35	30	71	70	15	93	112	144	154	10
Edições de obras	1	0	2	0	0	0	0	0	1	2
Equipamentos pedagógicos e material didático	6	7	13	5	4	21	27	33	36	0
Manuais técnicos	4	7	13	1	0	0	4	9	11	2
Mapas, cartas, levantamentos em geral	1	0	1	0	0	0	2	0	1	1
Maquetes	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Palestras	1	2	8	5	4	29	95	104	107	0

Pareceres, sentenças judiciais, etc.	10	22	22	15	4	7	22	13	15	7
Patentes	0	0	1	0	0	3	2	2	3	5
Produtos de multimeios	14	1	2	0	1	0	1	2	2	0
Projetos de Extensão	4	0	3	11	0	47	88	97	104	124
Softwares educativos	0	4	1	0	0	0	5	7	9	0
Subtotal	82	77	143	113	32	205	368	425	458	165
Produção Artística										
Composições	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Documentários	00	2	0	0	0	0	4	6	7	0
Exposições	14	14	16	10	0	9	12	4	6	0
Filme de curta duração	0	0	1	0	0	0	3	1	0	0
Filme de longa duração	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Participação em concertos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Programas de rádio e/ou TV	2	1	3	14	0	0	33	12	10	2
Recitais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regências	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Subtotal	16	17	20	24	0	9	52	23	23	2
TOTAL GERAL	1127	1561	2340	2063	972	2953	3578	2711	3720	2063*

Fonte: PPGCI, 2016.

Os tipos de produção bibliográfica mais representativos do corpo docente da UFRB entre 2015 e 2016 foram: Artigos publicados em periódicos, Participação em congressos, Orientações de dissertação, Resumos publicados em anais de congressos e Capítulos de livros, respectivamente. Essas modalidades continuam sendo as mais utilizadas, mas não as únicas, pelos docentes para a difusão do conhecimento. Entretanto, quando comparado com as produções de 2014 e 2015, houve uma diminuição relevante em quase todas essas atividades, exceto na produção de Capítulos de livros, a qual teve um aumento em 2016.

Em 2015 foram registradas cinco produções no item Organização de livros, já em 2016 houve um aumento e foram registradas 22, mas isso para toda a universidade, com seus mais de 600 docentes nas diversas áreas do conhecimento. Vale ressaltar que há como ferramenta institucional a presença da editora UFRB, com revisora no quadro institucional.

Na Produção Técnica no ano de 2016, as atividades mais desenvolvidas foram Projetos de Extensão e Curadorias, respectivamente. As demais modalidades aparecem de forma menos expressivas. É importante mencionar que houve uma diminuição expressiva na Produção Técnica no item Cursos Ministrados, pois em 2015 foram desenvolvidos 154 cursos e em 2016 apenas 10. Na Produção artística a única modalidade que produziu foi Programas de rádio e/ou TV, com 2 produções, número bem abaixo do registrado no ano anterior (2015).

Veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do corpo docentes e técnico-administrativo.

A produção intelectual é divulgada nos diferentes meios de comunicação técnico-científicos. Na Universidade são editados livros, jornais, periódicos científicos de circulação nacional (MAGISTRA), local, que divulgam a produção dos docentes da UFRB e de outras instituições. Além disso, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia conta com diversos periódicos que atendem à pluralidade das demandas como a Revista Acadêmica GUETO, a de História.com, a Revista Recôncavos e a <https://www.ufrb.edu.br/revistaextensao/RevistaReconvexo>.<https://www.ufrb.edu.br/revistaextensao/>

A **APA** (Arquivos de Pesquisa Animal), por exemplo, é uma revista bilíngue (português e inglês) editada pelo Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e que se destina a publicação de trabalhos científicos referentes à Medicina Veterinária e Zootecnia. O endereço virtual da APA é abrigado pelo site da UFRB no seguinte caminho: <http://www.ufrb.edu.br/apa/>.

Há também a partir do perfil audiovisual empreendido pelos docentes do CAHL um periódico importantíssimo, o CINECACHOEIRA. A publicação eletrônica *CineCachoeira – Revista de Cinema e Audiovisual da UFRB* pretende ser um espaço para o exercício da livre crítica cinematográfica, lançando um olhar analítico e ideológico sobre as obras fílmicas, no sentido de complementar a formação de um pensamento conjugado a uma prática audiovisual dentro da UFRB. Observando um movimento de emergência da opinião virtual em meio ao aquecimento da produção audiovisual brasileira, o projeto abre espaço para amplos exercícios supostos em uma arte complexa e naturalmente multidisciplinar, considerando a produção textual, hoje, como um campo possível de atuação dentro do aparato fílmico e audiovisual. A revista possui também domínio no ambiente virtual da UFRB.

O periódico GRIOT, de edições semestrais, também é um veículo importante para a difusão do conhecimento. Organizada pelos docentes do Curso de Filosofia do CFP, A **GRIOT – Revista de Filosofia** divulga pesquisas na área de filosofia e promove o debate filosófico de forma ampla, independentemente da linha e filiação filosóficas dos autores. Todos os artigos são submetidos a um rigoroso processo de análise cega, para isso conta com um corpo de pareceristas constituído por pesquisadores de diversas instituições nacionais e internacionais especializados em diferentes temas, filósofos e correntes filosóficas. O endereço para acessar o periódico é: <http://www.ufrb.edu.br/griot/>

A **REVISE – Revista Integrativa em Saúde e Educação** também integra o corpo de periódicos institucionais constituída por docentes do Centro de Ciências da Saúde em Santo Antônio de Jesus. A revista se encontra em fase de expansão.

A **REVISTA ENTRELAÇANDO**, produção de docentes do Centro de Formação de Professores, é editada semestralmente, podendo publicar números especiais (Cadernos Temáticos) tendo como público alvo os leitores que dialoguem com o debate central aqui proposto: Cultura e Educação. Seus eixos de interesse se apóiam no diálogo interdisciplinar entre Cultura e Educação entrelaçando distintos campos da produção do conhecimento como artes, linguagens, diversidade, patrimônio cultural, memória, identidade, territorialidades, sociedade e meio ambiente, organizados em três linhas de pesquisa.

A **REVISTA EXTENSÃO**, com periodicidade semestral e ISSN 2236-6784, tem como compromisso consolidar a indissociabilidade do conhecimento, por meio de ações extensionistas publicadas em artigos científicos, resenhas, relatos de experiências entrevistas, validando o conhecimento tradicional associado ao científico. Organizada pela Pró-Reitoria de Extensão, a Revista conta com a ampla maioria de pareceristas e membros editoriais doutores ou pós-doutores.

A **REVISTA OLHARES SOCIAIS** é organizada pelos alunos do Mestrado em Ciências Sociais e também possui domínio interno na UFRB: <http://www.ufrb.edu.br/olharessociais/>

A UFRB conta ainda com o importante periódico internacional **WATER RESOURCES AND IRRIGATION MANAGEMENT** organizada por professores do CCAAB. O primeiro número foi publicado em janeiro de 2012 e o segundo volume, publicado no mesmo ano, em setembro/ outubro do corrente. A publicação conta ainda com o apoio da CAPES, CNPq, FAPESB e FAPEX. Endereço eletrônico: <http://www.ufrb.edu.br/wrim/>

Setores / órgãos responsáveis pela relação interinstitucional e internacional na UFRB

O Núcleo de Programas de Cooperação Institucional é um órgão vinculado à PPGCI que possui como objetivo estabelecer contatos para estimular a implantação de convênios de cooperação técnica e acadêmica com diversas instituições, a fim de propor de associação em projetos de pesquisa ou em programas de Pós-graduação *Stricto sensu* e *Latu sensu*. Entende-se por convênio um acordo firmado entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados para realização de atividades de interesse recíproco entre os participantes, executados em regime de mútua cooperação. O núcleo tem as mesmas atividades da Superintendência de Assuntos Internacionais – SUPAI para política pública de interações internacionais. Possui mesmo FG – função gratificada, o que sugere repensar com base no atual contexto de crise socioeconômica no país como também as necessidades pertinentes da UFRB.

No âmbito da pós-graduação diz-se que o núcleo e a SUPAI trabalha de forma conjunta. A exemplo, do programa de capacitação de professores Moçambicanos no mestrado em Cruz das Almas. São oito estudantes moçambicanos interligados à universidade no ensino de mestrado com boas perspectivas para o doutorado. Ainda nesse campo de cooperação a SUPAI tem um programa junto ao CCAAB que envia docentes para capacitação internacional

em projetos específicos. O Núcleo de Programas de Cooperação Institucional é composto apenas por um Responsável Geral, nomeado pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação. Compete ao Núcleo de Programas de Cooperação Institucional realizar o desenvolvimento de ações e relacionamento com empresas e órgãos públicos, oferecendo apoio à elaboração de projetos de pesquisa científica e tecnológica; promover treinamentos e atualizações referentes à elaboração, gerenciamento e qualificação de projetos de incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica.

Os convênios para cooperação técnica devem seguir os trâmites determinados pela Assessoria para Parcerias Institucionais, bem como pela Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI), no caso de Instituições estrangeiras. Esses convênios se formam através de contatos feitos pelo responsável do Núcleo de Programas de Cooperação Institucional.

Essa duplicidade ocorre por ausência de uma política institucional de interações internacionais, um documento sequer com diretrizes sobre a internacionalização, mobilidade ou convênio. Desta forma a UFRB vai se construindo nesse processo sem normativas. Outras instituições podem ter maior número de convênio, com mais ofertas de bolsas. Essas universidades consideram relevante subsidiar as mobilidades internacionais estudantis. Enquanto que os estudantes da UFRB para uma modalidade de mobilidade internacional arcam com os gastos do orçamento da família, e até mesmo no seu empenho pessoal com a solicitação de apoio dos amigos, parentes e vendas de rifas. Supõe-se que o conjunto de prioridades da política de mobilidade internacional não se constrói de modo equânime entre os estados federados.

Na crise econômica atual com impactos no orçamento do ensino superior, encontra-se formas alternativas de fomentar a graduação, sem exonerar o orçamento da universidade, com política condizente para constituir parceiros, interações público-privada com o foco estratégico na formação de aluno para o desenvolvimento regional. Mesmo sendo uma universidade com a bandeira de se ter a primeira Pró-reitoria de ações afirmativas, ainda nos fóruns internacionais se questiona a presença do estudante negro do Brasil. A UFRB tem o desafio de reconstrução da missão institucional. Na mobilidade internacional, pouco se vê de estudantes do sistema de quotas, negros, e nenhum daqueles presentes nas estatísticas apresentadas são quilombolas e indígenas, mesmo tendo a primeira Pró-reitoria de políticas afirmativas com povos africanos em outros continentes com narrativas em dialetos locais como também na língua inglesa, francesa, portuguesa.

Se um pesquisador demanda uma inserção internacional para um projeto, construímos ações pessoais e institucionais que podem ser ótimas estratégias de desenvolvimento

institucional e humano. Assim se trabalha com a demanda: Nas questões de editais, a Capes tem editais de internacionalização fixos da língua portuguesa para inserção internacional de docente - discente. Há uma dificuldade de juntar pessoas para construir um grupo coeso de pesquisadores para a internacionalização no prazo de submissão de um edital. Os prazos vencem no processo de que se elabore, junte a documentação e construção de diálogos.

Voltando a questão da institucionalização, de alguma forma é o que acontece com a maioria das universidades que tem um sistema de internacionalização ativa, com uma estrutura normativa. Na internacionalização passiva, que infelizmente ocorre nas novas universidades, poucas iniciam internacionalizadas.

Política de incentivo à formação de pesquisadores e profissionais para o magistério

A UFRB tem adotado/aderido a políticas e incentivos à formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior, dentre as quais se destacam:

- PLANFOR - Política Institucional para Capacitação Docente;
- Horário Especial para Servidor Estudante;
- Afastamento total para capacitação no Brasil e/ou no exterior;
- PRODOUTORAL;
- DINTER;
- MINTER;
- Possibilidade de intercâmbios (PROCAD);
- PARFOR.

Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos

Com objetivo de sedimentar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social, a UFRB se torna pioneira na implantação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), cujo principal propósito é promover o desenvolvimento de estratégias que levem à execução de políticas afirmativas voltadas para os discentes na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições fundamentais para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Tal iniciativa visa à interação crítica, sustentada pelos pilares da cidadania, da cooperação, da proposição e da solidariedade nos espaços culturais, políticos e econômicos da sociedade, sempre em prol do desenvolvimento regional. Neste sentido, as políticas afirmativas vinculadas às ações da PROPAAE envolvem os assuntos estudantis e tratam de Políticas de Acesso, Permanência e Pós-permanência de alunos oriundos das escolas públicas, afrodescendentes e índio-descendentes no ensino superior público. Em resumo, visa à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social, assim como do desenvolvimento regional, fundamental para a própria permanência e sobrevivência da universidade.

Nota-se nos dados supracitados, que o ingresso na UFRB tem sido bastante diversificado tanto em relação a etnia, como também na questão socioeconômica. Entretanto, sabe-se que as desigualdades educacionais possuem base em diferentes fatores históricos, sociais e econômicos; e por isso a ampliação do acesso demanda a garantia da igualdade, e essa garantia reflete a responsabilidade da universidade na resolução dos problemas já arraigados na nossa cultura.

A igualdade na educação engloba tanto as oportunidades oferecidas quanto os resultados de desempenho. A UFRB por reconhecer a existência de estudantes que são por alguma razão desfavorecidos (contexto econômico, preconceito racial, localização geográfica, deficiência física), desenvolve políticas de acompanhamento acadêmico, e apoio financeiro para atenuar as dificuldades econômicas, e, conseqüentemente, favorecer a permanência dos discentes.

Reconhecendo a importância da diversidade, em atendimento à Resolução CONAC 026/2014, no ano de 2016 foram realizados dois processos seletivos especiais para ingresso de Remanescentes de Quilombolas e Indígenas Aldeados. Nestes processos foram ofertadas 74 vagas, distribuídas da seguinte forma: em 2015.2 foram oferecidas 30 vagas cuja concorrência foi de 6,26, já em 2016.1 houve um aumento no número de vagas (já que em alguns cursos só há ingresso no primeiro período letivo de cada ano), sendo oferecidas 214 vagas cuja concorrência foi de 4,86.

Os estudantes calouros são recepcionados através do Reencôncavo, evento incentivado pela Universidade e promovido pelos Diretórios e Centros Acadêmicos, onde os alunos têm um contato mais próximo com a estrutura física e burocrática da Universidade e de seus respectivos cursos. Cada centro constrói sua programação de acordo com a sua necessidade e disponibilidade de recursos, disseminando informações: acerca da vida universitária,

pesquisa, ensino, extensão, políticas afirmativas, uso da biblioteca, mesas de debate, estágio, monitoria, empresas juniores, dentre outras.

O Programa de Permanência Qualificada (PPQ) é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior, de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, põe em prática uma ação de co-responsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica.

O PPQ tem como objetivos: 1. Garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, ao assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional. 2. Implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica. 3. Possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa. 4. Estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional. 5. Qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB. 6. Contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação. 7. Combater o racismo e as desigualdades sociais. É composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as Modalidades de bolsas disponíveis: Bolsas de Auxílio à Moradia/ à Alimentação/Bolsas Pecuniárias associadas a projetos vinculados à Extensão, Pesquisa e Graduação e serviços (acompanhamento psico-social, pedagógico) e assistência a demandas específicas.

A UFRB dispõe de diversos programas de permanência que atendem aos estudantes mais necessitados, no entanto precisa ampliar o atendimento ao Restaurante Universitário, visto que este é disponibilizado apenas no campus de Cruz das Almas e para estudantes residentes. Nos outros *campi*, os discentes atendidos pela PROPAAE podem ter acesso ao Auxílio Pecuniário à Alimentação no valor atualizado de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais).

Fora da PROPAAE, existem outras formas de apoio que auxiliam estas políticas afirmativas, como os programas institucionais da PROGRAD, que complementam as possibilidades de auxílio financeiros e acadêmico que cumprem com os objetivos já descritos anteriormente. A PROGRAD é responsável pela gestão/acompanhamento de sete

projetos/programas institucionais relacionados à graduação, os quais destacam-se: o Programa de Educação Tutorial – PET; o Programa de Monitoria, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica – PARFOR.

Descrição e quantitativo de bolsas e/ou incentivos oferecidos aos estudantes

A UFRB, através da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis, disponibiliza auxílios aos discentes em situação econômica desfavorecida, mediante processo seletivo, objetivando ampliar as condições de permanência na educação superior da instituição. Em consonância com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010) oferta-se:

- **Auxílio moradia:** assegura a moradia dos estudantes beneficiários nas residências universitárias e três refeições principais no Restaurante Universitário; (só tem acesso à residência universitária, os estudantes de 4 centros)
- **Auxílio pecuniário à moradia:** apoio financeiro no valor de R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais) aos discentes pertencentes a centros de ensino que não dispõem de residência universitária, sendo o auxílio destinado a suprir necessidades mínimas vinculadas à moradia;
- **Auxílio alimentação:** assegura a oferta de três refeições no restaurante universitário (apenas no campus de Cruz das Almas e para estudantes residentes e, também às/aos estudantes que recebem Auxílio Moradia e Alimentação);
- **Auxílio pecuniário à alimentação:** apoio financeiro no valor de R\$ 330,00 (trezentos e trinta reais), disponibilizado aos discentes que ocupam vagas nas residências universitárias do Centro de Saúde, Centro de Artes Humanidades e Letras, Centro de Ciências e Tecnologia, aos centros que não possuem Restaurante Universitários, para suprir necessidades mínimas vinculadas à alimentação;
- **Auxílio transporte:** apoio financeiro no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), para auxiliar no transporte de discentes de cidades vizinhas;
- **Auxílio pecuniário a deslocamento:** assegura o transporte de ida e volta do estudante que reside em cidades circunvizinhas aos campi da UFRB;

- **Auxílio pecuniário vinculado a projetos institucionais (PPQ):** apoio financeiro no valor de R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais), em forma de apoio pedagógico na participação de pesquisa, ensino ou extensão;
- **Auxílio Creche:** auxílio financeiro no valor de R\$ 190,00 (cento e noventa reais) para custeio e manutenção em instituição educacional, dos filhos de discentes em idade de 0 a 03 anos;
- **Auxílio emergencial:** apoio para a permanência, em caráter emergencial. Consiste na liberação de parcela única, através de repasse pecuniário no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), no equivalente ao período de vigência do edital de seleção para ingresso no Programa de Permanência Qualificada – PPQ;
- **Auxílio acadêmico:** auxílio financeiro para aquisição de material didático;
- **Auxílio formativo:** auxílio financeiro para participação e organização de eventos científicos culturais e tecnológicos, internos e externos.

As tabelas 58 e 59 abaixo demonstram o crescimento de todas as modalidades de auxílio, bem como ratifica o compromisso da PROPAAE em integrar estudantes que demandam as diversas formas de auxílio, com projetos de extensão e pesquisa.

Tabela 58. Modalidades de auxílio

ANO	AUX. ALIMENTAÇÃO	AUX. MORADIA	PROJETOS Institucionais	AUX. PEC. A MORADIA	AUX. DESLOCAMENTO	AUX. CRECHE	PBP-MEC	TOTAL
2006	21	21	0	12	0	0	0	147
2007	58	42	34	21	0	0	0	307
2008	73	69	55	38	0	0	0	399
2009	92	133	82	43	0	0	0	350
2010	127	167	230	132	88	6	0	820
2011	123	218	244	144	121	15	0	935
2012	153	270	488	120	209	23	0	1263
2013	152	237	1080	109	302	42	164	2086
2014	125	216	1014	84	301	23	368	2131
2015	125	210	938	70	417	18	629	2405
2016	138	237	822	135	450	32	715	2529

Fonte: PROPAAE, 2016.

Tabela 59. Quantitativo de cada modalidade do Programa de Permanência Qualificada

AUXÍLIO	VALOR POR MODALIDADE (R\$) / ANO				
	2012	2013	2014	2015	2016

Aux. Moradia/Residência ¹	Residência universitária				
Aux. Alimentação	Serviço do R.U.				
Aux. Pec. À Moradia ²	290,00 e 345,00	290,00 e 345,00	R\$ 345,00	R\$ 370,00	R\$ 370,00
Aux. Pec. à Alimentação	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 300,00	R\$ 330,00	R\$ 330,00
Aux. Vinculado a Projetos Institucionais	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 400,00	R\$ 430,00	R\$ 430,00
Aux. Transporte	R\$ 220,00	R\$ 220,00	R\$ 220,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00
Aux. Creche	R\$ 150,00	R\$ 175,00	R\$ 175,00	R\$ 190,00	R\$ 190,00

Fonte: Propaae, 2016.¹ O Auxílio Moradia/Residência corresponde à vaga nas Residências Universitárias e direito a três refeições no Restaurante Universitário para estudantes lotados no CCAAB /CETEC. ² Nos demais centros, por não haver RU, os residentes recebem uma ajuda de custo para suprir a necessidade de alimentação.

Além da disposição das modalidades acima mencionadas, a PROPAAE disponibiliza os seguintes auxílios:

- **Auxílio Saúde:** Em consonância com Plano Nacional de Assistência Estudantil (decreto 7234/2010), oferta-se auxílio pecuniário a saúde até o valor de até R\$ 200,00 (duzentos reais) para aquisição de medicamentos, aparelhos corretivos;
- **Auxílio à Participação em Eventos Científicos e culturais:** Oferta-se ainda auxílio à participação e organização de eventos científicos culturais internos e participação em eventos externos.

A PROPAAE ainda descreve a infraestrutura disponível para suas ações:

1. Restaurante Universitário - onde são oferecidas as três refeições diárias a 300 estudantes fixos e 40 eventuais, apenas no Campus de Cruz das Almas, o que requer uma atenção especial da gestão da Universidade.
2. Residências universitárias – oferecidas nos Centros: CCAAB, CETEC, CAHL, CCS e CFP, perfazendo um total de 08 residências, contemplando 237 estudantes.
3. Laboratório de informática: com 40 máquinas e atendimento médio mensal em inclusão digital a 536 estudantes.

Mecanismos de seleção e avaliação dos alunos em programas assistenciais

Os Técnicos do Serviço Social são responsáveis pela avaliação socioeconômica do estudante que participa do processo seletivo do PPQ, que tem como público alvo o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

O mecanismo de seleção para inserção do estudante no PPQ se dá por meio de abertura de edital e consta das seguintes etapas:

- **1ª Etapa:** inscrição *online*, com validação através da entrega da documentação exigida. A inscrição *online* gera recibo virtual e numeração para o candidato. A ficha é impressa pelo Núcleo de Apoio Integrado ao Estudante para conferência no ato da entrega da documentação.
- **2ª Etapa:** homologação das inscrições. Liberação de lista contendo os nomes dos candidatos que cumpriram os requisitos da inscrição. Só são recebidas as documentações dos estudantes que efetivam a inscrição *online*. Os candidatos que não realizam a inscrição *online* e/ou não entregam toda a documentação exigida no edital, são excluídos do processo seletivo. Os documentos são entregues, diretamente, à representação da PROPAAE nos respectivos Centros de Ensino, durante o período previsto no edital.
- **3ª Etapa:** análise documental e avaliação dos critérios socioeconômicos e institucionais. Realizada pela equipe técnica, mediante informações previamente fornecidas pelo candidato/a.
- **4ª Etapa:** entrevista social.
- **5ª Etapa:** divulgação do resultado final e oficialização dos auxílios através de edital de resultados.

O processo de avaliação do perfil dos inscritos teve como eixo central a integração do perfil socioeconômico definido pelo PNAES (Dec. 7234 de 19/07/10), dando prioridade a estudantes oriundos da rede pública da educação e renda familiar per capita de até 1 ½ salário mínimo. Além dos critérios da PNAES, foram definidos os seguintes critérios pela UFRB: a) O estudante não pode possuir uma graduação; b) Deverá ser prioritariamente, optante pelo sistema de reserva de vagas da UFRB (origem escolar e definição de pertencimento etnicorracial); c) Comprovar as condições socioeconômicas; e d) Não possuir vínculo empregatício nem outra atividade remunerada.

Descrição de programas de orientação profissional

Como já mencionado em relatórios anteriores, o projeto elaborado pelas técnicas de Psicologia da PROPAAE, como forma de compreender as razões das dúvidas e insatisfações de jovens, reavaliar a escolha profissional e o trajeto já percorrido, tem o objetivo de auxiliar os discentes em relação à carreira. O projeto visa oferecer, de maneira dinâmica, informações suficientes para que haja uma reflexão sobre a escolha profissional e as possibilidades de mudanças que venham a ser mais satisfatórias, além de auxiliar na elaboração / reelaboração de um projeto de vida profissional. O projeto recebe o título de Reorientação profissional, pelo fato dos estudantes já estarem inseridos no meio acadêmico, visto que ainda surgem dúvidas acerca da escolha profissional.

O programa apresenta como formato geral as seguintes etapas:

- 1ª Etapa: visa aumentar a reflexão do estudante sobre si mesmo (autoconhecimento).
- 2ª Etapa: visa promover o conhecimento das profissões existentes pelos materiais informativos.
- 3ª Etapa: visa integrar as informações obtidas nas etapas anteriores, com o objetivo de restringir as opções profissionais selecionadas e favorecer a tomada de decisão.

Apresenta como meta principal possibilitar o resgate de projetos do discente que, em um momento da sua vida, fez uma opção que julgava correta e atualmente sente-se insatisfeito, porque não tem vocação.

Descrição dos programas de atendimentos psicológico e pedagógico

O programa de atendimento psicológico da UFRB teve como objetivo diminuir o sofrimento psíquico decorrente das demandas urgentes e imediatas trazidas pelos estudantes ao serviço de Psicologia, proporcionando uma melhora na qualidade de vida, auxiliando na melhora do seu rendimento escolar e/ou nas suas relações interpessoais.

Para ser atendido, o discente precisava dirigir-se à PROPAAE e preencher requerimento solicitando atendimento psicológico. Após agendamento, era solicitado a preencher uma ficha de cadastro e agendava sua entrevista de triagem. Nessa entrevista, era feito o levantamento das questões que o levaram a procurar pelo atendimento e a psicóloga avaliava a necessidade de atendimento emergencial, de encaminhamento para os serviços de Psicologia e Psiquiatria das redes privadas ou públicas de saúde ou para as oficinas de grupos (treino de habilidades sociais), realizadas pelas mesmas profissionais.

O Grupo Treino de Habilidades Sociais teve como objetivo desenvolver habilidades sociais como forma de auxiliar, preventivamente e remediativamente, nos relacionamentos interpessoais dos discentes da UFRB e no seu desempenho acadêmico. Entre as etapas do grupo de desenvolvimento das habilidades sociais, podem ser mencionadas as seguintes:

- **1ª Etapa:** Os discentes, após serem encaminhados pelos profissionais de Psicologia, assinalaram dias e horários disponíveis para participação no grupo, na ficha de inscrição. Após o término do prazo para envio dessas fichas, ficaram definidos os horários do grupo: aqueles com maior número de estudantes disponíveis.
- **2ª Etapa:** Nesta etapa, foram realizadas as sessões grupais propriamente ditas, com aplicação do Inventário de Habilidades Sociais (no primeiro e último encontro grupal), realização das vivências e dinâmicas, além das solicitações de tarefas de casa e *feedback*.
- **3ª Etapa:** A última etapa, referiu-se à sessão individual para realização do *feedback*, onde as profissionais devolveram aos participantes os resultados positivos obtidos durante os encontros grupais.

Acompanhamento dos egressos

O estudo do fluxo de egressos tem sido atendido apenas através do Questionário de Informação de Egresso (QIE), disponibilizado no site da Pró-Reitoria de Graduação, no intuito de consolidar as informações em um banco de dados para ajudar nos estudos sobre os egressos.

O Portal do Egresso foi lançado pela PROGRAD no ano de 2013 como um canal de comunicação entre a UFRB e seus antigos discentes, de forma a estabelecer um vínculo contínuo para além da sala de aula.

Por meio dos relatos dos próprios egressos, busca-se mostrar o processo de aprendizagem contínuo, que não acaba com a graduação e/ou pós-graduação. Busca-se, assim, cultivar o convívio universitário e a troca permanente de informações entre egressos e a universidade.

O Portal do Egresso também conta com espaços para depoimentos de egressos de destaque, aprovados em programas de pós-graduação, em concursos para docência no ensino superior e outros, bem como para divulgação de cursos de pós-graduação e oportunidades de trabalho na UFRB. Infelizmente, o portal do egresso não foi alimentado no ano de 2015-2016.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) é o órgão auxiliar da Administração Superior responsável pelas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da extensão universitária.

Núcleo básico e comum

Concepção e Políticas de Extensão na UFRB conforme definição do PDI

A extensão universitária na UFRB está na prática cotidiana como um elo de permanente de interação com a sociedade, especialmente com as comunidades e segmentos populares do Recôncavo da Bahia. Essa postura requer o rompimento da compreensão tradicional da extensão como difusão de conhecimentos. Significa dizer que a produção do conhecimento pela prática da extensão, acontece a partir do encontro do saber acadêmico com os diversos outros conhecimentos possíveis.

Tal postura dialógica é resultante da participação e do confronto com a realidade, implicando a formação mais qualificada e engajada dos estudantes; a atualização e qualificação do professor, ampliando os conteúdos trabalhados em sala de aula; e, sobretudo, a transformação social, pois o conhecimento produzido imediatamente será apropriado por quem dele necessite.

Nessa perspectiva, para o estabelecimento da extensão na UFRB, várias ações articuladas e concomitantes são empreendidas. Normas e incentivos têm sido criados para desenvolver um ambiente de motivação, por exemplo, a obrigatoriedade da ação extensionista nos currículos dos cursos de graduação, a valorização das atividades de extensão na progressão dos professores, a criação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX e a aprovação da Resolução CONAC 008/2008.

Na relação com a sociedade e suas instituições têm-se procurado estabelecer as parcerias para a promoção do acesso de pessoas e segmentos populares às políticas públicas. Nesse particular, a política de extensão da UFRB tem contribuído para a geração de trabalho e renda; preservação ambiental e desenvolvimento sustentável; combate ao analfabetismo; promoção da segurança alimentar e nutricional; formação de gestores de cultura na Região do

Recôncavo; formação de gestores de cooperativas populares; formação de professores; popularização da ciência e outras iniciativas de igual importância social e acadêmica.

Esperamos mudanças nos rumos da política pública restritiva do MEC quanto aos gastos públicos, e assim aumentar as interações possíveis com a comunidade adstrita. Contudo, não se pode, em momento algum, deixar de estabelecer estratégias que visem ao alcance dos objetivos fundamentais:

- Reafirmar a extensão como indispensável na formação e qualificação da comunidade acadêmica, construída no confronto com a realidade social;
- Integrar as políticas de extensão às demais políticas de ensino superior; e
- Inserir a extensão no mesmo nível e articulada ao Ensino e à Pesquisa.

Na UFRB pretende-se que a extensão seja capaz de:

- Articular-se com o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;
- Propiciar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, pressupondo interação entre os conhecimentos técnicos, ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos;
- Auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades do local, regional e do país, nesta ordem;
- Promover a articulação da UFRB com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos;

São diretrizes para as ações extensionistas na UFRB:

- Ter caráter educativo, no sentido de promover autonomia e autoria das pessoas, em seus processo de vida e de aprendizagem;
- Ter como referência a produção, sistematização, crítica, atualização, proteção, integração, divulgação e difusão do conhecimento;
- Articulação entre a extensão, o ensino e a pesquisa;
- Ter abordagem multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar, pressupondo interação entre as diversas áreas do conhecimento;
- Ter enfoque na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades locais, regionais e nacionais, nesta ordem.

Práticas de Extensão na UFRB.

A extensão universitária na UFRB tem apresentado crescimento contínuo ao longo dos anos, com ampliação da participação de docentes e discentes em atividades extensionistas, com conseqüente ampliação do número de pessoas beneficiadas por diversas ações de extensão ofertadas em todos os Centros de Ensino.

Foram realizadas em 2015, 284 ações de extensão, resultando em um decréscimo de 5,33% quando comparado com 2014. Observou-se que em 2015 houve uma redução de 22,4% em relação a 2013 (Tabela 60). Já em 2016, foram realizadas 518 ações de extensão, observou-se um aumento significativo (mais de 80%) comparado a 2015.

Tabela 60. Ações de Extensão 2012- 2016.

Ano	Programas	Programas financiados	Projetos	Projetos financiados	Cursos	Eventos	Publicações	Prestação de serviços	Total
2012	06	03	73	59	23	115	03	06	288
2013	04	04	67	41	43	201	02	04	366
2014	12		91		37	156	02	02	300
2015	15		64		43	156	03	03	284
2016	18		109		98	284	06	03	518

Fonte: PROEXT, 2016.

Estes dados demonstram que com exceção dos Programas houve uma diminuição nas demais ações de extensão demonstrando baixa efetividade na proposta do PDI 2010-2014. As mudanças nos números de 2013 a 2015 se constituem de mudanças metodológicas, do contexto de políticas restritivas educacionais e dos órgãos de fomento. Já em 2016, todas as ações aumentaram significativamente, exceto a “prestação de serviços” que se manteve com o mesmo número referente a 2015. Na Proext esse tipo de avaliação ainda não tem um padrão estabelecido. A cada ano o núcleo de documentação levanta os dados nos formulários, enquanto responsável pelo registro das atividades. Ainda não se tem uma avaliação qualitativa para saber o que leva as mudanças na própria atividade dos projetos. Como não tem um sistema para precisar os dados, então a maneira de contagem é subjetiva. Então a gente ainda não tem o controle exato, para dizer que esses números exatos – pode oscilar por essas contagens subjetivas. Por exemplo, os dois últimos anos são funcionários diferentes no setor com diferentes formas de contagem dos registros de dados, portanto também de entendimentos quantitativos no preenchimento.

O relatório de gestão 2016 mostra que os funcionários do setor preenchem os formulários de projeto de acordo com a gestão do momento, formatos de leituras diferenciados em anos anteriores. As informações de preenchimento no formulário de registro não atendem as orientações do núcleo responsável. Por exemplo, um coordenador entende

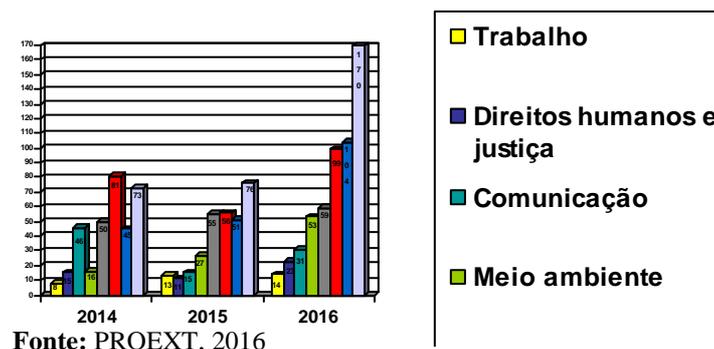
que número de participantes diz respeito à número da equipe executora enquanto outro acredita que seja o total de pessoas envolvidas na atividade. Isso traz oscilações no registro da atividade de um para o outro ano. Além disso, a cada etapa da atividade se faz um registro, o que favorece leituras em duplicidade. Nos últimos anos, o núcleo de registro tenta reduzir as duplicidades a partir de parâmetros .

Outra diferença, é a disposição dos recursos humanos na atividade. Em 2015 tivemos um ano diferente para a execução de atividades de extensão. No ano em referência, foram 4 meses de paralisação de docentes extensionistas. Já em 2014, foi a vez da greve dos estudantes que também participam de atividades extensionistas. Em 2016, houve paralisação dos técnicos por quase 02 (dois) meses, mesmo tempo também que os discentes pararam suas atividades por conta de suas reivindicações. Conta-se ainda a diminuição de recursos de 2014 a 2015 devido a queda na política restritiva educacional em 50% do valor orçado no ano. Só o destinado a Proext pelo MEC/SESU reduziu também em mais de 50% com impactos diretos no fomento à atividade de extensão. Em contrapartida, no ano de 2016, conforme tabela 60, supramencionada, houve aumento nos projetos, eventos, programas financeiros etc.

A baixa efetividade nas ações extensionistas planejadas indica a necessidade de diálogo permanente com os órgãos de fomento, os parceiros institucionais, os recursos humanos disponíveis e as pessoas ativas, agentes do seu próprio desenvolvimento, especialmente em segmentos populares do Recôncavo da Bahia.

A distribuição das ações de extensão por área temática em 2015 revelou que a maior parte das ações foi desenvolvida nas áreas de Educação seguida da área de Saúde, Cultura e Arte e Tecnologia e Produção. Em 2016 com a fomentação das ações de extensão nas demais áreas, houve um aumento considerável nas ações de extensão nas áreas de saúde e educação. As temáticas dos projetos de extensão podem ser visualizadas abaixo (Figura 13).

Figura 13. Ações de Extensão/ Área temática



No que diz respeito ao envolvimento da comunidade acadêmica em ações de extensão, o número de docentes aumentou significativamente comparado à 2015; o número de discentes, houve aumento nos envolvidos no CETEC, CCS, CECULT e diminuiu os envolvidos no CCAAB, CAHL, CFP e CETENS. Já com os Técnicos, houve diminuição de envolvidos no CCAAB, CAHL, e CETENS, e aumentou os envolvidos no CFP, CECULT e se mantiveram iguais no CETEC e CCS. Já com o público em geral houve diminuição com os envolvidos no CCAAB e CETENS, já no CETEC, CAHL, CFP, CECULT, CCS, OUTROS houve aumento entre os envolvidos (Tabela 61).

Tabela 61. Envolvimento da comunidade acadêmica em ações de extensão em 2013 a 2016.

	CCAAB	CETEC	CAHL	CCS	CFP	CECULT	CETENS	OUTROS	TOTAL
2013									
DOCENTES	101	23	75	92	82	-	-	124	497
DISCENTES	346	103	1.505	409	904	-	-	1.122	4.389
TÉCNICOS	23	0	32	4	12	-	-	113	184
PÚBLICO	22.360	3.609	44.133	16.347	12.343	-	-	6.230	105.022
2014									
DOCENTES	102	38	75	60	55	17	9	-	356
DISCENTES	388	28	972	153	634	48	5	-	2228
TÉCNICOS	24	0	36	12	18	2	1	-	93
PÚBLICO	15373	7170	21942	4577	7017	7415	650	-	64144
2015									
DOCENTES	64	22	46	37	34	10	6	5	224
DISCENTES	406	52	816	105	223	17	77	11	1.707
TÉCNICOS	62	2	15	23	1	3	11	9	126
PÚBLICO	27.281	5.084	12.073	4.309	4.580	1.177	9.369	8.584	72.457
2016									
DOCENTES	97	62	64	62	40	42	28	18	413
DISCENTES	323	72	335	302	137	62	35	13	1279
TÉCNICOS	31	2	12	23	7	7	6	24	112

PÚBLICO	15806	7218	22562	10734	6792	9193	6260	52335	78565
---------	-------	------	-------	-------	------	------	------	-------	--------------

Fonte: PROEXT/UFRB, 2016.

É importante observarmos as ações que tem participação de discentes em sua organização e ações que consideram a participação dos discentes como membros do público - alvo da ação extensionista. Essa demanda será encaminhada pela CPA à PROEXT. Observemos também que em 2015 todos os Centros tiveram uma diminuição da participação dos docentes nas ações extensionistas considerando os anos anteriores. Já em 2016 o número de docentes participantes voltou a elevar-se.

Tabela 62. Dados comparativos do envolvimento da comunidade acadêmica entre os anos de 2014 a 2016.

	DOCENTES	DISCENTES	TÉCNICOS	PÚBLICO
2014-2015	Redução de 37%	Redução de 23,38%	Aumento de 35,4%	Aumento de 12,9%
2015-2016	Aumento de 84,3%	Redução de 25%	Redução de 11,1%	Aumento de 8,4%
2014-2016	Aumento de 16%	Redução de 42,5%	Aumento de 20,4%	Aumento de 22,4%
Média/ano	331	1738	110	71722

Fonte: PROEXT/UFRB, 2016

É possível constatar que todos os centros desenvolvem ações extensionistas, com destaque para o CCAAB o que sugere que a proximidade com o centro de decisões, como também um grupo integrado de extensionistas docentes e técnicos administrativos. O mesmo docente, discente ou técnico pode participar em várias ações no mesmo ano, pelo que não é possível deduzir a proporção de cada categoria efetivamente envolvida em ações extensionistas.

Destaca-se a participação de docentes (28,57%), Técnicos Administrativos (49,2%) e Público (37,65%) do CCAAB e discentes (47,08%) do CAHL. A Extensão Universitária na UFRB obteve avanços significativos do ano de 2014 para 2015 apresentando um aumento de 35,48% e 12,95% nas categorias técnicos administrativos e públicos, respectivamente, com redução nas categorias docentes (37,1%) e discentes (23,38%) (Tabela 63).

Tabela 63. Envolvidos com as Ações de Extensão – 2014, 2015 e 2016

Categoria	2014	2015	2016	Variações Percentuais		
				2014/2015	2015/2016	2014/2016
Docentes	356	224	413	↓ 37,0	↑ 84,3	↑ 16,0
Discentes	2228	1.707	1279	↓ 23,3	↓ 25,0	↓ 42,5
Técnicos	93	126	112	↑ 35,4	↓ 11,1	↑ 20,4
Público	64144	72.457	130900	↑ 12,9	↑ 80,6	↑ 104,1

Fonte: PROEXT. **OBS:** ↑- Aumento; ↓- Diminuição

A tabela acima assinala que mesmo com as alterações nas participações das três categorias nos últimos 3 anos, o aumento de público atingido pelas ações extensionistas aumentou. Isso provoca uma visibilidade das ações da UFRB na região, respondendo às demandas e discussões que o território coloca à universidade.

Núcleo de temas optativos

Mecanismos de articulação entre extensão, pesquisa e o ensino

Como mecanismos de articulação entre extensão, pesquisa e ensino são realizados:

- ✓ diálogos com a PROGRAD e a PROPAAE sobre formas de flexibilização curricular, buscando instituir atividades de extensão como crédito curricular;

- ✓ incentivo à formação de núcleos e grupos de estudos que tenham a indissociabilidade como princípio fundador - adoção deste princípio como critério de avaliação das propostas de projetos e programas que concorrem ao PIBEX e ao PROEX.
- ✓ promoção de eventos e espaços para troca de experiências que revelem as iniciativas dos docentes nos centros, como os seminários de extensão e de apresentação e avaliação do PIBEX;
- ✓ elaboração de critérios para implementação dos programas de vivência extensionista.

Fomento à Extensão na UFRB

O **PIBEX** é um programa que destina bolsa de extensão, como auxílio financeiro, ao aluno de graduação vinculado a um programa ou projeto de extensão, orientado e acompanhado por um professor da carreira do magistério da UFRB, no efetivo exercício de suas funções. O PIBEX incentiva projetos que objetivem a produção, disponibilização, sistematização e divulgação de conhecimentos científicos e/ou tecnológicos que tenham como princípio norteador a inclusão social.

O PIBEX apresenta como critérios de seleção das propostas:

- O orientador deve apresentar um programa ou projeto de extensão que faça parte das áreas temáticas de extensão da UFRB e que deve refletir relevância acadêmica e social;
- O plano de trabalho do estudante deve estar inserido no programa ou projeto do orientador de tal forma que o bolsista tem a oportunidade de participar de um processo de extensão;
- No caso de solicitação de duas bolsas pelo mesmo orientador, deve ser apresentado um plano de trabalho específico para cada bolsista;
- O plano de trabalho deverá ainda ser dimensionado de acordo com o item 4 do Edital, com vistas a gerar resultados a serem apresentados pelo bolsista na forma de relatórios parcial e final.

As propostas direcionadas para o PIBEX deverão estar em conformidade com a Resolução no 008/2008 do Conselho Acadêmico - CONAC e atender às seguintes diretrizes:

- Cumprimento ao preceito da indissociabilidade extensão, ensino e pesquisa, caracterizada pela integração da ação desenvolvida à formação técnica e cidadã do estudante e pela produção e difusão de novos conhecimentos e novas metodologias, de modo a configurar a natureza extensionista da proposta;
- Interdisciplinaridade caracterizada pela interação dos diferentes saberes (acadêmicos e populares) e ações inter profissionais e interinstitucionais;
- Impacto na formação do estudante técnico-científica, pessoal e social; existência de projeto didático-pedagógico que facilite a flexibilização e a integralização curricular, com atribuição de créditos acadêmicos, sob orientação docente;
- Geração de produtos ou processos publicáveis e/ou comunicáveis em revistas e eventos de extensão e técnico-científicos (internos ou externos).
- Impacto social, pela ação transformadora sobre os problemas sociais, contribuição à inclusão de grupos sociais, ao desenvolvimento de meios e processos de produção, inovação e troca de conhecimento e à ampliação de oportunidades educacionais, facilitando o acesso ao processo de formação e de qualificação;
- Relação bilateral com os outros setores da sociedade, pela interação do conhecimento e experiência acumulados na academia com o saber popular e pela articulação com organizações de outros setores da sociedade, com vista ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais;
- Contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas públicas prioritárias ao desenvolvimento regional.

O **Programa Integrado de Ação Afirmativa (PINAF)** é administrado pelo Comitê PINAF, constituído por representantes da PPGCI, PROGRAD, PROEXT e PROPAAE. O PINAF destina bolsas do Programa de Permanência Qualificada (PPQ) da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), como auxílio financeiro, ao aluno de graduação vinculado a um projeto ou programa Institucional, que valorize a articulação entre a Pesquisa, o Ensino, a Extensão e o Desenvolvimento Institucional, com ênfase nas Políticas Afirmativas, orientado e acompanhado por um professor da carreira do magistério da UFRB, no efetivo exercício de suas funções.

Como no PIBEX, o objetivo do programa é viabilizar e estimular a interação de alunos da universidade com outros setores da sociedade, através de atividades que contribuam para a sua formação acadêmica, profissional e para o exercício da cidadania visando atender aos objetivos das ações afirmativas que incluem promover a reparação histórica de desigualdades e combater discriminações étnicas, raciais, religiosas e de gênero, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural.

O **PROEXT/MEC-SESu** é um instrumento do Ministério da Educação, em parceria com 11 ministérios e outras 4 instituições do governo federal, que abrange apoio a programas e projetos de extensão universitária apresentados por docentes, com ênfase na inclusão social nas suas mais diversas dimensões, que visa o fortalecimento da extensão nas Instituições Federais, Estaduais e Municipais de Ensino.

Por meio de edital anual, o PROEXT– MEC/SESu recebe propostas de Universidades Públicas Federais, Estaduais, Municipais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) que visam ao desenvolvimento de programas e projetos no âmbito da extensão universitária.

São programas e projetos nas áreas de preservação do patrimônio, pesca artesanal e aquicultura familiar, promoção da saúde, desenvolvimento agrário e geração de trabalho e renda, com ênfase na inclusão social, tendo em vista a institucionalização da extensão, a atuação profissional pautada na cidadania e na função social do ensino superior, o contato dos estudantes com realidades concretas, troca de saberes acadêmicos e populares, a contribuição para a implementação de políticas públicas e o estímulo ao desenvolvimento social.

O **Programa de Línguas: Outras Falas, Sons e Escritas**, tem o objetivo de oportunizar a aprendizagem de línguas estrangeiras e desenvolver políticas de assistência estudantil para aprimoramento de um novo idioma. É também um reforço para quem busca ingressar nos níveis de pós-graduação, como mestrado e doutorado, e realizar intercâmbios internacionais.

São oferecidos cursos gratuitos de inglês e espanhol para os níveis básico e intermediário, e curso de produção de texto em inglês e espanhol. Essa iniciativa avança na possibilidade de constituir o interesse do discente em continuar os estudos. Sabe-se, conforme dados anteriores do Ensino na Graduação, a dificuldade de que os discentes atinjam a pontuação do TOEFL para conquistar acesso ao Programa Ciências Sem Fronteiras.

A ação é uma iniciativa da UFRB através da parceria entre a PROEXT, PROPAAE e Superintendência de Assuntos Internacionais, com apoio da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR).

O **Programa de Formação e Qualificação em Cinema e Educação**, realizado pela Proext UFRB, como prêmio de Edital do Fundo de Cultural (Secult-BA), objetiva apresentar o cinema como uma forma crítica, sensível e contextualizada de produção de conhecimento em espaços escolares e em comunidades rurais e tradicionais, compreendendo o cinema e o audiovisual como mediadores dos processos de aprendizagem. Este é um projeto de formação voltado principalmente para professores das redes municipais e estaduais da educação básica, nas cidades onde a UFRB tem centros universitários.

O programa conta com seminário, aberto aos interessados em geral, além de curso e oficinas, esses últimos especificamente para professores escolhidos pelas Direcs e Secretarias de Educação dos municípios envolvidos. O projeto envolve ainda produção e distribuição de kits (guia do professor, guia de criação de cineclubes, vídeos educativos e equipamentos), que servirão de infraestrutura para a continuidade de trabalhos em cinema e educação nas escolas e cineclubes. Ainda nesse sentido, os professores que participarem da formação são compreendidos como multiplicadores, com a missão de passar os conhecimentos adquiridos para demais professores e estudantes.

O **Programa de Formação e Qualificação em Música e Educação** será realizado pela Proext/UFRB, nos municípios de Santo Amaro, Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus.

O objetivo é apresentar a história das culturas Afro-Brasileiras e da música do Recôncavo através de seminários, curso, oficinas e palestras musicais com os artistas Mateus Aleluia e Roberto Mendes.

O programa irá inserir a música e a tradição oral nos processos de aprendizagem, atendendo aos princípios da lei nº. 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que determina a inclusão do ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas em todo o currículo da Educação Básica. Música e Educação é voltado para professores e estudantes da educação básica e superior do Recôncavo e Vale do Jequiriçá.

O **Fundo de Apoio a Extensão Universitária** é regulamentado pela resolução CONAC 008/2012, tem por objetivos: promover integração entre a Universidade e a comunidade através de ações deliberadas que viabilizem a produção de conhecimento que visem à transformação social, realizadas por docentes e técnico-administrativos da UFRB; prover recursos para manutenção das ações de apoio à Extensão na UFRB; gerir os recursos

arrecadados através do recolhimento de taxas de inscrição e investimento por parte do público alvo; gerir os recursos arrecadados com a realização de prestação de serviços e subsidiar projetos de Extensão de cada Unidade Universitária.

O **Programa Sênior de Extensão (PSE)**, conforme resolução N° 11/2014 (Conac/UFRB), possibilita que os servidores técnicos e docentes aposentados da UFRB coordenem projetos/programas de Extensão Universitária.

PSE da UFRB é pioneiro no Brasil ao regulamentar a prática da extensão para os técnico-administrativos aposentados. Os programas, até agora existentes, só admitem professores aposentados como coordenadores de ações de extensão.

De acordo com a Resolução N° 11/2014 (Conac/UFRB), professores e técnicos que tenham se aposentado por tempo de serviço ou implemento de idade na UFRB poderão ser coordenadores de projetos e programas de extensão. Um dos requisitos para isso é a comprovação de que participaram de projeto ou programa de extensão da UFRB quando ativos. A Pró-Reitora de Extensão e proponente da resolução, Ana Rita Santiago, considera que a medida “fortalecerá a Extensão Universitária; favorecerá que os servidores continuem com as ações de extensão e criem outras”.

Terminado o período de permanência no PSE , definido pelo Termo de Colaboração, o servidor aposentado fará jus ao certificado de participação emitido pela Proext.

Mecanismos para as ações de Programas financiados

Eventos, cursos, projetos, programas e outras ações são avaliados de acordo com os princípios e diretrizes da Extensão na UFRB, com os fundamentos das metodologias participativas, a dialogicidade entre universidade e sociedade, assim como atender a promoção da cidadania e a inclusão social.

Mecanismos de transferência de conhecimento, importância social das ações universitária e impacto das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional

A PROEXT desenvolve ações de implantação e difusão de políticas públicas, como:

- formação de gestores culturais no Território do Recôncavo – resultando em aprovação de projetos culturais importantes, como: pontos de cultura; biblioteca comunitária;

- visibilidade da cultura popular da raiz, como a Caminhada Cultural do Recôncavo;
- a formação de alfabetizadores; tradutores e intérprete de LIBRAS etc. Estas ações tem contribuído para a redução do analfabetismo no Território do Recôncavo;
- cursos e oficinas de popularização da ciência e de preservação do patrimônio histórico, junto à educação básica;
- cinema na zona rural, favorecendo formação estética e crítica, ampliação da visão de mundo dos povos do campo;
- aproximação de educadores das escolas públicas com as comunidades étnico-culturais, como os ciganos, os terreiros de candomblé, as marisqueiras de Saubara e Cachoeira etc;
- a formação de agricultores familiares no conhecimento científico sobre as ervas, com produção e distribuição do produto no mercado consumidor;
- grupo de estudos sobre Paulo Freire na perspectiva de adoção dos princípios e metodologias dialógicas, de base Freireana.

Apesar do amplo espectro de ações, a PROEXT ainda não desenvolveu mecanismos para avaliação de impactos regionais e acadêmicos decorrentes de suas ações.

Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Dentre as ações da PROEXT destacam-se:

- Projeto RONDON – Projeto de integração social, coordenado pelo Ministério da Defesa, que envolve a participação voluntária de estudantes universitários na busca de soluções que contribuam para o desenvolvimento sustentável de comunidades carentes e ampliem o bem-estar da população;
- Programa Universidade Aberta a Terceira Idade (UATI) - Com uma ação aberta e gratuita o programa ainda será implementado. Atua em quatro grandes áreas: Educação, linguagens e tecnologias; Corpo, saúde e qualidade de vida; Cultura e artes; Política e cidadania, e tem como público almejado pessoas com mais de 60 anos.

Atividades institucionais em interação com o meio social

Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia (MAESB)

O Memorial reúne o acervo histórico da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia desde sua origem, com a Escola Agrícola da Bahia (em São Francisco do Conde), em toda sua variedade: documentação textual, iconográfica e museológica. No seu acervo encontram-se livros, dissertações e teses, periódicos, instrumentos científicos, máquinas e mobiliário. Tem como missão atuar para a preservação da memória do ensino superior agrícola e das ciências e tecnologias agrárias, na Bahia e no Brasil, em concordância com a vocação potencial do seu acervo. Os objetivos do Memorial são: disponibilizar o acervo do memorial à visitação pública para educação de jovens e adultos; desenvolver pesquisas com tema conexos ao acervo museológico, bibliográfico e arquivístico do Memorial, bem como nas áreas de conhecimento dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Projeto Canto Coral

O Coral da UFRB formado por professores, técnicos, discentes e pela comunidade externa tem a função de representar a universidade em diversos eventos comemorativos e científicos, junto à comunidade acadêmica e regional. Além da divulgação da UFRB através de uma linguagem artística, com enfoque erudito e popular, o Coral promove formação estética, crítica e desperta sensibilidades artística, além de oportunizar a interação da universidade com a sociedade, abrindo-se à participação desta.

Atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, Corais, Centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos etc.

Em permanente interação com a comunidade, a Extensão da UFRB estabelece relações de parceria com os seguintes setores:

- Setores públicos: Elaboração de materiais didáticos para as escolas do campo/SECAD-MEC etc.), além de projetos e ações desenvolvidas em parceria com as prefeituras municipais da região;

- A PROEXT atua também no apoio à criação da Incubadora de Empreendimentos Solidários e Sociais – INCUBA, em parceria com o MDS.
- Setor produtivo:relações com cooperativas e produtores rurais, da agricultura familiar.
- Mercado de trabalho - Os estágios de vivência, os projetos e programas do PIBEX, PROEXT, assim como toda a prática extensionista, visam oportunizar experiências que qualifiquem os alunos para futuras possibilidades de trabalho;
- Não há relações estabelecidas com grandes setores produtivos.

CONSIDERAÇÕES

Face ao exposto, algumas recomendações são pertinentes para a busca da melhoria da graduação, da pós-graduação e da extensão na UFRB:

- Observamos uma ausência de treinamentos de comunicação institucional que se constituirá em formas heurísticas de funcionamento de interações entre os servidores públicos federais. Supomos que o treinamento auxilie no aumento de produtividade acadêmica constituído de vários processos repetitivos entre núcleos, duplicidade de registros de componente curricular no Surrac.
- Comissão avança vagarosamente nos processos de autoavaliação com relatórios mais analíticos. Muito do tempo de elaboração dos Relatórios é dedicado a consolidar informações que, *a priori*, já deveriam vir consolidadas dos setores responsáveis. Parece haver uma falta de cuidado no fornecimento das informações por parte de alguns setores, fato que tem prejudicado a auto-avaliação.

A seguir são apresentadas algumas considerações e recomendações por cada área avaliada.

Ensino na Graduação

- adequação da oferta às necessidades para quilombolas e indígenas com estudos sobre evasão, retenção na UFRB;
- Aprimoramento e modernização do Sistema de matrículas na graduação – mesmo com a implementação da matrícula via Sistema on line, ainda há bastantes problemas;

- Realizar esforço para reduzir o número de vagas ociosas na graduação e na pós-graduação com responsividade com a diversidade em sua principal política de acesso, a política afirmativa;
- Implementar o Sistema de Avaliação de Egressos;
- Ampliar e diversificar a oferta de cursos noturnos nas diversas áreas, levando em conta as questões sociais inerentes a um país com maioria de trabalhadores sem uma política de qualificação profissional, em especial nas iniciativas privadas.

Pós-Graduação, Pesquisa e Produção Intelectual.

- Um estudo que redistribua os pesquisadores, discentes e técnicos administrativos com interesse em grupos de pesquisa de acordo com o interesse tecnológico, melhoria das notas dos programas de pós-graduação;
- Realizar ações estratégicas que diminuam o número de vagas ociosas na pós-graduação e na graduação;
- Construção de uma política de fortalecimento das revistas científicas da universidade, com renovação dos avaliadores, gestão e estrutura física de apoio.

Números??

Extensão Universitária

Interesse em criação de políticas que melhor identifique o público de ações extensionistas;
Fortalecer indicadores de avaliação dos impactos da extensão para o desenvolvimento socioeconômico, científico e tecnológico nas comunidades adstritas;

Realizar esforço conjunto com a PROGRAD para introduzir a Extensão Universitária nos currículos dos cursos de graduação da UFRB, em conformidade ao que prevê o PDI e PPI.

A Comunicação com a Sociedade

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) é responsável pela divulgação das informações da Universidade para comunidade acadêmica, assim como para os meios de comunicação de abrangência local e nacional, dentre os quais estão inclusos jornais, revistas, rádios, emissoras de televisão e mídia especializada da internet, além do atendimento à imprensa em geral (ASCOM, 2016).

Os principais parceiros da ASCOM são os técnicos administrativos, docentes, discentes, estagiários, funcionários terceirizados, jornalistas, radialistas, assessores de imprensa, veículos de comunicação, instituições de ensino superior, fornecedores e sociedade civil. As atividades desenvolvidas pela Assessoria de Comunicação da UFRB abrangem o gerenciamento do Portal UFRB, o desenvolvimento de sites e treinamento dos solicitantes, administração do conteúdo de sites, monitoramento e campanha nas redes sociais, produção de clipping, relacionamento com a imprensa, produção de vídeos, áudios e fotos, cobertura e organização de eventos, organização de visitas sociais, administração da lista informativa da UFRB, atendimento à demanda de informação, gerenciamento do mural de informativos, produção do informativo UFRB e criação e gerenciamento de impressão de material gráfico (ASCOM, 2016).

Quanto ao atendimento à demanda por informação, a assessoria responde dúvidas encaminhadas pelo Fale Conosco ou redes sociais (Facebook e Twitter) direcionadas à Universidade, conforme a tabela de demandas por informações em 2016 (Tabela 64).

Tabela 64. Demandas por Informação em 2016.

Tipo	Quantidade
Demandas pelo Fale Conosco	186
Demandas pelo Facebook	254
Demandas pelo Twitter	05
Demandas pelo Instagram	04

Fonte: ASCOM, 2016.

Quanto ao monitoramento e campanhas realizadas nas redes sociais, a ASCOM utiliza, de forma complementar, as redes sociais Twitter, Facebook e Instagram, replicando os conteúdos informativos gerados no Portal UFRB ou criando campanhas especificamente para estas mídias (Tabela 65). Em 2016 foram renovados os templates para cada rede social de forma a adaptar o conteúdo à forma de comunicação das mídias sociais (ASCOM, 2016).

Tabela 65. Monitoramento e campanhas nas redes sociais em 2016.

Tipo	Quantidade
Número de “Curtir” do Facebook	16.695
Número de Seguidores no Twitter	5.422
Número de Seguidores no Instagram	5.663

Fonte: ASCOM, 2016.

No que se refere às dificuldades encontradas pela equipe da ASCOM no desempenho de suas atividades, estão: Carência de pessoal nos núcleos que integram a assessoria de comunicação; Espaço físico insuficiente para atender a demanda cada vez mais crescente da unidade, sendo essa limitação um problema recorrente apontado nos relatórios de gestão da ASCOM referentes aos anos de 2013 à 2016; Reduzida colaboração das demais Unidades da Universidade quanto ao repasse das informações de forma clara, coerente e célere, além da inexistência de recursos específicos para atendimento das atividades da unidade, como à compra de insumos (softwares e equipamentos especializados) e serviços (clipping de rádio e TV, monitoramento de mídias sociais, desenvolvimento de campanhas publicitárias, organização de eventos, assim como assinaturas de jornais e revistas especializados) (ASCOM, 2016).

Este segmento do relatório apresenta algumas alterações em sua estrutura e conteúdo informativo, em comparação com o relatório anterior, tendo em vista a necessidade de revisão apontada pela Assessoria de Comunicação (ASCOM).

Serviços produzidos pela assessoria de comunicação e tipos de veículos de disseminação da informação

A comunicação com a imprensa, objetivando a divulgação de notícias de interesse da UFRB, com relevância para a comunidade externa para os anos de 2015 e 2016, está demonstrada na tabela abaixo (Tabela 66).

Tabela 66. Relações com a imprensa entre os anos de 2015 e 2016.

Tipo	Solicitações (2015)	Atendidas (2015)	Solicitações (2016)	Atendidas (2016)
Atendimentos Realizados	60	56	43	40
Releases Enviados	-	98	-	61

Fonte: ASCOM, 2015/2016.

O Portal UFRB é o principal veículo de disseminação da informação da Universidade, englobando informações acerca das atividades desenvolvidas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, no que concerne à divulgação de notícias relacionadas a eventos, pesquisas, cursos, congressos, serviços, atividades de extensão, assim como informações referentes à gestão

universitária (ASCOM, 2016). No comparativo anual do número de visitas, o portal da UFRB aumentou 31,53% visitas/ano em relação a 2015, refletindo que esse canal de comunicação tem se mostrado efetivo e de grande importância para à comunidade acadêmica (Tabela 67).

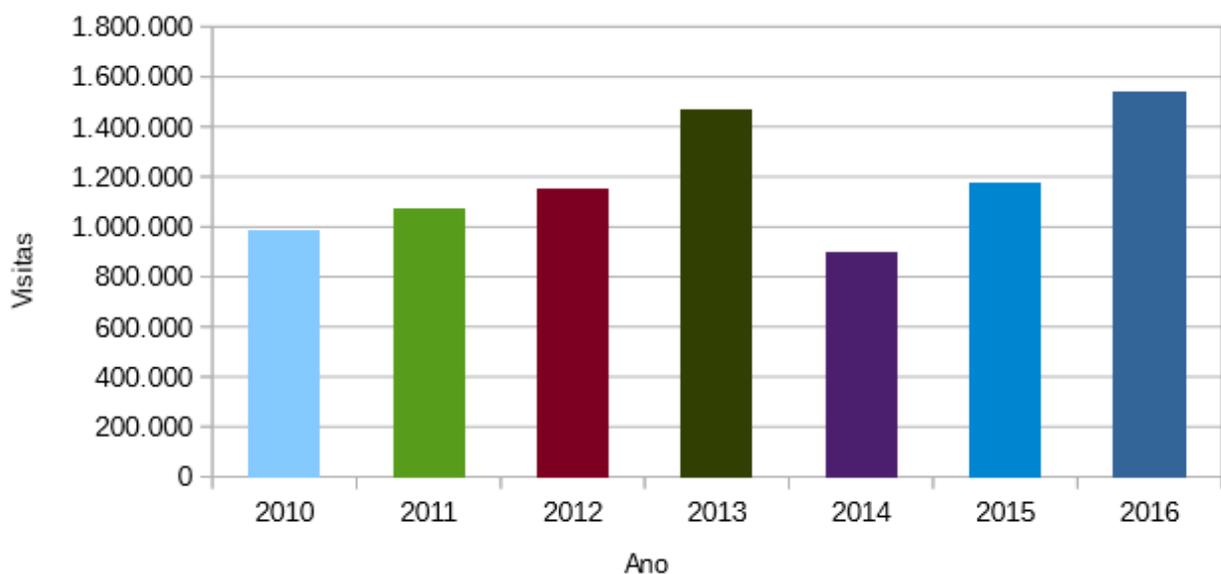
Tabela 67. Estatísticas do Portal UFRB (ufrb.edu.br/portal) em 2016.

Tipo	Quantidade (2016)
Visitas	1.543.811
Número absoluto de visitantes únicos	366.585
Visualizações de página	3.413.315
Páginas/visita	2,21
Tempo médio no site	00:02:48
Novas Visitas	347.779

Fonte: ASCOM, 2016.

Em relação aos acessos, podemos verificar na Figura 14 a evolução de acessos do Portal da Universidade entre 2010 e 2016. Destaca-se que o número de visitas aumentou no decorrer dos anos. A diminuição do acesso nos anos de 2014 e 2015 pode ser justificada pela greve dos estudantes no ano de 2014, bem como a greve dos docentes e técnicos administrativos em 2015. Nessa direção, observa-se que boa parte das visitas ao site refere-se ao Portal UFRB mediar às relações entre os docentes, técnicos administrativos e estudantes com a administração central e dos *campi*.

Figura 14. Evolução das visitas ao Portal da UFRB.



Fonte: ASCOM, 2016.

A avaliação do impacto e alcance da imagem da UFRB ocorre a partir da produção de clippings de notícias publicadas sobre a Universidade e assuntos relacionados (Tabela 68), sendo o processo de varredura de todos os termos associados ao nome da UFRB na mídia realizada de forma sistemática e manual. As aparições na mídia impressa referem-se aos veículos de comunicação assinados pela Universidade, os jornais A Tarde e Correio. Entretanto, o prazo de vigência do contrato das assinaturas desses importantes meios de comunicação do estado da Bahia findou-se em novembro de 2016, e até o presente momento não foram renovadas. No que se refere às aparições em rádio e TV, estas não são monitoradas com frequência, sendo computadas apenas quando disponibilizadas online. O serviço de clipping é realizado diariamente e disponibilizado online, para acesso a qualquer tempo por meio do sítio da ASCOM: www.ufrb.edu.br/ascom/clipping (ASCOM, 2016).

Tabela 68. Clipping em 2016.

Tipo	Quantidade	Positivo	Neutro	Negativo
Clipping	477	29	339	58

Fonte: ASCOM, 2016.

Outras atividades desenvolvidas pela ASCOM em 2016 foram a atualização do mailing de imprensa e do guia de Fontes com o intuito de promover a integração da ASCOM com as demais agências de notícias e veículos de comunicação, como jornais, revistas, redes sociais, dentre outros (ASCOM, 2016).

Caracterização dos Mecanismos de Comunicação Internos da UFRB

A rede de computadores da UFRB é caracterizada por um parque computacional de aproximadamente 4.000 computadores/notebooks, 200 *Switch*, 110 *Access Points* e 45 servidores de rede, distribuídos entre os seis campi, interligados por redes virtuais privadas - VPN, implementadas sobre links de internet, que somados chegam a total de 1.4 Gb/s (PROPLAN/COTEC, 2016).

Os principais sistemas utilizados pela comunidade acadêmica são:

1. Sagres: Sistema acadêmico através do qual é gerenciada a vida acadêmica do discente, realizando matrícula e auxiliando os docentes no planejamento das aulas.

2. Pergamum: Sistema de gerenciamento de bibliotecas (gerencia o acervo bibliotecário da Instituição).
3. Helpdesk: Sistema de ocorrências, por meio do qual o servidor abre e registra chamado acerca de problemas de tecnologia da informação.
4. Reserva de sala de aula: Sistema desenvolvido internamente que oferece a possibilidade de se efetuar reserva de salas de aula.
5. Zimbra: correio eletrônico institucional que permite a troca de mensagens com a comunidade acadêmica e externa. Além do recebimento e envio de mensagens, possui funcionalidades como lista de discussão, bate-papo e agenda.
6. Sipac - Módulo de almoxarifado: Utilizado para gerenciar o almoxarifado central e os almoxarifados setoriais da UFRB.
7. Sipac – Módulo de protocolo: Responsável por gerenciar e tramitar os processos da UFRB.
8. Sipac – Módulo de contratos: Responsável por gerenciar os contratos da instituição.
9. Repositório digital É utilizado para gestão e disseminação da produção científica e acadêmica da UFRB.
10. Sipac – Módulo de Transportes: Utilizado para gerenciamento da frota de veículos
11. Sipac – Módulo de Orçamento: Utilizado para gerenciamento do orçamento Institucional.
12. Sipac – Requisições: Utilizado para gestão das requisições de diárias, hospedagem, Passagens, contratação pessoa física, entre outras atividades administrativas.
13. Sipac – Módulo de Bolsas: Utilizado para acompanhamento das bolsas oferecidas pela UFRB.
14. Sigrh – Módulo de férias: Responsável por gerenciar as férias dos servidores da UFRB.
15. Sigrh - Módulo Integração SIAPE: Responsável pela importação de informações do sistema de recursos humanos do governo - SIAPENET.
16. Sigrh – Frequência: Responsável pela gestão de frequência e ponto eletrônico na UFRB.
17. SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos da UFRB.
18. SAPX - Sistema responsável por gerenciar a seleção dos projetos da PRPPG.
19. Observium – Sistema de monitoramento de ativos de rede.

Os sistemas acima mencionados passaram a ser monitorados com objetivo de alimentar a construção dos indicadores de disponibilidade e desempenho. Os dados levantados pelo monitoramento servirão de instrumento para a avaliação interna (PROPLAN/COTEC, 2016).

Publicização das metas físicas e execução financeira das Pró-Reitorias e Centros de Ensino da UFRB

As informações publicadas através dos Sistemas Institucionais, bem como do Serviço de Informação ao Cidadão são de responsabilidade dos Gestores das Unidades, sendo que a Assessoria de Comunicação presta o apoio para divulgação nos meios de comunicação (PROPLAN/COTEC, 2016).

A solicitação de ofícios com informações referentes à execução financeira e realização das metas físicas das respectivas ações das Pró-Reitorias e aos Centros de Ensino, ao final de cada mês, objetiva identificar as mais importantes realizações e impactos de atuação da gestão, com destaques para os principais resultados alcançados, mencionando a meta física realizada no período a partir dos programas e dos recursos materiais, humanos e financeiros utilizados para a execução das ações. Após o recebimento destes relatórios os mesmos são devidamente analisados e registrados no sistema do SIMEC (Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério de Educação).

A publicização dos resultados do processo de gestão das Pró-Reitorias e aos Centros de Ensino é feita através do site da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia <www.ufrb.edu.br>, como também é pormenorizado através do relatório de gestão da instituição publicado anualmente, também disponível no referido site.

RESULTADOS COMUNIDADE EXTERNA E UFRB

O contato com a comunidade externa e a UFRB é intenso e vemos isso através dos dados de ensino, pesquisa e extensão. Um esforço tem sido feito para que esta comunidade possa assumir seu papel de co-gestora das ações da universidade a partir de suas contribuições ao processo de auto-avaliação institucional. Essa coleta de dados é viabilizada a partir da participação voluntária de membros de grupo de pesquisa, extensão e do PET aplicando o questionário e, nesse ano, colocamos também à disposição da comunidade o

mesmo instrumento *via on line*. Tivemos mais participações no contado direto dos discentes com os membros da comunidade externa, mas, o questionário *on line* permanecerá como porta de acesso. Os dados quantitativos são apresentados em termos de porcentagem válida, média e desvio-padrão.

A interpretação dos dados quantitativos deve levar em conta a seguinte orientação: Quanto maior o escore (média), maior a satisfação no atributo avaliado, conforme a seguinte escala:

1	2	3	4	5	NA
Totalmente insatisfeito	Insatisfeito	Indiferente - nem insatisfeito, nem satisfeito	Satisfeito	Totalmente Satisfeito	Não se aplica/não posso avaliar

Os resultados apresentados nesta seção não exigem maiores comentários por parte da CPA. Apenas deve-se reafirmar que foi a primeira tentativa de avaliação formal envolvendo as diversas comunidades influenciadas pela presença da IES, sob responsabilidade da Comissão, e que definirá a estratégia a ser utilizada para uma avaliação mais profunda no futuro.

Apresentando dados, perfis e análises

Quantidade: 570 entrevistados.

Sexo: 322 (56,49%) do sexo feminino, 246 (43,15%) do sexo masculino e 02 (0,35%) não declararam.

Idade: entre 17 e 78 anos (média = 28,47 anos; desvio-padrão = 12,58 anos; moda = 18).

Escolaridade: Sem instrução formal (9,40%), Ensino médio incompleto (43,09%), Ensino médio completo (29,96%), Superior incompleto (7,80%), Superior completo (6,38%), Pós-graduação (3,37%).

Estado civil: Solteiro (53,27%), Casado (32,79%), Divorciado (3,19%), Viúvo (1,95%), Outro (8,85%).

Município onde reside: Amargosa (7,95%), Barra do Pote (0,18%), Berlique (0,18%), Cabaceiras do Paraguaçu (0,18%), Cachoeira (2,83%), Caixa Prego (0,53%), Cajueiro (0,88%), Cansanção (0,88%), Cordeiros (0,2%), Cruz das Almas (26,7 %), Dom Macedo Costa (0,2%), Em branco (0,7%), Feira de Santana (0,4%), Governador Mangabeira (0,7%), Ilha (0,2%), Ipiáú (0,2%), Jiquiriçá (0,2%), Mossoró- RN (0,4%), Muniz Ferreira (0,9%),

Muritiba (0,2%), Mutuípe (0,4%), Nazaré (2,1%), Salvador (3,2%), Santo Amaro (4,9%), Santo Antônio de Jesus (41,7%), São Francisco do Conde (0,2%), Tairú (0,2%), Ubaíra (0,4%), Valença (0,2%), Varzedo (2,1%).

Profissões: Os respondentes que exerciam funções são todos do setor terciário (relacionados a serviços), funcionários públicos, além de estudantes e aposentados.

Análise Quantitativa

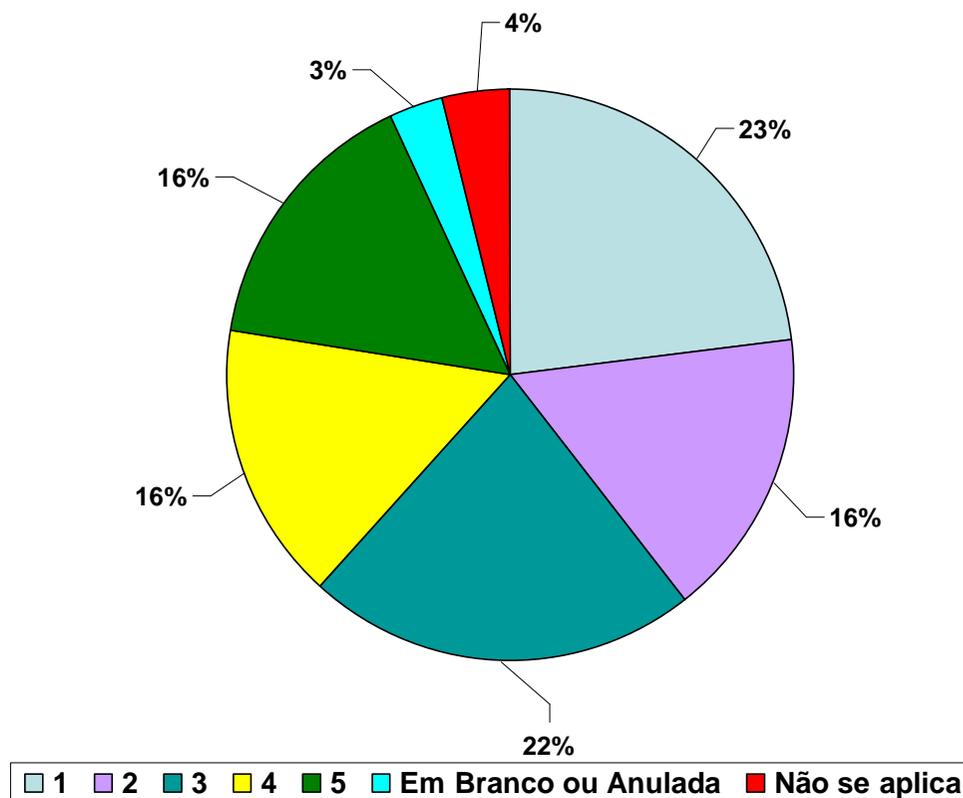
Nas seguintes páginas é apresentada a tabela 69 e as figuras 15 e 16, correspondentes aos resultados e distribuição do grau de satisfação dos entrevistados em relação a dois aspectos institucionais que medem a influência da IES no município e região, de acordo com sua missão e objetivos de criação. Estes aspectos são:

- Contribuição da Universidade ao desenvolvimento do município;
- Relevância dos cursos para a comunidade / município.

Tabela 69. Grau de satisfação dos entrevistados em relação a dois aspectos institucionais avaliados

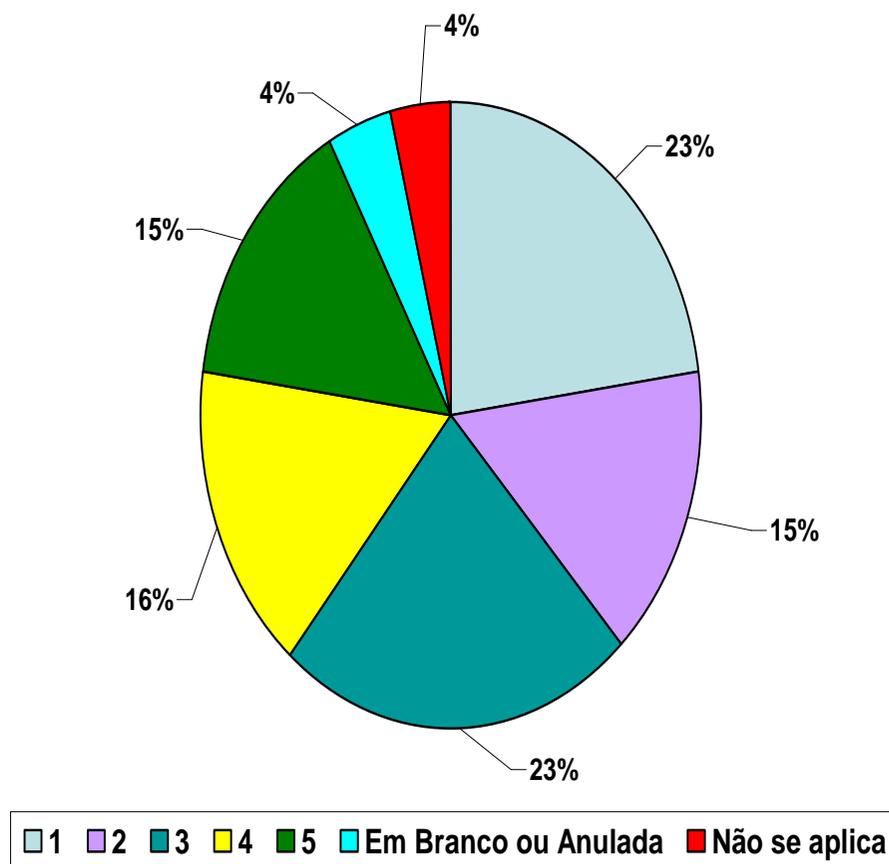
* Resposta em branco ou anulada.

AVALIAÇÃO EXTERNA DA UNIVERSIDADE	AVALIAÇÃO (%)							Satisfação Geral	
	1	2	3	4	5	6*	NA	Média	DP
Contribuição da Universidade ao desenvolvimento do município									
A01. Em relação ao desenvolvimento econômico	36,61	15,00	17,86	13,04	15,18	1,79	2,32	2,45	1,47
A02. Contribuição real sobre os aspectos culturais (local e/ou regional)	15,23	26,52	28,14	15,77	12,19	2,15	2,15	2,77	1,23
A03. Interferência nas políticas sociais em favor do município	24,64	17,34	30,29	11,68	10,40	4,01	5,66	2,58	1,28
A04. Em relação ao desenvolvimento urbano	19,67	17,49	21,86	20,58	17,67	3,83	2,55	2,93	1,40
A05. Aumento das opções de emprego	26,85	16,94	21,26	17,66	14,95	2,70	2,34	2,72	1,42
A06. Efeitos sobre os aspectos ambientais	22,91	17,64	27,09	14,73	11,64	3,64	6,00	2,69	1,31
A07. Grau de influência e de contribuição na capacitação docente das instituições de ensino local	22,42	11,21	20,25	20,25	18,44	3,07	7,41	2,96	1,44
A08. Estimulo ao corpo discente, ou comunidade escolar, na continuidade acadêmica	22,00	12,18	17,64	15,64	29,27	3,64	3,27	3,15	1,55
TOTAL	23,79	16,79	23,05	16,17	16,22	3,10	3,96	2,78	1,39
Relevância dos cursos para a comunidade / município	1	2	3	4	5	6*	NA	Média	DP
B01. Atendimento às necessidades da população	35,40	14,42	18,80	14,23	13,50	4,01	3,65	2,47	1,45
B02. Atendimento às necessidades do município	17,71	23,25	25,09	17,71	12,73	5,17	3,51	2,79	1,29
B03. Atendimento às necessidades regionais	22,24	10,66	30,51	17,46	16,18	4,78	2,94	2,88	1,38
B04. Compatíveis com o perfil da realidade local (aplicabilidade e oportunidades)	18,07	16,97	27,19	20,62	12,77	4,01	4,38	2,89	1,30
B05. Favorecimento na capacitação dos recursos humanos fora da Universidade	26,05	14,03	18,94	13,84	20,95	3,83	6,19	2,86	1,53
TOTAL	23,89	15,86	24,11	16,77	15,23	4,36	4,13	2,78	1,39



Fonte: Banco de Dados CPA, 2016

Figura 15 - Satisfação da comunidade externa com relação à contribuição da universidade ao desenvolvimento do município.



Fonte: Banco de Dados CPA, 2016

Figura 16 - Satisfação da comunidade externa com relação à relevância dos cursos para a comunidade / município

Análise Qualitativa

De acordo com a tabela 69 pode-se observar que 16,17% dos respondentes estão satisfeitos e 23,79% estão insatisfeitos com a contribuição da Universidade ao desenvolvimento do município. O elevado índice de insatisfação da comunidade externa pode estar associado à falta de informação das ações desenvolvidas na universidade, sendo necessária a disseminação do conhecimento adquirido nas aulas, estágios e projetos de pesquisas para a comunidade externa, de modo a promover mudanças reais sobre os aspectos econômicos e sociais da população. Referente à relevância dos cursos para o município, 16,77% dos respondentes estão satisfeitos e 23,89%, insatisfeitos, no que diz respeito ao favorecimento na capacitação dos recursos humanos fora da Universidade.

É importante considerarmos que tanto no que se refere a **Contribuição da Universidade ao desenvolvimento do município** quanto ao **Relevância dos cursos para a comunidade / município**, o grau de insatisfação é bastante significativo o que requer da UFRB uma revisão de como vem se apresentando e se firmando suas atividades de ensino, pesquisa e extensão nos municípios que acolhem os campus, também necessitando de desenvolver estudos e publicá-los sobre o impacto da chegada da UFRB nas economias local e regional. No que se refere ao tema Seguem os resultados das três questões de opinião (ou abertas) incluídas no instrumento de avaliação.

C1 – Conhece algum projeto coordenado pela UFRB que mereça algum destaque da sua parte?

- Sim (16,70%)
- Não (71,35%)
- Em branco (11,95%)

Os projetos mais citados foram o Cata renda (reciclagem), Libras e muitas mãos, Educação Física adaptada, Projeto de capoeira, Projeto Serra da Jibóia, Projeto de Criação de camarão, Discentes remanescentes quilombolas, Projeto relacionado à horticultura, Casa do Duca, Projeto de INCT. Os dados acima demonstram que a Universidade através de seus cursos e centros está distante da sociedade e que suas ações não alcançam a comunidade. Esse dado é relevante para que os *diretores de centro, coordenadores de colegiado, gestores de ensino, pesquisa e extensão* estejam atentos à gestão de suas pospostas que sejam inclusivas e dêem visibilidade aos cursos e centros e, também, considerem essa informação

em seus planejamentos. É importante que esses dados continuem sendo disseminados entre a gestão e a comunidade acadêmica, com o objetivo de refletirmos nossas práticas e a difusão destas através do papel social da Universidade.

D1 – Três palavras que possam traduzir os aspectos / impactos **positivos** da contribuição da UFRB.

As palavras mais citadas foram (estão em ordem alfabética):

- Capacitação
- Conhecimento
- Crescimento
- Cultura
- Desenvolvimento
- Economia
- Educação
- Emprego
- Inclusão
- Oportunidade
- Participação
- Renda
- Socialização
- Sustentabilidade

E1 – Três palavras que possam traduzir os aspectos / impactos **negativos** da contribuição da UFRB.

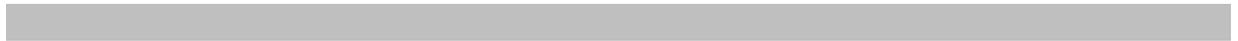
As palavras mais citadas foram (estão em ordem alfabética):

- Aumento do custo de vida
- Criminalidade
- Drogas
- Violência
- Segurança

Alguns respondentes citaram como sugestões a necessidade de aproximação da Universidade com a sociedade local por meio de cursos extensionistas e com o desenvolvimento de projetos relacionados a demandas locais. Grife-se que a relação entre os Centros/UFRB e as demandas locais foi o que tornou a UFRB possível. Foi a demanda local que fez com que a UFRB se cravasse no recôncavo da Bahia e, a essa demanda, todos os centros e cursos devem atentar-se. Foi citada a importância das parcerias entre a universidade e o município.

Os aspectos negativos apresentados são recorrentes de relatórios anteriores e, para isso, talvez seja necessário elaborar estratégias e propor ações para a mitigação dos problemas identificados pela comunidade externa.

Destacamos ainda que é necessário um trabalho específico de todas as estruturas da UFRB para a comunidade externa. Relatórios anteriores, sistematicamente vêm apresentando demanda registradas por esse segmento, sem que isso se torne objeto de intervenção de qualquer um dos níveis de gestão da universitária. Nesse momento do relatório, estamos fazendo uma análise de dados de forma generalista. A CPA tem a prática de realizar as devolutivas por Centro e nesse instrumento essa variável será explicitada. Destacamos que todos os diretores recebem esse instrumento que pode ser objeto de trabalho e de planejamentos estratégicos da gestão dos Centros bem como dos coordenadores de Curso.



Eixo IV - As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

O desenvolvimento de pessoal para exercer com eficiência e produtividade as atividades acadêmicas e técnico-administrativas é direcionado na UFRB através da Pró-Reitoria de Gestão Pessoal (PROGEP). A Pró-Reitoria de Pessoal que realiza diversas ações voltadas ao treinamento e qualificação de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

Planos de carreira regulamentados para servidores docentes e técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.

A realização de concurso público para o provimento de servidores efetivos do serviço público é o mecanismo existente no processo de seleção dos corpos docente e técnico-administrativo, conforme regulamentado pela Lei n. 8112/1990, pelo Decreto n. 4175/2002 e pela Portaria MP n. 450/2002.

Servidor Docente

A carreira de Magistério Superior na UFRB é regida pelo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal criado por meio da Lei n.º 12.772, de 28 de dezembro de 2012, a qual começou a vigorar dia 1º de março de 2013.

Pela nova Lei, fica mantida a estrutura da carreira em classes e níveis, num total de 13 posições. As classes são de Professores: Auxiliar, Assistente, Adjunto, Associado e Titular. As principais modificações que ocorreram na estrutura da carreira de Magistério Superior, foram as seguintes: a condição de Professor Titular hoje é feita por meio de promoção, e não mais apenas por concurso público; e as classes de Assistente e Auxiliar têm apenas dois níveis, enquanto que as de Adjunto e Associado têm 4.

Poderá haver contratação de Professor Substituto por prazo determinado para substituições eventuais de docente das carreiras de Magistério, nos casos de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para tratamento de saúde ou licença à gestante ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de centro.

O Professor da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada, e tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

No regime de dedicação exclusiva admitir-se-á: participação em órgãos de deliberação coletiva relacionados com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa; percepção de direitos autorais ou correlatos; colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.

Excepcionalmente, a UFRB, mediante aprovação do Conselho Universitário (CONSUNI), poderá adotar o regime de quarenta horas semanais de trabalho para áreas com características específicas. A progressão por desempenho acadêmico será feita após o cumprimento do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público. A avaliação de desempenho mensura a produção acadêmica do docente (atividades de ensino, pesquisa e extensão), além da sua participação em atividades administrativas e da sua capacitação. A Resolução 023/2014 dispõe sobre os critérios para fins de Progressão Funcional Docente da UFRB e entrou em vigência em 26 de novembro de 2014, após discussão com a categoria.

Servidor Técnico-administrativo

A lei 11.151 de 29/07/2005, que criou a UFRB, prevê a redistribuição para a Universidade de 134 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior e 698 de nível médio. Todas as vagas constaram ou constam de Editais para concurso público, sendo que 538 estavam efetivamente preenchidas em 31 de dezembro de 2014. Entretanto, a Lei 11.051/05 estabeleceu o quantitativo de 832 vagas, pelo que ainda existiria um remanescente de 294 vagas a serem liberadas para a implantação e consolidação da UFRB.

Em 2016 o quantitativo de vagas preenchidas até 31 de Dezembro de 2016 foram 715, restando ainda um total de 77 vagas a serem liberadas para a implantação e consolidação da UFRB.

O plano de carreira dos cargos dos servidores técnico-administrativos foi instituído pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, reorganizando os cargos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), com quatro níveis de capacitação cada e de acordo com a escolaridade, a responsabilidade, os conhecimentos, as habilidades específicas, a formação especializada, a experiência, o risco e os esforços físicos e mentais.

Os servidores continuam agrupados em oito ambientes organizacionais, de acordo com a integração das atividades afins ou complementares, organizadas a partir das necessidades institucionais, visando orientar a política de desenvolvimento de pessoal. As atribuições gerais dos cargos são definidas pelo ambiente organizacional.

O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á por Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional. A Progressão por Capacitação Profissional decorre da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses.

A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Pode ser concedido ainda o incentivo à qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento. Por exemplo, quando um assistente em administração se forma em medicina, quer incentivo à qualificação. Para tanto é preciso enquadrá-lo de acordo com o decreto lei 5824/2006 que rege a formação acadêmica nas classificações dos ambientes organizações: (a) administrativo; (b) Informação; (c) Artes, comunicação e difusão; (d) Ciências humanas, jurídicas e econômicas; (e) agropecuária; (f) ciências exatas e da natureza; (g) Ciências da saúde. É preciso avaliar em que ambiente se classificam as atividades do assistente em administração. As atividades constituem atribuições que a pessoa realiza, adequadas ao ambiente organizacional, para poder receber o incentivo de qualificação com relação direta. Caso o assistente administrativo não seja enquadrado naquela relação direta, ele recebe pela obtenção de uma titulação com relação indireta, que tem um percentual menor do que ele receberia com relação direta. Esse é basicamente o princípio desse ambiente organizacional, tomando como base as grandes áreas de

conhecimento da Capes. O servidor pode se formar em qualquer uma das áreas, mas tem que casar a formação com o ambiente organizacional da Capes. Se ele não estiver atuando no ambiente organizacional daquela formação, a relação é indireta, se ele tiver atuando, é direta.

Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.

Capacitação do Corpo Docente

A Resolução CONAC 003/2009 estabelece como meta prioritária da UFRB a capacitação de seu pessoal docente no âmbito de uma política institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistêmica dos recursos humanos da universidade, para o exercício pleno e eficiente de suas atividades, nos seguintes níveis formativos:

- I - Pós-doutorado;
- II - Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado);
- III - Cursos de pós-graduação *Lato Sensu*;
- IV - Estágio, intercâmbio, aperfeiçoamento.

A Comissão Permanente de Capacitação Docente é responsável por acompanhar e avaliar os Planos de Capacitação Docente dos Centros. Em nível da Administração Superior, o Programa é supervisionado pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPGCI) e acompanhado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP).

Para a implementação da política de capacitação docente, levando em consideração o conjunto de atividades que realiza, cada Centro elabora um Plano de Capacitação Quinquenal, no qual devem constar as necessidades de qualificação dos seus docentes, em função das metas a serem atingidas com a capacitação docente, em relação ao ensino de graduação, programas de extensão, criação ou consolidação de grupos de pesquisa, implantação de novos programas de pós-graduação, desenvolvimento de novas áreas de concentração ou linhas de pesquisa em programas já existentes, mediante consultas às áreas do conhecimento.

Os Centros de Ensino têm interesse na capacitação de seus Quadros, preferencialmente em nível de Doutorado. Assim, os Centros priorizam, no que tange aos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a capacitação de docentes em início de carreira, observado o disposto no Art. 96-A da Lei 8112/90 e cujo regime de trabalho seja de Dedicção Exclusiva. Para efeito de afastamento do docente para capacitação, o Centro deverá obedecer ao limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do total dos docentes nele lotados.

É relevante informar que, nas avaliações do INEP/MEC, de todos os cursos avaliados até 2012, a Dimensão 2 que se ocupa de qualificar o Corpo Docente, avaliou com nota 05 (cinco) 40% dos cursos e nota 04 (quatro) 52% dos mesmos.

O acompanhamento do desempenho do docente afastado para capacitação, qualquer que seja ela, é de competência direta do Centro de Ensino e da Comissão Permanente de Capacitação Docente, com registro na PPGCI.

Os investimentos em capacitação são importantes para consolidar a posição da UFRB no contexto nacional e internacional de Ciência e Tecnologia. O objetivo é fortalecer e consolidar os grupos de pesquisa, por meio da qualificação docente. Esta política se completa com o esforço para aumentar o recebimento de professores visitantes nas diversas áreas de conhecimento da UFRB.

Formação continuada para docência no ensino superior

No PDI 2015-2019 são apresentadas algumas metas e objetivos que visam promover a capacitação docente. Uma vez que a UFRB considera que o docente é protagonista do ato pedagógico, bem como parte integrante da gestão universitária, e de que há necessidade de espaços para reflexões e renovação dos fundamentos epistemológicos vinculados ao seu ofício, foi desenvolvido um conjunto de ações relacionadas com a formação continuada para docência no ensino superior.

Tabela 70. Dados sobre ações realizadas no exercício de 2016 voltadas à formação continuada dos docentes da UFRB

Ação	Carga horária	Participantes
CECULT - Palestra Interdisciplinaridade e outras abordagens sobre educação e currículo.	12h	18
CCS - Palestra Afiliação do estudante ingressante.	12h para os professores dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Medicina. 16h para os professores do curso do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.	Média de 30 por dia/turno no período, durante 03 dias de curso.
CETENS - Palestra Práticas Interdisciplinares e	15h	48

Ensino/Aprendizagem.		
Total de oficinas: 3		

Fonte: PROGRAD/CEIAC/NUFORDES, 2016.

Em 2016 estiveram presentes aos cursos 96 servidores de todos os Centros de Ensino da UFRB, com destaque para os centros CECULT, CCS e CETENS. A maioria destas ações foi de palestras sobre interdisciplinaridade e outras abordagens sobre educação e currículo.

Capacitação do Corpo Técnico-administrativo

A PROGEP continuou realizando, em 2016, atividades de capacitação, como: apoio financeiro para realização de cursos de Graduação e Pós-Graduação, oferecimento dos cursos presencial e à distância, estágios em serviço, custeio dos eventos, pagamentos de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

As ações na área de aprimoramento têm como referencial as Leis 8.112/90, 11.091/2005 e o Decreto 5.824/2006. O Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento dos Técnico-administrativos em Educação da UFRB (PROCAP) foi aprovado através da Resolução N° 002/2009 do CONSUNI. O PROCAP tem por objetivo capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública, como também preparar o servidor para o exercício de suas atividades.

De acordo com a resolução CONAC 010/2008, cada projeto de criação de curso de pós-graduação *lato sensu* da UFRB deverá estabelecer uma reserva de, no mínimo, 10% das vagas, sem ônus, para o servidor técnico-administrativo, que se submeterá regularmente às normas e critérios de seleção estabelecidos nas Normas de Pós-Graduação da UFRB.

São consideradas atividades de capacitação/aperfeiçoamento: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, estágios, palestras, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam aos interesses da Instituição.

Essas ações são oferecidas como cursos de curta e média duração, na forma de bloco único ou modular, presencial ou semipresencial, e prioritariamente promovidas pela UFRB/PROGEP.

As capacitações externas visam atender a demandas específicas da instituição, que caracterizem uma particularidade que impossibilite sua ocorrência em ações internas, bem

como aquelas sem previsão de oferta no PACAP e que concomitantemente demonstrem claro interesse institucional.

Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Não existem pesquisas institucionais acerca desses indicadores, podendo ser fontes de pesquisas futuras.

Relação aluno matriculado/professor e aluno matriculado/técnico administrativo.

Este indicador avalia a eficiência do corpo docente a partir do número médio de alunos atendidos por professor e técnico-administrativo.

Em 2016, a UFRB contou, na média dos dois semestres, com 8883 alunos ativos na graduação e 122 alunos ingressos na pós-graduação, totalizando 9005 alunos matriculados na instituição. Ao mesmo tempo, o quadro de professores efetivos da instituição é de 763 docentes e 81 professores substitutos, totalizando 844 docentes. Já com relação aos técnico-administrativos, a universidade tem 715 técnicos administrativos efetivos e 481 terceirizados, totalizando 1.196 funcionários. Isto representa uma relação professor aluno de 10,67 alunos/professor, enquanto a relação aluno/funcionário ficou em 7,54. Já efetuando o cálculo da relação aluno/funcionário sem levar em consideração o pessoal terceirizado, esta relação vai para 12,49 alunos/técnico-administrativo.

O número de docentes e técnico-administrativos é suficiente para responder aos objetivos e funções da instituição?

Diante do que foi exposto no Relatório anterior, o número de docentes e técnico-administrativos não atendia as necessidades desta Universidade, como até o momento não atende. Apesar da realização de concursos públicos tanto para docentes quanto para técnico-administrativos no ano de 2016, as contratações não foram suficientes para atender às demandas já existentes, além do mais, existem as demandas que surgiram devido à criação de novos cursos que estão em fase de implantação.

Existem mecanismos conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo?

A seleção e contratação de docente na UFRB levam em consideração a demanda nas matérias/áreas de conhecimento, o número de vagas, a classe, o regime de trabalho, os requisitos específicos e a titulação exigida para o cargo, que são especificados por Centro de Ensino. O concurso público é realizado em cada Centro de Ensino relativo à matéria/área de conhecimento, em período divulgado pela Instituição. No período de vigência do PDI a estratégia é selecionar e contratar docentes com o título de doutor. A norma interna que rege o concurso público na UFRB é a Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 005/2008.

A realização de concurso público depende do saldo ou incremento do Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos - QRSTA e do Banco de Professores Equivalentes. Os concursos públicos são os mecanismos existentes para a seleção e contratação dos corpos docentes e técnico-administrativos e estão regulamentados pela Lei n. 8112/1990, pelo Decreto n. 4175/2002, pela Portaria MP n. 450/2002 e outras portarias expedidas pelo Ministério do Planejamento e da Educação, quando da autorização de concursos. Desta forma, a realização de concurso público e provimento do cargo são condicionados à existência de cargo vago no Quadro da UFRB.

O aperfeiçoamento e avaliação dos servidores do Quadro de pessoal, baseados na Lei n. 8112/1990, Decreto n. 94.664/1987, Decreto n. 2.794/1998 e Portaria MARE n. 3.454/1998, estão institucionalizados pelo Programa de Avaliação de Desempenho.

**Há instâncias que fomentam a qualificação dos docentes e técnico-administrativos?
Existem incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções?**

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal fomenta a qualificação de docentes e técnico-administrativos por meio de política de capacitação que visa atender às demandas institucionais através de:

- Afastamento para Cursar *Stricto Sensu*;
- Licença para Capacitação;
- Horário especial;
- Incentivos à Qualificação.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO, DADOS E INDICADORES:

Dados e indicadores relativos ao corpo docente

No ano de 2016 havia 80 professores substitutos na UFRB. Entre essa classe, 23 eram contratados em regime de 20h, 01 temporário em regime de 20h e 57 em regime de 40h. A evolução do número de professores efetivos, substitutos e temporários pode ser visualizada na Figura 17.

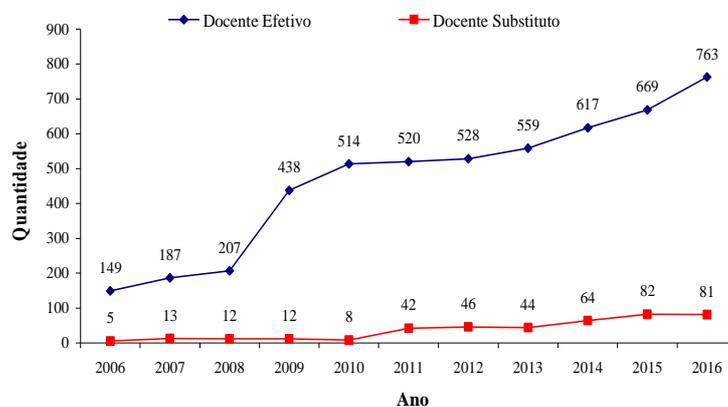
Tabela 71. Docentes, distribuídos por Centro e carga horária – 2016

	Efetivo			Substituto		Temporário		Total
	20h	40h	DE	20h	40h	20h	40h	
CAHL	0	0	120	03	06	-	-	129
CCAAB	02	01	167	06	08	-	-	184
CCS	24	01	99	02	15	01	-	142
CETEC	08	00	106	0	21	-	-	135
CFP	0	0	120	11	07	-	-	138
CECULT	03	0	67	0	0	-	-	70
CETENS	0	0	45	01	0	-	-	46
Total	37	02	724	23	57	01	-	844

Fonte: PROGEP, 2016

O crescimento do número de docentes substitutos e temporários nos dois últimos anos está relacionado ao aumento do número de docentes afastados para capacitação e ao não preenchimento das vagas efetivas através de concurso público em algumas áreas.

Figura 17. Docentes do Quadro Ativo



Fonte: PROGEP, 2016

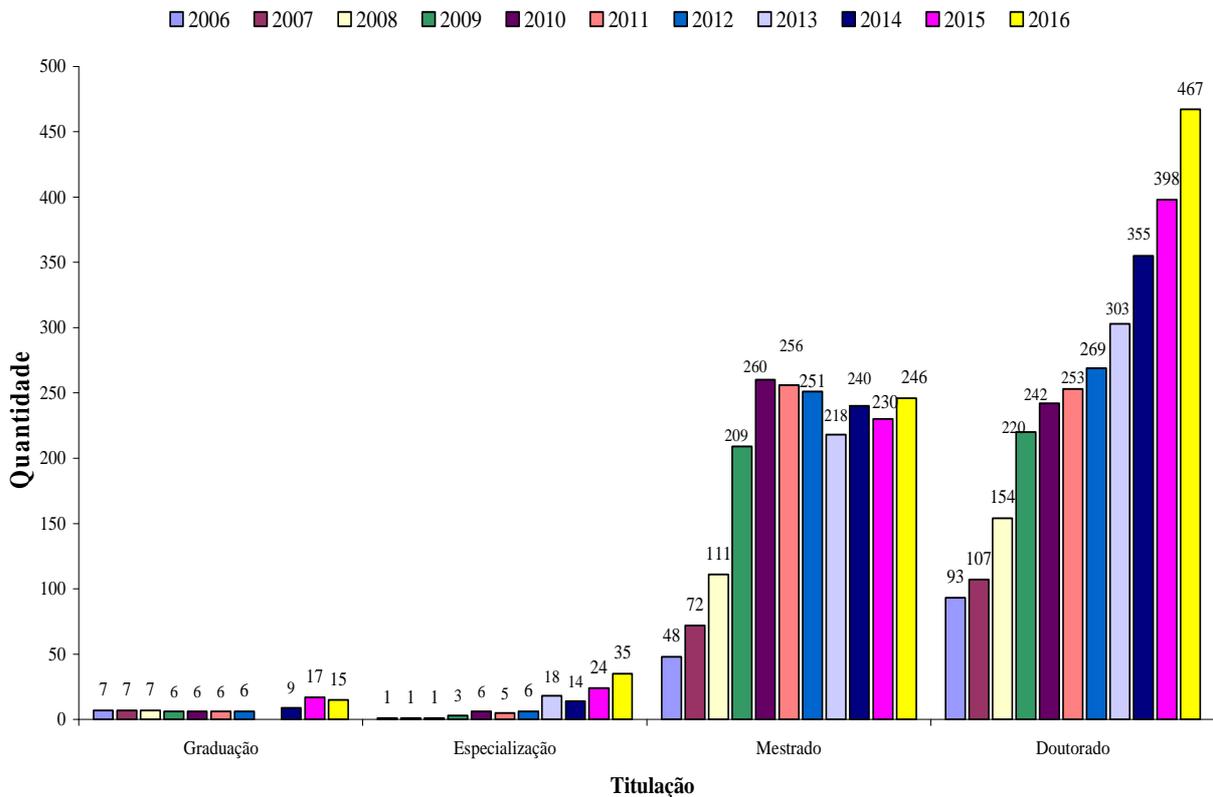
Observa-se nessa figura que em 2016 continua uma subida do número de docentes, em referência ao ano de 2012. Podemos perceber pelo gráfico da figura 17 que o período de maior ingresso de docentes efetivos na UFRB foi entre 2008 e 2010, sendo que entre 2010 e 2012 quantidade de efetivos praticamente não se alterou. Um outro período significativo no acréscimo de docentes na UFRB se deu entre 2012 e 2016. Provavelmente, a configuração desses gráficos da Figura 17, no que diz respeito aos períodos de contratação, está relacionada à estruturação de cursos já existentes, a perspectiva de abertura de novos cursos, como por exemplo, o 2º ciclo do BCET e do BIS, além da criação de novos centros e seus cursos.

É importante que tenhamos informações mais aprofundadas a respeito da origem do afastamento de docentes, ou seja, saber se o afastamento foi por motivo pessoal como por exemplo, de doença ou doença de familiares, se foi para capacitação docente ou até mesmo se foi caso de afastamento voluntário.

Número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.

Embora, no período de vigência do PDI, a estratégia tenha sido selecionar e contratar docentes com o título de Doutor, observa-se que ainda há uma grande parcela de professores com a titulação de Mestrado (Figura 18). Assim, a UFRB segue com ações e estratégias para os professores na obtenção do título de Doutor.

Figura 18. Titulação Docente.



Fonte: PROGEP, 2016.

Mesmo com esta evolução, ainda são necessários esforços adicionais de capacitação para que todo o corpo docente obtenha o título de doutor, mas como apontado anteriormente, existe atualmente um número significativo de docentes afastados para capacitação.

Um aspecto importante a ser considerado é se a nossa Universidade avalia o impacto de um novo doutor na instituição e a contribuição que os mesmos podem trazer através de suas áreas de pesquisas, tendo como campo de ação tanto o ambiente interno da UFRB como também as perspectivas de intervenções e colaborações com pesquisadores de outras instituições. Para mais além, é de suma importância a efetivação de política de fixação de docentes em nossa instituição.

Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira.

Os concursos públicos são os mecanismos existentes como critério de ingresso para o corpo docente da UFRB e estão regulamentados pela Lei n. 8112/1990, pelo Decreto n. 4175/2002, pela Portaria MP n. 450/2002 e outras portarias expedidas pelo Ministério do

Planejamento e da Educação, quando da autorização de concursos. Desta forma, a realização de concurso público e provimento do cargo são condicionados à existência de cargo vago no Quadro da UFRB.

A progressão por desempenho acadêmico será feita após o cumprimento do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público. A avaliação de desempenho mensura a produção acadêmica do docente, atividades de ensino, pesquisa e extensão, além da sua participação em atividades administrativas e da sua capacitação.

A progressão poderá ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico: de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe; e de uma para outra classe. A progressão dentro da mesma classe será feita após o cumprimento do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

A progressão de uma classe para outra prevista far-se-á sem interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico, do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.

A Resolução CONAC 045/2013 estabelece como meta prioritária da UFRB a capacitação de seu pessoal docente no âmbito de uma política institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistemática dos recursos humanos da Universidade, para o exercício pleno e eficiente de suas atividades. Foi constituída uma Comissão Permanente de Capacitação Docente, com a função de acompanhar e avaliar os Planos de Capacitação Docente dos Centros. Em nível de Administração Superior, o Programa será coordenado e supervisionado, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PPGCI) e acompanhado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP).

Grau de envolvimento com a pós-graduação.

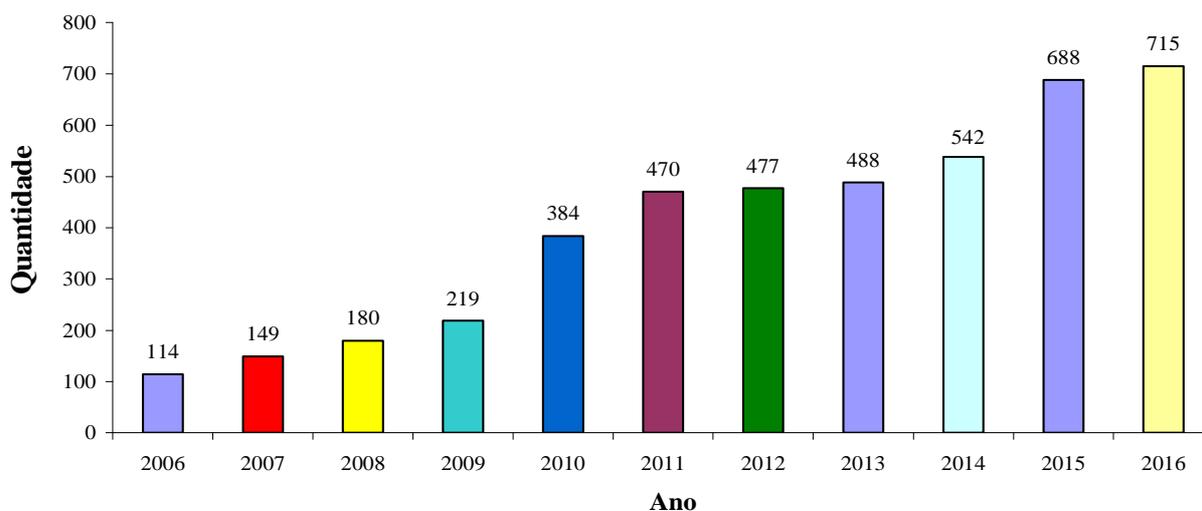
O Grau de Envolvimento com Pós-Graduação é representado pela relação percentual entre o número de estudantes de mestrado e doutorado e o número total de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação. Em 2008 este indicador era de 0,05, e em 2012, 0,04, podendo observar que, apesar do crescimento da matrícula da pós-graduação, o número de estudantes de pós-graduação ainda não é significativo no conjunto da UFRB, por se tratar de uma universidade nova, ainda em fase de consolidação.

Dados e indicadores relativos ao corpo Técnico-administrativo

Nº de funcionários técnico-administrativos.

Em 2016 a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia contou com 715 servidores técnico-administrativos.

Figura 19 - Evolução do corpo Técnico-Administrativo.



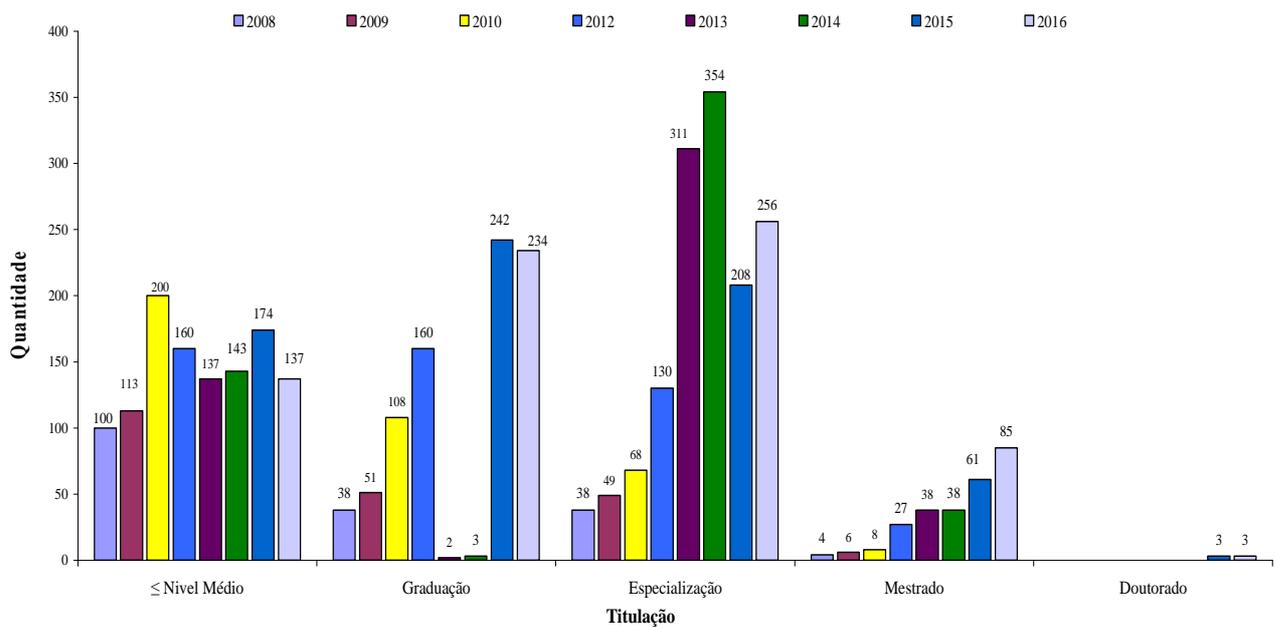
Fonte: PROGEP, 2016.

A mesma linha de evolução dos docentes via concurso público e por contratação temporária parece se repetir entre os técnicos administrativos, com uma subida mais acentuada entre 2008 a 2010, uma alteração muito pequena nos três anos subsequentes e nova subida significativa de 2014 em diante.

Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.

O nível de escolaridade dos servidores técnicos administrativos da UFRB em 2016 apresenta a seguinte distribuição: 03 com Doutorado, 85 com Mestrado, 256 com especialização, 234 com graduação e 174 com nível Médio. Portanto, observa-se que nos últimos anos ocorreu um aumento do nível de escolarização, com o aumento no número de mestres, de especialistas e graduados, e redução dos grupos com menor nível de escolaridade.

Figura 20 - Titulação do corpo Técnico-Administrativo da UFRB



Fonte: PROGEP, 2016.

Este quadro apresenta a dificuldade de se chegar ao nível de doutorado no Brasil, em um corpo acadêmico em que a educação é o processo de mediação entre as pessoas na instituição. Temos mais especialistas do que mestre e doutores entre o corpo técnico administrativo da UFRB.

Envolvimento de servidores Técnico-administrativos com pesquisa e extensão.

Não foram encontrados dados que refletem o grau de envolvimento com pesquisa e extensão, apenas um quantitativo da Pró-Reitoria de Extensão indicando 112 servidores envolvidos em projeto de extensão em 2016. Cabe salientar que é de fundamental importância que a Universidade tenha uma política de levantamento de dados sobre o tema para, além de

qualificar as informações, a UFRB possa ter subsídio para realizar ações que possam engajar os servidores em projetos de pesquisa e extensão.

Experiência profissional.

Não foram encontrados dados que refletem as experiências profissionais dos técnico-administrativos nos documentos pesquisados.

Critérios de ingresso na instituição.

O ingresso na UFRB ocorre por meio de concursos públicos com critérios definidos e regulamentados pela Lei n. 8112/1990, pelo Decreto n. 4175/2002, pela Portaria MP n. 450/2002 e outras portarias expedidas pelo Ministério do Planejamento e da Educação, quando da autorização de concursos. Em adição, a Lei 11.051/05 estabeleceu o quantitativo de 832 vagas para a implantação e consolidação da UFRB.

Critérios de progressão na carreira.

O plano de carreira dos cargos dos servidores técnico-administrativos foi instituído pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, reorganizando os cargos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), com quatro níveis de capacitação cada e de acordo com a escolaridade, a responsabilidade, os conhecimentos, as habilidades específicas, a formação especializada, a experiência, o risco e os esforços físicos e mentais.

O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á por Progressão, Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional. A Progressão por Capacitação Profissional decorre da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses. A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação. Pode ser concedido ainda o incentivo à qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma do regulamento.

Políticas de capacitação.

As ações na área de aprimoramento tiveram como referencial as Leis 8.112/90, 11.091/2005, o Decreto 5.824/2006 e, principalmente o Programa de Capacitação dos Técnico-Administrativos da UFRB/PROCAP, criado em 22 de maio de 2009, através da Resolução CONSUNI nº 002/2009.

Avaliações de desempenho.

O decreto nº 5.825/06, que estabelece diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do PCCTAE, em seu artigo 3º, inciso IV, define avaliação de desempenho como o instrumento gerencial que permite ao administrador mensurar os resultados obtidos pelo servidor ou pela equipe de trabalho, mediante critérios objetivos decorrentes das metas institucionais, previamente pactuadas com a equipe de trabalho, considerando o padrão de qualidade de atendimento ao usuário definido pela IFE, com a finalidade de subsidiar a política de desenvolvimento institucional e do servidor.

Em 2008, a PROGEP estabeleceu o programa institucional de avaliação de desempenho baseado em competências para os servidores técnico-administrativos em educação da UFRB. O processo de avaliação de desempenho nas IFES tornou-se, com a Lei 11.091/05 e o Decreto 5.825/06, um importante e obrigatório instrumento de gestão, voltado para a busca contínua de informações relativas ao desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores. Desse modo, o programa de avaliação por competências visa identificar os conhecimentos, habilidades, atitudes ou comportamentos essenciais à efetivação da política de desenvolvimento da Instituição e do servidor. Assim sendo, neste programa tenta-se expor os principais objetivos e finalidades da avaliação de desempenho, bem como uma metodologia que melhor se adeque às reais necessidades e peculiaridades da UFRB.

Análise das metas e objetivos alcançados:

- ✓ As políticas de contratação estão sendo implementadas;
- ✓ Necessidade de estudo da estrutura organizacional do corpo técnico-administrativo para a alocação otimizada do seu quadro de pessoal;

- ✓ Realização de mapeamento e avaliação dos fluxos de documentações dos setores da UFRB;
- ✓ Ampliação do Programa de Qualificação e de Capacitação de Recursos Humanos do corpo técnico;
- ✓ Sensibilização dos funcionários para importância e necessidade da qualificação profissional.

Acredita-se que a relação de progressão das metas apresentada pela PROGRAD, especificamente, oferece uma visão mais ampla dos esforços institucionais realizados para atender as demandas exigidas pelo MEC e ainda responder às indicações feitas pela CPA, nos últimos relatórios.

Tendo como base o PDI da UFRB para o período 2010-2014 e os relatórios de avaliação institucional sistematizados pela Comissão Própria de Avaliação, a equipe da PROGRAD elaborou o seu Planejamento Estratégico para o período 2011-2015, que se encontra disponível em sua página no site institucional. Dentre as metas e ações estratégicas elaboradas por esta Pró-Reitoria encontram-se:

Meta 01: Formação pedagógica continuada para a docência no Ensino Superior. A PROGRAD objetiva promover programas e cursos de formação pedagógica continuada para os docentes da UFRB, fomentando ações para que o ensino se consolide como campo de estudo e produção de docentes desta universidade.

Meta 02 - Fortalecimento dos programas de bolsa e projetos especiais ligados à PROGRAD. Com base no entendimento de que os programas de bolsas e projetos especiais fazem parte de políticas de formação pessoal e profissional de seus discentes e que são considerados como “práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino de graduação, bem como as atividades e programas acadêmicos de acompanhamento discente” (CPA, 2010), a PROGRAD empreenderá ações voltadas para o fortalecimento dos programas já existentes, favorecendo a socialização de experiências e o fomento à participação institucional em novos editais.

Meta 03 - Consolidação das políticas de graduação e acompanhamento acadêmico. A consolidação dos atuais cursos de graduação da UFRB perpassa pelo compromisso com a qualidade do ensino ministrada, pelo acompanhamento das condições infraestruturais destes cursos, pela orientação à gestão acadêmico-pedagógica destes cursos, além do acompanhamento do processo de seleção e preenchimento das vagas.

Apesar da importância da análise referente às metas estabelecidas pela PROGRAD, o acompanhamento de uma série histórica não é possível neste documento devido ao fato que o Relatório anterior não nos dar subsídio para tal.

Considerações

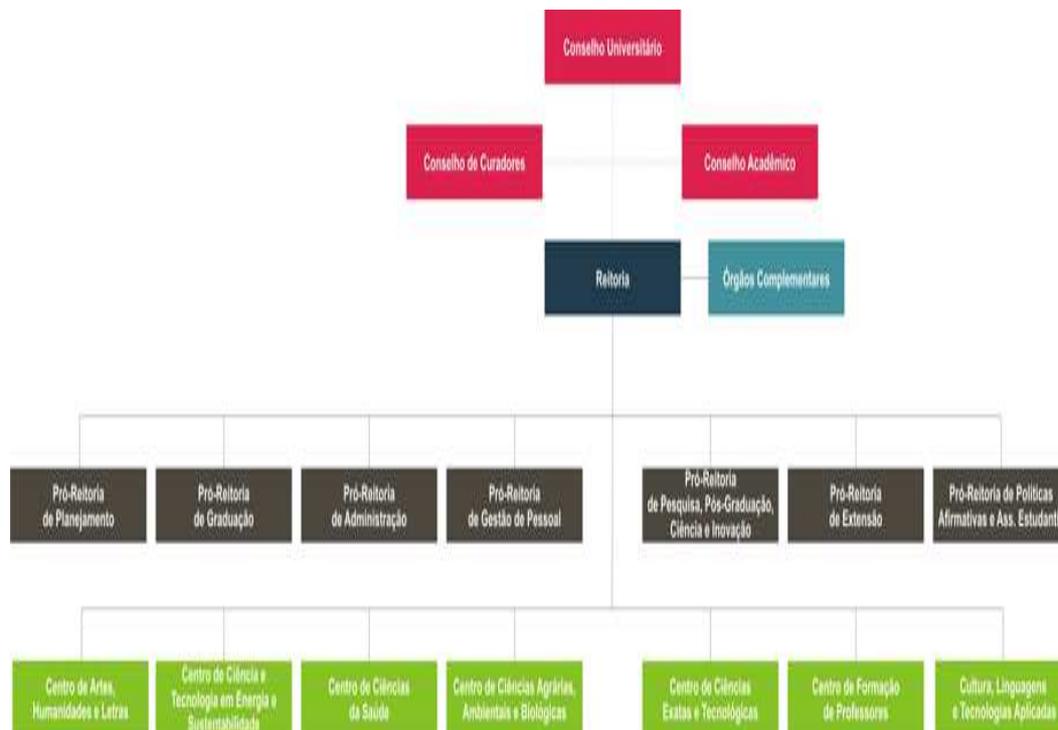
A política de pessoal da UFRB está alicerçada no crescimento pessoal, conhecimento científico e desenvolvimento regional do Recôncavo da Bahia, estando alinhada com o PDI 2015-2019 da Universidade, e ao mesmo tempo, favorecendo o aumento na produtividade e na satisfação da comunidade universitária. A seguir, são descritas algumas recomendações para a tomada de decisões operacionais e institucionais:

- ✓ Manter as políticas firmadas em documentos oficiais, como as políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e do corpo técnico administrativo e seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- ✓ Manter atualizado o registro dos docentes relativo à produção científica;
- ✓ Desenvolver políticas que visem à estabilização da carga horária docente em todos os *campi* da UFRB de acordo com os interesses da pós-graduação e graduação;
- ✓ Desenhar estratégias e instrumentos que simplifiquem (desburocratizem) os procedimentos administrativos, no intuito de ampliar as atividades docentes centrais, e busquem a eficiência em todos os níveis e diminuam os controles;
- ✓ Promover ações em todos os setores da UFRB para garantir a satisfação do corpo docente, técnico-administrativo e discente;
- ✓ Atualizar permanentemente os planos de carreira do corpo docente e técnico-administrativo;
- ✓ Descrever rotinas de pessoal;
- ✓ Melhorar as ações relativas à segurança do trabalhador;
- ✓ Garantir espaços institucionais que promovam a humanização das relações interpessoais da comunidade acadêmica.

Organização e gestão da instituição (especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios).

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia obteve a aprovação de seu estatuto por meio da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 278/2006 de 17/12/2006). Também por meio do Ministério da Educação, (Portaria nº 65 de 17/01/2007) foi publicado no Diário Oficial da União de 19/01/2007 o Regimento Geral da UFRB, sancionado pelo Conselho Universitário, em 10 de janeiro de 2008. A partir destes documentos, registrou-se uma definição sobre a estrutura organizacional da IES nos seguintes órgãos: (I) Órgãos da Administração Superior; (II) Órgãos da Administração Setorial e (III) Órgãos Complementares. Os referidos Órgãos são representados hierarquicamente no Organograma abaixo:

Figura 21 - Organograma da UFRB.



Fonte: Site UFRB, 2016

De acordo com o que ilustra a Figura 21, o organograma institucional e acadêmico da UFRB representa a sua estrutura hierárquica, observando que os órgãos executivos estão subordinados aos órgãos colegiados. São órgãos deliberativos da UFRB na instância superior: o Conselho Universitário; o Conselho Acadêmico e o Conselho Curador, enquanto que em âmbito setorial os órgãos deliberativos são os Conselhos Diretores de cada Centro.

A Reitoria é o único órgão executivo da UFRB na instância superior que tem a finalidade de administrar, coordenar, fiscalizar e superintender todas as suas atividades.

A Reitoria compreende:

- i. Gabinete do Reitor;
- ii. Pró-Reitorias;
- iii. Superintendências;
- iv. Assessorias Especiais;
- v. Órgãos Administrativos.

Cabe ressaltar que no organograma da UFRB (Figura 21), não constam as Superintendências, Assessorias, Comissões e Comitês e a Auditoria Interna. No entanto, a Estrutura Organizacional da Universidade possui cinco Superintendências: Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico – SIPEF; Superintendência de Regulação e Registros Acadêmicos – SURRAC; Superintendência de Educação Aberta e a Distância – SEAD; Superintendência de Assuntos Internacionais – SUPAI e Superintendência da Editora UFRB – EDUFRB. Também possui duas Assessorias: Assessoria de Comunicação e Assessoria Especial para Projetos Estratégicos; duas Comissões: Comissão de Ética no Uso de Animais – CEUA e Comissão Permanente de Progressão Docente – CPPD, além do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP.

Apesar da CPA saber da importância das comissões como o CEP, CPPD, CEUA e Comissão de Ética Profissional, nesse relatório não foram referenciados os dados dessas instâncias da UFRB, ações que iremos incluir no próximo relatório.

Órgãos da Administração Superior

Conselho Universitário – CONSUNI

O CONSUNI é a instância máxima da UFRB como órgão doutrinário, consultivo, normativo e deliberativo. Apresenta as seguintes competências:

- ✓ Aprovar as políticas gerais, as diretrizes orçamentárias e o planejamento global;
- ✓ Deliberar sobre a criação, modificação e extinção de órgãos universitários;
- ✓ Aprovar a variação patrimonial, aquisição, construção, alienação de bens patrimoniais;
- ✓ Deliberar sobre política patrimonial e urbanística dos *campi*;
- ✓ Eleger, na última reunião ordinária do ano, dentre os seus membros docentes, dirigentes dos Centros, o Substituto eventual do Vice-Reitor;
- ✓ Eleger entre seus membros docentes, dirigentes dos Centros, os seus representantes no Conselho Curador, com os respectivos suplentes;
- ✓ Escolher, com mandatos de dois anos, os representantes da comunidade no Conselho Universitário;
- ✓ Elaborar e modificar o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade, ouvidas as Câmaras, nos assuntos de suas competências;
- ✓ Elaborar, modificar e aprovar o seu próprio Regimento;
- ✓ Aprovar os Regimentos da Reitoria, de cada um dos Centros e dos demais órgãos, bem como as modificações propostas;
- ✓ Julgar os recursos interpostos das decisões do Reitor, do Conselho Acadêmico e dos Centros, inclusive no tocante aos concursos públicos;
- ✓ Aprovar a concessão de títulos e dignidades universitárias;
- ✓ Aprovar as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade;
- ✓ Aprovar políticas de pessoal e modernização administrativa;
- ✓ Aprovar o Quadro de pessoal técnico administrativo;
- ✓ Aprovar o regulamento do pessoal da Universidade;
- ✓ Deliberar sobre a aceitação de doações e legados que criem encargos financeiros para a Universidade; e
- ✓ Decidir sobre matéria omissa no Estatuto e nos diversos Regimentos da UFRB.

O Conselho Universitário tem a seguinte composição:

- ✓ Reitor (presidente);
- ✓ Vice-Reitor;

- ✓ Pró-Reitores ou seus suplentes;
- ✓ Presidentes das Câmaras de Graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; de Extensão; de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ Diretores dos Centros;
- ✓ Representação estudantil, na forma da Lei;
- ✓ Dois representantes dos servidores técnico-administrativos;
- ✓ Dois representantes do corpo docente;
- ✓ Quatro representantes da comunidade externa à Universidade (um representante da comunidade científico-tecnológica; um representante das classes empresariais; um representante das classes trabalhadoras; um representante das municipalidades que contem com unidade da UFRB).

Os membros eleitos para o Conselho Universitário têm os respectivos suplentes, também eleitos, que os substituem em caso de ausência e/ou impedimento. Os representantes do Corpo Discente são eleitos por seus pares, com mandato de um ano, sendo permitida uma recondução.

Os representantes dos servidores docentes e dos servidores técnico administrativos são eleitos por seus pares, em pleito presidido pelos seus órgãos de classe, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução. Os representantes da comunidade são indicados ao Conselho Universitário, em lista tríplice, entre pessoas que não pertençam ao Quadro de servidores ativos da Universidade, todos com mandato de dois anos, podendo haver uma recondução.

O Conselho Universitário reúne-se, sob a convocação do Reitor, ordinariamente, a cada dois meses ou extraordinariamente, para tratar de assuntos urgentes, em pauta específica. Pode também se reunir, excepcionalmente, a partir de dois terços dos seus membros, quando houver recusa explícita do Reitor em solicitar uma chamada oficial. Em votações que exijam quórum qualificado, as deliberações serão tomadas por, no mínimo, dois terços de seus membros.

Conselho Acadêmico – CONAC

É o órgão consultivo e deliberativo para definir a organização e o funcionamento da área acadêmica nos assuntos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas

áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos da administração superior e setorial da universidade. Apresenta as seguintes competências:

- ✓ Traçar diretrizes e definir a política de ensino, pesquisa e extensão, observada sua política geral;
- ✓ Julgar recursos interpostos das decisões do reitor, dos conselhos dos centros e dos colegiados de curso, em matéria didático científica ou vinculada ao ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as atribuições do conselho universitário;
- ✓ Analisar parecer sobre as modificações da estrutura organizacional da administração setorial;
- ✓ Elaborar, reformular e aprovar o seu regimento interno pelo voto de dois terços de seus membros;
- ✓ Estabelecer normas sobre a organização e a realização de processos seletivos para acesso à universidade e para matrícula inicial nos cursos de graduação e pós-graduação;
- ✓ Estabelecer normas e critérios para a organização e ofertas de cursos;
- ✓ Autorizar a realização dos cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão;
- ✓ Estabelecer normas sobre organização e a realização de concurso público para docentes;
- ✓ Propor ao conselho universitário a criação, reformulação e extinção de cursos pelo voto de dois terços de seus membros;
- ✓ Propor ao conselho universitário normas complementares ao estatuto e ao regimento geral no que tange ao ensino, pesquisa e extensão, aos assuntos estudantis e às políticas afirmativas.

O Conselho Acadêmico tem a seguinte composição:

- ✓ Reitor (Presidente);
- ✓ Vice-Reitor (Vice-Presidente);
- ✓ Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis e políticas afirmativas;
- ✓ Diretores dos Centros;
- ✓ Coordenadores dos Colegiados de Curso;
- ✓ Representantes do corpo discente (um quinto do Conselho).

Os representantes do corpo discente são escolhidos por eleição direta. O processo é conduzido por sua entidade representativa para o mandato de um ano, podendo haver uma recondução e não podendo recair na mesma pessoa a representação em mais de um Conselho Superior.

O Conselho reúne-se ordinariamente a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que houver motivo que justifique, por convocação do seu presidente, por iniciativa própria, ou a requerimento de dois terços do total dos seus membros titulares.

O Conselho Acadêmico está estruturado com os seguintes órgãos:

- ✓ Órgão deliberativo: o Conselho Pleno;
- ✓ Órgãos consultivos: Câmara de Graduação, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação, Câmara de Extensão e Câmara de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas;
- ✓ Órgão Executivo: A Presidência.

Conselho Curador - CONCUR

O CONCUR é o órgão colegiado com a competência de exercer a fiscalização econômica e financeira na Universidade, mediante:

- ✓ Emissão de parecer sobre a proposta orçamentária e as alterações no orçamento programa, sugeridas pela Reitoria;
- ✓ Exame, a qualquer tempo, dos documentos da contabilidade;
- ✓ Emissão de parecer sobre a prestação de contas do Reitor;
- ✓ Emissão de parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria, que envolvam a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados que criarem encargos financeiros para a Universidade;
- ✓ Apreciação de quaisquer outros assuntos que importem à fiscalização econômica, financeira e patrimonial.

O Conselho Curador tem a seguinte composição:

- ✓ Três representantes dos dirigentes dos Centros, indicados pelo Conselho Universitário;
- ✓ Um representante de cada uma das Câmaras, eleitos pelos seus pares;
- ✓ Pró-Reitor responsável pela execução orçamentária;
- ✓ Representação estudantil, na forma da Lei;

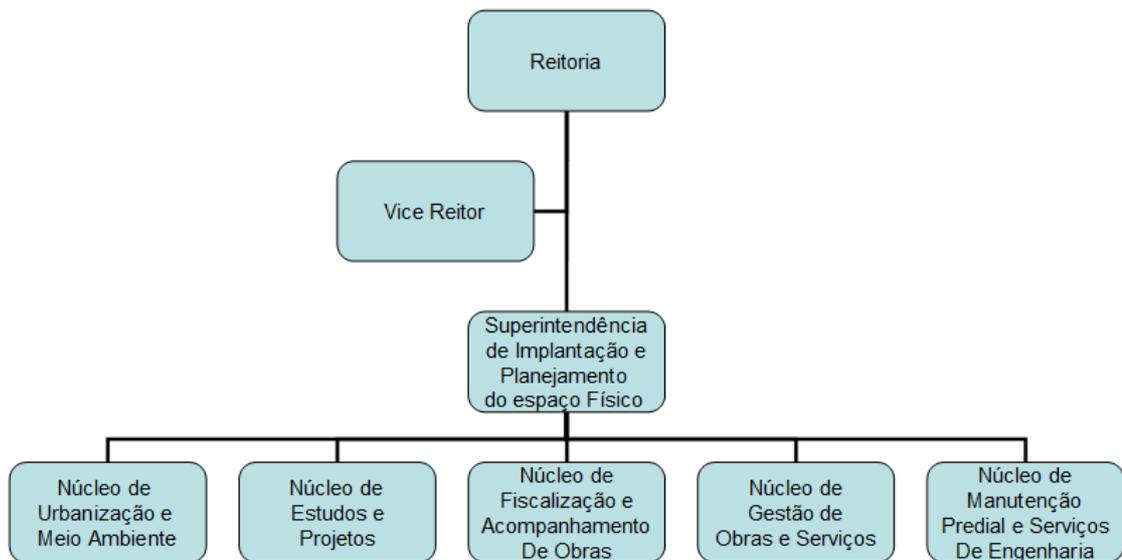
- ✓ Um representante da comunidade do Recôncavo Baiano;
- ✓ Um representante dos servidores técnico-administrativos, eleito por seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade;
- ✓ Um representante dos docentes, eleito por seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade.

O Conselho Curador elege seu presidente dentre os representantes dirigentes dos Centros, integrantes do Conselho Universitário. O representante da comunidade será indicado e escolhido pelos demais membros do Conselho Curador, entre aquelas personalidades da sociedade civil que mais se destacarem no apoio às universidades, à ciência, à tecnologia, à cultura e à arte; integrantes, preferencialmente, do mundo do trabalho e da rede de organizações não governamentais. Integrantes do contexto universitário, ao chegarem ao Conselho Curador, se deparam com a estrutura física de responsabilidade da Superintendência de Implantação do Espaço Físico – SIPEF.

Superintendência de Implantação do Espaço Físico – SIPEF

Toda infraestrutura existente nos diversos *campi* da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, seja ela predial ou urbana, tem sua manutenção desempenhada pela Superintendência de Implantação e Planejamento do espaço Físico (SIPEF), compreendendo serviços de consertos e reparos nas instalações elétricas e hidro sanitárias, pinturas, dentre outros. Além disso, esta superintendência desenvolve trabalhos de elaboração de projetos, fiscalização de obras e acompanhamento de licitações voltadas para implementação de novas estruturas físicas nos *campi*.

A SIPEF, por sua vez, integra a estrutura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como Unidade Suplementar, nos termos do Título IV do Regimento Geral da UFRB e vincula-se administrativamente à Reitoria, como se pode observar no organograma abaixo. A finalidade do Órgão é propor, planejar, desenvolver e gerenciar as atividades de Infraestrutura Física da UFRB.

Figura 22. Organograma da Superintendência de Implantação do Espaço Físico

Fonte: Site UFRB, 2016

Órgãos de apoio as atividades acadêmicas

Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD

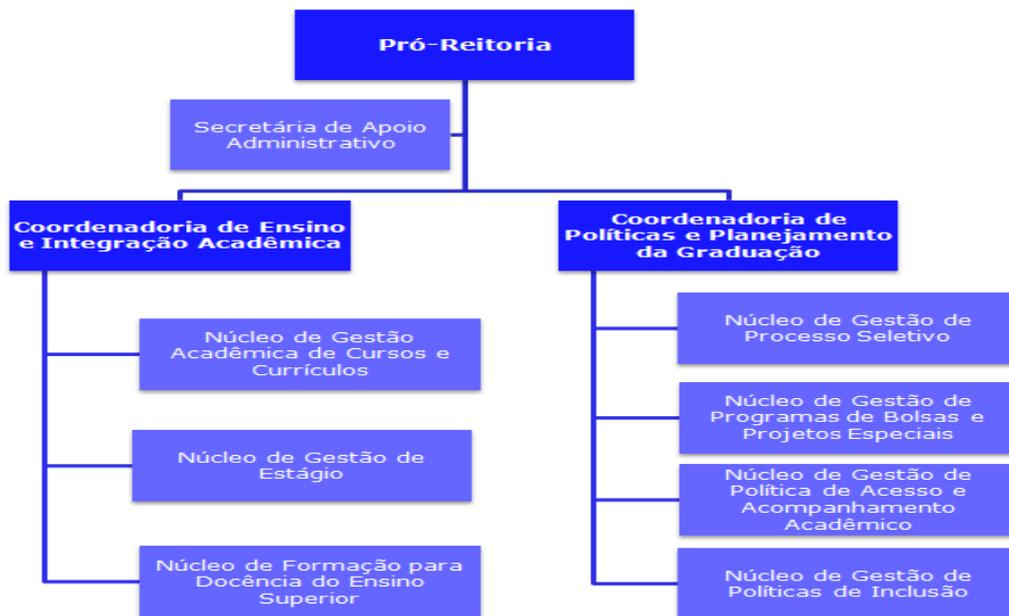
É o órgão auxiliar da administração superior incumbido de planejar, coordenar, supervisionar as atividades de ensino presencial e a distância nos cursos de graduação e sequenciais. Compete à PROGRAD:

- ✓ Assessorar o reitor e os conselhos superiores da universidade em assuntos relacionados às atividades de ensino na graduação;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as deliberações da câmara de graduação;
- ✓ Promover, em articulação com a pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação e a pró-reitoria de extensão, a integração do ensino, pesquisa e extensão; autorizar a expedição de registro de diplomas de graduação;
- ✓ Expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;
- ✓ Supervisionar, em articulação com a pró-reitoria de gestão de pessoal e a pró-reitoria de pesquisa e pós-graduação, a política de pessoal docente executada;
- ✓ Supervisionar a execução dos programas acadêmicos;

- ✓ Fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgãos de administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ Gerir os créditos provisionados e os recursos repassados, que se destinam a execução de suas atividades;
- ✓ Criar as condições para o oferecimento de ensino de graduação de qualidade;
- ✓ Analisar as propostas curriculares dos cursos de graduação;
- ✓ Assegurar o cumprimento do projeto acadêmico curricular dos cursos;
- ✓ Planejar e avaliar as atividades acadêmicas da universidade, no tocante ao ensino de graduação;
- ✓ Acompanhar, registrar e manter atualizados os colegiados de cursos no que se refere a diretrizes curriculares e demais legislações educacionais com aplicabilidade no âmbito da UFRB;
- ✓ Propor a expansão e atualização do ensino de graduação a partir de demandas locais, regionais e nacionais;
- ✓ Auxiliar na elaboração de projetos acadêmicos curriculares de novos cursos e reformas dos programas existentes;
- ✓ Elaborar e implementar plano estratégico de graduação para a UFRB;
- ✓ Sistematizar as avaliações acadêmicas colhidas dos diversos segmentos universitários, em parceria com a pró-reitoria de planejamento, com vistas a replanejar as ações acadêmicas da universidade;
- ✓ Acolher as manifestações dos discentes e docentes no que se refere a ofertas de cursos e necessidades acadêmicas não contempladas pelos colegiados;
- ✓ Produzir, divulgar e manter atualizado o catálogo de oferta de cursos da UFRB, conforme determina a lei;
- ✓ Divulgar as atividades acadêmicas da UFRB; oferecer orientação educacional aos discentes e docentes;
- ✓ Acompanhar, com a participação dos colegiados de curso, a vida acadêmica dos discentes de graduação, mantendo registros atualizados sobre todas as atividades curriculares e não curriculares dos alunos;
- ✓ Analisar questões relacionadas ao descumprimento do regime disciplinar por parte dos discentes, encaminhando os pareceres aos órgãos superiores para deliberação;
- ✓ Assessorar os centros no processo de avaliação de desempenho dos docentes, fazendo cumprir as normas emanadas dos colegiados superiores;

- ✓ Propor, realizar e avaliar ações de formação continuada dos professores de graduação, em parceria com os colegiados;
- ✓ Oferecer capacitação e atualização didático pedagógica aos docentes;
- ✓ Promover, em conjunto com as demais Pró-reitorias, a integração dos docentes ingressantes na UFRB;
- ✓ Coordenar, acompanhar e avaliar os estágios curriculares oferecidos pela UFRB;
- ✓ Coordenar, acompanhar e avaliar os programas de ensino à distancia;
- ✓ Coordenar, acompanhar e avaliar os cursos sequenciais;
- ✓ Coordenar, acompanhar, realizar e avaliar os processos de seleção para ingresso de discentes na UFRB;
- ✓ Coordenar as atividades de registro escolar; exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas no regimento geral e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições da legislação interna da universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente delegadas pelo reitor.

Figura 23 - Organograma da Pró-Reitoria de Graduação



Fonte: Site UFRB, 2016

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação – PPGCI

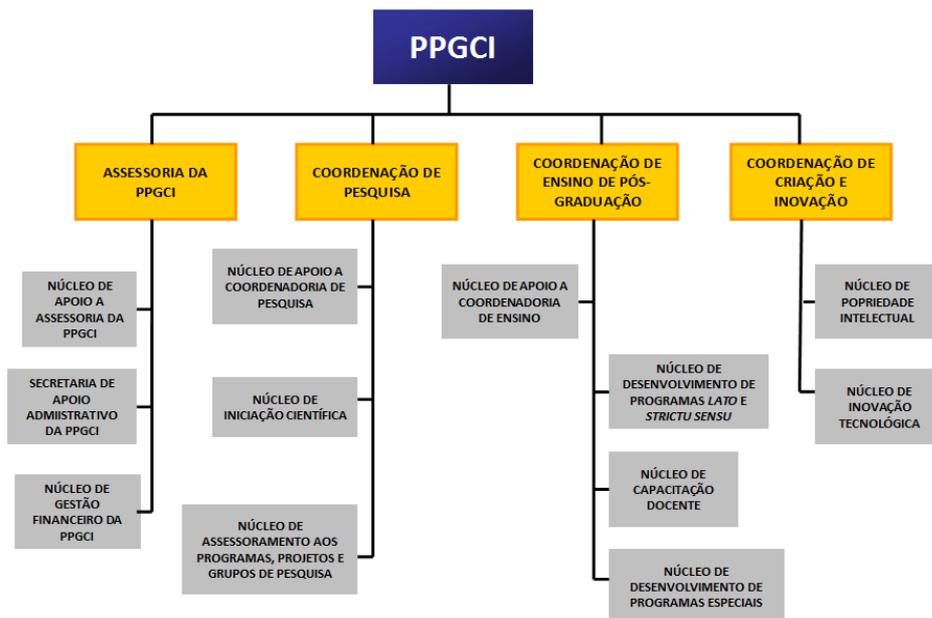
É o órgão auxiliar da Administração Superior responsável pelas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da pesquisa e do ensino de pós-graduação.

Compete à PPGCI:

- ✓ Assessorar o reitor e os conselhos superiores da universidade em assuntos relacionados a atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as deliberações da câmara de pesquisa e pós-graduação;
- ✓ Manter atualizado o banco de dados das atividades de pesquisa;
- ✓ Promover, em articulação com a pró-reitoria de graduação e a pró-reitoria de extensão, a integração do ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Autorizar a expedição e registro de diplomas de pós-graduação;
- ✓ Expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;
- ✓ Supervisionar, em articulação com a pró-reitoria de gestão de pessoal e pró-reitoria de graduação, a política de pessoal docente executada;
- ✓ Supervisionar a execução dos programas acadêmicos;
- ✓ Fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgãos de administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ Gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam a execução de suas atividades;
- ✓ Exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas no regimento geral e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições da legislação interna da universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente delegadas pelo reitor;
- ✓ Coordenar, articular, fomentar, cadastrar, acompanhar, avaliar e emitir certificados das atividades de pesquisas realizadas pelos centros, bem como pelos programas institucionais de pós-graduação e iniciação científica e tecnológica;
- ✓ Sugerir políticas para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino em pós-graduação na UFRB;
- ✓ Estimular a produção do conhecimento e a proteção das inovações criadas no âmbito acadêmico por meio da propriedade intelectual;
- ✓ Coordenar, selecionar e acompanhar as bolsas de iniciação científica e tecnológica;
- ✓ Definir critérios de avaliação dos programas e projetos institucionais de pesquisa da UFRB;

- ✓ Assessorar a elaboração de propostas e acompanhar as atividades de cursos stricto sensu e lato sensu;
- ✓ Propor, implementar políticas de incentivo e acompanhar o plano institucional de capacitação docente;
- ✓ Implantar e acompanhar o programa de bolsas de pós-graduação financiado pelas agências e fundações de apoio à pesquisa;
- ✓ Elaborar e implementar o plano estratégico de ensino de pós-graduação da UFRB;
- ✓ Coordenar a elaboração e a execução de projetos de geração de tecnologia e inovação;
- ✓ Oferecer suporte às ações de captação de recursos, organização e divulgação de eventos científicos; e
- ✓ Coordenar e acompanhar a execução de projetos institucionais de pesquisa e inovação tecnológica.

Figura 24 - Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação.

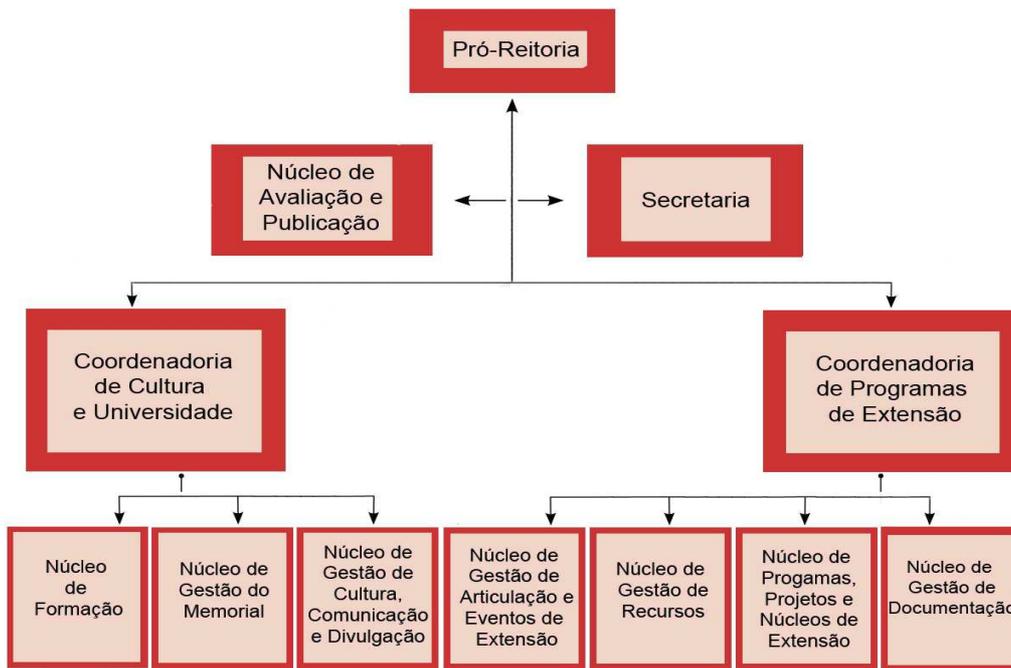


Fonte: Site UFRB, 2016

Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT

É o órgão auxiliar da Administração Superior responsável pelas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da extensão universitária. Compete à PROEXT:

- ✓ Assessorar o Reitor e os Conselhos Superiores da Universidade em assuntos relacionados a atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Extensão;
- ✓ Promover, em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a integração do ensino, pesquisa e extensão;
- ✓ Autorizar a expedição de certificados e registro de atividades relacionadas à Extensão;
- ✓ Supervisionar a execução dos projetos de extensão;
- ✓ Fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgãos de administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ Gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam à execução de suas atividades;
- ✓ Divulgar para a comunidade os resultados dos trabalhos de extensão;
- ✓ Manter atualizado o banco de dados das atividades de extensão;
- ✓ Coordenar, articular, fomentar, cadastrar, acompanhar, avaliar e emitir certificados das atividades de extensão realizadas pelos Centros, bem como pelos programas institucionais de caráter extensionista;
- ✓ Propor políticas institucionais de extensão para a UFRB;
- ✓ Identificar formas e estratégias de interface da Universidade com a sociedade civil organizada, as instituições públicas, o setor produtivo e a comunidade em geral; e
- ✓ Conceber políticas e estratégias de integração comunitária nos âmbitos interno e externo.

Figura 25 - Organograma da Pró-Reitoria de Extensão.

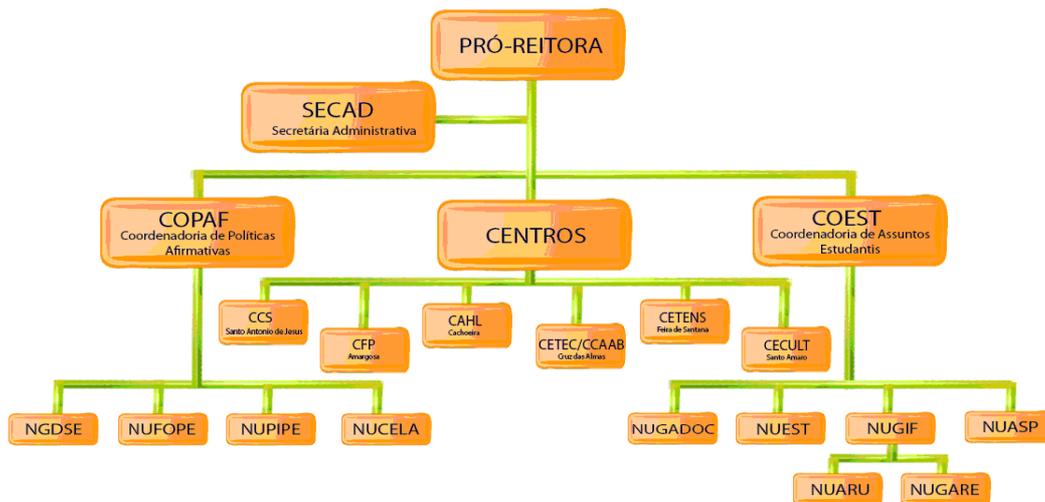
Fonte: Site UFRB, 2016

Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE

É o órgão auxiliar da administração superior responsável pelo planejamento, coordenação e execução das políticas afirmativas e assuntos estudantis da Universidade. Compete à PROPAAE:

- ✓ Assessorar o Reitor e os Conselhos Superiores da Universidade em assuntos relacionados a atividades de políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ Expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;
- ✓ Supervisionar a execução das políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ Fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgãos de administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ Gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam à execução de suas atividades;

- ✓ Divulgar para a comunidade os resultados dos trabalhos das políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ Manter atualizado o banco de dados das atividades das políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ Planejar e coordenar as políticas afirmativas e estudantis da UFRB;
- ✓ Planejar e coordenar os programas de residências e restaurantes universitários, além de programas de bolsas destinadas ao apoio e manutenção estudantil;
- ✓ Promover assistência médica-odontológica e psicológica da comunidade estudantil da UFRB;
- ✓ Cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ Autorizar a expedição de certificados e registro de atividades relativas a Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ Acompanhar e avaliar as atividades que assegurem a permanência qualificada dos estudantes na UFRB;
- ✓ Integrar as ações em prol do acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes da UFRB;
- ✓ Atuar junto às demais Pró-Reitorias e setores da UFRB, a fim de proporcionar à comunidade estudantil as condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade, com foco no desenvolvimento regional;
- ✓ Propor políticas institucionais que promovam a inserção qualificada do corpo discente à vida universitária.

Figura 26 - Organograma da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Fonte: Site UFRB, 2016

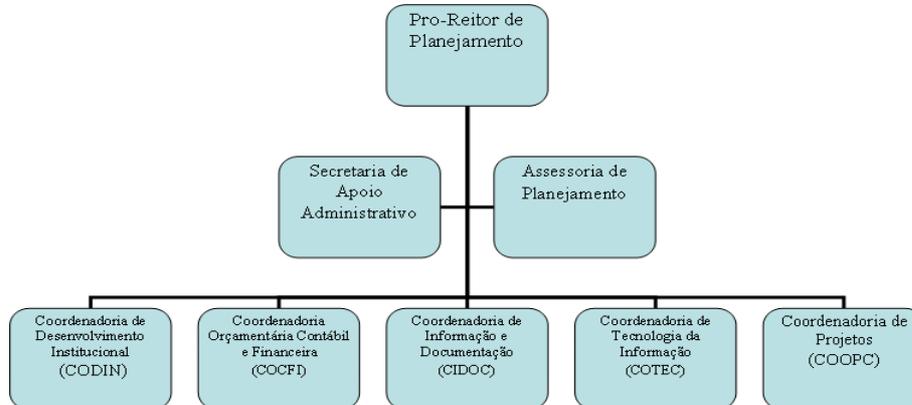
Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN

É o órgão auxiliar da administração superior na política global de planejamento da Universidade, tendo as atribuições de coordenar as atividades de planejamento, programação e controle orçamentário, custos, tecnologia da informação, desenvolvimento e avaliação institucional. Compete à PROPLAN:

- ✓ Implementar as diretrizes globais do planejamento; coordenar o processo de planejamento institucional, operacional e estratégico da Universidade;
- ✓ Implantar o sistema de custos da instituição por unidade organizacional, procedendo o seu acompanhamento e atualização;
- ✓ Organizar e coordenar a proposta orçamentária;
- ✓ Formular o orçamento dos programas na Universidade;
- ✓ Elaborar o orçamento plurianual de investimentos;
- ✓ Acompanhar e avaliar a execução orçamentária;
- ✓ Estabelecer um sistema de controle e apuração de custos nos diversos setores e órgãos da Universidade;
- ✓ Coordenar a elaboração do relatório anual e da prestação de contas da universidade;
- ✓ Elaborar o planejamento orçamentário;
- ✓ Planejar o desenvolvimento institucional da Universidade;
- ✓ Acompanhar o controle da execução orçamentária;

- ✓ Acompanhar o planejamento acadêmico;
- ✓ Proceder ao controle e à avaliação de plano, programa e projetos;
- ✓ Realizar a avaliação técnica de propostas de convênio e documentos assemelhados;
- ✓ Gerir créditos e recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades;
- ✓ Coordenar as ações que culminem na elaboração, acompanhamento e reformulação do plano de desenvolvimento institucional;
- ✓ Propor e executar a Avaliação Institucional;
- ✓ Realizar estudos para a definição do plano de expansão da Universidade;
- ✓ Formular planos, projetos e programas que assegurem a identidade institucional;
- ✓ Elaborar programas e projetos de caráter institucional;
- ✓ Elaborar e acompanhar a execução do orçamento da Universidade;
- ✓ Criar e implantar de banco de dados de interesse da Universidade;
- ✓ Coordenar as atividades de tecnologia da informação da Universidade;
- ✓ Elaborar o relatório de gestão da Universidade.

Figura 27 - Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento.



Fonte: Site UFRB, 2016

Pró-Reitoria de Administração – PROAD

É o órgão auxiliar da Administração Superior incumbido da coordenação geral da administração contábil, financeira, logística, patrimonial, de materiais e outras atividades auxiliares e serviços administrativos. Compete à PROAD:

- ✓ Gerenciar o setor de transporte; planejar, fiscalizar, controlar e operar os serviços de água, energia e comunicações;
- ✓ Manter e conservar bens móveis e imóveis da Universidade;

- ✓ Realizar estudos visando à modernização administrativa, à proposição de alternativas necessárias ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços, à desburocratização e ao aumento da produtividade;
- ✓ Administrar as finanças da universidade;
- ✓ Formular planos, projetos e programas de interesse da Universidade no âmbito administrativo, incentivando a cooperação inter-setorial;
- ✓ Criar e implantar um sistema uniforme de informações nos âmbitos administrativo e financeiro, nos órgãos da Universidade;
- ✓ Participar, juntamente com os órgãos da Universidade, da elaboração de normas, manuais, instruções, rotinas, fluxos, formulários e impressos;
- ✓ Propor medidas visando à racionalização do processo decisório;
- ✓ Executar quaisquer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Reitor;
- ✓ Realizar os processos licitatórios e de compras da Universidade;
- ✓ Viabilizar a execução de contratos e convênios;
- ✓ Garantir a segurança do campus e da sua estrutura física e patrimonial;
- ✓ Coordenar e executar as ações financeiras e contábeis da Universidade;
- ✓ Assegurar a integração entre as atividades meio e fim da Universidade;
- ✓ Garantir o acesso aos serviços de informação e documentação da UFRB por meio das bibliotecas central e setoriais.

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal – PROGEP

É o órgão auxiliar da Administração Superior que tem por atribuições o estudo, o planejamento, a proposição de diretrizes, a orientação, a coordenação, a supervisão e a fiscalização de assuntos e atividades concernentes à administração e o estabelecimento e implantação de políticas de recursos humanos da Universidade. Compete à PROGEP:

- ✓ Executar a política de recursos humanos da Universidade;
- ✓ Instruir e encaminhar os processos relativos aos direitos e deveres dos servidores vinculados à Universidade;
- ✓ Manter atualizado o sistema de assentamento e de documentação referente ao controle de pessoal;
- ✓ Oferecer atividades de formação continuada aos servidores técnico administrativos;
- ✓ Acompanhar os processos dos servidores de progressão na carreira;

- ✓ Promover ações que possibilitem o crescimento integral e continuado dos servidores;
- ✓ Determinar o órgão de exercício dos servidores admitidos, cedidos ou redistribuídos para a Universidade;
- ✓ Expedir declarações, circulares, ordem de serviço, instruções e outros atos normativos relacionados com os assuntos e atividades da área de abrangência;
- ✓ Gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades.

Órgãos executivos da UFRB na instância setorial

Os órgãos executivos da UFRB na instância setorial são: a *Diretoria dos Centros de Ensino* e as *Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação*.

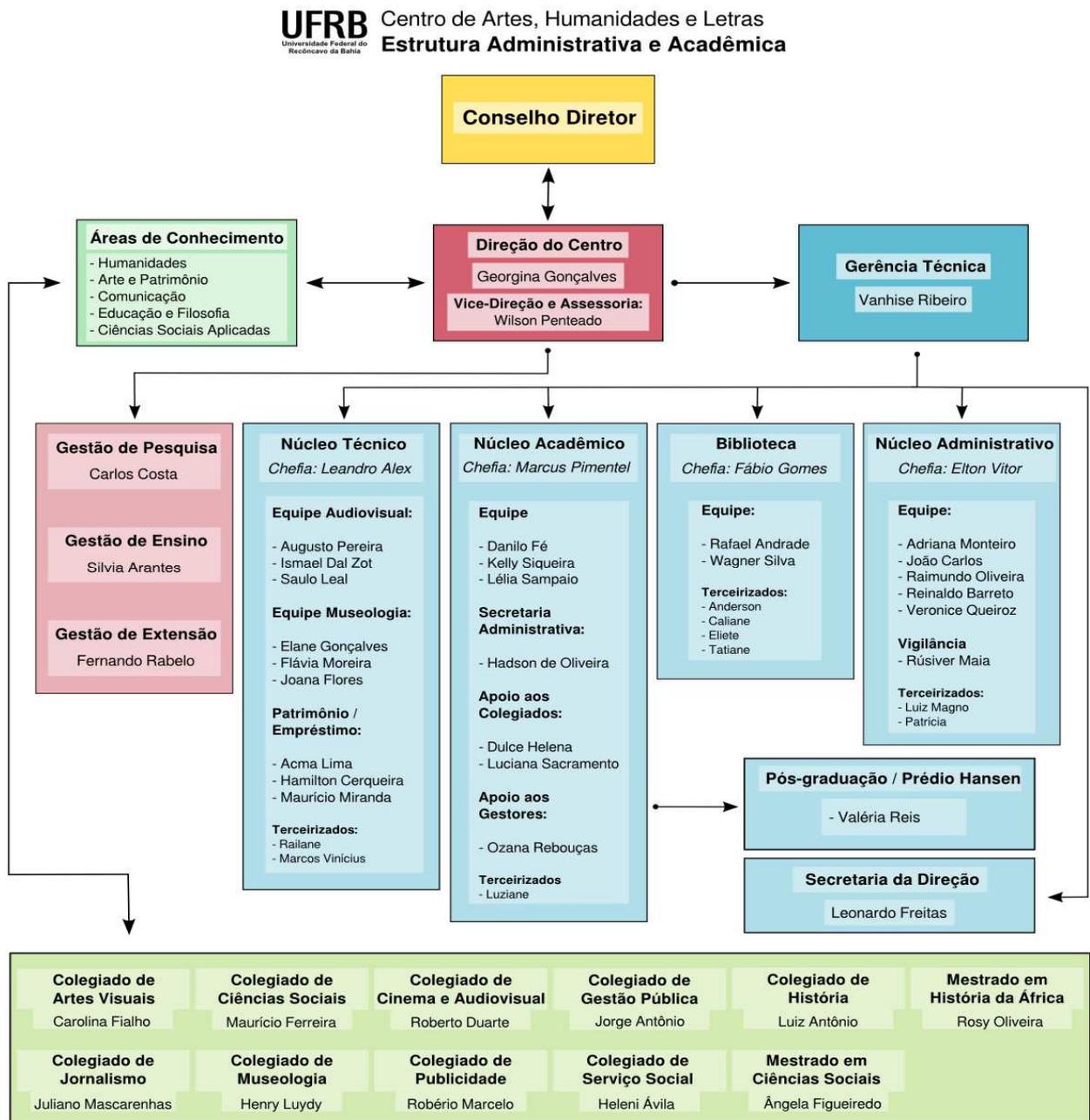
Os documentos nodulares da IES, o Estatuto e o Regimento Geral da UFRB, além de conterem as atribuições dos órgãos colegiados e executivos, asseguram a participação democrática e representativa de todos os segmentos da comunidade universitária (docentes, discentes e técnico administrativos). Na prática, de maneira geral, todos os segmentos estão representados nas instâncias deliberativas de âmbito setorial.

A Diretoria dos Centros de Ensino é o órgão executivo com a finalidade de administrar, coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades e da unidade. O Diretor é auxiliado pelo Vice-Diretor e assessorado por uma Coordenação de Gestão Acadêmica e uma gerência Técnica Administrativa. Os Centros, para assegurarem a oferta do ensino, a realização de atividades de pesquisa e extensão e preservação dos bens culturais, poderão, de acordo com suas especificidades, submeter ao Conselho Universitário proposta de criação de Órgãos Complementares.

Do ponto de vista da administração setorial, são apresentados a seguir os organogramas dos Centros de Ensino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Centro de Artes, Humanas e Letras – CAHL

Figura 28 - Organograma do Centro de Artes, Humanidades e Letras.



Fonte: Site UFRB, 2016

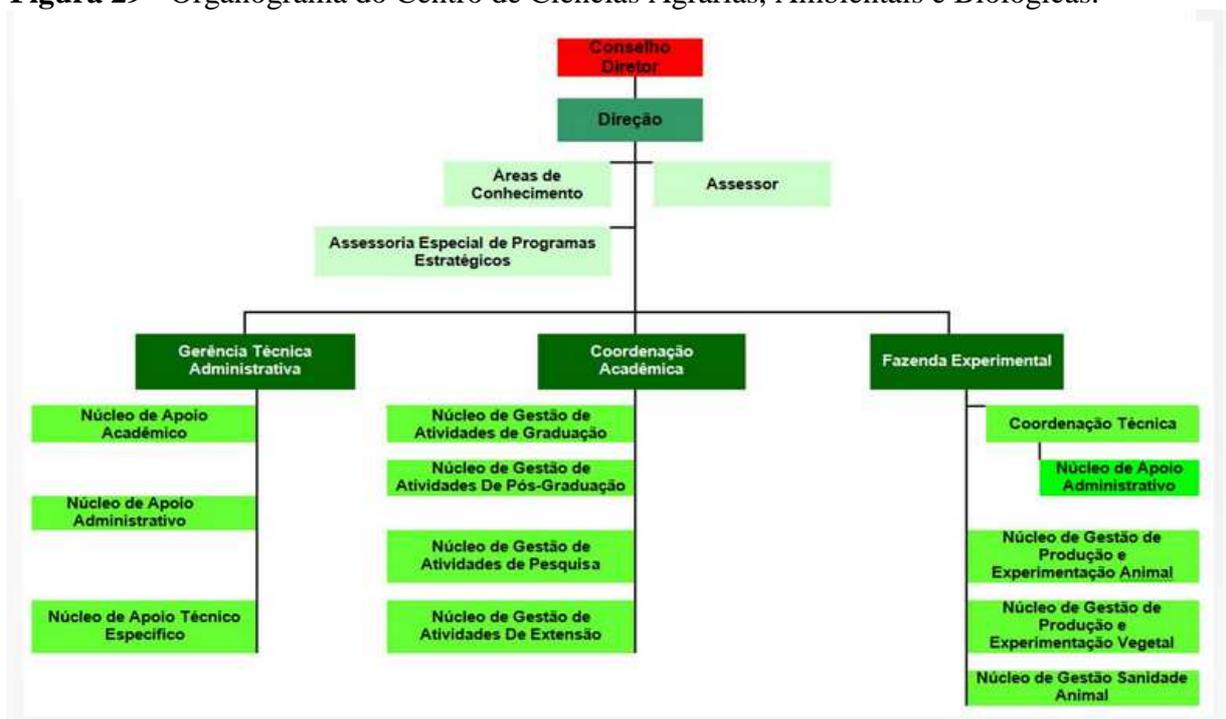
Destaca-se, no Centro de Artes, Humanidades e Letras, dois cursos de pós-graduação. O primeiro, iniciado em 2010, é o Mestrado em Ciências Sociais, aprovado pela CAPES em

2009, que possui duas áreas de concentração, a saber: *Identidade e Diversidade Cultural e Desigualdades sociais e políticas de desenvolvimento territorial*. O segundo, iniciado em 2014, é o Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, que possui duas linhas temáticas, a saber: *Ensino de História, Educação Inter étnica e Movimentos Sociais e História da África, da Diáspora e dos Índios nas Américas*. O CAHL também, em convênio via CAPES com a UFRJ, sedia um DINTER de Serviço Social com discentes do UFRB e UFBA.

Em consonância com os demais Centros de Ensino da UFRB, através de suas respectivas gerências técnicas, foi elaborado projeto de reestruturação administrativa com o objetivo de desenvolver, promover, articular, integrar e compatibilizar ações e planos de trabalhos relacionados ao apoio técnico-administrativo, necessários à viabilização do funcionamento do Centro. No CAHL, foram mantidos os seguintes núcleos: Administrativo, Acadêmico, Técnico Específico e a Secretaria Administrativa. Foram criadas subáreas, e, em alguns casos, subnúcleos, de modo a definir com maior nitidez a natureza das atividades atinentes a cada núcleo. Tal redefinição foi possibilitada a partir da chegada de novos servidores técnicos, que permitiu melhor atender o Centro em seu funcionamento no período noturno.

Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas – CCAAB

Figura 29 - Organograma do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas.

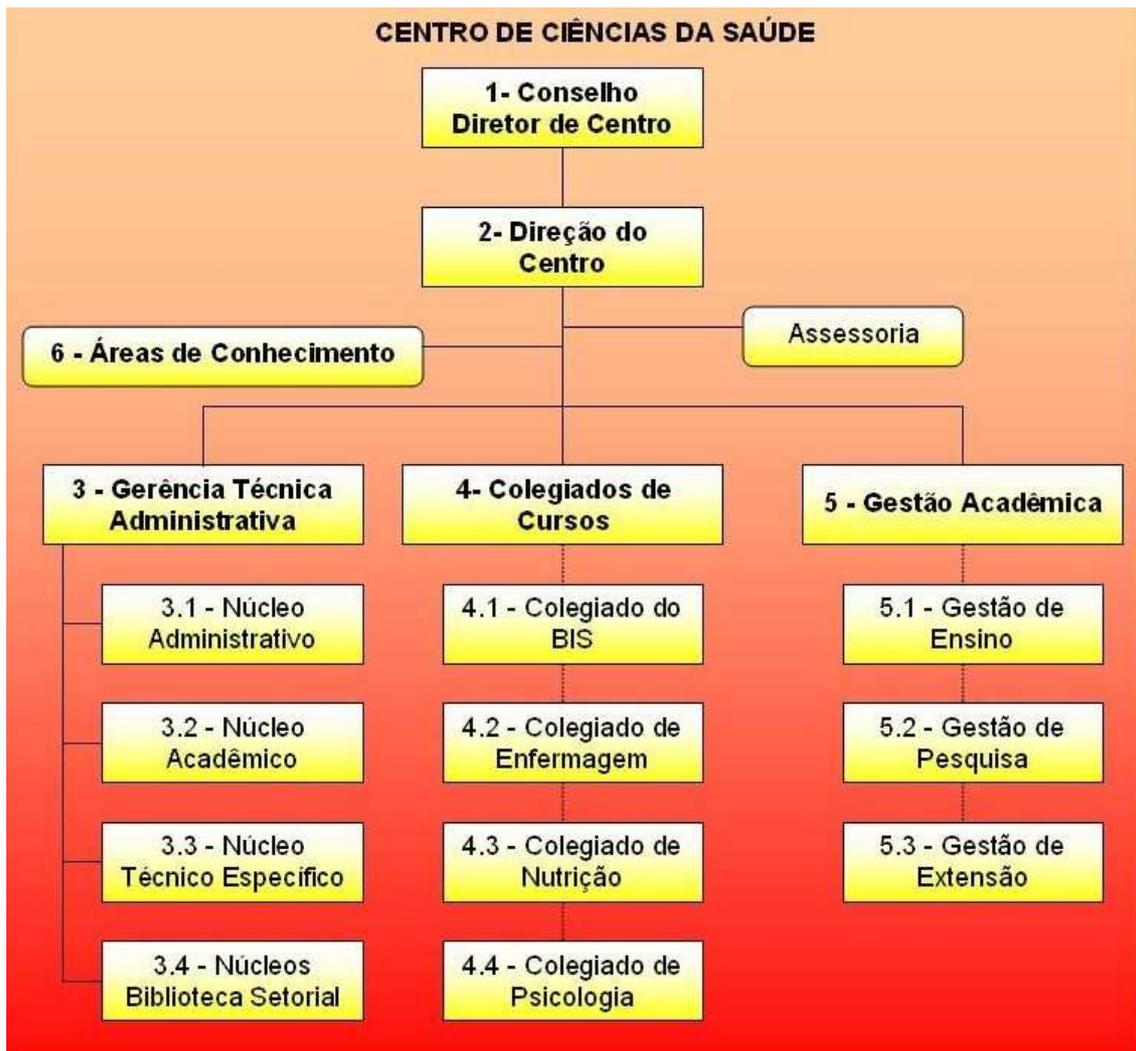


Fonte: Site UFRB, 2016

É importante destacar o crescimento das micro e macroestruturas do CCAAB, o que também pode ser medido na ampliação da oferta de cursos, sobretudo no que diz respeito à área de pós-graduação e na sua estrutura administrativa.

Centro de Ciências da Saúde – CCS

Figura 30 - Organograma do Centro de Ciências da Saúde.



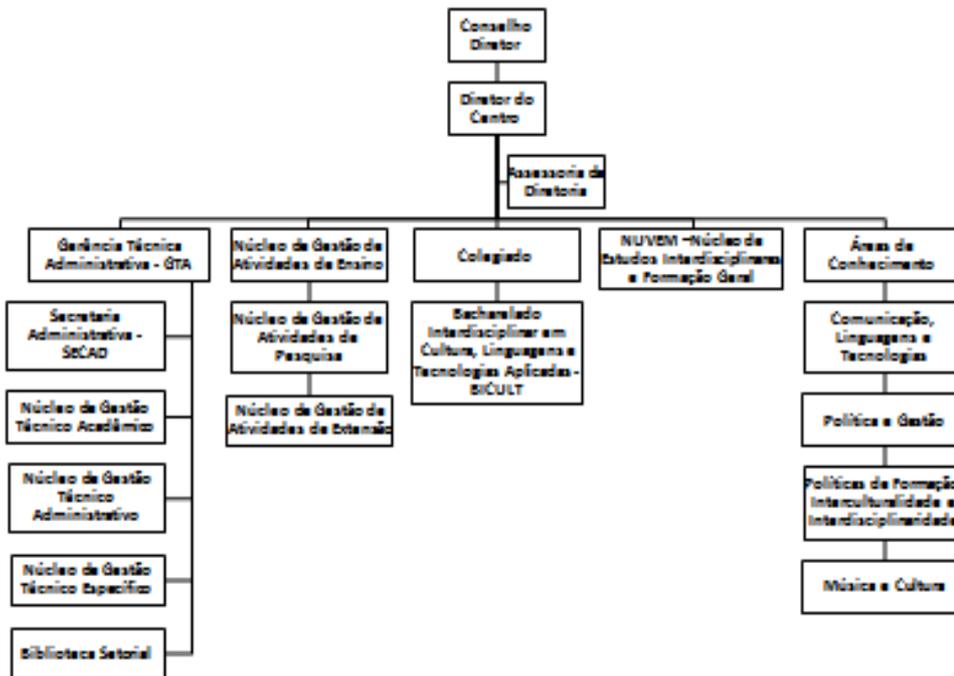
Fonte: Site UFRB, 2016

Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT

O CECULT representa uma experiência pioneira, inspirada nos estudos interdisciplinares nos campos da cultura, das tecnologias, das linguagens artísticas, da engenharia do espetáculo e da economia criativa. Formações, produtos e serviços oriundos

dessa proposta impactarão a dinâmica social e econômica da região e do estado da Bahia. Notadamente, por constituir um novo campo de desenvolvimento associado à vocação, aos padrões de criatividade e inovação dos aspectos regionais mais diretamente ligados à cultura (Figura 30).

Figura 31- Organograma do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas.



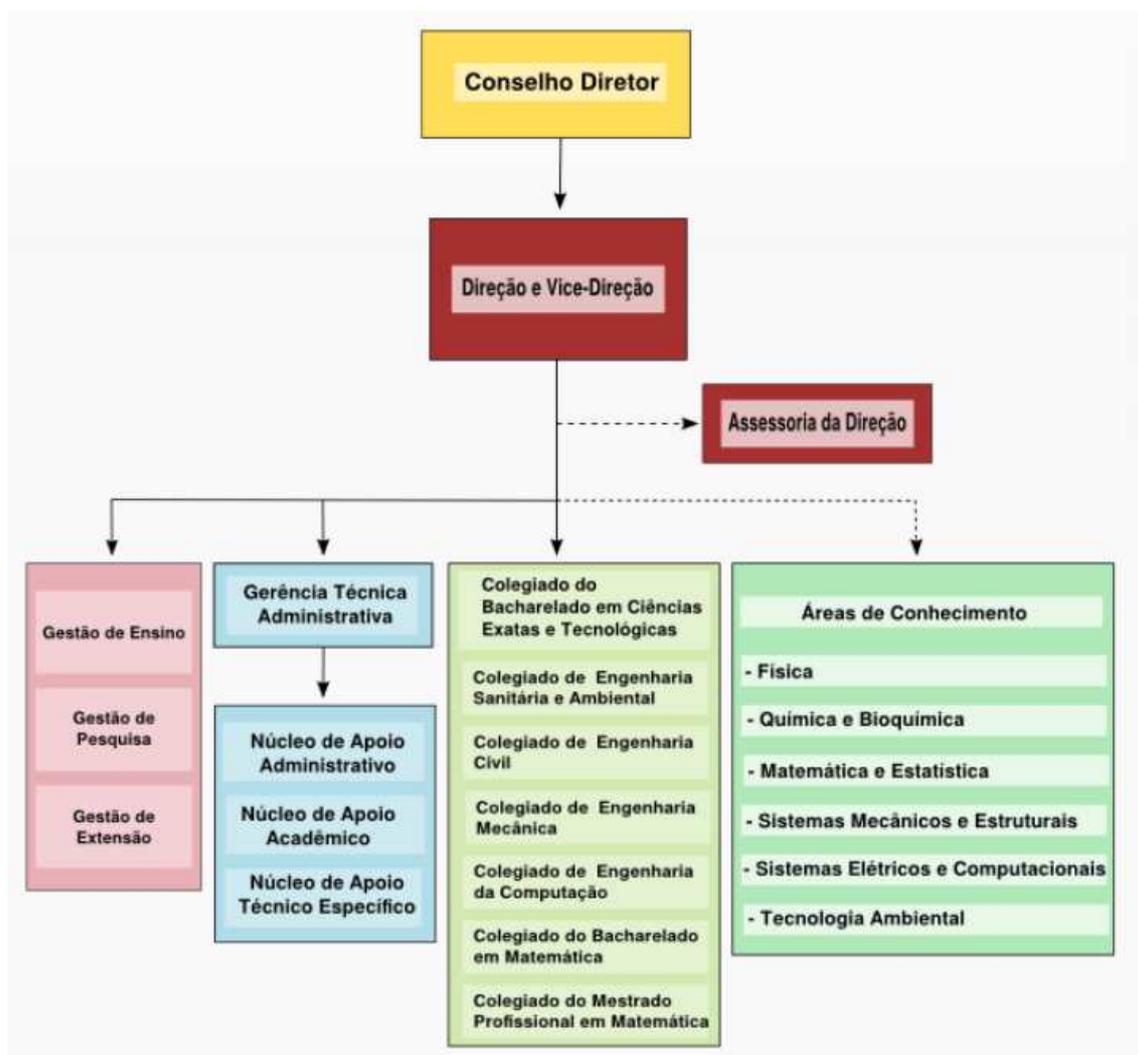
Fonte: Site UFRB, 2016

Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CETEC

O curso de Licenciatura em Matemática, modalidade à distância, é vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). É ofertado desde o início do semestre letivo 2014.2, nos sete polos de apoio presenciais credenciados ao Sistema UAB, que recebem apoio administrativo e pedagógico da SEAD.

O curso de Bacharelado em Engenharia Elétrica também é vinculado ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas e iniciou suas atividades acadêmicas e administrativas em abril de 2015.

Figura 32 - Organograma do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas.

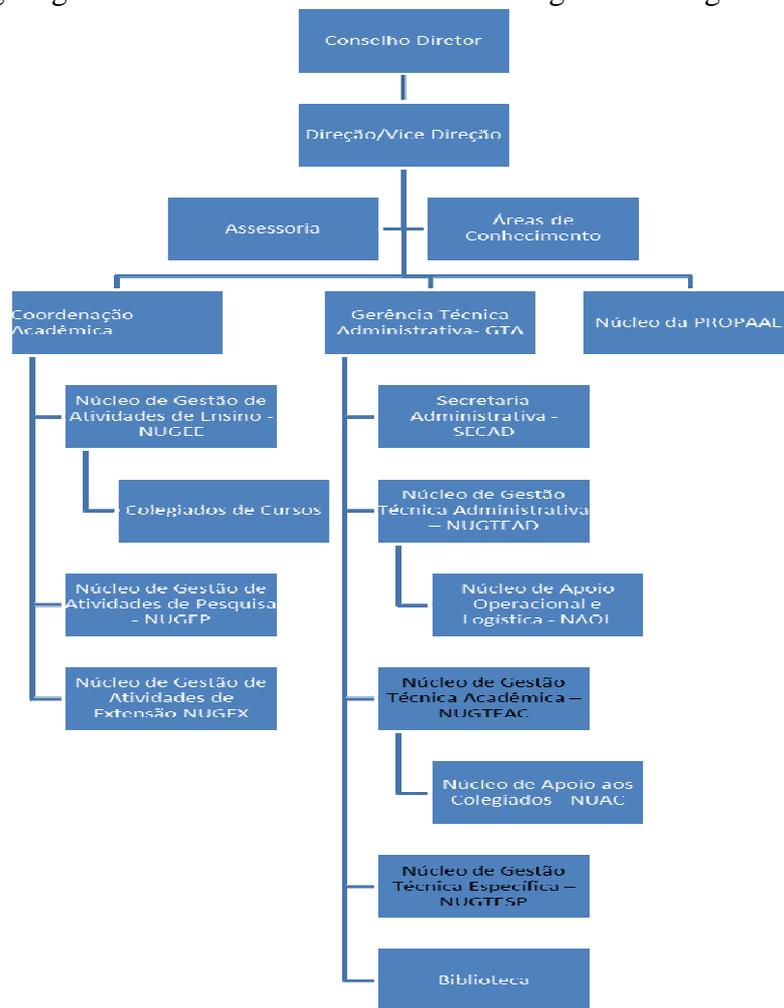


Fonte: Site UFRB, 2016

Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS

O CETENS possui duas turmas do Curso de Educação do Campo em Funcionamento (com habilitação em Matemática e Ciências Naturais) e o Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade iniciados em 2014.1. Ademais, cabe ressaltar que o CETENS já inicia suas atividades em 2013 com um Curso de Pós-Graduação *lato sensu*, denominado Especialização em Trabalho, Educação e Desenvolvimento para Gestão da Educação Profissional.

Figura 33 - Organograma do Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade.



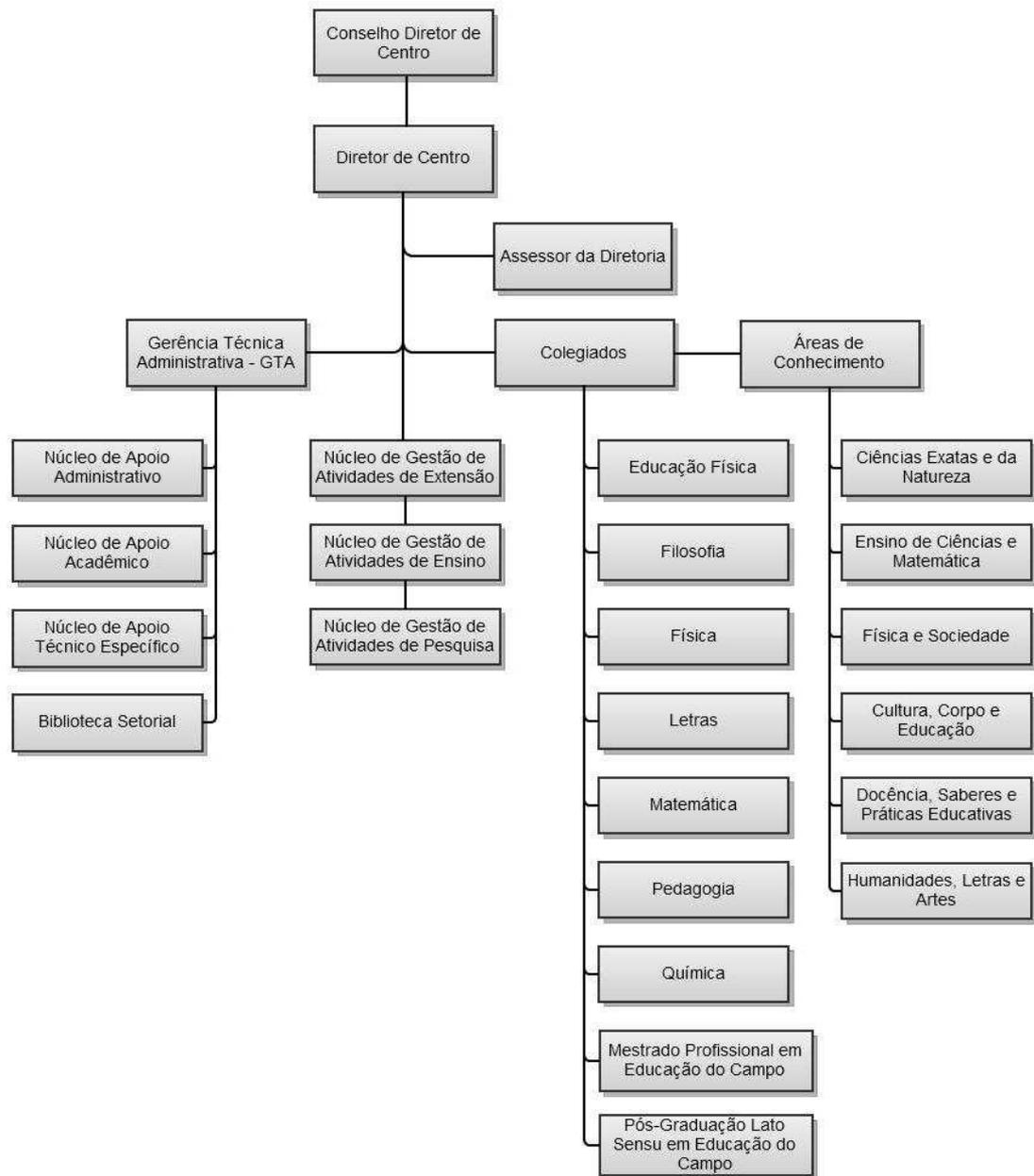
Fonte: Site UFRB, 2016

Centro de Formação de Professores – CFP

Destaca-se, no contexto do CFP, três cursos de pós-graduação, sendo duas especializações (lato sensu), *Educação e Interdisciplinaridade* e *Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial no Semiárido Brasileiro*, e um Mestrado Profissional em Educação do Campo, aprovado em 2012 pela CAPES. O CFP também sedia um DINTER em Educação em convênio com a Universidade de Minho, Portugal.

De acordo com o organograma apresentado (Figura 38), verifica-se que a Direção está interligada à Coordenação de Gestão Acadêmica (Núcleo de Gestão de Atividades de Ensino, ao Núcleo de Gestão de Atividades de Pesquisa, ao Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão) e à gerência Técnica Administrativa, cujos objetivos são acompanhar, apoiar e subsidiar o diretor do Centro na oferta de cursos, na realização das pesquisas e atividades de extensão. Além disso, a Coordenação de Gestão Acadêmica dá o suporte pedagógico e administrativo aos Colegiados de Curso. Ressalta-se que em cada instância deliberativa há a participação de representantes estudantis. Não obstante, é fundamental destacar o crescimento das estruturas acadêmicas, considerando a abertura de novos cursos de graduação e pós-graduação que reativam e atualizam a própria existência da Universidade na região que a abriga.

Figura 34 - Organograma do Centro de Formação de Professores.



Fonte: Site UFRB, 2016

Órgãos de apoio às atividades acadêmicas e administrativas nos Centros

Coordenação de Gestão Acadêmica

É o órgão da Administração Setorial responsável, em cada Centro, por assessorar o diretor na administração acadêmica, assegurar o funcionamento das atividades de ensino de

graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, articulando as áreas de conhecimento e os colegiados de cursos e, por fim, apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa. É constituído pelos Núcleos de Gestão de Pesquisa; Gestão de Extensão; e Gestão de Ensino.

Gerência Técnica

É o órgão da Administração Setorial responsável pelo apoio técnico administrativo em cada Centro, auxiliando-o no cumprimento da sua missão. A Gerência Técnica elaborou um projeto de reestruturação administrativa e ficou constituída pelos Núcleos de Gestão Técnica Acadêmica - NUGTEAC, Núcleo de Gestão Técnica Administrativa - NUGTEAD, Núcleo de Gestão Técnico Específica - NUGTESP, Secretaria Administrativa - SECAD e da Biblioteca Setorial. Dentro desses Núcleos foram criadas Divisões, pertencendo ao NUGTEAC a Divisão de Apoio aos Colegiados, ao NUGTEAD a Divisão de Serviços Operacionais e ao NUGTESP a Divisão de Atividades Técnico Específica.

A Gerência Técnica assessora o diretor nas questões relativas às áreas administrativa e financeira do Centro; promove, integra, compatibiliza e coordena as ações e planos de trabalho inerentes às áreas de apoio técnico administrativo do Centro; gerencia os processos de trabalhos inerentes à sua área de atuação, buscando a melhoria contínua, com foco na eficiência; supervisiona outras atividades administrativas do Centro, definidas em seu regimento; subsidia, por meio do Núcleo de Gestão Técnica Acadêmica:

- ✓ Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA) /PROGRAD, prestando informações necessárias à oferta de componentes curriculares e a realização de matrículas, bem como disponibilizando ao docente a documentação necessária ao seu trabalho;
- ✓ Coordenadoria de Informação e Documentação (CID) /PROAD, nos assuntos pertinentes à organização, gerenciamento, manutenção e ampliação do acervo bibliográfico e documental;
- ✓ Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) /PROPLAN, no que diz respeito à organização, gerenciamento, manutenção e ampliação do sistema de processamento de dados relacionados ao Centro.

Núcleo básico e comum

A universidade ainda carece de um planejamento estratégico consolidado, mais concreto e efetivo, que envolva todos os seus setores. Para tanto, o estabelecimento de metas e estratégias deve ter como prioridade o alcance das mesmas, considerando a universidade como um todo, mas deve, principalmente, definir, subsidiar e apoiar a autonomia das metas setoriais, levando em consideração a equidade de importância dos Centros e seu nível de autonomia, sobretudo, quando se trata de uma instituição multicampia.

O que parece existir fundamentalmente são planejamentos estratégicos em alguns setores, sem a consolidação de um plano de gestão estratégica consolidado para a UFRB como um todo, que integre e articule os diferentes níveis e âmbitos da instituição. Algo já vem sendo feito nesse sentido a partir de reuniões entre os Pró-Reitores e demais instâncias administrativas, inclusive com a Comissão da Estatuinte, que foi criada oficialmente em fevereiro de 2014 pelo Magnífico Reitor, visando, principalmente, rever o PDI e as formas de organização e funcionamento da instituição. A comissão da Estatuinte foi instalada e é composta por representações dos três setores da universidade (docentes, discentes e técnicos) e por representação da sociedade civil. Portanto, é uma comissão eclética e democrática, cuja composição garante diversidade e multirrepresentação. Sem dúvida, esse processo possibilitará pensar a universidade em uma perspectiva mais ampliada e integradora.

Outro problema enfrentado pela instituição refere-se à dificuldade de operacionalizar e organizar dados e indicadores institucionais que possam contribuir com a elaboração de estratégias sustentadas de gestão que sejam capazes de antecipar problemas e propor soluções para as dificuldades. Os sistemas de informação e comunicação da universidade carecem, urgentemente, de atualização.

Análise das Metas previstas no PDI/UFRB

O Plano de Desenvolvimento Institucional é elaborado para um período de 5 cinco anos, sendo um instrumento de planejamento e gestão. Sua elaboração deverá explicitar o modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da Instituição, tendo como pressuposto o atendimento ao conjunto de normas vigentes.

Limitações e Fragilidades

A análise das metas desta dimensão foi prejudicada por falta de informações e dados sobre as ações implementadas pela instituição. Um aspecto importante a destacar é que a estatuinte ainda está em processo de construção e a discussão sobre os problemas reais da universidade não foram produzidas efetivamente.

Uma limitação que merece ser apontada refere-se ao fato de que o prazo limite para a finalização dos Relatórios da CPA e da PROPLAN coincide (i.e., 30 de março). Algumas informações referentes aos relatórios setoriais, como a análise do cumprimento das metas do PDI, ainda precisam ser processadas e analisadas pela PROPLAN para indicar o grau de cumprimento das metas, o que certamente limita as possibilidades da Comissão de avançar no seu autoestudo sobre a universidade.

Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Toda a movimentação de recursos orçamentários e financeiros da UFRB está sob a responsabilidade da Administração Superior, através dos órgãos que compõem a estrutura organizacional da Universidade. A ordenação de despesas está alocada na Reitoria (gabinetes do Reitor e do Vice-Reitor), Pró-Reitorias, Direção dos Centros de Ensino e chefias executivas.

Uma vez que as despesas com *pessoal e encargos sociais* são automaticamente ajustadas pelo governo (despesas obrigatórias), e que os benefícios dos servidores e seus dependentes são compromissos precípuos no planejamento do orçamento da UFRB, de 2011 a 2016 a Universidade empregou recursos de *custeio* (manutenção) e de *capital* (obras, instalações, máquinas, equipamentos e material permanente), conforme ilustrado abaixo (Tabela 72).

Tabela 72. Evolução dos recursos orçamentários da UFRB relacionados a pessoal, investimento e outros custeios correntes

		2012	2013	2014	2015	2016
Pessoal	Autorizado	88.119.786,00	104.309.025,00	123.286.243,00	145.210.593,00	176.377.633
	Executado	86.655.445,17	102.011.010,61	122.642.996,87	142.349.909,27	174.751.467
Investimento	Autorizado	27.003.027,00	39.703.574,00	33.476.415,00	20.724.257,00	18.156.290
	Executado	12.026.080,65	31.448.149,68	15.395.079,35	9.229.640,88	10.288.104
Outros Custeios Correntes	Autorizado	29.595.340,00	56.253.229,00	63.088.089,00	61.167.243,00	68.106.091
	Executado	28.233.117,75	51.068.543,17	50.341.768,15	58.828.253,26	64.043.812
Total	Autorizado	144.718.153,00	200.265.828,00	219.850.747,00	227.102.093,00	262.640.014
	Executado	126.914.643,57	184.527.703,46	188.379.844,37	210.407.803,41	249.083.383

Fonte: Núcleo de Gestão Orçamentária, 2016.

Podemos constatar na tabela acima que o gasto de pessoal teve um aumento de aproximadamente 21,5% em relação ao ano de 2015, fato decorrente do aumento do número de funcionários. Uma coisa nos chama a atenção no que diz respeito ao investimento, o fato de apesar da quantia autorizada ter diminuído, 88% da do ano anterior, houve um aumento de cerca de 11,5% do executado. É importante ressaltar que a partir do ano de 2014 houve uma seqüência de quedas referentes ao investimento na UFRB, tanto na quantia autorizada quanto na executada.

Os recursos orçamentários referentes a pessoal, expostos na Tabela 72, englobam também professores substitutos e encargos sociais de servidores ativos, inativos e pensionistas. Os demais custeios correntes incluem pagamentos dos benefícios aos servidores

e seus dependentes (auxílios saúde, transporte, alimentação, exames periódicos e auxílio pré-escolar), consumo e manutenção da UFRB.

Em relação ao aumento da quantidade de números de servidores efetivos, no ano de 2016 a universidade passa a possuir um quadro que totaliza 763 docentes e 715 servidores técnico-administrativos, conforme a Tabela 73 abaixo.

Tabela 73. Quadro de pessoal da UFRB

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Docentes	520	528	579	579	627	763
Técnicos	486	477	477	520	538	715
Total	1.006	1.005	1.056	1.099	1.165	1.478

Fonte: PROGEP, 2016. Observação: Não estão incluídos servidores terceirizados e professores temporários.

O fortalecimento da extensão, pesquisa e pós-graduação caracteriza-se como uma política estratégica para garantir a sustentabilidade da UFRB, e a isto deve estar atrelada a viabilidade técnica e operacional das atividades apoiadas e financiadas. A UFRB capta recursos que venham compensar as atuais quedas nas contas da tabela de custos de pessoal, investimento e outros custeios. A atividade é conjunta das Pró-Reitorias, que fomentam a ação dos docentes na captação de recursos, através da elaboração de projetos, da participação em editais e concurso. Ressalta-se a importância da assinatura do site Financiar, com sistema de prospecção de agentes financiadores/fomento de pesquisa, desenvolvimento e inovações. Link: <https://www.financiar.org.br/>

A UFRB busca fomentar a constante atualização de seu pessoal, através de modalidades de ações como o PLANFOR, Política Institucional para capacitação docente, a adoção de horário especial para servidor estudante, a autorização de afastamentos para capacitação no Brasil e no exterior, o PRODOUTORAL e possibilidade de intercâmbios (PROCAD), o que estabelece a dinâmica do movimento financeiro, apresentada na tabela 74 abaixo.

Tabela 74. Evolução dos gastos com capacitação de servidores

ANO	AUTORIZADO	EXECUTADO
2010	214.299,00	170.963,61
2011	-	428.598,00
2012	400.000,00	446.077,27
2013	600.000,00	749.159,00
2014	1.000.000,00	826.953,55
2015	500.000,00	326.279,49

2016	100.000,00	73.726,00
TOTAL	2.814.299,00	3.021.756,92

Fonte: Núcleo de Gestão Orçamentária, 2016. (Consulta SIOP 18/01/2017)

Destaca-se que a dotação orçamentária autorizada teve seu maior valor em 2014, do qual foram executados 82,70%, contrastando com duas quedas intensas nos dois anos seguintes: no ano de 2015 uma redução de 50% e no ano de 2016 uma redução de 80%. Essas reduções foram reflexos dos contingenciamentos executados pelo governo federal devido a uma política agressiva de redução de gastos por parte do governo Dilma, e que se intensificou com o governo Temer. Essa redução nas verbas para as universidades impactou fortemente a UFRB no que diz respeito ao desenvolvimento de atividades de Pesquisa, Extensão, Ensino, nas políticas de permanência discente na consolidação dos novos centros, entre outras ações.

Quando observamos os gastos em relação às diárias e passagens, vemos que o comportamento desses gastos segue o de redução à medida que os anos passam, podemos constatar isso na tabela 75.

Tabela 75. Evolução dos gastos com diárias e passagens.

DESCRIÇÃO	ANO				
	2012	2013	2014	2015	2016
1. Passagens	345.330,87	586.623,00	839.807,88	445.299,67	242.097,00
2. Diárias e ressarcimento de despesas de viagens	559.451,16	855.692,00	974.173,47	585.691,41	343.918,29
TOTAIS	904.782,03	1.442.315,00	1.813.981,35	1.030.991,08	586.015,29

Fonte: Núcleo de Gestão Orçamentária, 2016

Podemos notar pela Tabela 75 que ocorreu decréscimo tanto nos gastos com passagens, correspondendo a 54,37% do total disponibilizado em 2015 e em relação às diárias e ressarcimento de despesas de viagens o valor de 2016 foi equivalente a 58,72% dos gastos do ano anterior. Essa situação teve impacto forte no que diz respeito às ações de pesquisa, extensão e ensino. Exemplo: apresentação de trabalhos em congresso, pesquisa de campo, ações extensionistas, mobilidade de docentes e estudantes na *multicampia*, entre outras atividades.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Toda a movimentação de recursos orçamentários e financeiros da UFRB está sob a responsabilidade da Administração Superior, através dos diferentes órgãos que compõem a estrutura organizacional da Universidade. Uma importante fonte de captação de recursos para as atividades de pesquisa e extensão tem sido através da iniciativa de pesquisadores na elaboração de projetos aprovados em editais de agências de fomento, como CNPq, CAPES, FAPESB, Ministério da Educação, Ministério da Cultura e PETROBRAS.

Alguns docentes com projetos aprovados e termo de outorga assinado não tem a liberação dos recursos, pelas agências de fomento, o que vem a comprometer as diferentes atividades de pesquisa e extensão já programadas pelos docentes.

Para sanar essas dificuldades financeiras, há a necessidade de repasse pelos órgãos de fomento aos projetos já aprovados e também, ações entre Pró-reitorias e pesquisadores, no sentido de dar suporte à prospecção de onde estão os recursos, para submissão conjunta entre docentes, governança dos recursos com pesquisadores, entidades e a universidade, responsabilidade coletiva, com respectiva prestação de contas. Isto requer uma ação conjunta de formação em serviço, integrando a atuação das Pró-Reitorias diretamente ligadas à execução e gestão financeira (PROPLAN, PROAD), e aquelas que fomentam a pró-atividade dos pesquisadores na captação de recursos, através da elaboração de projetos, da participação em editais e concursos (PPGCI, PROGRAD, PROEXT, PROPAAE).

É importante destacar que a UFRB, em razão de sua política de acesso e permanência, implementada pela Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis -PROPAAE, tem demanda expressiva de recursos materiais e humanos para apoiar os estudantes para a permanência na universidade, através da garantia de bolsas, auxílios financeiros oriundos do MEC-FNDE, referentes ao Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (em diferentes modalidades: moradia, alimentação, saúde, material didático, participação em eventos, dentre outros), além da destinação de recursos próprios no suprimento das demandas da permanência e da pós-permanência dos egressos.

Isto implica em práticas de gestão institucional que integrem, em ações articuladas, os recursos de fomento à permanência estudantil, com a promoção de formação qualificada e de construção do êxito acadêmico. Através da política de planejamento, se desenvolve uma cooperação sinérgica entre os atores sociais na gestão dos recursos captados dos diferentes programas (PET, PIBIC, PIBIC-AF, PIBID, PIBID-DIVERSIDADE, PPQ, PIBEX, entre outros), ligados ao ensino, à pesquisa e à extensão, à política de assuntos estudantis e às ações afirmativas, o que traz a sistemática de planejamento e avaliação para o cerne das ações da

gestão institucional, ao encargo da Administração Superior e das Pró-Reitorias de Planejamento (PROPLAN) e de Administração (PROAD).



Eixo V - Infraestrutura Física

Parte fundamental no processo para assegurar as melhores condições educacionais, as construções têm sido desenvolvidas em ritmos que se adaptam ao contexto econômico nacional. Valorizando também as características que remetem à identidade arquitetônica da UFRB (nos *campi* das cidades de Cruz das Almas, Cachoeira/São Félix, Santo Antônio de Jesus, Amargosa, Feira de Santana e Santo Amaro), as infraestruturas físicas demonstram a importância da aplicabilidade dos recursos para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão.

Diferentes estruturas físicas encontram-se em construção, sendo possível destacar edificações para infraestrutura, urbanização, iluminação e laboratórios diversos. No ano de 2015, apenas os campus de Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus e Amargosa foram contemplados com obras. Já no ano de 2016, somente o campus de Cruz das Almas concluiu e entregou uma obra (Tabela 76). Os *campi* de Cruz das Almas, Amargosa e Santo Antônio de Jesus possuem obras em andamento (Tabela 77).

Tabela 76. Obras concluídas por campus da UFRB em 2016

Obras Concluídas			
Construção	Campus	Edificação	Área Executada (m ²)
1	Cruz das Almas	Laboratório de Amostras	532,68
Total			532,68

Fonte: SIPEF, 2016.

Tabela 77. Obras em andamento por campus da UFRB em 2016

Obras em Andamento			
Construção	Campus	Edificação	Área (m ²)
1	Cruz das Almas	Pavimentação	36.482,21
2		Rede Hidráulica	1.200,00
3		Reservatórios	48
4		Iluminação	17267,79
5		Complexo Laboratorial de Tecnologias Limpas	1595,70
6		Conclusão das Unidades de Apoio Acadêmico: Laboratórios da Engenharia de Pesca, e construção das respectivas vias de acesso e pátios de estacionamento da UFRB	653,84
7		Construção da I etapa da	235,52

		Estação Agroecológica	
8	Amargosa	Complexo Laboratorial do CFP	6.299,60
9		Centro Poliesportivo CFP	6077,17
10	Santo Antônio de Jesus	Pavilhão de Laboratórios CCS	3609,43
11		Biblioteca Setorial	3863,24
12		Sede CCS	2.185,51
Total			77.332,50

Fonte: SIPEF, 2016.

A partir dos dados e instrumentos que dão subsídios à presente autoavaliação referente ao ano de 2016, constatou-se a existência de quatro obras paralisadas (Tabela 78); um número menor em comparação ao ano de referência de 2015, que ao total somavam seis obras paradas. Segundo a SIPEF, os processos tramitam seguindo as previsões legais.

Por outro lado, não se deve desconsiderar a incerteza quanto aos prazos de finalização de obras de expansão física, principalmente se for tomado como referência o atual cenário em que a economia nacional se encontra.

Tabela 78. Obras paralisadas por campus da UFRB em 2016

Obras Paralisadas - 2016			
Construção	Campus	Edificação	Área (m ²)
1	Cruz das Almas	Pavilhão de Aulas III	4.446,61
2		Unidades de Zootecnia	2428,04
3		Complexo Laboratorial de Tecnologias Limpas	1595,70
4	Santo Antônio de Jesus	Pavilhão de Aulas II e Estacionamento	4.446,61

Fonte: SIPEF, 2016.

Cada campus, obviamente, guarda sua particularidade, inclusive no que compete à infraestrutura. Dos *campi* da UFRB, certamente o CAHL (Centro de Artes, Humanidades e Letras), localizado na cidade de Cachoeira, é o que mais possui restrições. As dificuldades encontradas quanto à estruturação das edificações esbarram na sua representação de patrimônio com grande valor artístico, histórico e arquitetônico do Recôncavo. Dessa forma, os projetos dessas cidades (Cachoeira/São Félix) devem ser desenvolvidos visando a preservação desse patrimônio, o que em muitas vezes impossibilita o desenvolvimento de

projetos estruturais voltados para a comunidade acadêmica, atividades administrativas e atividades dos docentes.

Apesar da retração econômica e das incertezas políticas ocorridas na conjuntura atual, em especial no ano de 2016, percebe-se que houve uma ampliação significativa da infraestrutura física, em relação à 2015. Embora haja uma pequena queda, de 2015 para 2016, de 5% nos números totais (19% em 2015 e 14% em 2016), os investimentos continuam, mostrando o compromisso institucional na procura de melhorias físicas; um salto de 11830,12 m² de área construída, ou seja, a área construída passou de 86129,62 m² em 2015, para 97959,74 m² em 2016. Todavia, vale destacar que, segundo os dados encaminhados pela SIPEF e demonstrados na Tabela 79, o *campus* que mais cresceu em termos de área construída foi o de Cruz das Almas. Entre 2015 e 2016, este *campus* recebeu um investimento que proporcionou um acréscimo de 10463,93 m², enquanto outros *campi* não receberam grandes investimentos ou acréscimo de área construída, como o caso do campus de Feira de Santana, que permanece com a mesma área desde o ano de 2014 (Tabela 79).

Tabela 79. Área total e construída por campus da UFRB em 2013 e 2016

Campus	Área Total	Área Construída			
		2013	2014	2015	2016
m ²					
Cruz das Almas	16.570.000,00	44.420,28	44.420,28	54.819,97	65.283,90
Santo Antônio de Jesus	137.175,55	6.853,12	8.242,83	10.786,25	10.555,19
Amargosa	65.217,39	8.047,81	8.047,81	8.356,51	8.501,74
Cachoeira	9.704,68	9.704,68	9.704,68	9.874,24	10.303,87
Feira de Santana	-	-	1.979,85	1.979,85	1.979,85
Santo Amaro	-	-	312,8	312,8	1.335,19
Total	16.782.097,62	70.935,89	72.325,60	86.129,62	97.959,74

Fonte: SIPEF, 2016.

Sabe-se, no entanto, que o cenário político e econômico no Brasil não contribuiu para o andamento de qualquer investimento na Educação. As dificuldades nas conclusões das obras, a ausência de instalações adequadas e a relativa falta de diálogo das gestões superiores figuram como possíveis agentes dificultadores do processo educacional. O cumprimento das metas pactuadas, nesse ínterim, são visivelmente comprometidas. Contudo, é preciso priorizar e valorizar ações que venham a superar tais obstáculos, bem como para aprimorar o planejamento, evitando que situações desta natureza se repitam com tanta frequência. No estudo quantitativo da infraestrutura não foi possível observar dados a respeito da qualidade das obras.

As Tabelas a seguir detalham as instalações de área construídas (Tabela 80), como também os indicadores de autoavaliação estrutural (Tabela 81), nos diversos *campi* da UFRB.

Tabela 80. Detalhamento de área construída da UFRB

No.	Denominação da obra	Área Construída (m ²)
1.0	Campus Cruz das Almas	
	<i>Administração Central</i>	
1.1	Reitoria	3.546,00
1.2	PROEXT	362,13
1.3	PROGEP CAD	362,13
1.4	PROGEP CDP	362,13
1.5	PROPAAE	362,13
1.6	SURRAC	362,13
1.7	COTEC	537,63
1.8	SIPEF	644,04
1.9	Galpões Logística, patrimônio e laboratórios (6 unidades)	1.216,80
1.10	Biblioteca Central	4.482,87
1.11	Garagem/ Manutenção/ Vigilância	511,72
1.12	Guarita 01	25,00
1.13	Guarita 02	7,01
	<i>Campus de Cruz das Almas</i>	
1.14	Pavilhão de Laboratórios de Graduação	2.480,35
1.15	Pavilhão da Pós-Graduação CCAAB (Antigo Zootécnica)	1.722,64
1.16	Pavilhão de Laboratórios de Química	2.540,26
1.17	Pavilhão de Laboratórios de Ciências Biológicas	3.609,43
1.18	Pavilhão de Laboratórios do CETEC	3.779,51
1.19	Sede CCAAB	2.185,51
1.20	Sede CETEC	1.967,28
1.21	Sede da Fazenda Experimental	206,29
1.22	N.E.P.A	375,48
1.23	Restaurante Universitário	685,66
1.24	Carpintaria	492,31
1.25	Pavilhão de Aulas I	4.232,30
1.26	Pavilhão de Aulas II	4.232,30
1.27	Unidade de Apoio Acadêmico - Química do Solo	1.074,10
1.28	Unidade de Apoio Acadêmico (8 unidades)	3.667,76
1.29	Unidade de Laboratórios de Eng. Florestal	933,56
1.30	Anexos da Unid. de Eng. Florestal	427,68
1.31	Hospital Veterinário	4.314,49
1.32	Centro Esportivo	1.704,97
1.33	Residência Estudantil. Hospital	270,01
1.34	Residência Estudantil Trio elétrico	703,66

1.35	Residência Estudantil	939,74
1.36	Unidade de Recebimento de Amostras	532,68
	POS GRADUAÇÃO	
1.37	Sede da PPGCI	395,65
1.38	Auditório da PPGCI	184,92
1.39	Anexo da PPGCI	77,05
	CASA (Antigas residências de servidores docentes) *	
1.40	Unid. 01 - NEAD	213,29
1.41	Unid. 02 - AGROVIDA	213,29
1.42	Unid. 03 - SUPAI	213,29
1.43	SUPAI Anexo	60,35
1.44	Unid. 04 - Diretórios Estudantis 1	213,29
1.45	Unid. 05 - Diretórios Estudantis 2	213,29
1.46	Unid. 06 - CETEC Sala de Professores	213,29
1.47	CETEC Sala de Professores Anexo	60,35
1.48	Unid. 07 - NEAS I	213,29
1.49	NEAS I Anexo	120,7
1.50	Unid. 08 - NEAS II	213,29
1.51	NEAS II Anexo	60,35
1.52	Unid. 09 - Memorial do Ensino Agrícola	213,29
1.53	Memorial do Ensino Agrícola Anexo	60,35
1.54	Unid. 10 - NBIO	213,29
1.55	NBIO Anexo	75,12
1.56	Unid. 11 - Biologia	213,29
1.57	Biologia Anexo	60,35
1.58	Unid. 12 - Clínica Fitosanitária	213,29
1.59	Clínica Fitosanitária Anexo	60,35
1.60	Unid. 13 - INCUBA	213,29
1.61	INCUBA Anexo	60,35
1.62	Unid. 14 - LAFA	213,29
1.63	LAFA Anexo	120,7
1.64	Unid. 15 - PET Conexões	213,29
1.65	PET Conexões Anexo	60,35
1.66	Núcleo de meio ambiente - Anexo	60,35
1.67	Unid. 16	213,29
1.68	Unid. 17	213,29
1.69	Unid. 18	213,29
1.70	Unid. 19 - ocupada com moradores	213,29
1.71	Unid. 20 - ocupada com moradores	213,29
1.72	Unid. 21 - ocupada com moradores	213,29
	<i>* a informação do uso dos imóveis é do final do início de 2016</i>	

	A VIÁRIO	
1.73	Galpão Aviário	409,27
1.74	Galpão Aviário	348,45
1.75	Galpão Aviário	323,20
1.76	Galpão Aviário	134,60
1.77	Depósito	84,44
1.78	Apiário	45,43
1.79	Pocilga	487,93
1.80	SIPA (Sist. Integr. Prod. Agroecol.)	306,00
1.81	INSECTA	251,60
	ESTÁBULO	
1.81	Esterqueira	136,80
1.82	Galpão	206,53
1.83	Galpão	444,09
1.84	Estábulo	536,41
1.85	Curral	1036,91
	subtotal	65.283,90
2.0	Campus CCS/SAJ	
	<i>(Prédios antigos)</i>	
2.1	Bloco 01	267,38
2.2	Bloco 02	268,38
2.3	Bloco 03	296,43
2.4	Bloco 04	436,32
2.5	Bloco 05	265,94
2.6	Área coberta entre dois os blocos, onde funciona a reprografia	117,00
	<i>(Prédios novos)</i>	
2.7	Pavilhão de Aulas I	4.232,30
2.8	Galpões de Logística, patrimônio e laboratórios (02 galpões)	413,82
2.9	Unidade de Apoio Acadêmico	1.163,38
2.10	Unidade Serviço de Atendimento Psicológico	712,66
2.11	Residência Universitária	939,74
2.12	Unidade de Laboratórios Multidisciplinares (Recursos FINEP)	1.333,44
2.13	Guarita-Pórtico de entrada	108,40
	subtotal	10.555,19
3.0	Campus CAHL/Cachoeira	
3.1	Quartirão Leite Alves	7.099,80

3.2	Edf. da Fundação Hansen Bahia (exceto parte do pavimento térreo)	1.443,06
3.3	Sede do CAHL - Rua Ana Nery, 25.	821,27
3.4	Residência Estudantil (São Felix)	939,74
	subtotal	10.303,87
4.0	Campus FP/Amargosa	
4.1	Pavilhão de Aulas	4.232,30
4.2	Sede do CFP	2.519,54
4.3	Galpões de Logística, patrimônio e laboratórios (02 galpões)	413,82
4.4	Residência Estudantil	939,74
4.5	Casa de Duca	287,94
4.6	Guarita-Pórtico de entrada	108,40
	subtotal	8.501,74
5.0	Campus Santo Amaro	
5.1	Sede do CECULT (Imóvel atual, cedido pelo município)	376,21
5.2	NEIM (Imóvel atual, cedido pelo município)	612,18
5.3	CECULT (Imóvel alugado)	346,80
	subtotal	1.335,19
6.0	Campus Feira de Santana	
6.1	Pavilhão 01	91,00
6.2	Pavilhão 02	237,90
6.3	Pavilhão 03	372,85
6.4	Pavilhão 04	686,50
6.5	Pavilhão 05	313,30
6.6	Pavilhão 06	278,30
	subtotal	1.979,85
	TOTAL GERAL	97.959,74

Fonte: SIPEF, 2017.

A UFRB possui nas mais diferentes áreas do conhecimento, pesquisadores e técnicos com condições científicas, intelectuais e artísticas para contribuir mais ativamente com uma imensa diversidade de pesquisas. Como mostra a Tabela 80, a instituição, de maneira geral, encontra-se com inúmeros laboratórios, pavilhões de aulas, bibliotecas, galpões aviários,

residências estudantis, hospital veterinário, e parcerias importantes como Hansen Bahia, Ana Nery, Dona Canô, Casa de Duca, entre outros.

Embora a realidade da UFRB ainda precise de muitos outros recursos e investimentos, a instituição procura parcerias, editais e outros mecanismos para diminuir as suas dificuldades. Contudo, fica evidente que há uma necessidade de maior interação institucional entre as pró-reitorias para uma política pública de pleno funcionamento do Complexo de Pesquisa, com maior facilidade de comunicação, participação em editais nacionais, rediscussão de linhas de pesquisa, eventos científicos, conserto de equipamentos, compra de peças, aquisição dos mobiliários (armários embutidos) dos laboratórios experimentais, como por exemplo: Lipe, Lapro, Lacts, Lipage 1, Lipage 2, Biotério, Saed, Finep 34, Finep 35, Finep 36, Finep 37 e sala de reunião. Na verdade, muitos equipamentos e mobiliários são adquiridos, mas não instalados e/ou distribuídos. É preciso uma desburocratização do processo. Tal procedimento burocrático impede a melhoria nas instalações de salas e laboratórios. A Tabela 81 evidencia os indicadores de mobiliários, salas e equipamentos por Centro da UFRB.

Tabela 81. Autoavaliação dos indicadores de infraestrutura pelos respectivos Centros

INFRAESTRUTURA	CENTRO	INDICADORES QUANTITATIVOS	OBSERVAÇÕES
Número e condições de salas de aula	CAHL	22 salas 09 laboratórios	Capacidade das salas: 730 alunos. Laboratórios: Conservação e Restauro, Pesquisa Social, Ensino de História, Jornalismo impresso, Restauro de papel, Arqueologia, Informativa avançada (2) e Informática Básica
	CCAAB	25 salas para aulas teóricas. Para aulas práticas, o CCAAB dispõe de 119 laboratórios e de campo	Mobiliário adequado, salas limpas, mas a maioria sem refrigeração. 119 Laboratórios, distribuídos em 16 prédios, pavilhões, ou blocos diferentes.
	CETEC	25 salas. 54 laboratórios	Capacidade total: 1280 alunos. Mobiliário adequado, salas limpas, mas quentes.
	CFP	25 salas. 14 laboratórios	Capacidade total: 1280 alunos. Mobiliário adequado, salas limpas, mas quentes. Laboratórios: Química; Bioquímica/Biologia; Física; Matemática; Brinquedoteca; Anatomia; Educação Física, Informática, Interdisciplinar de Formação de Educadores - LIFE

	CCS	24 salas de aula 35 laboratórios	Capacidade total: 1152 alunos. Mobiliário adequado, salas limpas, mas quentes. Dois laboratórios possuem ar-condicionado.
	CECULT	04 salas de aula 01 laboratório de Informática	Além de 03 salas de aula do NEIM/CCAAB, em boas condições que estão sendo utilizadas pelo CECULT.
	CETENS	08 salas de aula 08 Laboratórios	Laboratórios: Química (2), Física (2), Tecnologia Assistiva, Biologia, Informática e Ensino, Pesquisa e Extensão.
Número e condições de salas para instalações administrativas	CAHL	16 salas, 12 no Prédio Ana Nery e 04 no Pavilhão Leite Alves.	Todos os espaços físicos destinados a atividades administrativas do CAHL estão situados no segundo piso do Pavilhão Leite Alves e no Prédio do Ana Nery. No Pavilhão Leite Alves está ocupado para funcionamento das salas de administrativas, área única com várias divisórias de MDF, vazadas, sem isolamento acústico, sem condições adequadas de iluminação e temperatura, havendo apenas dois ar-condicionados para refrigerar todo o estaco. Além destes espaços, existe o Prédio da Fundação Hansen (desativado e aguardando avaliação de comissão composta por arquitetos e engenheiros) e mais dois espaços com núcleos vinculados a Reitoria (Biblioteca Clemente Mariani e NUDOC que também possuem áreas administrativas. No Pavilhão Leite Alves também existe uma sala da PROPAAE. De modo geral, as instalações físicas para funcionamento dos setores administrativos do CAHL necessitam passar por melhorias. A Direção do CAHL está constituindo comissão para analisar os usos de todos os espaços físicos visando uma proposta de otimização e melhoria destes.
	CCAAB	Não foi possível quantificar as salas onde estão funcionando os setores/núcleos Administrativos. Aparentemente estão em número e espaços adequados.	O prédio é novo e bem conservado com uma boa acústica e os serviços de limpeza são satisfatórios. Já o mobiliário ainda não contempla todos os espaços.
	CETEC	Salas novas localizadas na nova sede do Centro.	

	CFP	08 salas, de 8,3m2 (NUAC) a 39,3m2 (Colegiado)	As salas se encontram no: NUATE, NUAC ATEND, NUAC, COLEGIADO, NUAD/GTA, PROPAAE, DIREÇÃO e BIBLIOTECA. Prédio recém-construído, com boa acústica. O mobiliário é novo em todas as salas. Salas sempre limpas, com janelas, porém com pouca ventilação. Salas quentes.
	CCS	12 salas com pouco mais de 50m ²	A maioria, em excelente estado de conservação e com um ventilador em média para amenizar a temperatura. Desconfortáveis termicamente.
	CECULT	10 salas	Em boas condições
	CETENS	07 salas	Em boas condições
Número e condições de salas para professores	CAHL	01	Cap.:15 docentes
	CCAAB	96 gabinetes individuais	-
	CETEC	54 gabinetes individuais	-
	CFP	01 sala de 23,76m2	Prédio recém-construído, com boa acústica. O mobiliário é novo. Salas sempre limpas, com janelas, porém com pouca ventilação. Salas quentes.
	CCS	01 sala 48 gabinetes	Sala de uso comum para professores, com dois computadores, uma impressora, mesas e cadeiras e um ventilador. Os gabinetes, em bom estado de conservação, com duas estações de trabalho, dois porta arquivos e dois computadores em cada.
	CECULT	01 sala	Em boas condições
	CETENS	24 salas 08 gabinetes	Possui um banheiro em cada gabinete.
Número e condições de salas destinadas para reuniões	CAHL	01 sala	-
	CCAAB	02 salas	Estão situadas na nova sede do Centro, com uma mesa e 12 cadeiras por sala, com aparelhos de ar condicionado a serem instalados.
	CETEC	03 salas	-
	CFP	02 salas (14 e 18m2)	Uma no pavilhão de aulas e outra no prédio administrativo.
	CCS	01 sala com mais de 50m ²	Em excelente estado de conservação e com um ventilador para amenizar a temperatura.
	CECULT	02 salas	Em boas condições-
	CETENS	01 sala	-
Número e condições dos	CAHL	0	Sem gabinete de professor.

gabinetes de trabalho dos professores	CCAAB	96 gabinetes individuais de aproximadamente 6,0m ²	Prédio recém-construído e em vias de resolver alguns problemas de salubridade no trabalho e conforto ambiental
	CETEC	54 gabinetes individuais de aproximadamente 6,0m ²	Prédio recém-construído.
	CFP	61 gabinetes de 8,30m ²	Atende 02 professores por gabinete.
	CCS	48 gabinetes	Em bom estado de conservação, com duas estações de trabalho, dois porta arquivos e dois computadores em cada.
	CECULT	Não dispõe de gabinetes para professores	-
	CETENS	08 gabinetes	08 gabinetes com 03 salas e 01 banheiro cada.
Número e condições de salas de conferências / auditórios / cinema	CAHL	02	O auditório principal tem características de um teatro, possui palco elevado com piso de madeira, excelente acústica para apresentações musicais, boas condições para projeção de filmes, climatização e isolamento acústico adequados, acessibilidade para portadores de deficiência, camarim e capacidade para 250 pessoas sentadas. O segundo auditório do CAHL, que fica no Hansen, possui capacidade para 100 pessoas. Ambos os espaços possuem poltronas, mesas e cadeiras adequadas.
	CCAAB	0	O CCAAB não dispõe destas instalações, são utilizados os auditórios da Biblioteca Central, Auditório do Prédio da Reitoria ou da Pró - reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação que fica no mesmo campus.
	CETEC	0	O CETEC não dispõe destas instalações, são utilizados os auditórios da Biblioteca Central, Auditório do Prédio da Reitoria ou da Pró - reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação que fica no mesmo campus.
	CFP	02 salas de aula com 85,25 e 117,39m ² , respectivamente.	Usadas as salas 06 e 07 do pavilhão de aulas, pois ainda não existe local próprio. Estas salas têm capacidade para 70 pessoas.
	CCS	0	-
	CECULT	Não dispõe de auditório.	Quando precisa de um espaço maior é utilizado o Teatro Dona Cano, teatro da cidade, com qual tem parceria.
	CETENS	Não dispõe de auditório.	É utilizada a sala 08 da Pós - graduação e em eventos de grande porte, utilizado lugares fora do Centro.

Número e condições das instalações sanitárias	CAHL	18 sanitários	-
	CCAAB	09 sanitários	Na sede onde funciona a Direção e a parte administrativa.
	CETEC	08 sanitários	Na sede onde funciona a Direção e a parte administrativa. Desses, 02 são adaptados para portadores de necessidades especiais.
	CFP	16 sanitários	Existem no pavilhão de aulas: 03 sanitários femininos, com aproximadamente 20m ² e 03 sanitários masculinos, com aproximadamente 25m ² . Além dos 02 sanitários destinados aos funcionários, que ficam dentro da copa, com 3,36m ² . No prédio administrativo há: 02 sanitários femininos, com 12,95m ² , e 02 sanitários masculinos, com 18,25m ² . Além dos 04 sanitários destinados aos funcionários, que ficam na copa, de aproximadamente 3m ² . Os sanitários masculino e feminino do andar superior do prédio administrativo estão interditados, devido a vazamentos ainda não solucionados.
	CCS	8 sanitários	6 dos banheiros (três masculinos e três femininos) em excelente estado de conservação. Dois banheiros desativados por causa de vazamentos.
	CECULT	10 sanitários	No pavilhão de aulas – 6 dos banheiros (três masculinos e três femininos), sendo 02 para portadores de necessidades especiais. No prédio Administrativo: 04 banheiros de uso misto, em boas condições
	CETENS	14 sanitários	08 banheiros nos gabinetes, 03 na biblioteca (sendo 02 coletivos), 03 na parte administrativa e direção.
Número e condições de áreas de convivência	CAHL	0	Sem área de convivência.
	CCAAB	0	Sem disponibilidade desses espaços.
	CETEC	0	Sem disponibilidade desses espaços.
	CFP	01 com 7,89m ²	Localizada no pavilhão de aulas, andar superior.
	CCS	0	-
	CECULT	01 sala de leitura/estudos, além de hall de circulação com bancos, varanda da copa com mesas e cadeiras e áreas externas com bancos, no pavilhão de aulas.	-

	CETENS	01	Foi construído recentemente, mas ainda não foi utilizada.
Acesso para portadores de necessidades especiais	CAHL	-	Acessibilidade limitada
	CCAAB	-	Sem informações.
	CETEC	Não disponibilizado	-
	CFP	02 rampas	01 rampa de acesso ao pavilhão de aulas que atende ao andar térreo e 01 elevador que atende ao andar superior. 01 rampa de acesso ao prédio administrativo que atende ao andar térreo, sem acesso ao andar superior.
	CCS	01 rampa 01 elevador	Os portadores de necessidades especiais conseguem acessar apenas o Pavilhão de Aulas do Centro através de uma rampa. Dentro os mesmos podem acessar o primeiro andar através do elevador.
	CECULT	Pavilhão de aulas totalmente acessível, inclusive banheiros para portadores de necessidades especiais.	
	CETENS	Possui algumas estruturas, mas não é totalmente adaptado.	
Estacionamento	CAHL	0	Sem estacionamento
	CCAAB	01	-
	CETEC	01	-
	CFP	-	
	CCS	01	O estacionamento é asfaltado e está bem conservado. A capacidade de veículos é para em média 30 carros. Não existe garagem para o estacionamento de veículos oficiais.
	CECULT	0	Sem estacionamento, os carros institucionais ficam estacionados na garagem do Derba, órgão com o qual firmou parceria.
	CETENS	01	-
Restaurante universitário e/ou cantinas	CAHL	0	Sem restaurante ou cantina
	CCAAB	01 Restaurante	O restaurante universitário está localizado no campus de Cruz das Almas e atende aos alunos bolsistas de CCAAB e CETEC. As cantinas estão localizadas nos pavilhões de aulas I e II e no prédio da Biblioteca Central.
	CETEC	02 Cantinas	
	CFP	01 cantina com 40,18m ²	Encontra-se no pavilhão de aulas, mesmo assim, se encontra sem uso, sem mesas e cadeiras, pois ainda não foi licitada a empresa.

	CCS	0	Não temos restaurante universitário, apenas uma cantina que possui uma área de 20m ² , com dois basculantes laterais. Possui uma boa higiene interna, mas no momento encontra-se desativada.
	CECULT	0	Possui copas nos dois prédios do CECULT.
	CETENS	0	Possui 01 copa.
Plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental	CAHL	Não	Não existe
	CCAAB	Sim	O CCAAB possui aprovado o Regulamento 007 que dispõe sobre a regulamentação interna e procedimentos necessários para uso e supervisão dos laboratórios no âmbito do CCAAB. Está em elaboração manual de diretrizes para a gestão ambiental do Centro.
	CETEC	Não disponibilizado	-
	CFP	-	Os laboratórios contam com EPI e chuveiros lava-olhos recentemente instalados.
	CCS	Não	Não existe na Universidade um mecanismo para o descarte de reagentes, os quais ficam armazenados, sem destinação específica.
	CECULT	Não	-
	CETENS	Não disponibilizado	-
Política institucional de conservação, atualização, segurança de equipamentos	CAHL	-	Não temos nenhuma política específica, porém precisamos de seguros para alguns equipamentos de audiovisual e também de segurança eletrônica.
	CCAAB	-	Em elaboração
	CETEC	Não disponibilizado	-
	CFP	-	Levantamento e atualização constante dos bens patrimoniais.
	CCS	Sim	Conservação: O NUATE realiza procedimentos de conservação periodicamente de acordo com a demanda. Segurança: As instalações dos equipamentos do CCS são solicitadas à SIPEF, seguindo orientação da mesma. O CCS não dispõe de uma equipe de manutenção especializada em equipamentos de laboratórios.
	CECULT	Sim	Possui políticas instituídas para essas áreas, as quais são acompanhadas principalmente pelo núcleo administrativo e núcleo técnico.
	CETENS	Não disponibilizado	-

Segundo a PROAD, no prédio da Reitoria encontram-se 25 salas de apoio administrativo. Destas, 90% possuem refrigeração. O prédio possui rede de internet sem fio, além de pontos de rede de internet distribuídos nas salas. Os mobiliários e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de uso. Neste prédio destaca-se ainda a existência de uma sala para reunião dos Conselhos (Sala dos Conselhos), que é refrigerada, além de um auditório (Anfiteatro) com capacidade para 250 pessoas. Estes ambientes possuem bom estado de conservação, com mobiliário e boa acústica. Os pavilhões de aulas possuem salas de apoio administrativo devidamente mobiliado.

Segundo a PROAD, no prédio da Reitoria encontram-se 25 salas de apoio administrativo. Destas, 90% possuem refrigeração. O prédio possui rede de internet sem fio, além de pontos de rede de internet distribuídos nas salas. Os mobiliários e equipamentos encontram-se em perfeitas condições de uso. Nesse prédio, destaca-se ainda a existência de uma sala para reunião dos Conselhos (Sala dos Conselhos), que é refrigerada, além de um auditório (Anfiteatro) com capacidade para 250 pessoas. Estes ambientes possuem bom estado de conservação, com mobiliário e boa acústica. Os pavilhões de aulas possuem salas de apoio administrativo devidamente mobiliado.

Com relação às áreas de convivência, a SIPEF e a PROAD destacam o “Bosque das Mangueiras”, com aproximadamente 3.000 m² arborizados, em bom estado de conservação e limpeza, no campus de Cruz das Almas e uma área de convivência de 110,00 m² no campus de Santo Antônio de Jesus.

Em relação à Política institucional de conservação, atualização, segurança de equipamentos, a UFRB ainda não dispõe de um contrato específico que atenda à grande variedade de equipamentos de pequeno porte utilizados nas unidades acadêmicas, administrativas e de pesquisa. Quando necessário, são realizadas contratações de terceiros para este fim, de acordo com a especificação dos equipamentos.

Laboratórios

A avaliação da apresentação e caracterização dos laboratórios da UFRB foi baseada na descrição realizada pelos diversos centros em cada *campus*, especialmente pela minuciosa descrição que cumpriu os requisitos de autoavaliação durante a utilização do instrumento que avaliou os indicadores institucionais.

CCAAB – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

O Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas possui 119 laboratórios, distribuídos em 19 prédios, pavilhões, ou blocos diferentes, que atendem setores de agrárias, ambientais e biológicos, com o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

O CETEC conta hoje com 54 laboratórios. Possui mobiliário adequado, salas limpas, mas sem refrigeração.

CCS – Centro de Ciências da Saúde

O Centro de Ciências da Saúde tem 35 laboratórios. Os laboratórios apresentam condições adequadas, mas apenas dois deles possuem ar-condicionado.

As áreas de apoio administrativo no centro de ciências da saúde estão equipadas, no que diz respeito às condições para funcionamento, da seguinte forma:

- ✓ Mesas (estação de trabalho);
- ✓ Microcomputadores;
- ✓ Cadeiras;
- ✓ Ventiladores;
- ✓ Aparelhos telefônicos convencionais;
- ✓ Impressoras laser;
- ✓ Arquivos de aço;
- ✓ Xerox;
- ✓ Scanner.

Todas as instalações administrativas e laboratórios de informática dispõem de climatização com aparelhos de ar condicionado, contudo os demais ambientes, como salas de aula, gabinetes de professores e vários laboratórios didáticos carecem desta climatização.

Foi avaliado que todos os laboratórios apresentam limitações quanto à infraestrutura física. Diversos laboratórios apresentam problema de climatização, com destaque para o

Laboratório de Psicologia, que além desses problemas de espaço e climatização, acusa acústica ruim e equipamentos sem instalar.

CAHL – Centro de Artes, História e Letras

O CAHL possui 09 laboratórios, são eles: Conservação e Restauro, Pesquisa Social, Ensino de História, Jornalismo impresso, Restauro de papel, Arqueologia, Informática Avançada (2) e Informática Básica.

CFP – Centro de Formação de Professores

O Centro de Formação de Professores possui um total de 14 laboratórios que são Laboratórios de Química; Bioquímica/Biologia; Física; Matemática; Brinquedoteca; Anatomia; Educação Física, Informática, Interdisciplinar de Formação de Educadores – LIFE.

CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas

O Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas possui 1 laboratório de Informática.

CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade

O CETENS possui 08 laboratórios: Laboratórios de Química, Física, Tecnologia Assistiva, Biologia, Informática e Ensino, Pesquisa e Extensão. Três desses laboratórios estão instalados em salas de aula.

Bibliotecas

A UFRB dispõe das bibliotecas setoriais de Amargosa (Centro de Formação de Professores); Santo Antônio de Jesus (Centro de Ciências da Saúde) e Cachoeira-São Felix (Centro de Artes, Humanidades e Letras), bem como da biblioteca localizada na sede da UFRB, de Cruz das Almas, que atende ao Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas e ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; as bibliotecas de Santo Amaro (Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas) e Feira de Santana (Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade), que estavam em fase de implantação no ano de 2014, já foram implantadas e estão com seus respectivos funcionamentos

normalizados. Estes setores fazem parte da Coordenadoria de Informação e Documentação vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento.

A gestão do sistema de bibliotecas da UFRB é conduzida empregando a plataforma *Pergamum* - Sistema Integrado de Bibliotecas. Este é um sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sendo que este contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada desde a aquisição até o empréstimo.

Os principais serviços oferecidos pelo Sistema de Bibliotecas da UFRB são a confecção de fichas catalográficas, auxílio aos usuários, pesquisa bibliográfica, consulta ao Acervo e Empréstimo de livros e multimeios em domicílio (restrito aos integrantes da UFRB). Grande parte destes serviços pode ser acessada via Internet por meio do portal da UFRB, possibilitando o acesso em qualquer ambiente que disponha de computador com acesso à rede mundial de computadores.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DE CRUZ DAS ALMAS - BUCA

Caracterizando o horário de atendimento e a dinâmica de funcionamento

A Biblioteca Universitária de Cruz das Almas atende ao Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e ao Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) que juntos somam 20 (vinte) cursos de Graduação e 13 (treze) de Pós-Graduação. O horário de funcionamento desta unidade é de segunda a sexta-feira das 07h00min às 22h00min e aos Sábados das 08h00min às 12h00min. No período de férias o horário de funcionamento é alterado passando a funcionar de segunda a sexta-feira, de 07h00min às 19h00min. A dinâmica de funcionamento ocorre com empréstimo e consulta no Sistema Pergamum facultado à comunidade acadêmica e Consulta pela comunidade externa.

Atualmente a biblioteca de Cruz das Almas, em seu acervo geral disponibilizado, conta com 10.469 títulos disponíveis, 59.716 exemplares, os quais estão detalhados na tabela 82.

Tabela 82. Biblioteca de Cruz das Almas: Tipos e quantitativos do acervo de 2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	8.169	44.455
FOLHETOS	52	262
ARTIGOS	432	0
DISSERTAÇÕES	1.073	1.588
TESES	77	107
TCC (Graduação)	02	02
PERIÓDICOS	342	12.621

REFERENCIA	236	580
DVD	68	80
CD-ROM	18	21
TOTAL	10.469	59.716

Fonte: Biblioteca, 2016

As tabelas a seguir detalham as aquisições feitas (Tabela 83) na biblioteca de Cruz das Almas no ano de 2016. Percebe-se que no ano em questão houve um acréscimo de 269 títulos e 1.163 exemplares, adquiridos no período de 01/01/2016 a 30/11/2016. A tabela 84 demonstra o quantitativo de livros emprestados no mesmo período citado acima.

Tabela 83. Aquisições feitas pela biblioteca de Cruz das Almas em 2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	252	1.038
FOLHETOS	12	102
PERIÓDICOS	0	0
DISSERTAÇÕES	01	02
TESES	02	02
REFERENCIA	02	19
DVD	0	0
TOTAL	269	1.163

Fonte: Biblioteca, 2016

Tabela 84. Quantitativo de livros emprestados no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Empréstimos	Devoluções	Renovações	Consulta ao catálogo
29.385	28.785	32.273	624.313

Fonte: Biblioteca, 2016

A Biblioteca Universitária de Cruz das Almas, como consta na tabela 85, tem um total de 8.710 usuários ativos, sendo que 110 foram inscritos durante o ano de 2016.

Tabela 85. Número de usuários da Biblioteca de Cruz das Almas do período de 2016

Biblioteca Universitária de Cruz das Almas	Qtde. de Usuários Inscritos no Período	Qtde. de Usuários Ativos	Qtde. de Usuários Geral
	110	8.600	8.710

Fonte: Biblioteca, 2016

BIBLIOTECA DE CACHOEIRA

A Biblioteca do Centro de Artes Humanidades e Letras - CAHL atende a 10 (Dez) Cursos de Graduação e 03 de Pós-Graduação. O horário de funcionamento desta unidade é de

segunda a sexta-feira das 08h00min às 22h00min e aos Sábados das 08h00min às 12h00min. No período de férias o horário de funcionamento é alterado passando a funcionar de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min. A dinâmica de funcionamento ocorre com empréstimo e consulta no Sistema Pergamum facultado à comunidade acadêmica e Consultas pela comunidade externa.

CARACTERIZANDO O TIPO E QUANTITATIVO DO ACERVO

Tabela 86. Adquirido no Período de 01/01/2016 À 30/11/2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	27	342
FOLHETOS	1	10
PERIÓDICOS	0	0
DVD	0	0
REFERENCIA	1	06
TOTAL	29	358

Fonte: Biblioteca, 2016

Tabela 87. Acervo Geral Disponibilizado em 2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	4.526	21.198
FOLHETOS	24	41
DISSERTAÇÕES	06	10
TCC (Graduação)	01	02
TESES	03	03
GRAVAÇÃO DE VÍDEO	02	02
REFERENCIA	102	348
TOTAL	4.668	21.620

Fonte: Biblioteca, 2016

CARACTERIZANDO O TIPO E QUANTITATIVO DE LIVROS EMPRESTADOS PELA BIBLIOTECA DO CAHL – 01/01/2016 À 30/11/2016

Tabela 88. Livros emprestados no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Empréstimos	Devoluções	Renovações	Consultas ao catálogo
7.800	7.776	6.805	96.707

Fonte: Biblioteca, 2016

CARACTERIZANDO O NÚMERO DE USUÁRIOS - BIBLIOTECA DE CAHL – 01/01/2016 A 30/11/2016

Tabela 89. Número de usuários no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Biblioteca de Cachoeira	Qtde. de Usuários Inscritos no Período	Qtde. de Usuários Ativos	Qtde. de Usuários Geral
	37	2.315	2.352

Fonte: Biblioteca, 2016

As tabelas 86 a 89 evidenciam a situação geral da biblioteca de Cachoeira durante o ano de 2016. A Tabela 86 detalha as aquisições acumuladas na biblioteca de Cachoeira no ano de 2016. Destaca-se que nesta biblioteca não houve nenhuma doação no ano em questão. Percebe-se que, em 2016, 29 títulos e 358 exemplares foram adicionados ao acervo.

A tabela 87 traz o quantitativo geral disponível no acervo no ano vigente, qual seja: 4.668 títulos e 21.620 exemplares. De acordo com os dados expostos na tabela 88, foram feitas 96.707 consultas ao catálogo, resultando em 7.800 empréstimos, 7.776 devoluções e 6.805 renovações. No ano de 2016 a quantidade de usuários gerais - tabela 89 - foi no total de 2.352, sendo que 37 deles foram inscritos no período em análise.

BIBLIOTECA DE SANTO ANTONIO DE JESUS

Caracterizando o horário de atendimento e a dinâmica de funcionamento

A Biblioteca do Centro de Ciências da Saúde – CCS localizada na cidade de Santo Antônio de Jesus atende a 05 (cinco) Cursos de Graduação e 01 (uma) Residência. O horário de funcionamento desta unidade é de segunda a sexta-feira das 07h00min às 20h00min e aos Sábados das 08h00min às 12h00min. No período de férias o horário de funcionamento é alterado passando a funcionar de segunda a sexta-feira, das 08 às 18h00min. A dinâmica de funcionamento ocorre com empréstimo e consulta no Sistema Pergamum facultado á comunidade acadêmica e Consultas pela comunidade externa

Tabela 90. Acervo geral da Biblioteca de Santo Antônio de Jesus - 2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	1.745	17.910
FOLHETOS	06	12
DISSERTAÇÕES	01	15
PERIÓDICOS	01	11
DVD	01	01
REFERENCIA	25	74
TOTAL	1.779	18.022

Fonte: Biblioteca, 2016

Tabela 91. Aquisições feitas pela biblioteca de Santo Antônio de Jesus em 2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	11	68
FOLHETOS	0	0
PERIÓDICOS	0	0
DVD	0	0
REFERENCIA	0	0
TOTAL	11	68

Fonte: Biblioteca, 2016

Tabela 92. Consultas e exibições no site da biblioteca de Santo Antônio de Jesus – 2016

Empréstimos	Devoluções	Renovações	Consultas ao catálogo
17.397	17.258	10.707	88.637

Fonte: Biblioteca, 2016

Tabela 93. Evolução dos serviços prestados pela biblioteca de Santo Antônio de Jesus durante o ano de 2016

Biblioteca de Santo Antonio de Jesus	Qtde. de usuários Inscritos no Período	Qtde. de usuários Ativos	Qtde. de usuários Geral
	21	2.563	2.584

Fonte: Biblioteca, 2016

De acordo com as tabelas relacionadas acima, atualmente o acervo geral da Biblioteca Setorial de Santo Antônio de Jesus, dispõe de um total de 1.779 títulos e 18.022 exemplares, sendo que, de acordo com a tabela 90, 11 títulos e 68 exemplares foram adquiridos no ano vigente.

Em 2016, o site da biblioteca do campus de Santo Antônio de Jesus recebeu 88.637 consultas e exibições do seu acervo, resultando num total de 17.397 empréstimos, 17.258 devoluções e 10.707 renovações.

A tabela 93 evidencia a evolução dos serviços prestados pela biblioteca, resultando em um leve aumento na quantidade de usuários gerais. Foram 21 usuários inscritos no período de 2016, somados aos 2.563 que já estavam ativos, o que deu um total de 2.584 usuários gerais.

BIBLIOTECA DE AMARGOSA

Caracterizando o horário de atendimento e a dinâmica de funcionamento

A Biblioteca do Centro de Formação de Professores – CFP, localizada na cidade de Amargosa, atende a 08 (oito) Cursos de Graduação e 02 (dois) de Pós-Graduação. O horário de funcionamento desta unidade é de segunda a sexta-feira das 07h00min às 22h00min. No período de férias o horário de funcionamento é alterado passando a funcionar de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 18h00min. A dinâmica de funcionamento ocorre com empréstimo e consulta no Sistema Pergamum facultado à comunidade acadêmica e Consultas pela comunidade externa.

CARACTERIZANDO O TIPO E QUANTITATIVO DO ACERVO

Tabela 94. Adquiridos no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	25	244
FOLHETOS	02	14
REFERENCIA	01	2
TOTAL	28	260

Fonte: Biblioteca, 2016

Tabela 95. Quantitativo geral de títulos e exemplares do acervo do CFP em 30/11/2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	3.003	29.784
FOLHETOS	06	37
REFERENCIA	30	274
TOTAL	3.039	30.095

Fonte: Biblioteca, 2016

Caracterizando o quantitativo de títulos e exemplares do acervo - biblioteca do CFP

As tabelas 94 e 95 demonstram o quantitativo de exemplares que foram adicionados ao acervo, fazendo com que houvesse um pequeno aumento no número de títulos e exemplares disponíveis em relação ao mesmo período do ano passado. A tabela 98 evidencia o total de títulos e exemplares que constam, atualmente no acervo, respectivamente: 3.039 e 30.095

CARACTERIZANDO O ÍNDICE DE LIVROS EMPRESTADOS PELA BIBLIOTECA DO CFP– 01/01/2016 À 30/11/2016

Tabela 96. Índice de livros emprestados pela Biblioteca do CFP no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Empréstimos	Devoluções	Renovações	Consultas ao Catálogo
10.090	9.906	9.426	211.828

Fonte: Biblioteca, 2016

A Biblioteca do Campus de Amargosa no ano de 2016, registrou em seu sistema exatamente 211.828 consultas ao catálogo, gerando um total de 10.090 empréstimos, 9.906 devoluções e 9.426 renovações.

CARACTERIZANDO O NÚMERO DE ALUNOS - BIBLIOTECA DE CFP – 01/01/2016 A 30/11/2016

Tabela 97. Quantitativo de usuários inscritos, ativos e gerais no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Biblioteca do CFP	Qtde de usuários Inscritos no Período	Qtde de usuários Ativos	Qtde. de usuários Geral
	50	2.993	3.043

Fonte: Biblioteca, 2016

Finalizando a análise feita das informações colhidas sobre a Biblioteca de Amargosa, é possível constatar a partir da tabela 97 que houve 50 inscritos durante o período em questão, resultando no total de 2.993 usuários ativos e 3.043 usuários gerais.

BIBLIOTECA DE SANTO AMARO

CARACTERIZANDO O HORÁRIO DE ATENDIMENTO E A DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

A Biblioteca do Centro de Culturas, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT, localizada na cidade de Santo Amaro da Purificação, atende a 01 (um) Curso de Graduação. O horário de funcionamento desta unidade é de segunda a sexta-feira das 08h00min às 20h00min. No período de férias o horário de funcionamento é alterado passando a funcionar de segunda a sexta-feira, das 08 às 18h00min. A dinâmica de funcionamento ocorre com empréstimo e consulta no Sistema Pergamum facultado à comunidade acadêmica e Consultas pela comunidade externa.

CARACTERIZANDO O TIPO QUANTITATIVO DO ACERVO – 01/01/2016 À 30/11/2016

Tabela 98. Aquisições no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	01	15
TOTAL	01	15

Fonte: Biblioteca, 2016

CARACTERIZANDO O QUANTITATIVO DE TÍTULOS E EXEMPLARES DO ACERVO - BIBLIOTECA DO CECULT

Tabela 99. Quantitativo geral de títulos e exemplares em 30/11/2016

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	179	2.145
FOLHETOS	1	15
REFERENCIA	1	10
TOTAL	181	2.170

Fonte: Biblioteca, 2016

No ano de 2016 a Biblioteca Setorial do CECULT, adquiriu apenas um título com 15 exemplares no total- tabela 98- a tabela seguinte traz o total de títulos e exemplares que estão disponíveis atualmente no acervo: 181 títulos e 2.170 exemplares.

No ano de 2015, a biblioteca do campus de Santo Amaro conseguiu implantar seu sistema, porém não dispunha de local fixo para se instalar, deixando o acervo guardado em um contêiner, quando, no final do ano de 2016 conseguiu finalmente se instalar novamente em local adequado.

CARACTERIZANDO O QUANTITATIVO DE LIVROS EMPRESTADOS PELA BIBLIOTECA DO CECULT –

Tabela 100: Quantitativo de livros emprestados pela biblioteca do CECULT no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Empréstimos	Devoluções	Renovações	Consultas ao catálogo
111	106	28	7.396

Fonte: Biblioteca, 2016

CARACTERIZANDO O NÚMERO DE USUÁRIOS - BIBLIOTECA DO CECULT – 01/01/2016 A 30/11/2016

Tabela 101: Quantidade de usuários inscritos e ativos no período de 01/01/2016 a 30/11/2016

Biblioteca do CECULT	Qtde. de usuários Inscritos no Período	Qtde. de usuários Ativos	Qtde. de usuários Geral
	02	195	197

Fonte: Biblioteca, 2016

Durante o ano de 2016, a Biblioteca Setorial do CECULT realizou 111 empréstimos, 106 devoluções, 28 renovações e um total de 7.396 consultas ao catálogo - tabela 100-. A quantidade de usuários inscritos no período de 2016 foi de 02. Dessa forma, foi contabilizado um número de 195 ativos e 197 usuários gerais.

BIBLIOTECA DE FEIRA DE SANTANA- CETENS

CARACTERIZANDO O HORÁRIO DE ATENDIMENTO E A DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

A Biblioteca do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS, localizada na cidade Feira de Santana, atende a 02 (dois) Cursos de Graduação e 01 (um) de Pós-Graduação. O horário de funcionamento desta unidade é de segunda a sexta-feira das 08h00min às 17h00min. A dinâmica de funcionamento ocorre com empréstimo e consulta no Sistema Pergamum facultado à comunidade acadêmica e consultas pela comunidade externa.

Tabela 102: Tipo e Quantitativo do Acervo Adquirido no Período

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	01	7
FOLHETOS	01	1
TOTAL	02	8

Fonte: Biblioteca, 2016

CARACTERIZANDO O QUANTITATIVO DE TÍTULOS E EXEMPLARES DO ACERVO - BIBLIOTECA DO CETENS

Tabela 103: Quantitativo de títulos e exemplares do acervo da Biblioteca do CETENS

TIPO	TÍTULOS	EXEMPLARES
LIVROS	414	7.609
FOLHETOS	04	24
REFERENCIA	08	53
TOTAL	426	7.686

Fonte: Biblioteca, 2016

O acervo da Biblioteca do CETENS, Campus de Feira de Santana, adquiriu dois títulos e oito exemplares, no período de 01/01/2016 a 30/11/2016, resultando em um total geral de 426 títulos e 7.689 exemplares entre livros, folhetos e referências. Na tabela exposta abaixo, a biblioteca do CETENS realizou 1.299 empréstimos, 1.258 devoluções, 1.511 renovações.

CARACTERIZANDO O ÍNDICE DE LIVROS EMPRESTADOS PELA BIBLIOTECA DO CETENS– 01/01/2016 À 30/11/2016

Tabela 104: Índice de livros emprestados pela Biblioteca do Cetens em 2016

Empréstimos	Devoluções	Renovações	Consultas ao catálogo

1.299	1.258	1.511	211.828
-------	-------	-------	---------

Fonte: Biblioteca, 2016

CARACTERIZANDO O NÚMERO DE USUÁRIOS - BIBLIOTECA DE CETENS – 01/01/2016 A 30/11/2016

Tabela 105: Número de usuários da Biblioteca do CETENS

Biblioteca do CETENS	Qtde. de usuários Inscritos no Período	Qtde. de usuários Ativos	Qtde. de usuários Geral
	24	380	404

Fonte: Biblioteca, 2016

Durante o ano de 2016, a Biblioteca Setorial do Cetens realizou a inscrição de 24 usuários, contabilizando 380 usuários ativos e 404 no total.

Tabela 106. Resumo das Bibliotecas

INDICADORES 2016 - SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UFRB - 01/jan. - 30/nov. 2016									
Biblioteca/Cidade	Horário de Atendimento	Usuários Inscritos	Empréstimo	ATENDIMENTO		TOTAL DO ACERVO		AQUISIÇÃO NO PERÍODO	
				Renov.	Cons.Site	Título	Exemplares	Títulos	Exemplares
CAHL - Cachoeira	08:00 às 22:00	2.352	7.800	6.805	96.707	4.668	21.620	29	358
CCS – Santo Antônio de Jesus	07:00 às 20:00	2.584	17.397	10.707	88.637	1.779	18.022	11	68
CECULT – Santo Amaro	08:00 às 20:00	197	111	28	7.396	181	2.170	01	15
CETENS- Feira de Santana	08:00 às 17:00	404	1.299	1.511	73.369	426	7.686	02	08
CFP – Amargosa	07:00 às 22:00	3.043	10.090	9.426	211.828	3.039	30.095	28	260
CETEC/CCAAB –C. das Almas	07:00 às 22:00	8.710	29.385	32.273	624.313	10.469	59.716	269	1.163
TOTAL		17.290	66.082	60.750	1.102.250	20.562	139.309	340	1.872

Fonte: Biblioteca, 2016

Transporte

A Administração das atividades que envolvem o transporte na UFRB é realizada pela Coordenadoria de Serviços Operacionais - CSO. A CSO é um órgão vinculado à Pró-Reitoria de Administração (PROAD), sendo responsável pela segurança patrimonial e o controle de acesso nos seis *campi* (Cachoeira, Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Amargosa, Santo Amaro e Feira de Santana), o transporte de equipamentos, materiais, servidores e estudantes

nos veículos da frota da UFRB, o envio e recebimento de correspondências dos diversos órgãos, a Administração dos Pavilhões de Aulas do campus de Cruz das Almas e o controle e programação do uso do Anfiteatro do Prédio Central e do Bosque das Mangueiras.

A CSO é responsável pelo planejamento, coordenação, gerenciamento e fiscalização de serviços de grande relevância para o alcance das finalidades precípua da Universidade, abrangendo as competências de planejar, dirigir, organizar e controlar a utilização dos veículos oficiais ligados ao Núcleo de Gestão da Frota, a segurança patrimonial, limpeza e portaria vinculados ao Núcleo de Gestão de Serviços Operacionais, o envio e recebimento de correspondências e malotes dos diversos órgãos e unidades da UFRB. Essas atividades estão diretamente ligadas ao Núcleo de Gestão de Protocolo Central, como também à administração dos pavilhões de aulas I e II do campus de Cruz das Almas, ligado ao Núcleo de Gestão dos Pavilhões de Aulas.

Estão também na alçada de responsabilidades desta Coordenadoria, o controle, agendamento e programação do uso do Anfiteatro do Prédio Central e do Bosque das Mangueiras, como também apoio logístico para eventos, realizados nas dependências da UFRB, atribuições que estão sob a responsabilidade do Sub-núcleo de Apoio Administrativo.

A frota da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB é composta, até o momento, por 107 veículos, conforme a tabela abaixo, constatando um aumento de dois veículos em relação ao ano de 2015. Com os veículos, a Administração da universidade atende as demandas das atividades acadêmicas e administrativas da instituição. A utilização dos veículos compreende também os esforços da instituição em tornar possível a *multicampia*, através do deslocamento diário de docentes, das demandas administrativas e pela aproximações das atividades acadêmicas entre os centros de ensino.

Tabela 107. Distribuição de veículos por unidade da UFRB – 2016

LOTAÇÃO	QUANT.
REITORIA	1
VICE-REITORIA	1
ASSEPE	1
PROEXT	2
PROPAAE	4
SIPEF	8
PROPLAN/COTEC	1
PROAD / CSO/NUGFROTA	37
PROAD / CMP	3
Hospital de Medicina Veterinária	2
CAHL - Direção	1
CAHL - NUAPAD	5

CCS	10
CFP - NUAPAD	8
CFP - Direção	1
CCAAB - Direção	1
CCAAB - NUAPAD	2
CCAAB - Faz. Exp	11
CETEC - NUAPAD	1
CETEC - Direção	1
CETENS	3
CECULT	3
TOTAL	107

Dinâmica de logística

A dinâmica de logística para utilização dos veículos é iniciada com o cadastramento da Solicitação de Viagem - SV em sistema *online* próprio. A partir disso, o sistema atribui um número à SV, o qual é enviado ao Núcleo de Gestão de Frota – NUGFROTA para análise do serviço a ser executado, disponibilidade de veículo e de motorista. Após análise do NUGFROTA, o solicitante recebe a resposta da solicitação através de e-mail.

Critérios de Autorização

As demandas das atividades acadêmicas possuem prioridade no momento de análise. Sendo assim, o serviço a ser executado é o principal critério de autorização, após a verificação deste, a ordem de cadastramento da SV no sistema passa a ser o critério secundário. Associado a estes, a capacidade dos veículos, além das disponibilidades de veículos e motoristas, também são consideradas.

Demandas por Transporte

A frota da UFRB é composta por nove ônibus rodoviários e sete microônibus que atendem às demandas de viagens acadêmicas intermunicipais e interestaduais. Além destas demandas, o *campus* de Cruz das Almas viabiliza o deslocamento de membros da comunidade acadêmica entre os principais portões de acesso em horários determinados, durante o período das 06h30 às 22h, de segunda a sexta-feira. Dois caminhões possibilitam o transporte de materiais permanentes e de consumo entre os *campi*.

Devido à grande área aberta coberta de vegetação, aos riscos de incêndio e às necessidades de abastecimentos dos reservatórios de água de algumas unidades do *campus* de Cruz das Almas, a UFRB conta com um caminhão de combate a incêndios que também atende ao município de Cruz das Almas.

Para atendimento ao Curso de Engenharia de Pesca, o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas é responsável por dois barcos que possuem a finalidade de atender às aulas práticas realizadas em outros municípios.

Uma demanda histórica na Universidade, foi planejada em 2016 e efetivada a partir de janeiro de 2017 o Sistema de Transporte Intercampi, com o objetivo de otimizar o uso da frota oficial e integrar os Centros de Ensino da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Inicialmente, os deslocamentos entre os Centros de Ensino serão realizados nas segundas, quartas e sextas-feiras, nos turnos matutino e vespertino, com veículos de transporte coletivo com capacidade para 15 (quinze) passageiros. Serão disponibilizadas duas rotas por dia, conforme itinerários a seguir:

Figura 35. Itinerário Transporte Intercampi

ITINERÁRIO TURNO MATUTINO			ITINERÁRIO TURNO VESPETINO		
CETENS → CECULT → CAHL → CRUZ DAS ALMAS			CRUZ DAS ALMAS → CAHL → CECULT → CETENS		
Horário de Saída	Local de Saída	Destino	Horário de Saída	Local de Saída	Destino
7h	CETENS	CECULT	15h	CRUZ DAS ALMAS	CAHL
8h15min	CECULT	CAHL	16h	CAHL	CECULT
9h15min	CAHL	CRUZ DAS ALMAS	17h	CECULT	CETENS
CRUZ DAS ALMAS → CAHL → CECULT → CETENS			CETENS → CECULT → CAHL → CRUZ DAS ALMAS		
Horário de Saída	Local de Saída	Destino	Horário de Saída	Local de Saída	Destino
10h30min	CRUZ DAS ALMAS	CAHL	18h	CETENS	CECULT
11h30min	CAHL	CECULT	19h	CECULT	CAHL
12h30min	CECULT	CETENS	20h	CAHL	CRUZ DAS ALMAS
ITINERÁRIO TURNO MATUTINO			ITINERÁRIO TURNO VESPETINO		
CFP → CCS → CRUZ DAS ALMAS			CRUZ DAS ALMAS → CCS → CFP		
Horário de Saída	Local de Saída	Destino	Horário de Saída	Local de Saída	Destino
7h	CFP	CCS	15h	CRUZ DAS ALMAS	CCS
8h30min	CCS	CRUZ DAS ALMAS	16h30min	CCS	CFP
CRUZ DAS ALMAS → CCS → CFP			CFP → CCS → CRUZ DAS ALMAS		
Horário de Saída	Local de Saída	Destino	Horário de Saída	Local de Saída	Destino
10h30min	CRUZ DAS ALMAS	CCS	18h	CFP	CCS
12h	CCS	CFP	19:30	CCS	CRUZ DAS ALMAS

Fonte: Site UFRB, 2016

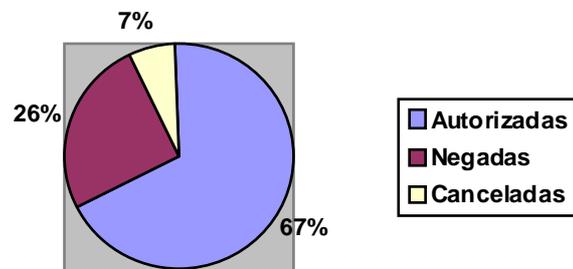
Os Centros de Ensino do Roteiro 1 terão 5 (cinco) vagas cada, sendo 3 (três) destinados aos servidores (técnicos e docentes) e 2 (duas) destinadas aos discentes. Já os Centros de Ensino do Roteiro 2 terão 7 (sete) vagas cada, sendo 4 (quatro) destinadas aos servidores (técnicos e docentes) e 3 (três) destinadas aos discentes. Para utilizar o Sistema de Transporte Intercampi, os discentes e os servidores deverão preencher formulário padronizado

para cada segmento. As solicitações serão analisadas de acordo com a ordem de chegada dos pedidos e serão deferidas conforme disponibilidade de vagas.

Número de solicitações X efetiva oferta de transportes

A Figura 36 abaixo detalha as solicitações de viagem entre janeiro e novembro de 2016. Nota-se que 67% das solicitações foram atendidas, 26% negadas e apenas 7% foram canceladas, denotando que o sistema de transporte atendeu de forma satisfatória à comunidade da UFRB no ano de 2016.

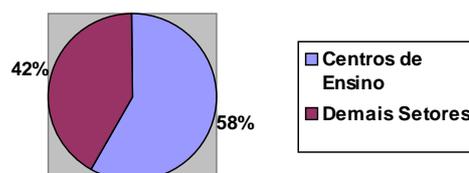
Figura 36 - Distribuição percentual de viagens autorizadas, negadas e canceladas



Fonte: Sistema de Protocolo, 2016

A Figura 36 ilustra como foi a distribuição das viagens autorizadas entre os Centros de Ensino e os demais setores da universidade. Percebe-se claramente que as demandas, em sua maioria, correspondem às demandas dos Centros.

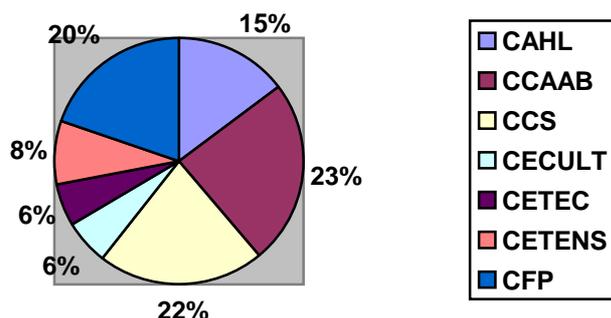
Figura 37 - Distribuição percentual de viagens entre os centros de ensino e demais setores:



Fonte: Sistema de Protocolo, 2016

Nas distribuições entre os Centros de Ensino, pode-se comprovar que o CCAAB e CCS correspondem a maioria dos pedidos realizados no ano de 2016, assim como aconteceu no ano de 2015, período em que esses dois centros abarcaram mais de 50% das solicitações de viagens. Isto se dá devido a estes centros necessitarem de aulas práticas com mais frequência do que os demais centros. Vejamos na figura abaixo.

Figura 38- Distribuição percentual de viagens entre os centros de ensino



Fonte: Sistema de Protocolo, 2016

Para cadastrar as solicitações de viagem, é necessário que um servidor técnico-administrativo ou docente seja o responsável pela saída, sendo assim, mesmo as demandas para participação de estudantes em eventos como congressos e seminários são cadastradas por docentes ou técnico-administrativos da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) ou Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). A Tabela 108 apresenta o quantitativo e o *status* das 6.996 solicitações feitas pelos Centros de Ensino em 2016.

Tabela 108. Quantitativo e status das solicitações de viagens feitas pelos Centros de Ensino Jan a Dez de 2016

Item	Centros de Ensino	Solicitações cadastradas	Solicitações atendidas	Solicitações negadas	Solicitações canceladas
01	Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL)	1036	692	313	41
02	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)	1676	1077	570	95
03	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)	396	244	141	16

04	Centro de Formação de Professores (CFP)	1378	904	412	62
05	Centro de Ciências da Saúde (CCS)	1524	1095	338	91
06	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT)	395	275	100	20
07	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (CETENS)	591	379	183	29
Total		6.996	4.666	2.057	354

Fonte: Sistema de Protocolo, 2016; Portal administrativo (SIPAC) 2016.

Mesmo com um ambiente de contenção de gastos, a UFRB manteve em 2016 uma equiparação nos níveis de atendimento das demandas de viagens em relação ao ano de 2015 (6.369 solicitações cadastradas e 3.835 atendidas), de modo que se observa um ligeiro aumento nos pedidos e nas solicitações atendidas. Além disso, a criação e implementação do Sistema de Transporte Intercampi demonstra uma responsabilidade com os deslocamentos entre os Centros de Ensino e com a otimização do uso dos transportes da universidade.

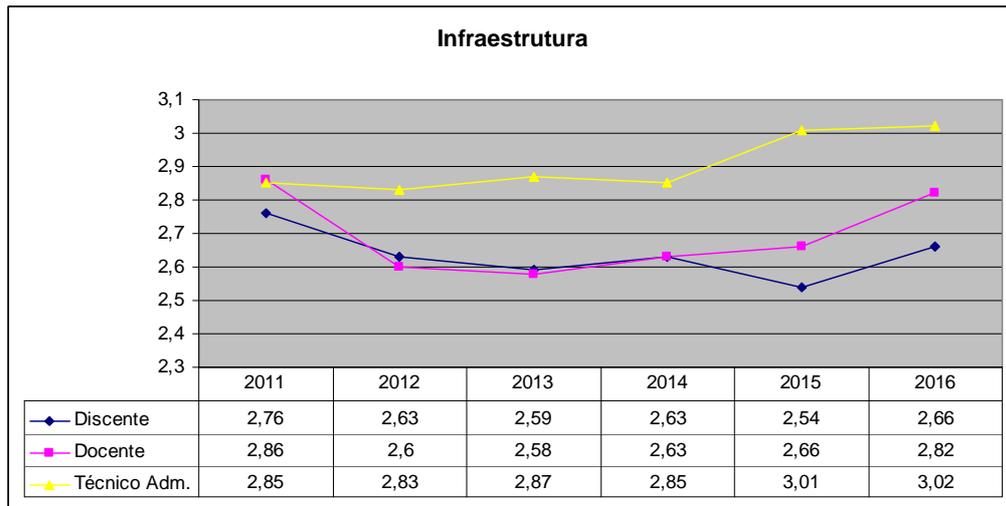
Levantamento realizado perante a comunidade acadêmica relacionados aos aspectos de infraestrutura da Universidade

A pesquisa de satisfação foi realizada com discentes, docentes e servidores técnico-administrativos nos anos de 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. Os dados foram coletados por meio do Sistema Eletrônico de Autoavaliação da CPA, conforme detalhado no Capítulo I deste relatório. A participação dos alunos foi voluntária e anônima. A escala de satisfação utilizada foi a seguinte: 1 = Totalmente Insatisfeito a 5 = Totalmente Satisfeito, ou seja, quanto maior o número atribuído, maior a satisfação com o atributo avaliado. As figuras 39 e 40 resumem os principais resultados, descritos a partir de média aritmética.

Ao se avaliar os dados presentes na Figura 42, verifica-se que, no tangente aos aspectos de infraestrutura, há uma insatisfação dos docentes e estudantes (médias abaixo de 3), no entanto, houve um aumento na média em relação ao ano de 2015. A média estudantil aumentou 4,72%, ficando em 2,66, a mais alta desde 2012. A média docente aumentou 6,02%, ficando em 2,82, também a mais alta desde 2012. Em relação aos técnicos docentes, foi

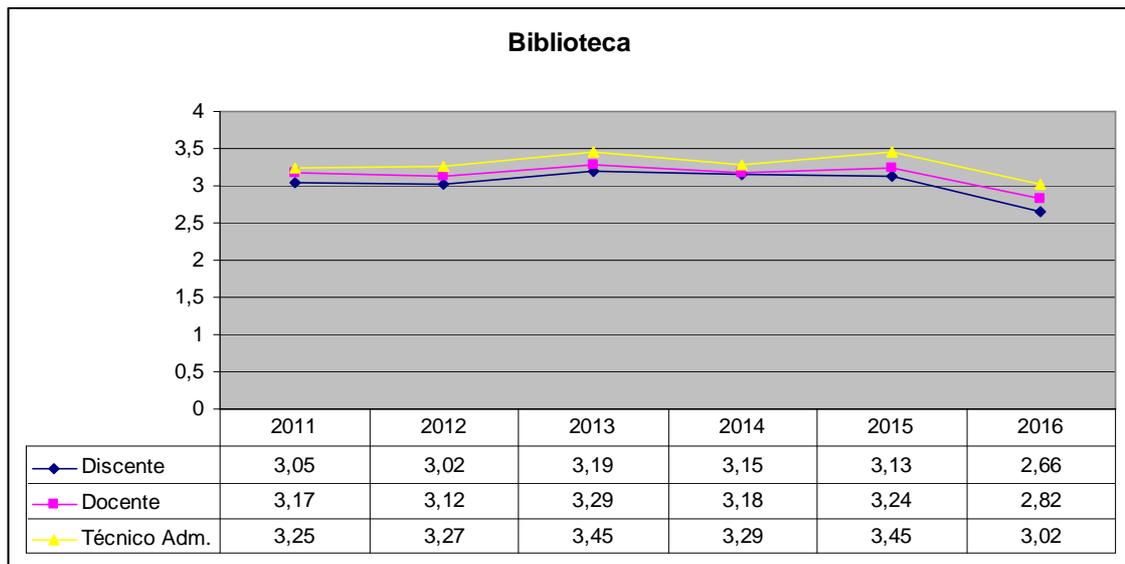
mantido praticamente a mesma média do ano anterior, 3,02. Apesar das melhoras nesse item, ainda apresenta níveis baixos. Esse fato pode ser associado à persistência de vários problemas na infraestrutura apontados pela comunidade acadêmica (obras paralisadas, limitações quanto à acessibilidade, deficiências quanto a aspectos paisagísticos e de urbanização, desconforto térmico e outros).

Figura 39. Evolução do nível de satisfação geral entre os anos de 2011 e 2016 em relação à Infraestrutura



Fonte: Banco de dados CPA, 2016

Com relação à avaliação das bibliotecas da universidade, observa-se que nas três categorias houve uma queda do nível de satisfação dos indicadores, que fez com que as médias dos discentes e docentes caíssem para abaixo de três (3,0), ficando em 2,66 e 2,82 respectivamente. Saliente-se que para docentes e discente a média dos anos anteriores sempre foi acima de 3, ou seja, tudo indica que houve um aumento da exigência dessas categorias em relação a esse item. Os técnicos também avaliaram negativamente em relação ao ano anterior, média 3,02, a menor média desde 2011. No geral, percebe-se ainda pela mesma figura, que o nível de satisfação dos discentes vem caindo a partir do ano de 2013, isto se deve em parte aos centros que ainda não possuem infraestrutura adequada, estando às bibliotecas instaladas em locais provisórios.

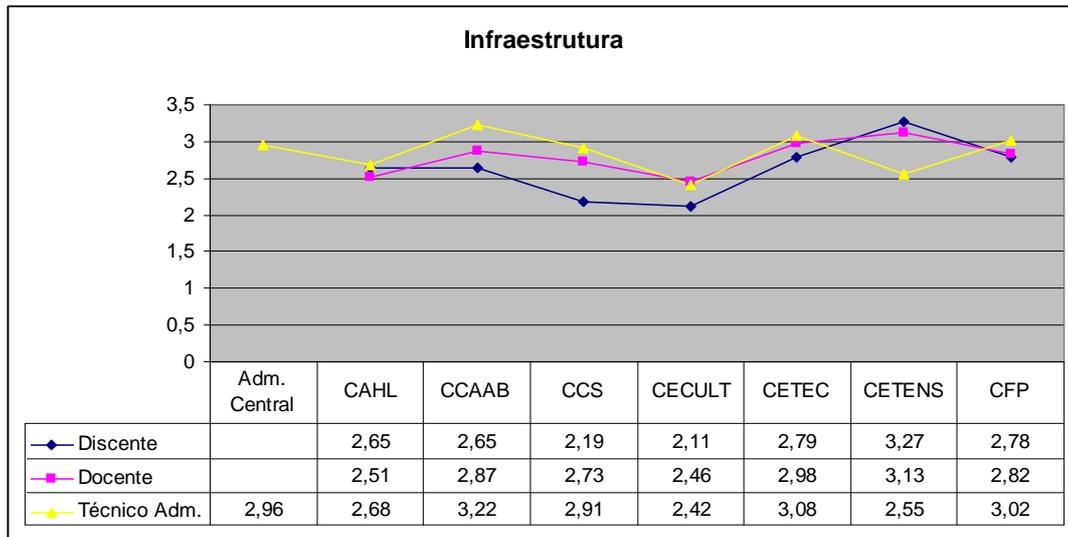
Figura 40. Evolução do nível de satisfação geral entre os anos de 2011 e 2016 em relação à Biblioteca

Fonte: Banco de dados CPA, 2016

Nos resultados a seguir, figuras 44 e 45, constam médias da satisfação dos docentes, discentes e servidores técnicos, relacionadas à infraestrutura geral e das bibliotecas nas dimensões avaliadas em função dos Centros de vinculação. Em relação aos discentes, pode-se observar uma satisfação abaixo de três, em todos os centros, com exceção do CETENS, que possui média 3,27. Esse quadro se repete também em relação à avaliação dos docentes, que mantém a média em todos os centros abaixo de três, menos o CETENS, que possui média 3,13. Note-se que a satisfação discente está menor do que a satisfação docente. Os centros CCAAB, CCS, CECULT, CETEC, CFP obtiveram médias menores dos discentes. Enquanto CAHL e CETENS foram os docentes que deram médias menores. Isso explicita a necessidade de observar e melhorar a infraestrutura para a vida discente nos *campi*.

Em relação aos técnicos, CCAAB, CETEC e CFP obtiveram média acima de três. Os demais centros ficaram abaixo de três, sendo o CECULT com a pior média, 2,42.

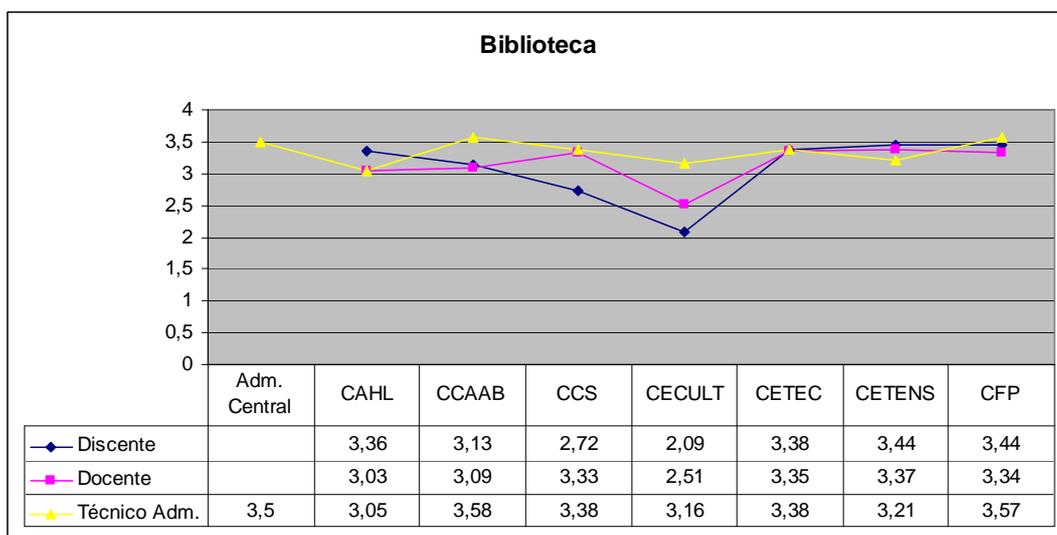
Figura 41. Satisfação geral em 2016 com a Infraestrutura em função dos Centros de lotação: A) Discentes; B) Docentes; e C) Técnico-Administrativos.



Fonte: Banco de dados CPA, 2016

No que se refere às médias dos índices de satisfação quanto às bibliotecas, CAHL, CCAAB, CETEC, CETENS e CFP obtiveram média acima de três nas categorias discente, docente e técnico. Destaca-se que o maior índice médio entre as categorias foi o do CFP. Por outro lado, a biblioteca do CCS obteve uma avaliação baixa dos discentes, 2,72, e uma avaliação maior que três dos docentes e técnicos. Por fim, a situação do CECULT demonstra que discentes, docentes e técnicos estão insatisfeitos com a sua biblioteca. (Figura 42 e 43).

Figura 42. Satisfação geral em 2016 com as bibliotecas em função dos Centros de lotação: A) Discentes; B) Docentes; e C) Técnico-Administrativos.

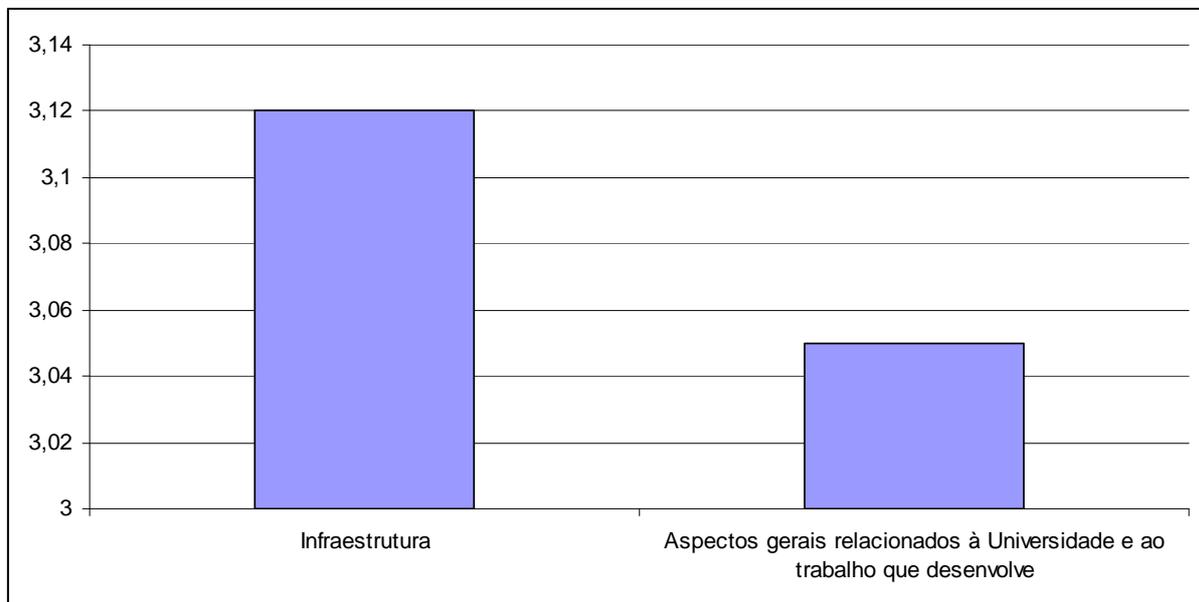


Fonte: Banco de dados CPA, 2016

Avaliação feita pelos Funcionários Terceirizados

Embora os trabalhadores terceirizados participem ativamente e diretamente da construção dos dados da UFRB e dos seus resultados, estavam invisibilizados até este Relatório. Essa atitude de dar visibilidade a esses trabalhadores na trajetória de autoavaliação na UFRB é uma inovação. Seguem as contribuições oferecidas por esse seguimento profissional, que avaliaram a Infraestrutura e Aspectos gerais relacionados à Universidade e ao trabalho que desenvolve.

Figura 43. Satisfação geral dos Terceirizados em 2016 - Infraestrutura e Aspectos gerais relacionados à Universidade e ao trabalho que desenvolve



Fonte: Banco de dados CPA, 2016

Considerações

A CPA (Comissão Própria de Avaliação), em conformidade com o que foi apresentado nos relatórios de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 ressalta que a UFRB permanece em processo de construção e adequação de sua infraestrutura, o que envolveu múltiplas obras nos diferentes campi. Em 2016, esse processo aconteceu lentamente, com a conclusão de apenas uma obra: o Laboratório de Amostras, em Cruz das almas. Há doze obras em andamento em vários campi. Em relação às obras paralisadas, perfazem um total de 04 obras, sendo que 02

são pavilhões de aulas. Tal cenário é preocupante e tem contribuído para que a infraestrutura esteja aquém do esperado, o que está materializado na insatisfação dos diferentes atores sociais envolvidos, especialmente estudantes e docentes. Nos próximos anos, a previsão é que este processo seja ainda mais lento, tendo em vista a situação econômica atual. Desta forma, vários campi da UFRB deverão apresentar problemas de infraestrutura no desenvolvimento de suas atividades, já que a demanda cresce a cada ano.

A partir deste panorama é necessário o engajamento de diferentes esferas da UFRB para melhorar a eficiência nos processos de fiscalização das obras, buscando garantir os prazos de entrega, sem comprometer a qualidade e adequações às especificidades locais. A manutenção de tais problemas tem como repercussões a redução da qualidade das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão.

As Bibliotecas dos *campi* têm ampliado semestralmente seu acervo, em conformidade com as demandas bibliográficas apresentadas por cursos de graduação e pós-graduação, exercendo um papel de destaque. Um programa continuado de atualização do acervo tem sido conduzido por meio de compras, doações e permutas, repercutindo em resultados satisfatórios. A política de compra de livros, periódicos e multimeios, organizando-se e respeitando-se a estrutura administrativa dos Centros, por *campi* e por colegiados de cursos de graduação e pós-graduação, parece adequada. Da mesma forma que as solicitações de bibliografias encaminhadas pelos professores através da direção do Centro estão satisfatórias. Vale ressaltar que ao receber as solicitações dos docentes, a Biblioteca Central encaminha à Coordenadoria de Compras e Licitação/Pró-Reitoria de Administração, garantindo o atendimento destas. As bibliotecas possuem em seus acervos obras atualizadas e os clássicos referentes a cada curso, assim como todas as obras indicadas nas ementas dos programas de ensino. Todo o acervo adquirido é registrado, catalogado e classificado na Biblioteca Central, sendo então encaminhado às três bibliotecas setoriais correspondentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de autoavaliação institucional impõe alguns desafios às estruturas e às pessoas que desenvolvem as estruturas. O maior dele, certamente é romper com uma perspectiva positivista classificatória que se associa ao receio. Avaliação e avaliadores se formam mutuamente e é para a criação dessa cultura que a CPA da UFRB vem se desenvolvendo suas ações. É fundamental que todos e cada uma das pessoas que compõem a UFRB – e aí estamos falando das suas comunidades interna e externa – vejam no processo avaliativo uma via de crescimento não só institucional, mas, sobretudo regional.

Avaliamos para ver as superfícies de contato entre as instâncias de gestão e seus resultados; avaliamos para ver a sinergia entre os espaços acadêmicos, administrativos e operacionais; avaliamos para monitorarmos a coerência entre o PDI, suas ações e seus resultados. Avaliamos para proporcionar autonomia e garantir isonomia nas relações entre os entes da universidade, possibilitando que todos possam participar do processo.

Esse relatório de autoavaliação foi construído olhando os resultados e dados do segundo ano da nova gestão da reitoria, construído por uma Comissão em seus primeiros meses, que teve como primeira tarefa a visita do MEC para o RECREDENCIAMENTO DA UNIVERSIDADE.

Destacamos nesse relatório que a Coordenação da CPA e as subcomissões de autoavaliação, que atuam nos 7 campi da UFRB terão alguns desafios em seus respectivos centros e também no Órgão Central e Pró-Reitorias; :

1. Construir espaços de monitoramento crítico da coleta de dados e de uso desses dados do Relatório como instrumentos de gestão da reitoria, das Pró-Reitorias, Assessorias e Conselhos Universitário e Acadêmico;
2. Trabalhar junto à direção de Centro, Gestores de Ensino, Pesquisa e Extensão, Coordenadores de Colegiado, Representações estudantis, Servidores Técnicos, estudantes e membros da comunidade externa, uma maior participação;
3. Desenvolver uma sinergia entre as categorias que fazem parte das subcomissões;
4. Realizar a exposição sistemática dos dados apurados e sistematizados pela CPA via seminários, oficinas e apresentações para a comunidade interna e externa;

Observando a UFRB, sua missão institucional e o território que a acolhe, é importante desenvolver ações planejadas e avaliadas para a ampliação da Pós-Graduação em todos os Centros e para todos os cursos para garantia da perenidade da universidade e seu desenvolvimento. A graduação na UFRB é uma ação de resposta às demandas regionais e vem avançando nesse sentido. A manutenção dos discentes requer um trabalho em parceria com a Pró-Reitoria de Ações Afirmativas. É necessário melhorarmos nossos sistemas de informação para qualificarmos nossos dados ainda mais. É preciso saber quantos discentes, de quais Centros pleitearam que tipos de auxílios por edital e, a partir daí, termos uma visão mais próxima das demandas apresentadas e das demandas atendidas. Ou seja, é preciso existir uma atenção maior por parte da instituição no que se refere aos dados que ela coleta, sistematiza e expõe. Essa correção no percurso do registro dos dados poderá sinalizar de forma melhor os fenômenos de evasão, abandono e retenção permitindo se estabelecer ações outras de enfrentamento dessas questões.

Dentre as diversas questões citadas e analisadas no relatório, destacamos duas que merecem um olhar mais estratégico por parte dos órgãos gestores da UFRB: a inexistência de uma política de fixação de professores, o que exige uma sinergia entre a PROGEP, a PROGRAD e a PPGCI, e também a inexistência de planos estratégicos por cursos nos Centros a fim de tornar esses cursos programas também de pós-graduação

A extensão tem sido a principal via de comunicação em via dupla da UFRB com a comunidade externa, e tem conseguido um movimento de maior adesão dos docentes o que facilita maior capilaridade de participação de discentes e maior espraiamento das ações junto à comunidade externa.

Fica explícita a necessidade de uma melhor comunicação entre as Pró-Reitorias no que se refere à gestão dos dados e informações que propiciem uma melhora na localização do registro dos dados e uso dos mesmos, não só para os relatórios da CPA e de GESTÃO, mas, sobretudo para a gestão dos processos. Essa mesma necessidade é observada nos Centros. O mais determinante para a CPA é a inclusão do processo de avaliação como um processo de gestão da universidade. O que os membros da CPA querem e trabalham para que ocorra desde o seu início é que todos os entes universitários usem os dados do relatório como vias de conhecimento, questionamento e correção de percurso, quando necessário for. Afinal é responsabilidade histórica de todos, o aprimoramento da gestão, da convivência e dos resultados sociais da universidade.

A CPA também se autoavalia:

- É preciso aprimorar o nosso funcionamento para dentro e para fora da UFRB;

- É preciso pensar outras formas de produção de resultados via Relatório, aumentando a capilaridade deste tanto para a comunidade interna quanto externa;
- É preciso pensar a forma de ampliar a participação dos discentes no processo não só de coleta de dados, mas de responsabilidade pelos resultados. Uma possibilidade que se coloca é a avaliação vinculada à pré-matricula dos discentes e a valorização da participação destes não só como membros da subcomissão, como já são, mas a participação deles no processo de coleta de dados. Nesse sentido a CPA cadastrou junto a Gestão de Extensão do CAHL o GRUPO DE TRABALHO SOBRE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL que permite que as ações de coleta de dados junto à comunidade externa e as demais ações de divulgação sejam certificadas;
- É preciso que a CPA ocupe mais espaços que não só nas instâncias de gestão;
- É preciso que a participação dos membros na CPA possa ser reconhecida para fins de score dos discentes e de progressão dos servidores técnicos;
- É necessário que os servidores técnicos da CPA possam receber treinamentos necessários para o desenvolvimento das atividades.
- A CPA precisa aprimorar seus instrumentos de coleta de dados;
- Precisamos incluir outras variáveis no processo de relatório que cada vez mais o qualifique: dados da ouvidoria; produção da editora da UFRB nível de auto-organização docente (APUR); registros sobre a qualidade dos afastamentos; dos servidores técnicos e docentes dentre outros que se refiram à qualidade do clima organizacional, por exemplo;
- É importante que os trabalhadores da UFRB e os discentes entendam as variáveis que compõem os indicadores do relatório e, a partir daí possam aderir ao processo de auto-avaliação institucional de forma mais ativa e consciente;

Nesse relatório a CPA também inovou: deu visibilidade aos trabalhadores terceirizados da UFRB, invisibilizados em relatórios anteriores embora tenham contribuição significativa no desenvolvimento institucional. Da mesma forma, fez o questionário da comunidade externa também ser acessado em via digital.

A UFRB precisa melhorar seus sistemas de coleta e consolidação de dados e ao mesmo tempo, aprimorar a gestão e o trato desses dados. Ter fluxogramas publicizados e em

todas as instâncias da UFRB melhoraria também o registro dos dados e a prática de todos poderem se sentirem responsáveis pelas informações.

A CPA não é só o relatório! Ter melhor qualidade no registro e na consolidação dos dados, utilizarem o Relatório como instrumento de gestão e de auto-organização, fortalecendo a autonomia e garantindo a responsabilidade histórica de todos os sujeitos partícipes do processo de permanência e de desenvolvimento da UFRB é o nosso maior objetivo.

Facilitar processos que agilizem, otimizem e aperfeiçoem o registro, a coleta, a interface entre os dados contribuirão para a melhora contínua do Relatório e, os membros da comunidade acadêmica devem desenvolver a responsabilidade pela leitura e pelo uso dos dados e análises realizadas nesse instrumento, o qual não existe somente para responder formalmente a uma demanda do MEC, mas sobretudo para aprimorar e desenvolver as atividades e a missão da universidade.

O relatório existe para que todos possam exercer influência sobre a construção da universidade e seu destino. O relatório transforma as necessidades em sinalizações para mudanças, e todos podem se tornar gestores nesse processo se usarem esse instrumento que tem dimensões técnicas, ético-políticas e metodológicas, tendo a história construída por todos ou por omissão ou por participação.